



Departamento de História

Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Actividade Diplomática

Sara Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor José Vicente Serrão, Professor Associado,
ISCTE-IUL

Outubro, 2010

Aos meus pais e aos meus irmãos.

À minha Minda e ao Marinho onde quer que estejam.

Agradecimentos

O meu especial agradecimento vai para o professor José Vicente Serrão, cuja ajuda, disponibilidade e paciência foram decisivas para a realização deste trabalho.

Agradeço também à minha família especialmente aos meus pais pelo incansável apoio emocional e financeiro que desde sempre me deram e aos meus irmãos, que à sua maneira souberam dar-me um precioso incentivo.

Por último com carinho e saudade à Minda e ao Mário, a quem deixo a minha eterna gratidão por terem feito parte da minha vida.

Dissertação de Mestrado
Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Actividade Diplomática
Sara Pereira

Resumo

Entre 1755 e 1777, Portugal esteve sob o governo de D. José I e do seu ministro Pombal e no mesmo período governaram em Nápoles ou Reino das Duas Sicílias, os chamados Bourbons de Nápoles auxiliados pelo ministro Bernardo Tanucci. Sendo esta fase do século XVIII caracterizada pelas políticas iluministas e por acontecimentos como a Guerra dos Sete Anos e a supressão da Companhia de Jesus de alguns Estados europeus (como Portugal e Nápoles), uma boa forma de tomar conhecimento das reacções da época aos eventos mais marcantes para as relações bilaterais entre os dois reinos mencionados é a via diplomática.

Tendo em conta a escassa informação existente relativamente às relações entre Portugal e Nápoles no período pombalino torna-se relevante procurar conhecer, os principais actores e acontecimentos presentes na relação entre os dois países.

Importa expor um contexto histórico acerca de cada um dos reinos mencionados destacando especialmente a figura de dois ministros, o Marquês de Pombal e Bernardo Tanucci, e os principais aspectos das suas políticas tanto a um nível interno como externo de forma a poder agrupar um conjunto de características pessoais e políticas comuns a estas duas figuras.

A diplomacia é a base de todo este trabalho, pois através da documentação diplomática de três ministros plenipotenciários portugueses, em Nápoles, José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira é possível analisar as relações entre Nápoles e Lisboa e a forma como estes diplomatas foram encarando e exprimindo, pelos seus ofícios, os principais acontecimentos ocorridos no período correspondente à sua missão na corte Napolitana.

Palavras-chave:

- Portugal
- Nápoles
- Diplomacia
- Política Externa

Master Dissertation

Portugal and Naples in Pombal's Time: Diplomatic Activity.

Sara Pereira

Abstract

Between 1755 and 1777, Portugal was under the rule of King Joseph I and his minister Pombal, and at the same time ruled in Naples or Kingdom of Two Sicilies, the Bourbons of Naples assisted by minister Bernard Tanucci. This phase of the eighteenth century was characterized by policies of Enlightenment and events such as the Seven Years' War and the abolition of the Society of Jesus in some European countries (like Portugal and Naples), a good way to learn about the reactions of the time to the most important events for bilateral relations between the two kingdoms mentioned is the diplomatic route.

Taking into account the scant information available about the relations between Portugal and Naples in Pombal, period becomes important know the main actors and events in the relationship between the two countries.

It's important to expose a historical context about each of the kingdoms mentioned and give particular emphasis to the figure of two ministers, the Marquis of Pombal and Bernardo Tanucci, and the major aspects of their internal and foreign policies, so you can set common personal and political characteristics to these two figures.

Diplomacy is the basis of all this work because through the diplomatic documents of three Portuguese plenipotentiary ministers in Naples, José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo and José de Sá Pereira is possible to analyze the relationships between Naples and Lisbon and the way these diplomats were facing and expressing by their offices, the main events of the period corresponding to their mission in the Neapolitan court.

Keywords:

- Portugal
- Naples
- Diplomacy
- Foreign Policy

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I: Portugal no Tempo de Pombal.....	11
Capítulo II: Nápoles no Tempo de Tanucci.....	21
Capítulo III: Dois Reinos, Dois Ministros: Trajectórias Comuns, Trajectórias Divergentes.....	33
Capítulo IV: As Missões Diplomáticas.....	43
4.1. José da Silva Pessanha (1753-1759).....	47
4.2. Aires de Sá e Melo (1760-1764).....	58
4.3. José de Sá Pereira (1764-1808).....	70
Conclusão.....	83
Bibliografia.....	90
Anexo Documental.....	94

Introdução

Na Europa da segunda metade do séc. XVIII, no quadro desse fenómeno político mais vasto a que se pode chamar *Absolutismo Esclarecido*, encontram-se dois reinos, Nápoles e Portugal, cujas políticas apresentam semelhanças notáveis entre si. Entre essas semelhanças avulta, desde logo, o facto de em ambos os casos terem sido desenvolvidos amplos programas de reforma, liderados não pelos respectivos monarcas, mas por ministros absolutos – Pombal em Portugal e Tanucci em Nápoles – eles próprios com biografias pessoais e políticas bastante paralelas.

Estas semelhanças e paralelismos incitam a desenvolver uma análise comparativa entre os dois casos e levam-nos a questionar até que ponto terá havido alguma concertação de posições ou alguma espécie de influência recíproca entre os dois estadistas e os dois governos. Foi essa, aliás, a principal questão que esteve na origem deste trabalho e que serviu de fio condutor da investigação.

Deve, no entanto, compreender-se que tanto uma comparação exaustiva das políticas seguidas nestes dois reinos como o cabal esclarecimento das inter-influências recíprocas, e dos respectivos canais, agentes e instrumentos de contacto são objectivos que naturalmente transcendem os limites de uma dissertação de mestrado. Este trabalho não pretende, nem podia explorar exaustivamente todo esse quadro problemático, constituindo apenas um primeiro passo exploratório nesse sentido. Na verdade, ele concentra-se essencialmente na actividade diplomática entre os dois estados, e, mais concretamente até na actividade da diplomacia portuguesa junto da corte napolitana, no período que vai de 1755 (primeiro ano para o qual existem registos) até 1777 (final do governo pombalino). Este é, pois, o objecto de estudo específico deste trabalho.

Durante o período em referência, a legação portuguesa em Nápoles foi ocupada sucessivamente por três representantes diplomáticos com a categoria de ministros plenipotenciários – José da Silva Pessanha (1755-1759), Aires de Sá e Melo (1760-1764) e José de Sá Pereira (1765-1777). O levantamento integral e a análise da correspondência trocada entre aqueles diplomatas e o governo de Lisboa – que constitui o grosso da base documental utilizada neste trabalho – fornece informações valiosas sobre algumas das reformas implementadas pelo governo napolitano ou sobre alguns dos acontecimentos mais marcantes da história do país. Permite compreender melhor a convergência ou divergência de posições entre Portugal e Nápoles no que respeita às relações com países terceiros ou no que respeita a acontecimentos importantes da política internacional, como foi o caso da Guerra dos Sete Anos ou da campanha anti-jesuítica. Mas os despachos dos ministros plenipotenciários nem sempre, ou, melhor dizendo, apenas raramente se ocupam daquilo que poderíamos considerar as “grandes questões” de política externa ou interna. Em contrapartida, são ricos de informações sobre a vida e o cerimonial da corte napolitana, sobre a família real e sobre várias outras personalidades em destaque na sociedade e na política do país. Muitos dos despachos, aliás, reportam-se apenas à própria vida corrente ou protocolar dos embaixadores, o que, no entanto, nos permite aceder um pouco ao quotidiano e ao mundo reservado da diplomacia setecentista, pelo menos nos termos em que ela se praticava numa corte do sul da Europa.

A análise exaustiva desta documentação permite esclarecer vários aspectos da actividade diplomática e das relações entre Portugal e Nápoles neste importante período da história dos dois

países. Mas põe também em relevo as suas limitações, já que, no caso em apreço, e nomeadamente no que se refere ao esclarecimento de eventuais influências directas e assumidas entre as políticas e os políticos de um lado e doutro, esta documentação é largamente omissa. Ou essas inter-influências foram menores do que aquilo que se podia presumir como hipótese de partida, ou foram exercidas por outros canais e outros agentes que não os da diplomacia oficial. Abrem-se, assim, novas hipóteses de pesquisa, cuja formulação, ela própria, só é possível depois de realizada esta investigação, razão pela qual se disse acima e se insiste que este é apenas um primeiro trabalho exploratório sobre o tema.

De qualquer maneira, vale a pena esclarecer que a pesquisa documental em que assenta este trabalho concentrou-se, mas não se esgotou na documentação que compõe as caixas relativas à Legação de Portugal em Nápoles, pertencente ao Núcleo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹. Foi igualmente feita uma prospecção complementar noutros fundos e colecções do Arquivo Nacional, bem como na Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional (Reservados)², que proporcionou alguns resultados positivos, ainda que limitados. Em matéria de fontes impressas, por seu turno, importa destacar do lado napolitano, o inestimável acervo de correspondência de Bernardo Tanucci com Carlos III e muitas outras figuras políticas do seu tempo, reunido numa obra que se estende por x volumes³ e que merece, de futuro, uma utilização muito mais extensiva do que aquela que foi possível realizar nesta fase. Do lado português, cumpre referir, por uma parte, algumas obras clássicas que reúnem abundante material para a história das relações diplomáticas portuguesas como a obra de Biker⁴ e do Visconde de Santarém.⁵ Além da pesquisa documental primária, qualquer dissertação de mestrado em História requer igualmente o seu enquadramento na produção historiográfica já disponível. Ora, infelizmente, o tema específico das relações luso-napolitanas neste período nunca foi objecto de uma investigação sistemática. Em contrapartida, existe uma extensa e rica bibliografia quer sobre a história de Portugal neste período, quer sobre a história de Nápoles e de Itália, quer sobre os protagonistas de ambos os lados, quer sobre esse fenómeno mais geral a que se chama absolutismo ou despotismo esclarecido, quer, ainda, sobre alguns dos assuntos mais específicos que aparecem referenciados nas relações diplomáticas entre os dois países, como sejam a Guerra dos 7 Anos, a expulsão e abolição da Companhia de Jesus, entre outros.

Algumas obras essencialmente dedicadas à explicação do Despotismo iluminado são necessárias para melhor se compreender esta corrente nos casos específicos de Portugal, Espanha e Nápoles. É o caso, por exemplo, de “Empire, Enlightenment and Regalism: New Directions in Eighteenth Century

¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, 779 e 780.

² Biblioteca Nacional de Lisboa, *Colecção Pombalina*, cód. 640, fls. 131.

³ MAIORINI, M.G., *Bernardo Tanucci, Epistolario, 1760-1761*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

⁴ BIKER, Júlio Firmino Judice, *O Marquês de Pombal, Alguns Documentos Inéditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1882.

⁵ SANTARÉM, Visconde de, 1850, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VI, Paris, J. P. Aillaud.

Spanish History”⁶, onde se expõe a importância dos Bourbons de Espanha no decorrer do século XVIII, tendo em conta as reformas ocorridas, o despotismo iluminado que segundo o autor atingiram o seu auge com o reinado de Carlos III de Espanha, anteriormente soberano de Nápoles. Mostra-se ainda que algumas correntes napolitanas chegaram a Espanha com Carlos III, nomeadamente no que refere a políticas económicas, assim sendo, o autor atreve-se a falar de uma espécie de continuidade do governo de Carlos III sobre Nápoles. Quanto a Nápoles expõe-se a concepção de um iluminismo considerado muito moderno a nível intelectual, no entanto considera-se que não teve desenvolvimentos muito profundos devido ao grande receio de exposição dos seus reformadores. Portugal e Nápoles são aqui lembrados como dois reformistas governamentais em que se mencionam os dois poderosos ministros dos respectivos reinos, Pombal e Tanucci.

“Church and Reform in Enlightenment Italy”⁷ é outro dos trabalhos que importa reter, cujo autor apresenta um bom retrato do iluminismo italiano, no século XVIII e do período de tensões entre a Igreja católica e os respectivos Estados de Itália. Testemunha-se mais uma vez que a abdicação do rei de Nápoles e a sua saída para Madrid como novo rei de Espanha marca uma nova era, tanto na história de Nápoles como na de Espanha, caracterizada pelas suas reformas políticas que abrangiam a economia, a justiça, a educação e a cultura de um modo geral. O autor afirma que no caso de Nápoles as reformas emergiram da necessidade de livrar um Estado vulnerável demais para vencer “os privilégios e abusos dos nobres, dos clérigos e das pessoas” combatendo-se também os graves problemas económicos e as grandes fomes que atacavam a Itália nos anos 60 do século XVIII. Ainda são feitas referências à grande figura do iluminismo napolitano, António Genovesi, cuja importância se estendeu não só por Nápoles mas por vários lugares da Europa. A expulsão dos Jesuítas em Portugal também é registada como a primeira resistência contra o poder de Roma, demonstrando-se ainda neste assunto o grande desejo de Tanucci para seguir o exemplo português.

Girolamo Imbruglia é outro autor que se dedica ao tema do despotismo iluminado, no entanto, no seu trabalho “Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State”⁸ como o próprio nome indica, centra-se especialmente no caso napolitano e na forma como as novas ideias do despotismo iluminado foram recebidas em várias áreas da sociedade como a justiça, a educação, a economia e as artes, apontando os principais defensores e opositores às políticas iluministas em Nápoles.

Em relação às obras de apoio no que se refere à História de Portugal, no tempo de Pombal e de D. José I, também existe um vastíssimo número, tendo algumas um valioso relevo como fonte de conhecimento para este estudo. Um dos casos é “D. José na Sombra de Pombal”⁹, obra com relevância para um retrato de Portugal no reinado de D. José I e do Ministro Pombal, onde não são esquecidos temas importantes, como a política interna e externa portuguesa da época, a expulsão dos Jesuítas e a ruptura com a Santa Sé, o pacto de Família, a Guerra dos Sete Anos e o triunfo anti

⁶ PAQUETTE, Gabriel B., *Empire*, “Enlightenment and Regalism: New Directions in Eighteenth Century Spanish History”, in *European History Quarterly*, Cambridge, SAGE Publications, 2005.

⁷ VENTURI, Franco, *Church and Reform in Enlightenment Italy*, University of Chicago Press, 1976.

⁸ IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Circulo de Leitores, 2008.

jesuítico a nível internacional. Esta obra torna-se útil por fazer também uma boa descrição biográfica de personagens importantes como o Marquês de Pombal, D. José, D. Maria I entre outros, pertencentes à casa real portuguesa ou aos ministérios do reino, fazendo ainda algumas alusões às figuras de José da Silva Pessanha e de Aires de Sá e Melo.

Pelo título da obra de Kenneth Maxwell, “Marquês de Pombal”¹⁰, pode desde logo concluir-se que é uma exposição de serventia acerca de um incontestável personagem deste projecto de tese, o Marquês de Pombal e assim sendo, é inevitável que se fale da luta contra os Jesuítas tanto num plano nacional como internacional. Dá-se também a conhecer os aspectos mais relevantes de todo o período pombalino, em que estão incluídas as grandes reformas católicas que caracterizaram a Europa, em especial a Europa do Sul, naquele tempo cheia de ideais próprias e acolhedora do chamado Despotismo Iluminado, que em Nápoles e em Portugal se fizeram notar, tanto a um nível político como a um nível social. O autor mostra que em Nápoles todas as reformas foram feitas de uma forma menos feroz e menos repentina, sendo Tanucci considerado um apoiante dos objectivos de Pombal, porém, apreensivo em relação à sua violência e à sua pura Raison d'état. Esta obra faz ainda uma boa descrição das cortes europeias da época, especialmente da portuguesa, no entanto, é no que se refere à campanha internacional contra os Jesuítas e às relações entre Roma e os estados envolvidos na mesma que este trabalho mais auxilia o projecto que tenho em vista.

Outra autor que vai ser valorizada neste trabalho é Samuel Miller¹¹, não só porque descreve detalhadamente as relações entre Portugal e a Santa Sé mas principalmente por conter informações acerca da posição de Bernardo Tanucci relativamente às políticas pombalinas e à expulsão dos Jesuítas do reino de Nápoles. Miller explora ainda a cooperação que existiu entre Portugal e Nápoles no caso específico de Pagliarini, um impressor que se viu perseguido pela Curia Romana e foi ajudado pelos Ministros Tanucci e Pombal.

Para um bom esclarecimento acerca de aspectos biográficos de Sebastião José de Carvalho e Melo, para uma clarificação acerca da Guerra dos Sete Anos e do Tratado de Madrid de 1750 e para uma ideia mais clara daquilo que se designa de Pombalismo, os tópicos desenvolvidos por José Vicente Serrão no “Dicionário Ilustrado da História de Portugal”¹² são uma fonte de informação substancial. Do mesmo autor pode ainda ser indicado o seu capítulo no livro “Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850”¹³ para que se tenha uma noção bem formulada sobre o Estado português durante o período de Pombal. Estão presentes neste trabalho esclarecimentos acerca do Pombalismo visto como um projecto político, em que se destacou a “exaltação do poder régio” e a luta contra o poder clerical e mais concretamente contra a Companhia de Jesus.

¹⁰ MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

¹¹ MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome 1748-1830 An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978.

¹² SERRÃO, José Vicente, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in José Costa Pereira (coord), Volume II, Alfa, 1986.

¹³ SERRÃO, José Vicente, “Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo”, in *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, ed. Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Domingues, Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Veja, 1986.

“Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder”¹⁴ é um trabalho em que está delineada a expulsão dos Jesuítas de Portugal e a campanha internacional feita por Portugal contra a Companhia de Jesus, extinta pelo Papa Clemente XIV em Julho de 1773. Por outro lado há também uma descrição sobre o que se pode chamar de contra ataque jesuítico aos ataques dos que os repudiavam. Este autor também expõe as mudanças que iam ocorrendo nas chefias da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e no cargo de Secretário de Estado Adjunto do Reino durante o reinado de D. José I. O conhecimento destas mudanças é importante, na medida em que a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros é a receptora de todos os ofícios que foram enviados da Legação de Portugal em Nápoles no período investigado e porque um dos Ministros Plenipotenciários abordados neste projecto, Aires de Sá e Melo, chefiou a pasta dos Negócios Estrangeiros e foi Ministro-adjunto de Pombal.

Jorge Borges de Macedo dá, numa das suas obras¹⁵, um especial destaque à figura de Pombal tanto num plano pessoal como num plano político. Explicam-se também as três fases que caracterizaram a governação pombalina, ou seja, um retrato da vida do Ministro antes, durante e após o Ministério do Reino.

Com relevância para o enquadramento da problemática deste trabalho, importa também referir alguma bibliografia que se tem ocupado de questões diplomáticas e de relações internacionais. É o caso de “História Diplomática Portuguesa Constantes Linhas de Força”¹⁶ que é um bom suporte para se entender a diplomacia portuguesa de uma forma geral, pois assinala os aspectos mais relevantes e os principais objectivos de política externa de Portugal. No que ao século XVIII e mais especificamente às décadas de 50, 60 e 70 diz respeito, pode retirar-se informações úteis sobre as relações internacionais entre os Estados Europeus.

Acontecimentos como a Guerra dos Sete Anos, o desenvolvimento do ódio aos Jesuítas e o Pacto de Família são assuntos que importa reter para a boa elaboração e compreensão do projecto em causa. A neutralidade portuguesa na Guerra dos Sete Anos e mais tarde a invasão de Portugal pelos inimigos da Grã-Bretanha é aqui descrita e deve ter-se em conta estes acontecimentos pelo simples facto de poderem ter causado alguma tensão nas boas relações entre Portugal e Nápoles, visto que o segundo seguia em quase tudo as vontades espanholas, na altura sob o reinado de Carlos III, antigo soberano de Nápoles. Quanto à diplomacia ideológica que abarca o desejo português e especialmente o do primeiro-ministro Pombal, este trabalho mostra o que foi feito por parte de Portugal para que o processo de extinção dos Jesuítas pela Europa fosse bem sucedido, provando ainda que Portugal usou de combinações ideológicas com interesses materiais dos seus possíveis parceiros europeus, para dar incentivo à sua luta. Mostra-se que Nápoles e as grandes potências, França, Espanha e Áustria, se juntaram a Portugal na luta contra os Jesuítas, que acabou por dar frutos quando em Julho de 1773, o Papa Clemente XIV oficializou o fim da Companhia de Jesus através da conhecida Bula “Dominus ac Redemptor Noster”.

¹⁴ SUBTIL, José, *Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006.

¹⁵ MACEDO, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

¹⁶ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006.

O texto¹⁷ de Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro e David Felismino, dedicado à diplomacia portuguesa no antigo regime, dá um precioso apoio informativo, não só por abranger o período que pretendo explorar, mas também porque menciona algumas vezes os casos concretos de Aires de Sá e Melo e de José de Sá Pereira, dois dos Plenipotenciários que fazem parte deste projecto. Daqui pode apreender-se ainda informações referentes ao grau dos representantes diplomáticos e a tipologia das suas missões, assim como o percurso posterior e a remuneração dos seus serviços sendo possível compreender porque razão os diplomatas enviados de Portugal para Nápoles eram designados Ministros Plenipotenciários e não embaixadores.

Num plano mais geral, extravasando o caso português, vale a pena referir os trabalhos de Peter Barber¹⁸ e de Matthew Anderson¹⁹ como ajuda para um melhor entendimento da vida diplomática do antigo regime.

As Histórias de Portugal de Joaquim Veríssimo Serrão²⁰ e de José Mattoso²¹ são obras de extrema importância para este trabalho, pois descrevem ao pormenor a maior parte dos assuntos que é necessário abordar nesta tese, no que respeita o período pombalino e o seu contexto de política interna e externa.

O reinado de D. Maria I é importante neste estudo por incluir na sua fase inicial a chamada “viradeira”, um processo de mudança política que se deve compreender, para tal pode observar-se o que escreveu Luís de Oliveira Ramos,²² que não só declara a herança deixada pelo governo de Pombal como também descreve os últimos anos de um do Ministro Plenipotenciário Aires de Sá e Melo como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Os autores que melhor apoiam em termos genealógicos e bibliográficos as figuras de José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira são, Manuela Domingos²³, que dá a conhecer no seu trabalho aspectos da vida privada e profissional de Pessanha destacando-se o período da sua embaixada na corte napolitana como Ministro Plenipotenciário e a sua vasta colecção bibliográfica, Afonso Domingos de Araújo e Rui Dique Travassos Valdez²⁴, que fazem uma exposição dos títulos nobiliárquicos ligados a Sá e Melo e José de Sá Pereira, onde se encontra também alguns factos biográficos de ambos.

No que toca à bibliografia disponível sobre a História de Nápoles durante os reinados de Carlos VII e de Fernando IV das Duas Sicílias este estudo apoia-se especialmente na obra “The Bourbons of

¹⁷ CARDIM, Pedro, Felismino David, Monteiro Nuno Gonçalo, “A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005.

¹⁸ BARBER, Peter, *Diplomacy. The World of the Honest Spy*, London, The British Library, 1979.

¹⁹ ANDERSON, Matthew Smith, *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919*, London, Pearson Education, 1993.

²⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982.

²¹ MATTOSO, José, *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

²² RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2010.

²³ DOMINGOS, Manuela D, *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do Coleccionador à Biblioteca Publica*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998.

²⁴ ARAUJO, Afonso Domingos de, Valdez Rui Dique Travassos, *O Livro de Ouro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933.

Nápoles: (1734-1825)”²⁵ pois nela estão descritos os pontos principais relativos à história de Nápoles no período que a este projecto interessa, fazendo uma análise intensa sobre os dois reinados referidos e sobre o período em que Bernardo Tanucci chefiou o Conselho de Regência, caracteriza ainda as principais políticas deste Ministro, a sua ascensão, a sua queda em 1776 e não deixa de dar a conhecer as principais figuras da família real de Nápoles e os principais Ministros do reino. Episódios como a chegada de Carlos VII a Nápoles para ocupar o trono e mais tarde a sua partida para Madrid, a grande fome de 1764 que marcou profundamente a sociedade napolitana e intensificou a necessidade de reforma no reino, a relação entre Nápoles e outros Estados europeus, como a Áustria, Espanha, França e Inglaterra, a posição napolitana na Guerra dos Sete Anos, a expulsão dos Jesuítas de Nápoles e o casamento do rei Fernando IV com a princesa austríaca, Maria Carolina, que viria a ser a grande responsável pela queda de Bernardo Tanucci, são bem explicados nesta obra.

Um outro trabalho também baseado na história dos Bourbons de Nápoles é “Naples and Napoleon”²⁶ onde se encontram informações acerca dos reinados bourboniscos desde Carlos VII até à Revolução Francesa e por tal mostra-se bastante útil porque, para além de aspectos mais bibliográficos sobre as figuras mais relevantes do reino, traça também os principais movimentos reformistas que Tanucci conseguiu ou não implementar em Nápoles, dá a conhecer o grande contraste que existia na altura entre a capital do reino e as restantes províncias e faz uma descrição do absolutismo napolitano. Com o mesmo teor informativo das duas últimas obras referidas pode ainda ser mencionada a “History of the Kingdom of Naples” de Pietro Colletta.²⁷

Mais centrado na figura e políticas de Bernardo Tanucci aparecem duas obras, “Bernardo Tanucci e i beni dei gesuiti in Sicilia”²⁸ e “Bernardo Tanucci, ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776”²⁹ Estes trabalhos traduzem essencialmente a vida política de Tanucci, os seus projectos de reforma, a sua luta contra a igreja e a nobreza, duas classes de grande poder em Nápoles, que Tanucci considerava como barreiras ao poder Estatal e à soberania do monarca e a relação deste Ministro com os reis Carlos III de Espanha e o seu filho Fernando IV das Duas Sicílias. Ainda convém destacar o trabalho de Justin Vovk,³⁰ que para além de fazer uma retratação geral do ambiente vivido na Europa na segunda metade do Século XVIII dá a conhecer pormenores sobre o regresso da influência austríaca no reino de Nápoles em substituição da influência espanhola, que se verificou, especialmente após a queda de Tanucci, mas que deu os primeiros passos com o casamento de Fernando IV com a princesa Maria Carolina, filha da poderosa imperatriz Maria Teresa de Áustria e irmã do Imperador José II.

²⁵ ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998.

²⁶ DAVIS, John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006.

²⁷ COLLETTA, Pietro, *History of the kingdom of Naples, 1734-1825*, Edinburgh, T. Constable and CO, 1856.

²⁸ RENDA, Francesco, *Bernardo Tanucci e i beni dei gesuiti in Sicilia*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1974.

²⁹ MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967.

³⁰ VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009.

O trabalho que se segue está dividido em duas partes, uma primeira parte vai debruçar-se na caracterização histórica e política de Portugal e Nápoles entre 1755 e 1777, que coincide com os governos das importantes personalidades que foram o Marquês de Pombal (em Portugal) e Bernardo Tanucci (nas Duas Sicílias) havendo ainda lugar para uma abordagem comparativa entre estes dois políticos e os trabalhos dos mesmos em termos da política interna e externa dos seus respectivos reinos, para que se possa associar algumas semelhanças e divergências entre os dois. Surgirá em seguida uma segunda parte que comportará essencialmente o estudo das missões diplomáticas dos ministros plenipotenciários, José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira na legação de Portugal em Nápoles, baseado sobretudo na documentação encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, respectiva a estas três legações.

Este projecto é constituído por quatro capítulos, o primeiro denominado “Portugal no tempo de Pombal”, o segundo “Nápoles no tempo de Tanucci”, o terceiro “Dois Reinos, Dois Ministros: Trajectórias Comuns, Trajectórias Divergentes” e por último o capítulo mais extenso a que chamei “As Missões Diplomáticas”. No primeiro capítulo o objectivo passa por tentar retratar a época de governo de Carvalho e Melo tendo em atenção o “facto político” a que se chamou Pombalismo e os processos reformistas, que aquele neste período desencadeou. Expõe-se os momentos biográficos mais marcantes acerca de Pombal dando especial destaque ao seu trajecto diplomático e político que decorreu desde a sua primeira embaixada em Londres até ao seu afastamento em 1777. Este ponto do projecto dá relevo aos momentos mais importantes (para este estudo), como a luta nacional e mais tarde internacional para destruição da Companhia de Jesus, onde se tenta explicar o porquê do ódio de Pombal para com os Jesuítas e se evidenciam alguns dos passos mais relevantes dados por este ministro na luta contra estes Padres, o corte de relações entre Portugal e a Santa Sé, a Guerra dos Sete Anos ou mais especificamente a Guerra Fantástica, que veio opôr os dois países da Península Ibérica em que Portugal foi auxiliado pelos seus aliados britânicos e a Espanha teve o apoio francês, e a queda de Pombal após a morte de D. José I fazendo-se aqui transparecer quais as grandes mudanças políticas que ocorreram no início do novo reinado e qual a força da herança pombalina.

O capítulo 2 que tem basicamente o mesmo objectivo que o primeiro, mas neste caso em relação ao reino das Duas Sicílias e à figura de Bernardo Tanucci. Inicialmente esse capítulo dá uma rápida descrição sobre a época que antecedeu à chegada dos Bourbons espanhóis ao trono de Nápoles e de que forma é que se desencadeou o início do poder desta nova dinastia, quais as alterações internas que ela suscitou e quais os principais auxiliares de Carlos VII durante o seu reinado que durou até 1759. A partida de Carlos VII para Espanha também é bem referenciada neste capítulo, tal como o processo de escolha do seu sucessor no trono das Duas Sicílias.

Esta é a fase do trabalho que melhor dá a conhecer a biografia de Bernardo Tanucci e todo o seu percurso de ascensão política, não sendo porém esquecido o período que representou a sua queda em desgraça e as principais razões que levaram a que isso acontecesse. As relações internacionais entre Nápoles e as várias potências europeias também vão sendo evidenciadas notando-se a clara importância da Espanha, principalmente durante o período da Regência liderada por Tanucci. Os acontecimentos relativos à grande fome de 1764, que veio agravar a situação precária em que se

encontrava social e economicamente o reino, à Guerra dos Sete Anos, em que Nápoles se declarou inicialmente um Estado neutral, ao processo de expulsão dos Jesuítas das Duas Sicílias e mais tarde à luta com a Santa Sé para a total extinção da Companhia de Jesus, que levou o reino de Nápoles a cercar militarmente os Estados pontífices de Benevento e Pontecorvo em 1768, as ideias reformista de António Genovesi e a dificuldade de Tanucci em pôr em prática essas reformas iluministas são momentos bem destacados neste capítulo. Já no final deste ponto, faz-se uma rápida exposição do reino, após Tanucci largar os seus cargos administrativos mostrando-se o relevante poder que a rainha Maria Carolina e os seus influenciadores austríacos passaram a ter no reino.

No terceiro capítulo “Dois Reinos, Dois Ministros: Trajectórias Comuns, Trajectórias Divergentes” que tem como principal objectivo fazer um levantamento sobre as principais semelhanças e diferenças entre os regimes políticos dos Ministros Tanucci e Pombal através da análise de alguns aspectos do trabalho destas duas figuras a nível de política interna e externa. Aqui aparece uma primeira tentativa para decifrar se as semelhanças entre os dois tiveram origem numa mútua influência, que um poderia ter sobre o outro e de que forma é que ambos tomavam conhecimento das práticas políticas que eram estabelecidas num e noutra reino. Visto não ser possível deixar uma resposta definitiva e segura acerca do contacto entre os dois Ministros, este trabalho deixa pelo menos em aberto algumas possibilidades que podem ser estudadas.

No último e talvez mais relevante capítulo deste trabalho encontra-se a base primordial desta investigação, pois agrupa a vasta documentação encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca da Legação portuguesa em Nápoles desde 1755 a 1777. Visto que as fontes relativas ao período indicado se referem aos ofícios e cartas de três embaixadores, fica mais claro se o capítulo em questão estiver dividido em três pontos, ordenados por ordem cronológica, correspondentes a cada um dos diplomatas estudados. Depois de uma parte introdutória ao capítulo, começa-se por pôr em evidência a estadia de José da Silva Pessanha em Nápoles (1753-1759). Convém desde já frisar que apesar da data correspondente ao início da missão de Pessanha ser 1753, a documentação que foi encontrada sobre esta legação corresponde só a 1755 e aos anos posteriores a este. Em seguida, descreve-se a missão de Aires de Sá e Melo (1760-1764) e por último, a de José de Sá Pereira (1764-1808). Nos pontos correspondentes a cada um dos diplomatas faz-se uma pequena biografia destes homens, que tem em atenção as suas vidas antes e após a Legação em Nápoles. Sobre cada um dos Ministros Plenipotenciários e do decorrer das suas missões junto à corte napolitana vão sendo destacados os ofícios que se mostraram mais relevantes e mais próximos aos temas tratados neste projecto. Nos ofícios de Pessanha são por várias vezes referidas questões sobre os primeiros indícios da Guerra dos Sete Anos e sobre a mudança de Carlos VII para o trono Espanhol, mudança que corresponde também à saída de Pessanha de Nápoles e à sua nomeação como Embaixador na nova corte de Carlos em Madrid. Este Plenipotenciário não deixa no entanto de fazer remeter para Lisboa outras informações mais palacianas sobre o quotidiano da família real de Nápoles e dos seus servidores mais importantes como Tanucci, fala por vezes de assuntos referentes ao comércio e também faz referências ao Ministro Napolitano na corte de Lisboa, Carlos de Guevara, que por motivos de saúde se vê obrigado a voltar a Nápoles ainda durante a estadia de Pessanha naquele reino.

Da Legação de Aires de Sá e Melo, os aspectos que são mais desenvolvidos neste trabalho estão relacionados com a continuação e término da Guerra dos Sete Anos, com o início da propaganda anti jesuítica em Nápoles, com os primeiros sinais da catástrofe que se desencadeou com a fome de 1764 e com as acções do Conselho de Regência deixado por Carlos III de Espanha para que governe Nápoles até à maioridade do jovem soberano, Fernando IV.

A missão de José de Sá Pereira, que foi a mais duradoura das três, vai ser descrita a partir dos ofícios e cartas deste diplomata até 1777. Os temas que vão ser mais destacados correspondem à expulsão dos Jesuítas do reino das Duas Sicílias, à maioridade do rei e portanto ao fim do Conselho de Regência, que é substituído por um Conselho de Estado sob liderança do soberano, à chegada da rainha Maria Carolina à corte de Nápoles e à inesperada queda de Bernardo Tanucci, que deriva da sua oposição ao desejo de poder da rainha junto ao Conselho de Estado. Neste capítulo encontram-se informações acerca de uma ausência temporária de José de Sá Pereira, que por ter sido enviado em missão especial à corte de Viena de 1772 a 1776 deixando a redacção dos ofícios da sua legação napolitana ao cuidado de um funcionário da mesma legação chamado Miguel Lopes da Fonseca.

Para além destes quatro capítulos, surgirá em forma de anexo, o que se pode considerar a essência para a valorização e concretização deste projecto, um catálogo que esboça um resumo de toda a documentação recolhida e investigada, que correspondem à cota, "antt, mne, Caixa 778, 779 e 780". O importante é passar ao leitor uma informação clara acerca das relações entre Portugal e as Duas Sicílias no tempo de governo dos seus mediáticos ministros Tanucci e Pombal através das palavras expressas por José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira nos seus ofícios diplomáticos e dar um pequeno contributo à história da diplomacia portuguesa na época moderna.

Capítulo I

Portugal no Tempo de Pombal

Ao falar do século XVIII em Portugal é impossível dissociá-la da figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. O poderoso ministro português nasceu em Lisboa, no dia 13 de Maio de 1699, numa família da pequena nobreza e começou a dar os primeiros passos na sua ascensão ainda durante o reinado de D. João V em 1739 sendo nomeado enviado extraordinário a Londres. Em 1745 continuou o seu trabalho diplomático ao serviço de Portugal em Viena, onde permaneceu por um período de quatro anos. Na Áustria, casou com Maria Leonor Daun e teve os primeiros contactos com as ideias do despotismo iluminado, do qual o seu futuro governo é tido como um dos principais exemplos europeus. A subida ao trono de D. José I, em Julho de 1750, proporcionou a nomeação de Pombal como novo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cargo no qual substituiu o seu primo Marco António de Azevedo Coutinho, entretanto falecido.

A 18 de Setembro de 1759, Carvalho e Melo é agraciado com o título de Conde de Oeiras e a este vem juntar - se o de Marquês de Pombal, no dia 6 de Janeiro de 1770.³¹

As duas embaixadas de Pombal, primeiro em Londres e seguidamente em Viena são vistas como inspiradoras e formadoras da sua cultura política e do seu programa de governo, especialmente na corte austríaca foi possível a Carvalho e Melo apreender as características do despotismo iluminado daquele reino, tomar parte da imagem que Portugal projectava no estrangeiro e aprofundar os seus conhecimentos em matéria de política externa.³²

O cenário deixado pelo governo de D. João V mostrava um país pouco seguro, com uma taxa de criminalidade significativa, onde se fazia sentir a necessidade de uma reforma judicial. Com o novo reinado grande parte da administração pública passou então por um processo de mudança, havia que restabelecer o país da “inoperância a que chegara a administração joanina”.³³ Por outro lado importa salientar que o governo pombalino baseou muitas das suas políticas em princípios já aplicados no reinado precedente, ou seja, mesmo que D. João V não tenha levado a cabo uma total centralização do poder estatal, foi ainda no seu tempo que se começou a assistir a uma diminuição dos actores políticos e a um desgaste de algumas das instituições políticas ao serviço do reino, como o Conselho de Estado.³⁴ Foi ainda durante o período joanino, a 28 de Julho de 1736, que foram criadas as novas Secretarias de Estado relativas aos Negócios Interiores do Reino, aos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e Conquistas e aos Negócios Estrangeiros e Guerra.³⁵ A estrutura política inicial do governo de D. José I, formado a 2 de Agosto 1750, mantinha no cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Pedro da Mota e Silva enquanto para as Secretarias de Estado dos

³¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, pp. 19, 20 e 22.

³² SERRÃO, José Vicente, “Marquês de Pombal”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in José Costa Pereira (coord), Volume II, Alfa, 1986, pp.117.

³³ SERRÃO, 1982, op.cit. pp.26 e 27.

³⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha*, in e-JPH, Vol. 5, number 2, Winter 2007, pp.3.

³⁵ SUBTIL José, “O Processo Político (1621-1807)”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.416.

Negócios Estrangeiros e da Guerra e para a Secretaria de Estado da Marinha surgiram duas novas figuras, Carvalho e Melo e Diogo Mendonça Corte Real.³⁶ A 6 de Maio de 1756 reformulam-se as chefias das Secretarias de Estado, sendo a mudança mais marcante a nomeação de Pombal para o cargo de principal ministro de D. José I, à frente da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. No cargo que Pombal deixou vago nos Negócios Estrangeiros e da Guerra foi colocado D. Luís da Cunha Manuel, quanto à Secretaria de Estado da Marinha manteve-se a cargo de Corte Real, que veio a afastar-se deste cargo quatro meses depois por falta de afinidade entre ele e Pombal, o seu sucessor foi Tomás António da Costa Corte Real, que em 1760 acabou por ser demitido e substituído por Francisco Xavier Mendonça Furtado. Mais tarde na década de 70, fazem-se alterações nas Secretarias de Estado, com a morte de Mendonça Furtado surgiu na Secretaria da Marinha Martinho de Melo e Castro e em 1770 Pombal admitiu como seu Secretário de Estado Adjunto dos Negócios do Reino, o desembargador José Seabra da Silva.³⁷ As Secretarias de Estado do reino compunham uma importante parte do poder dos organismos do Estado, mas na administração central do reino intervinham também outras instituições de igual relevância como, o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, a Casa da Suplicação e a Relação do Porto, o Erário Régio e a Intendência Geral da Policia. Subsistiram ainda outros órgãos embora com competências administrativas menos significativas no que se refere ao reinado de D. José, eram eles o Conselho de Estado, o Conselho de Guerra, a Junta da Bula cruzada, a Junta dos Três Estados, o Conselho Ultramarino e o Tribunal do Santo Ofício.

A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que Pombal abandonou quando foi nomeado para os Negócios do Reino e assume a liderança do gabinete de D. José foi posta a cargo de D. Luís da Cunha Manuel a 6 de Maio de 1756, que permanecerá neste cargo durante dezanove anos até ser sucedido por Aires de Sá e Melo em 1775. D. Luís da Cunha Manuel limitou-se durante o seu secretariado a seguir as ordens de Pombal, apesar de pouco interventivo teve a confiança de Carvalho e Melo.³⁸

Para uma melhor compreensão daquilo que foi a política do Marquês de Pombal é importante ter uma noção do significado do Pombalismo e entender que foi acima de tudo um projecto político reformista iniciado durante o período de governo de Sebastião José de Carvalho e Melo. Embora Pombal seja a grande figura representativa do Pombalismo, os seus projectos não teriam sido possíveis de concretizar sem o auxílio e cooperação de vários homens de Estado, que provinham de diversas áreas sociais, como a justiça, cultura e economia, mas tinham ideais comuns em relação à urgência de mudança política. O objectivo central era o aumento do poder do aparelho do Estado visando a sua autonomia e soberania sob as restantes entidades que compunham a sociedade da época, como por exemplo a igreja e alguns ramos da nobreza. A vontade de mudar a imagem de Portugal perante a opinião externa incentivou os actores do pombalismo a promover um projecto de modernização da

³⁶ SUBTIL, 1998, op.cit.pp.417.

³⁷ Idem, *ibidem*, pp.160.

³⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, pp.110

sociedade portuguesa.³⁹ Como afirma José Subtil, deve admitir-se que Pombalismo teve o seu ponto de arranque com o terramoto de 1755, que terá criado as condições propícias para as mudanças políticas. O mesmo autor refere também, que o Pombalismo representa o absolutismo iluminado, pois “gerou novos poderes que produziram novos conhecimentos, que por sua vez geraram novas camadas de poder, criando todas elas, um regime dominado pela racionalidade e por uma serie de mecanismos disciplinares inovadores.⁴⁰ Inserindo o rei no contexto do Pombalismo é inegável que na teoria este era a grande fonte do poder do reino mas no aspecto prático o poder estatal começou a sobrepor-se à figura do monarca. Como em quase todas as reformas este projecto político encabeçado por Pombal teve de afastar alguns dos seus fortes opositores, no qual se destacaram a Igreja, que na época era como lhe chamou José Vicente Serrão um “Estado ao lado do Estado”, e a nobreza, ambas forçadas a uma subordinação ao poder estatal. Com o Pombalismo verifica-se a emergência de uma burguesia mais forte, especialmente virada para o desenvolvimento económico do país.⁴¹

Até à chegada de Carvalho e Melo ao poder, vigorava em Portugal, para além da preponderância da nobreza, a forte influência da igreja com especial destaque para os padres da Companhia de Jesus e também esta classe passou a ser alvo das mudanças para eles desfavoráveis, que trazia a nova política pombalina. Carvalho e Melo usou as seguintes palavras, para descrever o reino que estava prestes a governar, “ encontrei uma monarquia esgotada de cabedais, e enfraquecida por muitas revoluções; perturbada por algumas ceitas ocultas, e empobrecida pelas suas próprias riquezas. Um povo sujeito à mais grosseira superstição, uma nação cujos costumes eram muito semelhantes aos dos bárbaros, e um estado governado por usos quase asiáticos, não tendo de europeu mais do que o nome, de monárquico a forma, e de potência a sombra.”⁴²

Pombal converteu-se no principal ministro de D. José, quando depois da tragédia sísmica de 1 de Novembro de 1755, mostrou ser o mais capacitado a fazer frente à penosa situação em que estava a destruída cidade de Lisboa. Carvalho e Melo e os seus colaboradores voltaram a edificar então a capital portuguesa e com ela começavam-se também a construir as novas ideias de despotismo esclarecido, que qualificavam o Portugal pombalino. Começou então a luta do Estado pelo poder absoluto e por tal verificou-se que muitas das instituições do país sofreram alterações, como é o caso das instituições de ensino, incluindo a Universidade de Coimbra, que agora eram totalmente geridos pela entidade estatal, reorganizou-se também o exército, especialmente depois da Guerra dos Sete Anos, e reduziu-se o poder da inquisição.

Embora possa parecer que Pombal tinha uma aversão à classe nobre no geral, esta é uma concepção errada, foram apenas prejudicados pelo pombalismo alguns casos específicos dentro da nobreza. Esta foi uma época em que apesar de tudo, os nobres foram exaltados nos serviços que

³⁹ SERRÃO, 1986, op.cit.pp.117.

⁴⁰ SUBTIL, José, *Evidence for Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?*, in e-JPH, Vol. 5, number 2, Winter 2007,pp.1.

⁴¹ SERRÃO, José Vicente, “Pombalismo”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in José Costa Pereira (coord), Volume II, Alfa, 1986, pp.118 e 119.

⁴² SORIANO, Simão José da Luz, *Historia de Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquês de Pombal*, Vol. I, Lisboa, Typographia Universal, 1867, pp. 163, 214 e 215.

mantinham na corte portuguesa, ou seja, as políticas de Carvalho e Melo apenas queriam “promover a modernização cultural e ideológica e a reeducação da nobreza, em subordinação às concepções filosóficas e ideológicas do absolutismo monárquico e às doutrinas iluministas”. O poder régio era a máxima seguida pelo pombalismo e o Estado o meio que garantia a preservação desse princípio, e para tal havia que dignificar e privilegiar os indivíduos ao serviço do Estado e criar novas instituições que reorganizassem a estrutura política portuguesa, para tal apareceram fundações como, a Real Mesa Sensória, Junta da Providencia Literária, Junta do Comércio, Intendência Geral da Policia e o Erário Régio.⁴³

No país a situação económica era precária, no entanto tal não significava que Portugal fosse um local pouco atractivo para os negociantes estrangeiros, muito pelo contrário, esta foi uma época em que se verificou um grande número de comerciantes externos, que para aqui vinham enriquecer. Os portugueses estavam muito dependentes das importações devido à grande falta de centros produtivos. Não foi difícil para Pombal perceber que a situação industrial do país necessitava de uma profunda reforma, o que veio a originar a recuperação de velhas fábricas já existentes, como foi o caso da Fábrica das Sedas no Rato, e também a criação de novas. Este projecto trouxe ainda mais estrangeiros para Portugal, que vinham instruir os operários portugueses.⁴⁴ Algumas das políticas comerciais implementadas pelo governo pombalino criaram um clima de desassossego e consternação entre todos os que eram prejudicados por tais medidas, como a interdição à participação das entidades privadas de se associarem ao comércio externo. Quando se resolveu criar a zona demarcada do Alto Douro e trazer para o domínio estatal as estruturas empresariais relativas ao comércio dos produtos vindos do Brasil e quando a Mesa do Bem Comum foi substituída pela Junta de Comércio em 1755, para que esta gerisse todas as questões ligadas ao comércio, os sentimentos de repulsa para com as imposições de Pombal intensificaram-se. Todo este descontentamento poderia desencadear uma revolta popular, sendo o receio de punição o único entrave para que tal sucedesse. A Junta de Comércio foi benéfica no sentido em que através dela se fundou a Aula de Comércio em 1759, que dali em diante permitiu aos seus aprendizes, que eram prioritariamente filhos de negociantes, ter uma formação de três anos baseada no método italiano.⁴⁵

No que diz respeito aos objectivos de política económica deste governo, a prioridade máxima recaiu sobre o comércio das riquezas coloniais, cujo domínio era ambicionado por Pombal, especialmente no que se confere aos produtos brasileiros, ou seja, o sistema colonial português fechou-se mais sobre si próprio, através de uma maior articulação entre a economia metropolitana e a economia colonial”⁴⁶

Um facto que importa reter é a oposição de Pombal ao Tratado de Madrid de 13 de Janeiro de 1750, que teve como fim o estabelecimento de limites dos territórios coloniais portugueses e espanhóis da

⁴³ SERRÃO, José Vicente, “Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo”, in *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, ed. Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Domingues, Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Veja, 1986, pp.15, 16 e 17.

⁴⁴ CARVALHO, Rómulo de, “Recurso a Pessoal Estrangeiro no Tempo de Pombal”, in *Revista de História das Ideias*, Volume 4, Tomo I, 1982, pp.94 e 95.

⁴⁵ MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp.90, 92,99 e 101.

⁴⁶ SERRÃO, José Vicente, *O Quadro Económico*, in *História de Portugal*, Volume IV, Direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, 1998, pp.69.

América do Sul. Neste Tratado decretava-se principalmente a cedência a Espanha da colónia do Sacramento por parte de Portugal e conseqüentemente os espanhóis passavam para o domínio dos portugueses territórios do interior do Uruguai, onde se haviam estabelecido os Jesuítas das Sete Missões do Uruguai.⁴⁷ Por esta altura, o Estadista que apenas se ocupava da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra considerava que a assinatura de tal tratado poderia vir a prejudicar Portugal, na medida em que para ele a colónia do Sacramento que se ia ceder aos espanhóis era bem mais valiosa do que as terras brasileiras que correspondem actualmente a Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Curiosamente neste episódio os jesuítas partilhavam da mesma opinião que Pombal, chegando mesmo a verificar-se, em 1754, por parte de um diplomata inglês que “Carvalho já era muito impopular e só era mantido no poder pela influência e apoio dos jesuítas.”⁴⁸

Em 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, ocupa o posto de governador e capitão general do Pará e Maranhão. São as informações passadas por Mendonça Furtado a Carvalho e Melo, acerca da atitude autoritária e pouco submissa às ordens reais dos jesuítas no Brasil, que começam a alterar a opinião de Pombal em relação a estes padres. Com a ordem, do governo português para a criação da Companhia Geral do Pará e Maranhão (6 de Junho de 1755), que passou a ser a detentora do monopólio do tráfico de escravos e da venda dos produtos brasileiros e com a cedência de liberdade aos índios, os jesuítas começam a reagir com desagrado por verem os seus privilégios postos em causa dando origem à expulsão de alguns do território brasileiro.⁴⁹

O modo encontrado pelos jesuítas para de certa forma vingarem as ocorrências nas fronteiras do Brasil, foi a propagação do pensamento de que o terramoto de 1755 era efeito do castigo divino, assim como os problemas sócio económicos do reino, tais teorias foram incentivando ainda mais o ódio de Carvalho e Melo por estes clérigos. Não demorou muito até começarem a ser retirados aos jesuítas muitos dos seus vastos privilégios a nível económico e assistir-se à expulsão de todos os confessores jesuítas da corte, que assim ficavam impedidos de estabelecer contacto com a família real. No dia 3 de Setembro de 1759, a astúcia de Pombal foi comprovada quando consegue banir os jesuítas de todo o território nacional e colonial português. Só faltava agora para total satisfação do Ministro português, em relação a este caso, obter através de uma ofensiva diplomática a expulsão destes clérigos a um nível internacional.⁵⁰

A luta de Pombal contra os seus mais fortes opositores, Companhia de Jesus e a mais alta nobreza de corte foi praticamente vencida quando ambos os grupos são envolvidas nas acusações de um atentado contra a vida do rei em 1759, tendo sido desde logo presos e condenados mais tarde à morte, por estas suspeitas, membros da família Távora e Aveiro e os padres jesuítas Gabriel Malagrida, João de Matos e João Alexandre, ao mesmo tempo que saíam ordens judiciais para que

⁴⁷ SERRÃO, José Vicente, “Tratado de Madrid”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in José Costa Pereira (coord), Volume II, Alfa, 1986, pp.413.

⁴⁸ MONTEIRO, 2008, op.cit. pp.87 e 90.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp.92 e 99.

⁵⁰ SUBTIL, José, *Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006, pp.144, 147, 148, 150 e 152.

todas as casas pertencentes a jesuítas por todo o país, fossem vigiadas por forças militares.⁵¹ Os jesuítas assistiam a uma reviravolta em relação ao seu poder e prestígio junto da sociedade portuguesa, vendo serem-lhes vedadas as actividades administrativas de ensino, que durante muito tempo estivera nas suas mãos e todas estas perdas estavam prestes a repetir-se nalguns pontos da Europa.

Uma nova desavença surge depois da expulsão dos jesuítas de Portugal, quando a Santa Sé se recusa a aceitar a decisão portuguesa de banir os padres da Companhia de Jesus, levando a um corte de relações entre os dois estados em 1760. Seriam necessárias provas mais evidentes da culpabilidade dos jesuítas em todas as acusações que lhes foram feitas pelo governo português, para que o Papa apoiasse tais resoluções. Outros reinos europeus começaram a concordar com as ideias de Carvalho e Melo referentemente ao caso dos jesuítas, sendo a França e a Espanha os primeiros países estrangeiros a seguir o exemplo português. Roma sentia-se cada vez mais pressionada a ceder à vontade destas cortes europeias em relação a uma abolição da Companhia de Jesus, no entanto, o papa Clemente XIII morreu antes de ceder a tal influência, sendo apenas no pontificado seguinte com o novo Papa Clemente XIV, que em 1773, se visiona a expulsão da Companhia de todos os Estados pontifícios. “ Não foi todavia D. José I que fez maior pressão junto de Clemente XIV para se atingir aquele objectivo; foi a diplomacia franco espanhola, muito em especial o rei Carlos III, que ameaçou o pontífice com a divulgação de uma carta em que ele se comprometera a expulsar os jesuítas dos seus Estados.”⁵²

As cortes bourbonicas foram as que melhor conseguiram persuadir o Papa a levar a cabo a extinção da Companhia de Jesus, mas os primeiros passos para o desenrolar deste acontecimento avançaram a partir de Portugal e da figura de Carvalho e Melo que através da diplomacia utilizada junto das cortes europeias, nomeadamente, Espanha, França e Áustria, conseguiu finalmente meios para atingir os seus fins tocando essencialmente em pontos de interesse destes Estados para demonstrar a desvantagem da permanência dos padres jesuítas em cada um deles, “ a eliminação da Ordem dos Jesuítas só seria possível se, com isso, as potências atingissem algo de mais substancial, além da mera extinção.”⁵³

Se por um lado Pombal se recusou a unir forças com as cortes constituintes do Pacto de Família durante a Guerra dos Sete Anos, por outro esta ideia aplicada ao caso da luta anti-jesuítica parecia-lhe bem favorável. Com a ajuda de França, Espanha, Nápoles e Parma as pressões junto da Santa Sé acabaram por ter o desfecho desejado por Pombal.

“ Durante quinze anos, a política externa portuguesa esteve subordinada ao objectivo da extinção dos jesuítas, considerado muito mais importante do que qualquer outro”, mas toda a política externa

⁵¹ COELHO, José Maria Latino, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Grande Edição Popular, 1905, pp.127.

⁵² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal, o Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Edição Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982, pp. 101, 102 e 103.

⁵³ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006, pp. 322.

nacional do período do governo pombalino levava ainda em conta outras pendências importantes das suas relações internacionais, como a aliança inglesa e a importância do território brasileiro.⁵⁴

No ano de 1756, começou a Guerra dos Sete Anos em que os protagonistas são especialmente a França e a Grã-Bretanha, uma luta em que Portugal e Espanha não tomaram inicialmente qualquer partido. Com as atenções internacionais voltadas quase exclusivamente para a Guerra, tornou-se mais fácil para os dois países peninsulares acordarem, sem interferência de terceiros, da anulação do Tratado de Madrid de 1750, que se veio a realizar através do Tratado do Prado de 17 de Fevereiro de 1761. O que havia sido decretado em Madrid em 1750 não ganhou na prática qualquer concretização devido à mudança de governo que houve em Portugal alguns meses após a sua assinatura. O novo governo dirigido por Pombal não se mostrou favorável ao acordado em Espanha e começou a planear a anulação desse acordo, esta ideia começou também a parecer viável ao lado espanhol abrindo-se desta forma as portas para o Tratado do Prado. As motivações que levaram os dois reinos da Península Ibérica a anularem com este novo Tratado o que ficara estabelecido em 1750 estavam relacionadas com o facto de Portugal preferir conservar a colónia do Sacramento em seu poder, para desta forma preservar as manobras económicas luso-britânicas desenvolvidas nesse território e de Espanha considerar que podia resolver mais facilmente esta questão tomando a colónia do Sacramento através da guerra e sem ter de abdicar de nada em troca.⁵⁵ As relações entre Portugal e Espanha mantinham-se pacíficas mas o desenvolvimento da Guerra dos Sete Anos acabou por puxar as duas Nações para o cenário de conflito em posições contrárias. O primeiro envolvimento de Portugal na guerra deveu-se a um ataque, no Verão de 1759, feito pelos ingleses a uma esquadra francesa em território marítimo português, perto da baía de Lagos. Este ataque obrigou Carvalho e Melo, induzido pelo embaixador francês em Lisboa, a tentar convencer os governantes ingleses a justificarem a violência contra as embarcações francesas e repararem os danos causados. A investida diplomática de Pombal junto da corte britânica resultou pela metade, pois as desculpas foram apresentadas mas a devolução das apreensões feitas pelos britânicos não ficou assegurada.

A situação portuguesa complicou-se quando em Agosto de 1761, foi acordado por iniciativa de França o Pacto de Família entre os príncipes Bourbons, entre os quais Carlos III de Espanha, que desta forma se juntou à luta contra os ingleses. Com franceses e espanhóis do mesmo lado, faltava-lhes agora uma peça elementar para comprometer a posição dos ingleses nesta guerra, que era o fim da aliança luso-britânica, que poderia ter acontecido caso Portugal tivesse cedido às pressões, que em Fevereiro de 1762, franceses e espanhóis começaram a fazer ao governo português induzindo-o a aderir ao Pacto de Família, com a justificativa de D. José I ser casado com uma princesa Bourbon.

Pombal conseguiu resistir à imposição franco espanhola, mas esta recusa levou à abertura de mais uma frente de batalha, desta vez em terras portuguesas, quando a 30 de Abril de 1762 o exército espanhol entrou em Portugal, perante isto restava ao governo lusitano declarar guerra aos seus vizinhos espanhóis, a 18 de Maio de 1762, iniciando-se a chamada Guerra Fantástica.

Portugal que até ali se havia mantido neutro no cenário da guerra por considerar que esta seria a posição mais benéfica para o país que não estava em condições de se manifestar porque

⁵⁴ Idem, *ibidem*, pp. 322 a 326.

⁵⁵ SERRÃO, 1986, op.cit. pp.413.

militarmente se encontrava numa posição fragilizada e economicamente esta seria a posição que melhor assegurava os seus interesses, que se baseavam essencialmente no comércio externo como meio de fortificação da economia interna.⁵⁶ Para além do conflito no território de Portugal Continental, Portugal via na mesma altura, os espanhóis tomarem-lhe territórios nas colónias da América do Sul comprovando-se que “para além de razões mais gerais de política internacional os dois países ibéricos se envolveram no conflito principalmente para resolverem um litígio colonial que se arrastava à décadas e que o Tratado dos Limites, de 1750 não conseguira resolver”.⁵⁷

O único meio que Portugal teve para se proteger e contra-atacar as tropas invasoras, foi o pedido de auxílio militar que Carvalho e Melo se viu obrigado a solicitar à corte de Londres, que enviou para Portugal um contingente militar, que foi bastante benéfico para o sucesso desta facção na Guerra Fantástica, registando-se a sua vitória em Novembro de 1762, quando se assinou um armistício entre as partes rivais. A guerra em terras portuguesas acabara, mas Portugal tinha perdido para os espanhóis a colónia de Sacramento e estes perderam Havana e Manila para os ingleses. As hostilidades de Portugal e Inglaterra para com a França e a Espanha terminaram definitivamente com a realização do Tratado de Paris, a 16 de Fevereiro de 1763, na qual se restituiu aos portugueses o territórios de Sacramento e do Rio Grande do Sul.⁵⁸

Com a Guerra veio-se mais uma vez confirmar a grande dependência de Portugal face aos seus aliados britânicos, a um nível económico como já se sabia, e agora militarmente. Choiseul, Ministro francês, chegou mesmo a dizer que os portugueses não passavam de meros vassallos dos ingleses, ele, que por causa da ajuda prestada por Inglaterra a Portugal durante a Guerra Fantástica, viu os seus planos de fechar os portos portugueses aos seus inimigos britânicos serem destruídos, quando o embaixador espanhol em Lisboa, José Torrero, e o enviado especial francês, Jacob O’ Dunne, não conseguem negociar com sucesso a adesão portuguesa ao Pacto de Família. Quando o território português foi invadido, o plano central das tropas inimigas ao entrarem neste país era dirigirem um ataque à cidade do Porto, por esta ser o grande centro das exportações de vinho português para Inglaterra, porém nunca se chegou a concretizar, devido especialmente à resistência popular que as tropas espanholas iam encontrando pelo caminho, levando a um segundo objectivo de atacar Lisboa através do Rio Tejo, mas as tentativas espanholas voltaram a falhar, mesmo contando com o auxílio militar de França.⁵⁹

Como outros monarcas do seu tempo, D. José I preferiu entregar-se aos prazeres da vida deixando muitas das responsabilidades governativas a cargo de Carvalho e Melo. O rei português passava boa parte do seu tempo, é certo, em caçadas, óperas e jogos de cartas, mas contrariamente ao que se

⁵⁶ SERRÃO, José Vicente, “Guerra dos Sete Anos e Portugal”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in José Costa Pereira (coord), Volume II, Alfa, 1986, pp.302.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, pp. 302.

⁵⁸ http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_20.html

⁵⁹ SZABO, Franz A.J., *The Seven Years War in Europe: 1756-1763*, Great Britain, Pearson Longman, 2008, pp. 378,406, 407.

possa pensar, não descuidava de se manter a par dos negócios públicos do reino e mantinha-se frequentemente em contacto com seus Ministros.⁶⁰

Certo é que “pombal sempre dispôs de vastos poderes, mas eles sempre dependeram do apoio do rei”⁶¹ e sem este suporte tudo o que Pombal idealizara não teria tido efeito. A partir de 1774, as esperanças dos opositores de Carvalho e Melo ganharam fundamento, a saúde de D. José I começou a dar indícios de que a sua vida não seria muito mais longa, querendo isto dizer que o domínio pombalino também começava a ter os dias contados. Para Pombal e os seus colaboradores mais próximos parecia haver uma única forma de se manterem no poder, que passava pela alteração da herança ao trono de D. José, ou seja, se em vez da sucessão real recair na filha mais velha do rei, ela incidisse sobre o seu neto, o príncipe D. José, filho da futura D. Maria I, instruído por um dos mais fiéis aliados de Carvalho e Melo, Frei Manuel do Cenáculo, responsável pela educação do príncipe.

Pombal não fazia de todo parte dos planos de governo da futura rainha de Portugal, no entanto isso não o impediu de planear a continuação da sua política através de alguns ministros da sua total confiança, entre eles e em especial o seu secretário adjunto, José Seabra da Silva, que por sua vez se deixou cair em desgraça ao revelar os planos ocultos de Pombal sobre a possibilidade de uma possível abdicação da princesa do Brasil em nome do príncipe da Beira, seu filho. Seabra da Silva foi desta forma banido do reino e destituído do seu cargo político por D. José I em 1773.⁶²

Com a grave situação de saúde do monarca, em Novembro de 1776, tornou-se regente do reino a rainha sua esposa, D. Mariana Vitória, e desde logo a oposição ao regime de Carvalho e Melo começou a engendrar a queda do ministro mesmo antes da morte do rei, aproveitando-se do facto de a rainha já não ser como inicialmente tão afectiva em relação a Pombal. A nova regente levou a cabo algumas medidas que retiraram poder a Carvalho e Melo com o objectivo de o fazer ver que os seus serviços já não eram tão desejáveis.

Os meses da regência da rainha Mariana Vitória, que antecederam à morte do rei, marcaram o princípio do fim do Marquês de Pombal, a sua participação no governo passou a ser apenas figurativa. Muitos dos despachos, que anteriormente requeriam sempre o seu aval eram por esta altura assinados pelo Ministros Aires de Sá e Melo, tendo ocorrido a 23 de Janeiro de 1777 o seu último acto de autoridade. Antes mesmo da morte de D. José, apercebe-se que a sua permanência ao serviço da casa real era inútil e a 7 de Fevereiro pede à rainha regente a sua demissão, porém a soberana afirmava não ter poder para deliberar sobre um assunto tão delicado, o que levou Pombal a permanecer no cargo “fictício” até ao desaparecimento do rei moribundo.⁶³

Carvalho e Melo pode ter caído totalmente em desgraça já durante o reinado de Maria I, mas o menosprezo inicial para com a sua pessoa deve-se, como já foi dito, à rainha consorte de D. José I, e os motivos que levaram à atitude severa de Mariana Vitória para com o ministro estão certamente relacionados com a discordância desta rainha-mãe com o que Pombal havia feito contra algumas

⁶⁰SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, pp.79.

⁶¹MAXWELL, 2001, op.cit.pp.180.

⁶²Idem, *ibidem*, pp.180 e 182.

⁶³AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, Lisboa, Clássica Editora, 1909, pp.344.

entidades clericais, pois ainda durante a sua regência assinou a anulação da extinção de grande parte dos mosteiros beneditinos, e pelas tentativas que este fez para modificar a linha de sucessão do reino, onde se excluía o direito da sucessão às mulheres. Mariana Vitória terá sabido através da confissão de Seabra da Silva, em 1773 dos planos de Pombal de afastar da sucessão ao trono a princesa do Brasil, que por vontade do Ministro deveria abdicar em nome do seu filho mais velho.⁶⁴ Quando D. Mariana Vitoria morre, em Janeiro de 1781, as acções levadas a cabo para penalizar o Marquês de Pombal já estavam praticamente concluídas, assim sendo, por muito que a nova rainha D. Maria I e o Marido D. Pedro III repelissem Carvalho e Melo, as principais represálias contra ele foram feitas a mando ainda durante a vida de Mariana Vitória, pois os dois soberanos mostraram com a subida ao trono, um espírito pacifista e amável não querendo tratar o velho ministro com a severidade que muitos desejavam.

D. José I morreu de 23 para 24 de Fevereiro de 1777 e subiu então ao trono, como primeira soberana reinante de Portugal, D. Maria I. A 1 de Março, com o novo reinado, Pombal voltou a solicitar a dispensa dos seus empregos, que lhe foi concedida pelo decreto de 4 de Março de 1777, podendo Pombal partir com a virtude de ter saído do poder por vontade própria antes de o fazer por resolução de outrem. Tanta clemência em relação ao antigo ministro abominado por D. Maria I não iria durar muito, mas também não alcançaria os níveis de penalização que os opositores de Carvalho e Melo desejavam. O destino de Pombal ficava agora sujeito à justiça, que não o penalizou com mais do que o eterno desterro na sua quinta de Pombal, onde chega no dia 15 de Março de 1777.⁶⁵

D. Pedro José de Noronha foi o homem chamado para substituir Pombal no Ministério do Reino e apesar de depois de 27 anos de governo o Marquês ter sido praticamente obrigado a deixar o poder, as suas ideias políticas permaneciam vivas e alguns dos seus cooperantes permaneceram ao serviço da coroa, como é o caso de Martinho de Melo e Castro, na Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos e Aires de Sá e Melo que ocupou o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.⁶⁶

A figura de Pombal já não representava o país mas o seu legado permanecia de certa forma activo, visto que os novos governantes continuavam a exercer uma política virada para o espírito iluminista, que havia caracterizado a era pombalina. No Conselho de Estado do reino encontravam-se ainda muitos dos admiradores do antigo ministro, sendo um deles o príncipe D. José, que antes de vir a falecer em 1788 ali fazia por vezes referência aos bons serviços e fidelidade de Carvalho e Melo.⁶⁷

Pombal terminou os dias no seu exílio em Pombal e vem a falecer a 8 de Maio de 1782, escapando a uma pena bem mais pesada, como desejavam os seus opositores. Em sua defesa usava todos os méritos do seu ministério e afirmava que nada fizera sem o aval da pessoa do rei.⁶⁸

⁶⁴ RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2010, pp. 66 e 94.

⁶⁵ AZEVEDO, 1909, op.cit.pp.344 a 347.

⁶⁶ SERRÃO, 1982, op.cit.pp. 78, 295, 297 e 298.

⁶⁷ LABOURDETTE, Jean François, *História de Portugal*, Porto, Dom Quixote, 2001, pp. 457.

⁶⁸ SERRÃO, 1986, op.cit.pp.117.

Capítulo II

Nápoles no Tempo de Tanucci

No período em estudo, o Reino de Nápoles – ou Reino das Duas Sicílias, como era por vezes designado, embora esta denominação só tenha sido oficialmente reconhecida em 1816 – constituía um dos maiores e mais importantes estados em que então se dividia a Península Italiana. Compreendia as regiões de Abruzzo, Molise, Puglia, Campania, Basilicata, Calábria, Sicília, mais uma parte do Lazio.

Para melhor compreender a situação, é conveniente recuar aos inícios do século e ao grande conflito europeu que então opôs as dinastias Habsburgo e Bourbon, e que ficou conhecido como a Guerra da Sucessão de Espanha. Foi nesse quadro que os territórios de Nápoles e da Sicília, que desde o século 15 estavam unidos e integrados na monarquia espanhola dos Habsburgos, foram desmembrados e realinhados. No desfecho daquela guerra, enquanto a Espanha passava a ser governada por um monarca Bourbon (Filipe V), Nápoles e a Sicília transitaram para o domínio dos Habsburgos austríacos, sob a tutela do Imperador (Carlos VI). Assim ficou determinado nos tratados de Utrecht (1713) e Rastadt (1714).⁶⁹ No entanto, e apesar da mudança dinástica, a Espanha cedo procurou recuperar aqueles territórios para a sua esfera de influência política e estratégica. Foi assim que, depois de algumas tentativas falhadas, por oposição da Áustria e de várias outras potências europeias, uma expedição militar bem sucedida, em 1734, colocou no trono napolitano um dos filhos do monarca espanhol Carlos de Bourbon.⁷⁰ Os acordos internacionais então firmados, nomeadamente o Tratado de Viena de 1738,⁷¹ consagraram a independência política deste estado, com uma cláusula que prevenia a sua incorporação na coroa espanhola. Com o título de Carlos VII, o novo monarca reinou nas Duas Sicílias até 1759, data em que ascendeu ao trono de Espanha como Carlos III. Sucedeu-lhe o filho, Fernando IV, cujo reinado se estende de 1759 até 1825.

A nova dinastia queria tornar o reino e especialmente a sua capital Nápoles num dos maiores centros europeus e para tal seriam necessárias profundas alterações internas, ficando este reinado marcado pelo início de reformas nas leis, na cultura, na economia, no comércio, na agricultura e no exército.

Por trás da figura do rei estava Santo Stefano, chefe do Conselho de Estado, mas no conjunto dos ministros reais já se encontrava, embora com uma postura discreta, Bernardo Tanucci, por aquela altura ministro da Justiça, que futuramente iria desempenhar um papel de grande relevância no governo de Nápoles. Tanucci nasceu em Stia na Toscana, no ano de 1698, antes de ter qualquer cargo político foi professor de Direito na Universidade de Pisa e por volta de 1730, os seus serviços de jurista foram usados na defesa dos interesses espanhóis na luta pelo direito ao território italiano de Siena. Não demorou muito até Bernardo Tanucci ganhar a confiança e admiração de Stefano, criando-se uma forte amizade entre os dois. Nápoles tinha nesta altura cerca de vinte cinco mil

⁶⁹ HOCHEDLINGER, Michael, *Austria's Wars of Emergence 1683-1797*, London, Pearson Education Limited, 2003, pp.174, 175 e 239.

⁷⁰ COLLETA, Pietro, *History of the kingdom of Naples, 1734-1825*, Edinburgh, T. Constable and CO, 1856.pp.20 e 21.

⁷¹ ADDISON, Joseph, *Charles the Third of Spain*, Oxford, BiblioBazaar, 2008, pp. 29.

peçoas, profissionalmente ligadas à área judicial ou do Direito, representando seis por cento da população total desta cidade.⁷²

Nestes primeiros anos de reinado de Carlos VII das Duas Sicílias os principais dirigentes do seu reino foram os já referidos Stefano e Tanucci mas também o Marquês de Montealegre, Secretário de Estado cujo poder e influência na corte se seguia à do Conselheiro chefe Santo Stefano.⁷³ Por outro lado, apesar de ser a quarta maior cidade da Europa, com 400.000 pessoas, a que um dia Napoleão Bonaparte chamou “terra no fim do mundo”, Nápoles contava com uma taxa de noventa por cento de analfabetos no geral da sua população, “era também a terra dos contrastes onde a aristocracia e o clero viviam em extravagância, mas as classes mais baixas eram desesperadamente pobres”⁷⁴ Apesar de serem agora um único reino, Nápoles e Sicília continuavam a diferir entre si em termos geográficos, a parte napolitana superava com as suas cinquenta províncias face às sete da ilha siciliana, mas culturalmente, para além dos sicilianos terem o seu próprio dialecto, mantinham também um grande espírito de independência face à imponência da capital napolitana. Na Sicília reinava nas pessoas um carácter mais enérgico e obstinado em relação aos seus princípios, diferente do que acontecia em Nápoles em que o povo tinha uma postura menos activista relativamente às mudanças que pudessem sobrevir.⁷⁵

O reino necessitava de muitas reformas a nível económico, militar, social e cultural, mas apesar das tentativas reformistas houve alguma incapacidade do governo para as implementar, muito devido à força que ainda tinham naquele reino os senhores feudais e a igreja. Não obstante, a cidade de Nápoles aparecia aos olhos de todos como vigorosa em comparação com o resto do reino. A corte fez da capital um meio luxuoso, repleto de fontes culturais e intelectuais, conhecidas além fronteiras e de novas construções grandiosas onde se destacaram as residências reais. Porém, com o começo da década de 1750, começaram a surgir em Nápoles, atraídos pela grandeza da cidade, grupos de pessoas vindas de várias partes do reino com a esperança de melhorar de vida e com estes necessitados apareceram também bandos ligados ao crime. Os recursos e a riqueza estavam portanto centralizados e mal distribuídos, as províncias do reino ficavam esquecidas e a pobreza chegava ao ponto de não haver o que comer e vestir.⁷⁶

Em relação ao comércio, este reinado implantou em 1739 o chamado Supremo Magistrato di Commercio. Os objectivos centrais desta mudança eram evitar a continuação da negligência comercial que existia entre o território continental do reino e o da ilha siciliana, promover o desenvolvimento da manufactura da seda, reformar as alfândegas e proporcionar mais justiça para os comerciantes através de um melhor controlo dos principais portos do reino.⁷⁷ No caso das reformas militares pouco foi feito, o desejo do rei de manter a sua pátria em paz e neutral em conflitos

⁷² ASTARITA, Tommaso, *Between Salt Water and Holy Water: A History of Southern Italy*, London, Norton & Co, 2006, pp.213.

⁷³ ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, pp.31.

⁷⁴ VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009, pp.102.

⁷⁵ COLLETA, Pietro, 1856, op.cit.pp. 2 e 3.

⁷⁶ IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 12, 13 e 14.

⁷⁷ ROBERTSON, John, *The Case for The Enlightenment: Scotland and Naples 1680-1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 332.

internacionais provocou um certo desleixo na protecção do reino, que poderia ser facilmente derrotado em caso de guerra. Tanto o exército como os estabelecimentos bélicos do reino estavam debilitados, não havendo quase nunca um número superior a quinze mil militares ao serviço do exército.⁷⁸

Carlos VII englobou nos seus diversos projectos arquitectónicos o esplendoroso palácio de Caserta, desenhado por Luigi Vanvitelli, que começou a ser erguido em 1754, só terminando por completo as construções passados 22 anos. Para além do palácio de Caserta, surgiram nas redondezas de Nápoles novas casas reais, como o palácio de Portici e Capodimonte, enquanto na capital se reformava o palácio real já existente. Todas estas casas receberam frequentemente a família real napolitana ao longo dos anos.⁷⁹ Entre as obras edificadas, para proveito e embelezamento da corte, surgiu também a construção de um edifício a que se chamou Reale Albergo dei Poveri, em 1751, destinado como o seu nome indica ao acolhimento dos pobres da cidade de Nápoles. Este palácio tinha o objectivo de conseguir alojar quinze mil pessoas desventuradas, mas apesar das boas intenções deste plano apenas parte dele conseguiu ser realizado.⁸⁰ Como parte integrante das grandes obras que valorizaram culturalmente o reino das Duas Sicílias durante a época bourbonica encontram-se as escavações arqueológicas feitas nas cidades romanas de Pompeia e Herculano, que haviam ficado enterradas durante séculos por cinzas vulcânicas. Muitas das antiguidades que se iam descobrindo eram levadas para o palácio de Portici e o rei assistiu por diversas vezes aos trabalhos nas escavações.⁸¹

A igreja concentrava para si uma boa parte da riqueza do reino, sendo proprietária de um terço das terras proporcionando uma vida bastante confortável aos seus clérigos, tal como a nobreza e juntos formavam uma poderosa oposição aos planos de reforma de Carlos VII. Tanucci viria a ser o grande dirigente das medidas a favor do fim da grande imunidade da igreja dentro daquele Estado, especialmente em casos de absolvição de crimes, tentando destacar cada vez mais a autoridade real perante os clérigos.⁸²

Foi durante este reinado que começou a ganhar forma as ideias iluministas, que igualmente estavam em expansão na Europa. Aos olhos de Tanucci, as ideias iluministas eram úteis para a boa formação de um Estado moderno, no entanto, ele não era, a um nível pessoal, muito adepto destas concepções mantendo um pensamento mais conservador.⁸³

Em 1738, Carlos casou-se com Maria Amália de Saxónia, filha de Augusto III da Polónia, que lhe havia sido prometida alguns anos antes, quando o soberano tinha vinte e um anos. Nesse mesmo ano, o Primeiro Ministro, Santo Stefano é substituído por Montealegre, que ocupará este cargo por um período de oito anos, até ser chamado para servir em Espanha na primavera de 1746, estando a

⁷⁸ PROCTER, George, *The history of Italy: from the fall of the Western empire to the Commencement of the Wars of The French Revolution*, Vol. II, London, G.B. Whittaker, 1825, pp.569.

⁷⁹ DAVIS, John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006, pp.28.

⁸⁰ FERRYBRIDGE, Henry Nelson, *Naples and Sicily Under the Bourbons Sketches*, Nabu Press, 2010, pp.27.

⁸¹ COLLETTA, 1856, op.cit.pp.88.

⁸² Idem, *ibidem*, pp. 31.

⁸³ DAVIS, 2006,op.cit.pp.28.

sua saída do governo napolitano relacionada com a inimizade entre este e a rainha Maria Amália. Depois do período inicial do reinado de Carlos de Bourbon em Nápoles ter sido gerido por dois Primeiros-ministros de origem espanhola, chegou a vez do italiano Marquês de Fogliani, que “era um cortesão realizado mas medíocre em todos os outros aspectos”⁸⁴ permanecendo com o cargo apenas até 1755, data em que foi nomeado vice-rei da Sicília como forma de consolação pelo cargo perdido. A saída de Fogliani marcou o início da ascendência de Tanucci como principal figura por trás da pessoa do rei. O cargo de Primeiro-ministro foi abolido e o reino passava a ser administrado essencialmente pelas secretarias de Estado comandadas por Tanucci e Squillace, o primeiro ficou encarregue dos negócios estrangeiros, da Secretaria de Estado da Justiça e dos assuntos da casa real e o segundo ocupava-se das Secretarias das Finanças, Guerra e Marinha e assuntos eclesiásticos.⁸⁵

Com Tanucci aumentou a luta do poder real contra o forte feudalismo, que se encontrava especialmente no sul do reino, mostrando-se os primeiros sinais de iluminismo, que renegavam os privilégios feudais. “As ideias iluministas em Nápoles eram intelectualmente elegantes, mas também superficiais, porque quando os reformistas chegaram à difícil tarefa de traduzir as suas ideias para a prática dentro das medidas administrativas, o seu iluminismo não foi tão fundo quanto o seu medo de problemas.”⁸⁶ Essencialmente a partir de 1758 até ao meio da década de setenta, a corrente iluminista percorreu toda a Itália. No caso napolitano, a principal figura que demonstrou a necessidade do desenvolvimento do despotismo iluminado foi António Genovesi, escreveu as obras “Elementa Metaphysicae”, em 1743, e a “Lógica”, em 1745, e foi professor na Universidade de Nápoles. Em 1754 foi o primeiro a leccionar a cadeira de economia política.⁸⁷ Genovesi considerava ser imprescindível uma alteração na estrutura do Estado, até então sujeito às vontades da igreja e da nobreza feudal, apesar de ter ficado provado que o reino das Duas Sicílias não foi suficientemente forte para ultrapassar completamente todas as barreiras necessárias para acabar com os privilégios e abusos dos nobres e dos clérigos, Genovesi e os seus seguidores foram a maior das forças do movimento iluminista, que começou a surgir em Nápoles e um dos primeiros casos que influíram esta corrente iluminista por toda a Europa. A preocupação central de Genovesi era a sociedade com a sua ignorância e pobreza que tinham de ser combatidas pelo Estado através de várias reformas, mesmo sabendo que os meios para se alcançar o esplendor do iluminismo não seriam uma tarefa fácil.⁸⁸ Como professor, Genovesi conseguiu atrair a atenção da juventude vinda de todo o reino para a Universidade de Nápoles, considerando ser esta a melhor forma de fazer crescer uma nova geração atenta à importância da economia política.⁸⁹

⁸⁴ ACTON, 1998, op.cit.pp.67.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, pp.30, 56, 67 e 90.

⁸⁶ PAQUETTE, Gabriel B., *Empire*, “Enlightenment and Regalism: New Directions in Eighteenth Century Spanish History”, in *European History Quarterly*, Cambridge, SAGE Publications, 2005, pp. 112.

⁸⁷ IMBRUGLIA, 2000, op.cit.pp.74.

⁸⁸ VENTURI, Franco, *Church and Reform in Enlightenment Italy*, University of Chicago Press, 1976, pp. 215,219 e 230.

⁸⁹ ROBERTSON, 2005, op.cit.pp.359.

Genovesi admitiu que qualquer projecto de reforma em Nápoles tendia a ser dificultado pela precária situação social existente no reino e o rei não podia ser o único empreendedor nessas reformas, sendo necessário um forte suporte público que ajudasse a implementar e principalmente a manter tais reformas.⁹⁰ A influência das teorias de António Genovesi em Tanucci foi inegável, a partir do momento em que o Ministro tomou conhecimento dos escritos de Genovesi os seus planos de reforma passaram a ter um carácter mais virado para as questões humanas e sociais ao invés de se centrar tanto em aspectos jurídicos e institucionais.⁹¹

Quando em 1764 a situação de fome e pobreza do reino se agravou, Genovesi publicou a “Lição de Comercio” com a aprovação de Bernardo Tanucci. A intenção do escritor era promover uma iniciativa de liberalização do comércio do trigo de Nápoles mas apesar da concordância entre Genovesi e Tanucci em relação a esta medida, o Ministro não teve capacidade para a implementar, porque o negócio dos cereais era o grande monopólio dos nobres de Nápoles e dos proprietários rurais. Franco Venturi levanta a hipótese de Tanucci se ter empenhado ainda mais na luta contra os privilégios do clero, por concluir que não era capaz de combater o poder da nobreza.⁹²

Ainda durante o ano de 1764, Bernardo Tanucci encarregou Genovesi de traduzir o trabalho do francês Herbert “Police des Grains” e mandou que a este escrito se acrescentasse coisas relacionadas com o reino das Duas Sicílias.⁹³

Fernando VI sucedeu ao trono espanhol em 1746 com a morte de seu pai Filipe V, o seu reinado foi curto, durou apenas até 1759. A rainha consorte de Fernando VI era a princesa portuguesa, Maria Bárbara de Bragança, que faleceu em 1758, um ano antes do rei. A morte desta rainha causou grande depressão a Fernando VI e pode ter sido a principal causa da doença que a partir de então se apoderou daquele monarca, que acabou por morrer pouco tempo depois. A morte de Fernando VI deu origem à partida de Carlos de Bourbon para Espanha onde, como herdeiro do seu meio-irmão, tomou posse do trono.⁹⁴

Não esquecendo o que ficou estabelecido no Tratado de Utrecht, as coroas de Espanha e das Duas Sicílias não poderiam pertencer ao mesmo rei e como tal Carlos foi forçado a abdicar do seu trono em Nápoles antes de partir definitivamente para Espanha. A nomeação do sucessor de Carlos no trono das Duas Sicílias foi um processo complicado, pois teve de se provar a real incapacidade do filho mais velho de Carlos III, D. Filipe, para qualquer posição governativa por causa da sua insanidade, o que o impedia de subir um dia ao trono de Espanha. Fernando IV, o terceiro infante, acabou por ser coroado rei das Duas Sicílias enquanto o seu irmão Carlos António, segundo infante, seguia com o resto da família para Madrid como futuro herdeiro da coroa espanhola. Admitir a incapacidade do seu

⁹⁰ PAQUETTE, Gabriel B., *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies in the Long Eighteenth Century*, Londres, Ashgate, 2009, pp. 70 e 74.

⁹¹ IMBRUGLIA, 2000, op.cit.pp.13.

⁹² VENTURI, 1976, op.cit.pp.229 e 230.

⁹³ MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967, pp.58.

⁹⁴ KAMEN, Henry, *Who's who in Europe, 1450-1750*, London, Routledge, 2000, pp.112.

filho mais velho não foi fácil para Carlos III, “ a imbecilidade do infeliz infante foi descrita e autenticada num documento que o rei, quase em lágrimas, ordenou que fosse lido numa assembleia”.⁹⁵

O novo soberano de Nápoles encontrava-se à altura da partida dos seus pais para Espanha com apenas sete anos de idade, o que levou à formação de um Conselho de Regência, que administraria o reino até à maioridade do rei. Bernardo Tanucci ficou responsável pelo comando da Regência, composta por mais sete ministros escolhidos por Carlos III. Apesar de ser o mais novo, Tanucci conseguiu o cargo mais relevante entre o conjunto de regentes do reino, pois Carlos confiava nele acima de todos os outros. Há quem afirme que Tanucci se aproveitara do poder que lhe fora confiado, chegando mesmo a trair a confiança do rei espanhol ao manter o jovem Fernando IV pouco instruído acerca dos assuntos de governo.⁹⁶

Em Espanha, com a chegada de Carlos III, começou o período de maior força do despotismo iluminado. As reformas que então começaram a ser programadas em Madrid contaram com a forte influência dos pensamentos políticos e económicos napolitanos. Tal como se desejava fazer nas Duas Sicílias as reformas em Espanha giraram principalmente à volta da economia, justiça, administração e igualdades fiscais.⁹⁷ Grande parte das decisões tomadas no reino das Duas Sicílias por Tanucci tinha a aprovação de Madrid, de onde Carlos III continuava a enviar, por escrito, as suas opiniões em relação ao que se ia passando em Nápoles. O governo da regência continuou com os planos de reforma que haviam sido criados ainda durante o reinado anterior e o seu principal fim era impor a soberania real acima de tudo, lutando contra o que pudesse limitar o poder real, posto isto havia que enfraquecer a forte influência da igreja e da nobreza, assim como levar a cabo uma descentralização das riquezas do reino, para acabar com a situação de crise e exploração nas províncias. Entre a nobreza encontravam-se grandes entraves ao absolutismo real e segundo Tanucci esta ala da sociedade tinha uma ideologia repleta de interesses privados e comodistas acabando por prejudicar o bem-estar do povo, cuja protecção estava dependente da do rei.⁹⁸ Para além da aristocracia, existia também a abastada instituição da igreja, que nesta altura começava a ser encarada como decadente, ineficaz e injusta pelos seguidores do despotismo iluminado. O auge de todas as reformas foi vivido durante a década de 60 e especialmente depois da grande fome que se apoderou de Itália, a partir de 1763, sendo o caso das Duas Sicílias o mais dramático, aumentando-se assim a vontade de reestruturação da sociedade.

A fraca colheita de cereais, que começou em 1763 e se agravou no ano seguinte, deu origem à maior fome do século naquele reino. Em 1764, à falta de alimentos juntaram-se as epidemias que provocaram a morte de milhares de pessoas, num curto espaço de tempo. Para além da grande perda demográfica, o reino deparou-se com uma crise financeira, que derivou da necessidade de importar cereais do exterior gastando-se cerca de três milhões de ducados. Os preços dos alimentos tornaram-se muito elevados para a maior parte da população, mas por outro lado, alguma da elite de Nápoles tirou partido da situação conseguindo clandestinamente aumentar o fabrico de pão através

⁹⁵ COLLETTA, 1856, op.cit.pp.100.

⁹⁶ COLLETTA, Pietro, Horner Susan, *A Century of Despotism in Naples and Sicily*, Bibliolife, 2009, pp.11.

⁹⁷ PAQUETTE, 2005, op.cit.pp.108 e 109.

⁹⁸ IMBRUGLIA, 2000, op.cit.pp.12.

da mistura de farinha com mármore em pó, e tal crime desencadeou ainda mais morte não só pela fome, mas devido a problemas intestinais causados por esta mistura. Nos anos que se seguiram à crise, o governo proibiu a exportação de grão para evitar repetições da tragédia passada.⁹⁹

Perante esta situação de calamidade, o governo só pôde agir até determinado ponto, pois não tinha poder suficiente para se impor aos monopolistas e aos tribunais municipais tanto de Nápoles como das suas províncias, que eram dirigidos por um pequeno grupo de nobres elitistas, assim a ideia de reforma veio fortificar-se ainda mais junto dos membros da regência e “um novo grupo de escritores, pensadores e professores começaram a fazer da reforma institucional e política a premissa para a recuperação económica e para a regeneração civil do reino”.¹⁰⁰ A grande fome de Nápoles apareceu relacionada a várias causas, um exemplo é o facto de alguns intelectuais italianos da época terem afirmado, que a fome fora causada pelo desleixo do governo em permitir que entrassem no reino certos livros franceses relacionados com heresia e ateísmo, possivelmente esta ideia fora bem recebida por aqueles que não apoiavam as novas ideias iluministas, que amparavam o excessivo abuso de poder eclesiástico que o governo de Nápoles aos poucos começava a combater.¹⁰¹

Relativamente à relação do Ministro Tanucci com os representantes das cortes estrangeiras em Nápoles pode concluir-se que os seus maiores desagradados recaíam nos franceses, e estes por seu lado também demonstravam pouca simpatia pela autoridade de Tanucci, que não perdia a oportunidade de acentuar que estava hierarquicamente numa posição superior à dos ministros estrangeiros e que o seu poder naquela corte era inigualável, visto que “nenhum documento poderia deixar de passar pelas mãos do Primeiro-ministro”. Quanto aos ingleses, apesar de não demonstrar a mesma aversão que mantinha para com os representantes de França, também não lhes tinha uma admiração especial.¹⁰²

Em termos de política externa e apesar do seu pouco zelo em relação aos franceses, Tanucci concordava que a união entre as cortes bourbonicas era altamente benéfica para a manutenção da paz e segurança daquele reino, militarmente tão pobre. Também o envio de representantes diplomáticos para as cortes estrangeiras se tornou importante para a política externa do reino, os enviados levavam consigo as suas credenciais, cartas destinadas a informar os seus colegas napolitanos espalhados pelos diversos reinos acerca da sua nomeação diplomática e ainda um documento explicativo do carácter da sua missão e da forma como deveriam proceder, juntamente com a indicação dos contactos mais vantajosos que para o bom sucesso das missões deveriam ser estabelecidos. Para Tanucci os representantes das Duas Sicílias nas cortes estrangeiras não possuíam, na sua maioria, os requisitos essenciais para fazer valer os principais propósitos do reino. Esta posição de Tanucci em relação aos diplomatas possivelmente tinha origem no facto de serem, na maior parte das vezes, recrutados para os cargos diplomáticos membros da nobreza. Tanucci “estava constantemente preocupado com a falta de cultura e perícia dos diplomatas nobres e com a

⁹⁹ ACTON, 1998, op.cit.pp.115 e 116.

¹⁰⁰ DAVIS, 2006, op.cit.pp.36.

¹⁰¹ CHADWICK, Owen, *The Popes and European Revolutions*, Oxford, Oxford University Press, 1981, pp. 12.

¹⁰² ACTON, 1998, op.cit.pp.124, 125.

vaidade arrogante com que disputavam entre si para esbanjar o dinheiro do rei em recepções extravagantes”.¹⁰³

Fernando IV chegou então à maioridade em 1767, encerrando-se nessa altura o Conselho de Regência, que foi substituído pelo Conselho de Estado, liderado pelo rei, mas composto pelos ministros que anteriormente formavam a governação. Embora algumas coisas tenham mudado, o rei que “nunca abriu um livro por amor ao estudo ou leu um documento por interesse nos assuntos públicos, e assim como os regentes governaram o reino durante a sua menoridade, os seus ministros ou a sua mulher governaram-no depois da sua independência”.¹⁰⁴ Com a maioridade do soberano, a 12 de Janeiro de 1767, não se notaram grandes alterações nas actividades administrativas, tendo todos os membros da anterior regência tomado o lugar de Ministros. “ O primeiro acto atribuído a Fernando IV, mas na realidade emanado por Tanucci, foi a expulsão dos jesuítas de Nápoles.”¹⁰⁵ Começou a verificar-se que o rei não tinha a preparação considerada adequada para poder governar devidamente, as suas maiores habilidades estavam guardadas para o exercício da caça, pesca e mecânica. Os tutores do jovem rei não investiam na sua educação como deveriam, deixando que crescesse sem aprender outra língua que não fosse o dialecto napolitano, Mole, sendo a sua escrita e leitura as mais básicas.¹⁰⁶

Seguindo o mesmo exemplo de outros reinos europeus, como Portugal, França e Espanha, Nápoles tomou também partido na luta contra os jesuítas, que acabaram por ser expulsos daquele reino em 1767. As propriedades dos padres jesuítas foram postas sob tutela real com o fim de com elas se investir em caridade ou obras de benefício geral, como foi o caso das suas escolas que passaram a ser destinadas para o ensino público. O rei ordenou a expulsão jesuítica das Duas Sicílias mas como na maior parte dos assuntos de Estado mostrou-se indiferente, tendo “assinado” o que havia sido planeado e decidido por Tanucci.¹⁰⁷ Em Abril de 1767, foi entregue ao embaixador espanhol em Nápoles a notícia da expulsão dos jesuítas de todas as terras de Carlos III, no entanto apesar dos muitos contactos entre as cortes de Espanha e Nápoles não se verificou, nos dias que se seguiram à saída dos jesuítas de Espanha, nenhuma solicitação directa de Carlos III ao seu filho, para que procedesse da mesma forma em relação a estes clérigos, no entanto, os jesuítas das Duas Sicílias consideravam acertadamente que a probabilidade de serem também eles banidos daquele reino era elevada.

No mês de Maio, Tanucci afirmava que toda a Europa esperava que se procedesse à expulsão dos jesuítas nas Duas Sicílias, mas o rei continuava a hesitar em relação a uma decisão firme, chegando mesmo a pedir a Tanucci que endereçasse uma carta ao rei de Espanha a pedir o seu conselho e ajuda para fazer “ também nas Sicílias o que mais convier à segurança da sua sagrada pessoa e à tranquilidade do Estado”. Por muito que o rei de Espanha desejasse dizer directamente ao filho que

¹⁰³ FRIGO, Diana, *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic Practice 1450-1800*, Cambridge University Press, 2000, pp. 180, 193 e 197.

¹⁰⁴ COLLETTA, 1856, op.cit.pp.110 e 111.

¹⁰⁵ COLLETTA, Susan Horner, 2009, op.cit.pp.9 a 12.

¹⁰⁶ FERRYBRIDGE, 2010, op.cit.pp.168.

¹⁰⁷ COLLETTA, 1856, op.cit.pp.115.

expulsasse os jesuítas, verifica-se que teve grande capacidade para disfarçar a sua vontade aconselhando que seguir o exemplo espanhol era o mais correcto, mas só o próprio governo napolitano podia decidir efectivamente o que fazer.

Se o rei se mantinha indeciso, por outro lado os membros do seu Conselho de Estado pareciam bem seguros de que o melhor seria expulsar os jesuítas, tendo Tanucci noção de que seria necessário apresentar argumentos suficientes que justificassem o afastamento dos jesuítas de todos os domínios das Duas Sicílias, o que não seria fácil, pois em Nápoles não se verificara nenhum dos acontecimentos que mais induziram à saída destes clérigos de Portugal, França e Espanha, como por exemplo um atentado à figura do soberano. Por tal, basearam-se os projectos de expulsão em aspectos como, o facto de os jesuítas espanhóis poderem influenciar negativamente os das Duas Sicílias pois ambos se apoiavam nos mesmos princípios, o facto de estes padres serem inimigos de todas as reais casas governadas pelos Bourbons, e por último o receio de que ali se podia levar a cabo uma vingança jesuítica, pelo seu desterro nas outras cortes europeias.¹⁰⁸

No caso espanhol desconfiou-se que os jesuítas também pudessem estar implicados na provocação dos tumultos de 1766, que levaram à queda dos ministros italianos de Carlos III, no entanto nada provava a sua envolvimento, a não ser os rumores da participação destes clérigos em conspirações contra os reis. E de facto, embora não se tendo certificado a real influência dos jesuítas nos motins de Madrid, passado poucos meses, uma comissão de inquérito decidiu expulsar, com a aprovação do rei, estes padres de todas as terras de Espanha em Fevereiro de 1767, logo não seria de admirar que as regiões influenciadas por Espanha em todo o território italiano comessem a ponderar fazer o mesmo. O trabalho de Tanucci, para a expulsão dos jesuítas das Duas Sicílias, deve ser elogiado no que diz respeito à eficácia e rapidez com que conseguiu levar a cabo os seus planos, visto não ter tido como noutros casos europeus grandes motivos que tornassem mais fácil a expulsão, tendo como principal arma de acusação, como já foi dito, os ensinamentos pouco morais que tentavam passar às populações e o argumento de que estes clérigos eram considerados perigosos noutros reinos podendo vir a ser também naquele. Uma erupção do Vulcão Vesúvio adiou por algum tempo a oficialização do desterro dos jesuítas, que se deu entre o fim de Outubro e o início de Novembro de 1767.¹⁰⁹

Depois dos jesuítas serem expulsos de Nápoles, este reino juntava-se às outras cortes europeias no objectivo de fazer o Papa decretar o fim da Companhia de Jesus. Esta decisão levou a que Tanucci ordenasse a tomada de Benevento, que ficava perto de Caserta, e Pontecorvo, cidade situada entre Nápoles e Roma, duas possessões da Santa Sé no reino napolitano, fazendo como os franceses em Avignon, para assim pressionarem a decisão papal a favor da abolição da companhia jesuítica. Clemente XIII tentou, em vão, recorrer ao apoio austríaco para a resolução desta pendência, no entanto a imperatriz preferiu manter-se neutral, até porque já se faziam planos para o casamento de uma das princesas da Áustria com o rei de Nápoles. Na verdade, a ideia acerca destas medidas

¹⁰⁸ GARCÍA, Juan Antonio Alejandro, Sánchez María Jesús Torquemada, "La expulsión de los Jesuitas del Reino de Nápoles: algo más que una obsesión", in *Cuadernos de Historia del Derecho*, nº7, 2000, pp.233, 239, 240, 244, 249 e 250.

¹⁰⁹ CHADWICK, 1981, op.cit.pp.360 e 363.

contra Roma partiram da corte espanhola em Março de 1768, que indicou à de Nápoles que agisse de forma a dominar a cidade de Benevento ao mesmo tempo que os franceses faziam o mesmo em Avignon.

Apesar de ter acatado o desejo do rei de Espanha, Tanucci teve dúvidas se a ocupação de Benevento e Pontecorvo seria a melhor opção e ele próprio tentou dissuadir, sem efeito, Carlos III a mudar de ideias, por achar que este plano seria ineficaz. Quando as duas cidades já se encontravam invadidas pelas tropas napolitanas, Tanucci começou a ponderar, que o melhor seria fazer passar a ideia entre os habitantes das cidades, de que a anexação não iria ser temporária, alegando-se os direitos do rei das Duas Sicílias à posse daqueles territórios. O ministro ordenou ainda que também se expulsassem daquelas regiões todos os jesuítas. Carlos III concordou com estas medidas de Tanucci e mostrou-se acessível à ideia do direito do seu filho àquelas terras, no entanto, quando chegou o momento de negociar com Roma a definitiva expulsão da Companhia de Jesus em 1773, os planos de tornar Benevento e Pontecorvo parte dos domínios do reino de Nápoles foram postos de parte por a corte espanhola considerar que, uma vez que o Papa cedera em relação à Companhia de Jesus não fazia sentido continuar a anexação das duas cidades alegando outros motivos para esta invasão, que não os iniciais.¹¹⁰

Até 1768 verificou-se uma forte influência espanhola na corte napolitana, mas este cenário começou a mudar lentamente, a partir do momento em que Fernando IV se casou com a princesa austríaca, Maria Carolina, abrindo-se as portas para a preponderância dos Habsburgo austríacos nas Duas Sicílias. Maria Carolina era uma das muitas filhas da imperatriz Maria Teresa de Áustria e inicialmente a sua mãe tinha em mente o seu casamento com o futuro Luís XVI, de França, que como se sabe acabou por casar com a irmã mais nova de Carolina, Maria Antonieta.¹¹¹

A futura rainha de Nápoles nasceu a 13 de Agosto de 1752, em Viena e era a décima criança das treze, que surgiram do casamento de Maria Teresa com o Imperador Francisco I. O matrimónio do rei das Duas Sicílias com a arquiduquesa austríaca realizou-se por procuração em 7 de Abril de 1768 em Viena, antes da futura rainha partir para o seu futuro reino, onde no dia 12 de Maio já junto do rei, se realizou uma cerimónia matrimonial no palácio de Caserta e desta forma, “com a tenra idade de dezasseis Maria Carolina era agora a rainha reinante de Nápoles, e a mais jovem rainha no mundo”. Deste casamento nasceram dezassete filhos, mas foi com o nascimento do seu primeiro infante homem, em 1775, que a rainha começou a reivindicar o seu lugar na vida política napolitana.

Durante os primeiros meses, a adaptação de Maria Carolina ao reino e ao marido não foi fácil, tornado o seu comportamento distante daquilo que a imperatriz Maria Teresa tinha planeado para ela, no entanto, cedo percebeu que como aconselhara a sua mãe, se fosse uma esposa amável e principalmente se gerasse filhos, seria mais acessível alcançar o poder, visto que “ Fernando tinha nascido para ser governado por outros”.¹¹²

¹¹⁰ CECHIELLO, Gaetano, “La Estrategia Antiromana de Bernardo Tanucci Ante Los Accontecimientos de 1768”, in *Revista de Historia Moderna*, nº18, Universidad de Alicante, 2000, pp. 41, 49, 50, 56 e 57

¹¹¹ FRASER, Antonia, *Marie Antoinette: The Journey*, New York, Anchor Books, 2001, pp.30

¹¹² VOVK, 2009, op.cit.pp.95, 102 e 103.

Tanucci encontrou na rainha alguém com a mesma ambição de poder absoluto, “ dotada de grandes talentos, ativa, ousada, completamente sem escrúpulos nos meios que usou para gratificar as suas ambições e amor pelo domínio”.¹¹³ Maria Carolina rápido começou a considerar Bernardo Tanucci um opositor aos seus planos, não deixando de ter em conta que o ministro era um forte defensor da interferência espanhola naquele reino, a mesma corte rival da dos Habsburgo austríacos de onde provinha. Apenas com a sua retirada em 1776 os alicerces da política externa napolitana começaram a abranger mais significativamente a Áustria, terra natal da rainha, e a Inglaterra, notando-se um afastamento claro da influência espanhola e francesa.

Como já foi referido, após a grande fome de 1764, as ideias reformistas que lutavam contra a tradicional e corrupta elite oligárquica de Nápoles aumentou, registando-se nas duas décadas que se seguiram um grande apoio dos monarcas das Duas Sicílias aos intelectuais responsáveis por tais medidas. A própria rainha começou a envolver-se com os grupos de maçons do reino, seguindo o exemplo dos seus irmãos, o Imperador José II e Leopoldo o Grão-Duque da Toscana, grandes adeptos do despotismo esclarecido. Os principais campos de estudo, das chamadas lojas maçónicas naquele reino, estavam ligados essencialmente às ciências e ao direito.¹¹⁴ Embora se tenha tornado proibido desde 1751 as práticas maçónicas, estas começavam a ganhar secretamente nova força que duplicou com a envolvimento da rainha nestas questões. Inicialmente Tanucci não dera a importância devida à ameaça que estes maçons poderiam ser, preferindo identificar como realmente perigosos para o reino, a influência dos jesuítas e da Santa Sé, no entanto, o que lhe pareceu inofensivo tornou-se uma das principais causas da sua desgraça em 1776.

Quando em 1775, a rainha dá a luz o seu primeiro filho homem, Carlo Tito, que viria a falecer três anos mais tarde, foi permitido a Maria Carolina reivindicar o seu lugar como membro do Conselho de Estado, tal como havia ficado estipulado no seu contracto matrimonial podendo desta forma alterar como queria muitos aspectos da política de governo do reino.¹¹⁵

Bernardo Tanucci tentou que o exercício do direito de voto da rainha no Conselho de Estado não se efectivasse, embora sem sucesso, com apenas vinte e poucos anos a rainha conseguiu agilmente expulsar, em Outubro de 1776, o ministro mais importante de Nápoles durante os últimos quarenta e quatro anos. No ano seguinte, já sem qualquer cargo no reino, Tanucci refugiou-se no campo e morreu em 1783, pobre, e deixando uma esposa já com muita idade. Para o lugar de Tanucci como Primeiro-ministro foi nomeado um antigo embaixador de Nápoles em Viena, que tinha deixado muito boas impressões na corte austríaca, Giuseppe Beccadelli Bologna, o Marquês de Sambuca. Um dos motivos que levava à escolha de Sambuca para o cargo anteriormente exercido por Tanucci foi o apoio que este deu a Maria Carolina desde que chegou a Nápoles.¹¹⁶

A influência tanucciana em Nápoles chegava ao fim, deixando para trás as suas ambições de reforma, que não chegaram a alcançar o nível desejado pelo ministro. Apesar de tudo, Tanucci ia-se consciencializando das barreiras que lhe faziam frente, como por várias vezes denunciou nas suas

¹¹³ FERRYBRIDGE, 2010, op.cit.pp.173.

¹¹⁴ ASTARITA, 2006, op.cit.pp.112 e 113.

¹¹⁵ BENIMELI, José A. Ferrer, *La Masoneria Española en el Siglo XVIII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1986, pp. 448.

¹¹⁶ COLLETTA, 1856, op.cit.pp.142 e 143.

cartas para o soberano de Espanha dando-lhe a conhecer a permanência da miséria, da desordem, da fraqueza do poder central e da pouca força do poder estatal sobre os particulares feudalistas.¹¹⁷

¹¹⁷ MAIORINI, M.G., *Bernardo Tanucci, Epistolario*, volume. IX, 1760-1761, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, pp.10 e 14.

Capítulo III

Dois Reinos, Dois Ministros: Trajectórias Comuns, Trajectórias Divergentes.

Após a descrição dos reinos de Portugal e Nápoles durante o período em que governaram Pombal e Tanucci, surge neste novo ponto do trabalho a oportunidade de fazer uma análise comparativa destes dois personagens, tendo em conta algumas semelhanças e divergências entre ambos, principalmente no que respeita às suas acções de política interna e externa.

Quando olhamos para as semelhanças entre o Marquês de Pombal e o Marquês Tanucci saltam mais facilmente à vista alguns traços comuns como a época de governo, ambos estiveram no poder nas décadas de 50, 60 e 70 do século XVIII, apesar da data exacta de término do poder de cada um diferir, sendo que Tanucci é afastado das suas funções governativas em 1776 enquanto no caso de Carvalho e Melo tal só vem a acontecer depois da morte de D. José I em Fevereiro de 1777. A data de nascimento e de óbito dos dois Ministros pouco difere, Bernardo Tanucci nasce um ano antes (1698) de Carvalho e Melo (1699) e morre um ano depois (1783) do português, que desaparece a 8 de Maio de 1782.

Nos anos precedentes ao início da vida política Tanucci destacou-se profissionalmente como professor de Direito na Universidade de Pisa, e os seus primeiros contactos com Carlos de Bourbon deram-se a partir de 1730, tendo entrado em Nápoles nesse ano, ao mesmo tempo que o novo monarca, que tirara as Duas Sicílias do domínio dos Habsburgo austríacos. Tanucci chega a Nápoles já com o cargo de Ministro da Justiça da nova monarquia.¹¹⁸ Quanto a Pombal começa a evidenciar-se primeiramente nos seus serviços ao nível da diplomacia, sendo nomeado embaixador em Londres de 1738 a 1743 e mais tarde em Viena de 1745 a 1749.¹¹⁹ Como nem um nem outro ministro nasceu numa família da primeira nobreza tornava-se mais difícil o seu acesso aos cargos públicos mais importantes, ambos tiveram de provar o seu valor antes de alcançarem o poder. Enquanto Tanucci se valeu dos seus talentos de jurista para alcançar a sua primeira Secretaria de Estado, Pombal destacou-se pelos seus bons serviços diplomáticos, que foram a sua “rampa de lançamento” para o início do seu percurso político, em 1750, com a subida de D. José I ao trono, sendo indicado como novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.¹²⁰

A experiência diplomática de Pombal pode ser vista como uma vantagem deste em relação a Tanucci, porque o facto de o segundo não ter tido uma experiência internacional não lhe deu a oportunidade de contactar de perto com a cultura e a política de algumas grandes potências do século XVIII, no entanto, o Ministro toscano alcançou uma posição no governo napolitano vinte anos mais cedo que Pombal na corte portuguesa.

As nomeações de ambos para liderarem a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra é separada por alguns anos de diferença, enquanto Carvalho e Melo recebeu em 1750 a sua primeira Secretaria de Estado, Bernardo Tanucci passou da pasta da justiça para os Negócios

¹¹⁸ ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, pp.31.

¹¹⁹ MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal, Lisboa*, Editorial Presença, 2001, pp. 20 e 23.

¹²⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Circulo de Leitores, 2008, pp.70 e 71.

Estrangeiros, em 1755.¹²¹ Por seu lado, Pombal alcançou mais cedo o lugar de principal Ministro do reino, em 1755, enquanto Tanucci só em 1759, com a partida de Carlos de Bourbon para Espanha recebeu o estatuto de líder do Conselho da Regência.¹²² Desde 1759 até 1776 o reino das Duas Sicílias foi praticamente governado por Bernardo Tanucci, mesmo depois da maioridade do rei, Fernando IV, estabelecido com o cargo de Primeiro-ministro conseguiu continuar a fazer valer o seu domínio em relação à política do reino.

O período de decadência dos dois ministros começou a partir da segunda metade da década de 70, e por coincidência na base da queda política dos dois estão envolvidas as Rainhas, ou seja, D. Mariana Vitória e D. Maria I no caso português e a rainha Maria Carolina em Nápoles. Embora em circunstâncias diferentes, ambos os Ministros caíram quase na mesma altura, primeiro o Marquês Tanucci, que por não aprovar a participação de Maria Carolina como membro participativo do Conselho de Estado a leva a intervir junto do rei pela dispensa do velho Ministro. Um ano mais tarde ocorreu a queda de Pombal resultante da morte de D. José I e da consequente subida ao trono de D. Maria I.

O afastamento de Tanucci foi repentino e inesperado, ao passo que o de Carvalho e Melo foi mais previsível a partir do momento em que o rei português começou a adoecer, o Ministro foi, aos poucos perdendo a sua importância e o seu poder político, especialmente a partir do momento em que a rainha D. Mariana Vitória se tornou regente do reino até à morte do marido.

Durante o período de governo dos dois ministros Tanucci e Pombal nos seus respectivos Estados, podem ser apontados dois planos de comparação principais entre as políticas de um e outro governo. Um primeiro plano remete para a comparação dos dois reinos em matéria de Política Externa, e o segundo para a Política Interna. Enquadrado nos assuntos mais relevantes da Política Externa portuguesa e napolitana, a questão internacional para a extinção da Companhia de Jesus foi talvez o ponto em que o contacto e a cooperação entre os dois se apresentaram mais fortes. Não existem dúvidas em relação à aversão comum dos Ministros Pombal e Tanucci contra os jesuítas nem ao trabalho conjunto que os respectivos reinos, a par com as grandes potências França e Espanha, fizeram para uma bem sucedida campanha anti jesuítica, que culminou com a ordem da Santa Sé para se pôr termo à existência da Companhia de Jesus. Posto isto, surgem questões acerca do início do ódio aos padres jesuítas, nas pessoas de Carvalho e Melo e de Bernardo Tanucci, será que foram tomados pelas mesmas razões no seu desafecto para com os jesuítas? Será que esta luta iniciada por Pombal, teve influência na opinião de Tanucci em relação aos clérigos?

Partindo do princípio de que Bernardo Tanucci era um católico convicto,¹²³ o seu despeito pelos jesuítas não se relaciona com uma incompatibilidade de fé entre o Ministro e estes padres. Ao que parece Tanucci decidiu rebelar-se contra os jesuítas por considerá-los uma forte barreira às suas

¹²¹ STEIN, Stanley J., Stein Barbara H., *Apogee of empire: Spain and New Spain in the age of Charles III, 1759-1789*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2003, pp.6.

¹²² COLLETA, Pietro, *History of the kingdom of Naples, 1734-1825*, Edinburgh, T. Constable and CO, 1856, pp. 103.

¹²³ MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome 1748-1830 An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978, pp.20.

reformas políticas, pois estes somavam uma boa percentagem de influência, propriedades e riqueza no reino. Importa referir que a redução da propriedade eclesiástica nas Duas Sicílias foi talvez a reforma mais bem sucedida do governo de Tanucci.

O grande poder da nobreza e da igreja nas Duas Sicílias formavam o principal obstáculo à aplicação das reformas pretendidas por Tanucci. A forma encontrada por este ministro para um melhor encaminhamento dos seus projectos de reforma foi a luta contra os jesuítas, que podem ter sido encarados como o elo mais fácil de abater, numa altura em que a sua influência começou a decrescer fortemente em algumas das mais importantes cortes da Europa.

Carvalho e Melo, por seu lado, começou a mostrar-se pouco favorável aos padres da Companhia de Jesus concluindo que estes formavam uma forte oposição às suas políticas regalistas e ao seu desejo de sobrepor o poder real ao poder da igreja. Nuno Gonçalo Monteiro afirma que não são conhecidos sobre esta matéria escritos anteriores ao ano de 1750 até porque, como escreveu este autor, estes padres protegeram Pombal “nas primícias da sua ascensão para a Secretaria de Estado.”¹²⁴

Em relação à luta anti jesuítica parece não ter havido contacto directo entre os principais Ministros das duas Nações em análise, havia sim uma normal curiosidade sobre o que se passava num e noutro reino no que respeitava aos avanços desta contenda. Se olharmos para o caso da expulsão dos jesuítas de uma forma geral, é fácil encontrar pontos em comum entre Tanucci e Pombal pois os seus fins eram os mesmos, no entanto os meios utilizados para os alcançar não foram necessariamente iguais. O português adoptou desde logo um ataque mais agressivo em relação aos padres da Companhia de Jesus chegando mesmo a haver jesuítas condenados à morte em Portugal, como Gabriel Malagrida. No que respeita ao caso do ministro de Nápoles, apesar de partilhar a mesma opinião do ministro de D. José I, viu-se obrigado a discordar dele no que se refere à sua forma de agir.¹²⁵ Tanucci considerava os jesuítas como ele próprio escreveu, “inimigos dos soberanos e das Nações, ladrões públicos cheios de vícios”¹²⁶ mas limitou-se a seguir o exemplo espanhol expulsando pacificamente os jesuítas das Duas Sicílias e retirando-lhes grande parte dos seus bens.

O caso do impressor Nicolo Pagliarini desencadeou uma luta contra a Santa Sé que uniu do mesmo lado Tanucci e Pombal, com a intervenção de ambos conseguiu-se proporcionar a protecção deste impressor das perseguições da Cúria Romana. Não são encontradas correspondências directas entre um Ministro e outro, sabe-se apenas que por intermédio do Ministro Plenipotenciário, Aires de Sá e Melo, Pombal soube da ajuda que Tanucci prestou a Pagliarini antes deste fugir para Lisboa e que o mesmo Sá e Melo era a ponte entre os dois Ministros na transmissão da tomada de decisões sobre este caso.¹²⁷ Como disse Samuel J. Miller, relativamente a Tanucci e Pombal “os seus interesses eram muito próximos, o inimigo comum era a Curia Romana e o seu apoio consistente aos jesuítas.”¹²⁸ A relutância de Tanucci para com a Santa Sé era visível e provinha dos abusos de poder

¹²⁴ MONTEIRO, 2008, op.cit.pp. 169.

¹²⁵ MILLER, 1978, op.cit.pp. 21.

¹²⁶ ADDISON, Joseph, *Charles the Third of Spain*, Oxford, BiblioBazaar, 2008, pp. 67.

¹²⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 16/02/1762 e carta de 09/02/1762.

¹²⁸ MILLER, 1978, op.cit.pp.133.

do clero ao interferir nos assuntos públicos e ao fazer frente às suas reformas. Segundo Bernardo Tanucci o ideal era separar as ordens religiosas dos seus superiores romanos e pôr sob tutela do governo as propriedades dessas ordens, de forma a tornar os legados da igreja proibidos, assim como os testamentos a ela dirigidos em favor das almas.¹²⁹ Em Portugal, principalmente após 1755, o governo começou a afastar as ordens religiosas nacionais dos desígnios de Roma, ao reduzir o número de clérigos e de casas religiosas por todo o país, “promovendo uma pequena desamortização”¹³⁰ dos bens da igreja e tendo como justificativa para os encerramentos, as grandes dificuldades financeiras em que se encontravam muitas das casas religiosas.

Portugal segue o exemplo napolitano em alguns comportamentos e decisões em relação à Santa Sé, Samuel Miller dá o exemplo, da supressão das festas em nome do Papa Gregório VII em Portugal que foi posterior a uma medida relativamente parecida em Nápoles.¹³¹

No contexto da Guerra dos Sete Anos e no que se refere à posição de Carvalho e Melo e de Bernardo Tanucci neste confronto, o que se regista é a vontade de ambas as partes se manterem neutras. Se por um lado Carvalho e Melo não quis abdicar da aliança inglesa e voltar-se para o lado dos Bourbons, por outro, verificou-se a profunda fidelidade de Tanucci a Carlos III. O facto de Inglaterra e Espanha se encontrarem de lados opostos na guerra, opunha consequentemente Portugal a Nápoles. Tanucci era completamente fiel à união das casas bourbonicas por considerar que esta era a forma mais segura de Nápoles permanecer em paz e segurança, mas deve ter-se em conta, que a posição deste ministro em relação à cooperação entre as cortes boubonicas deve ser analisada “à luz da sua avaliação realista das possibilidades concretas de expansão política e económica do reino.”¹³²

No âmbito das relações com os grandes Estados europeus como a Inglaterra, a França, a Áustria e a Espanha nota-se que o Marquês Tanucci era um anti britânico convicto e a sua afeição pelos franceses não se mostrava maior. A pouca simpatia do toscano para com os ingleses intensificou-se a partir de 1742, aquando de uma ameaça de bombardeamento que a Grã-bretanha levou a cabo junto ao porto de Nápoles, no decorrer da Guerra de Jenkins' Ear (que opôs a Inglaterra à Espanha em 1739, e que em 1740 acabou por se fundir com a Guerra de Sucessão da Áustria)¹³³ Quanto a Carvalho e Melo, a sua opinião pessoal em relação aos britânicos também não era a melhor por considerar que Londres não valorizava suficientemente a aliança luso britânica, no entanto, sentia que o seu país estava submetido ao poderio comercial e militar inglês, o que o obrigou a ser cauteloso.¹³⁴ Um afastamento de Portugal em relação aos ingleses não punha em jogo apenas os interesses a nível europeu, como refere Borges Macedo, “ esta via comporta tanto as conveniências

¹²⁹ ACTON, 1998, op.cit.pp. 113.

¹³⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, op.cit.pp.259

¹³¹ MILLER, 1978, op.cit.pp.133.

¹³² FRIGO, Daniela, *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic practice, 1450-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 180.

¹³³ VIDAL, Josep Juan, Ruiz, Enrique Martínez, “Política Interior y Exterior de los Borbones”, in *História de España*, Madrid, Ediciones Istmo, 2001, pp.258.

¹³⁴ MAXWELL, 2001, op.cit.pp.21.

européias como as atlânticas e indicas”¹³⁵ o que justifica a sujeição portuguesa ao poderio britânico, mesmo que Pombal se mantivesse reticente em relação a esta potência concordava que uma quebra da aliança luso-britânica poderia ser bem mais desfavorável aos interesses do país.

Os franceses por seu turno não eram certamente os favoritos de Pombal e de Tanucci. A França era a grande rival da Inglaterra, invadira Portugal juntamente com os espanhóis durante a Guerra dos Sete Anos e o Ministro francês Choiseul dizia em Paris que Portugal não passava de uma colónia Britânica, não faltavam a Pombal motivos para se aborrecer com a corte francesa¹³⁶ juntando-se também a má imagem que o embaixador francês, Conde de Merle, fez transparecer acerca da pessoa de Carvalho e Melo e do país em 1759, quando afirmou que Portugal era um país que se encontrava na penúria e que o governo pombalino era causador de grandes descontentamentos, especialmente entre a nobreza, aludindo ainda à grande ambição de Pombal, que não se contentava com o título de Conde desejando vir a ser denominado Escrivão da Puridade.¹³⁷ Em Nápoles a posição de Tanucci em relação aos franceses era clara, o Ministro demonstrava abertamente o seu desagrado e os diplomatas da corte de França que passavam por Nápoles também faziam ver que sentiam o mesmo em relação ao ministro toscano.¹³⁸

Espanha era um reino muito relevante aos olhos dos dois Ministros. Para Tanucci, Carlos III continuava a ser teoricamente seu soberano e portanto Espanha era a corte externa mais ligada a Nápoles. Havia entre o Ministro Tanucci e o rei espanhol uma correspondência e uma cooperação frequente, muitas medidas tomadas num e noutro reino eram participadas imediatamente entre eles.

Os vizinhos espanhóis eram para Pombal um alvo de desconfiança, que se baseava na possibilidade dos espanhóis desejarem voltar a anexar Portugal aos seus territórios. Pode dizer-se isto com apoio na posição tomada por Pombal contra o Tratado de Madrid, que fora negociado do lado espanhol pelo Ministro de Estado José Carvajal, uma figura que mostrou interesse numa união Ibérica, através de meios pacíficos como os casamentos entre as casas reais da Península.¹³⁹ Se a ideia de uma reaproximação entre as cortes de Portugal e Espanha por via matrimonial parecia não desagradar a Carvalho e Melo tal provinha, sem dúvida, da sua estratégia de política externa, que no início da década de 60 se começou a mostrar favorável às boas relações com Espanha, pois Pombal anteviu o agravamento das discórdias entre Portugal e a França e a aproximação da Espanha de Carlos III à corte de Paris, que poderia tornar-se perigosa para Portugal, como realmente se veio a verificar mais tarde com o desenrolar da Guerra Fantástica.¹⁴⁰

No que diz respeito à posição dos Ministros Tanucci e Pombal relativamente à Áustria, verifica-se uma divergência entre os dois, pois Pombal preservou desde os tempos da sua Embaixada em Viena admiração por aquele país e notam-se também nas suas reformas políticas a influência do iluminismo

¹³⁵ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006, pp.325.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, pp.136.

¹³⁷ MONTEIRO, 2008, op.cit.pp.172.

¹³⁸ ACTON, 1998,op.cit.pp.124.

¹³⁹ MONTEIRO, 2008, op.cit.pp.85.

¹⁴⁰ MONTEIRO, 2008, op.cit.pp.192.

austríaco.¹⁴¹ Já Tanucci queria afastar do reino das Duas Sicílias a intervenção austríaca, desejava “apoiar a influência espanhola contra a austríaca.”¹⁴² A rejeição de Bernardo Tanucci à participação da Rainha Maria Carolina (filha de Maria Teresa de Áustria) mostrou a sua convicção em não deixar entrar no reino das Duas Sicílias a influência de Viena nos assuntos do reino, através da figura da rainha de Nápoles.

Falando agora num contexto de Política Interna em que tanto Pombal como Tanucci demonstraram uma forte vontade de estabelecer acções reformadoras nos reinos que geriram, pode partir-se do princípio que em Portugal houve mais facilidade em aplicar as medidas reformistas. Aqui insere-se o Pombalismo como principal vantagem para o sucesso dos projectos de Carvalho e Melo, tendo em conta que este Ministro se viu apoiado por uma rede de solidariedades políticas, que apoiavam e intervinham nas reformas estatais. O mesmo não se verificou no caso das Duas Sicílias, onde existia uma grande dificuldade do governo em sobrepor-se aos poderes e influência dos fortes grupos de pressão, (igreja e nobreza feudal) que faziam frente aos projectos de reforma desejados por Tanucci. Na área da justiça, Tanucci destacou-se pelos seus planos de reforma do Sistema Judicial logo em 1734 como Secretário de Estado da Justiça. Foi Tanucci o grande responsável pela diminuição do poder dos tribunais eclesiásticos e conseqüentemente das imunidades fiscais e jurisdicionais dos clérigos. Por outro lado, o ministro viu os seus planos mais dificultados no que se prende às vantagens judiciais da nobreza feudal, verificando-se uma forte oposição aquando da sua tentativa de “fortalecer o controlo dos tribunais centrais sobre os tribunais feudais e locais.”¹⁴³ Tanucci criou, em 1739, através da “Giunta del Comércio” um tribunal destinado a promover a área comercial a um nível interno e externo denominado “Magistratura Suprema do Comercio.” Nos primeiros anos, a jurisdição desta magistratura era vasta, mas a partir de 1746 sofreu uma redução e passou a ficar ligada essencialmente aos assuntos relativos às relações comerciais entre Nápoles e estrangeiros,¹⁴⁴ pois os tribunais já existentes opuseram-se ao reconhecimento desta nova instituição.¹⁴⁵ A reforma pombalina na justiça também visava uma fortificação do Direito que se baseasse em “leis sábias, justas e previdentes”, de forma a defender os interesses do país e do seu povo.¹⁴⁶ A justiça tornou-se uma das maiores aliadas do poder régio, Pombal criou e renovou algumas instituições ligadas a esta área, ao seu governo ficou a dever-se o aparecimento da Lei da Boa Razão, de 18 de Agosto de 1769, que veio opor-se ao direito tradicional afastando o direito doutrinal. A Lei da Boa Razão veio assim impedir “a contínua usura do direito legislado pela invocação dos princípios eventualmente contraditórios do direito civil canónico,”¹⁴⁷ e a lei que emana da autoridade régia ganhou assim mais força e exclusividade. Como complemento da Lei da Boa Razão surgiu também uma reforma no

¹⁴¹ MAXWELL, 2001, op.cit.pp.24.

¹⁴² ACTON, 1998,op.cit.pp.150.

¹⁴³ IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp.102.

¹⁴⁴ *Real Camera di S. Chiara*, “Guida generale degli Archivi di Stato di Napoli,”.pp. 47.

¹⁴⁵ DAVIS John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006, pp. 36.

¹⁴⁶ SERÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume VI, Lisboa, Verbo, 1978,pp.88.

¹⁴⁷ HESPANHA, António Manuel, XAVIER, Ângela Barreto, “A Representação da Sociedade e do Poder”, in António Manuel Hespânia (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*,vol. IV, História de Portugal, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998,pp.128.

ensino jurídico, com os chamados Estatutos da Universidade de 1772, que veio aplicar dois ramos distintos do estudo do Direito Civil, que eram o Direito Romano e o Direito Pátrio.¹⁴⁸

A atitude dos dois Ministros aqui comparados face à igreja revela algumas semelhanças entre eles. Ambos católicos, mas também cientes de que à parte da fé religiosa existia a igreja como instituição de grande poder, equiparado ao do próprio Estado. Pombal e Tanucci queriam combater os privilégios eclesiásticos, que se mostrassem impeditivos à supremacia do rei e do Estado.

Em Portugal a expulsão dos jesuítas e o corte de relações com a Santa Sé conduziram a uma submissão do clero português às deliberações do Pombalismo, de modo que se pôde levar a cabo uma reforma das instituições religiosas do país.¹⁴⁹ Grande parte das medidas pombalinas foi baseada nas ideias de António Pereira Figueiredo, que reduzia fortemente o poder da igreja e dos seus servidores perante o Estado e dava incentivo ao episcopalismo, ou seja ao afastamento da Cúria Romana no que respeita supremacia jurisdicional, que passava a caber “a cada bispo na sua diocese”.¹⁵⁰ O mesmo Pereira Figueiredo foi autor da famosa obra teológica “Dedução Cronológica e Analítica” publicada em 1768 que ganhou fama internacional especialmente por ter como principal alvo de censura os padres jesuítas.¹⁵¹ A subordinação do clero português à entidade estatal intensificou-se especialmente a partir do corte de relações entre o reino e a Santa Sé (1760) e muitas figuras eclesiásticas portuguesa aceitaram e apoiaram a nova realidade, como foi o caso de Manuel do Cenáculo Vilas Boas, chamado para deputado da Real Mesa Sensória e mais tarde, em 1770, para a diocese de Beja e de D. Lourenço de Lencastre, Bispo de Elvas.¹⁵² O governo pôs termo ao aumento do número de instituições religiosas no país, por considera-las desnecessárias para o progresso do Estado¹⁵³ e a partir de Setembro de 1762, o clero português passou a estar sujeito ao pagamento do imposto conhecido como décima, não obstante surgiu também a proibição de se beneficiar a igreja e os seus eclesiásticos através de heranças.¹⁵⁴

No caso napolitano, Tanucci conseguiu impor (especialmente durante os anos 60) uma forte diminuição do poder da igreja ao restringir as jurisdições desta entidade, encerrou várias casas religiosas e foi a principal figura da expulsão dos jesuítas do reino das Duas Sicílias em 1767. Foi nas reformas eclesiásticas que Tanucci conseguiu mais facilmente pôr em prática as suas ideias, mas mesmo na questão dos jesuítas, embora o processo de expulsão tenha decorrido sem grandes problemas, o destino e gestão do património deixado por estes clérigos não foi devidamente planeado, em parte devido à falta de formação económica do próprio Tanucci.¹⁵⁵

¹⁴⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, pp. 269.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp.117.

¹⁵⁰ GOUVEIA, António Camões, “A Igreja”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, pp.264.

¹⁵¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José na Sobra de Pombal*, Círculo de Leitores, 2008, pp. 252.

¹⁵² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, op.cit.pp.118.

¹⁵³ Idem, *ibidem*, pp.120.

¹⁵⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, op.cit. pp.253.

¹⁵⁵ RENDA, Francesco, *Bernardo Tanucci e i beni dei gesuiti in Sicilia*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1974, pp. 182.

Em Outubro de 1767 com os jesuítas expulsos das Duas Sicílias, a gestão dos seus bens foi deixada a cargo da chamada Azienda Gesuitica, que empregou a “herança” jesuítica no desenvolvimento do ensino público. Para assumir a responsabilidade de controlar os abusos eclesiásticos no reino, fundou-se a chamada Giunta degli abusi em Setembro de 1767.¹⁵⁶

No que toca à nobreza, Pombal foi de longe melhor sucedido que Tanucci. Carvalho e Melo conseguiu fazer com que a alta nobreza se resignasse às suas políticas, e chegou a desfavorecer e a prejudicar profundamente algumas famílias nobres de grande relevância (os Aveiro, os Távora, os Alorna e os Autogúia).¹⁵⁷ A época pombalina marcou a renovação da aristocracia do país, apareceram novas casas e novos títulos nobiliárquicos “cerca de um terço da nobreza era de sangue novo.”¹⁵⁸ Para Tanucci, a nobreza foi um forte adversário que não conseguiu de todo vencer, e a força desta classe em Nápoles atrapalhou muito os planos do Ministro. Principalmente após a fome de 1764, Tanucci teve hipótese de fazer com que o poder estatal se impusesse sobre a aristocracia através da criação de um Conselho designado “Giunta dell’Annono”, que tinha como fim vigiar a conduta da elite tentando combater o sistema tradicional até então vigente, porém, e apesar de alguns progressos, Tanucci não conseguiu triunfar em relação à posição especial que a nobreza tinha naquele reino.¹⁵⁹ A oposição da nobreza a Tanucci podia ser encontrada mesmo dentro do próprio Conselho de regência, do qual faziam parte importantes homens da primeira nobreza da corte, como o Príncipe de S. Nicandro, o mais prestigiado dos nobres, que tentava convencer o Conselho a ir contra algumas das novas regras.¹⁶⁰

Outro campo da Política Interna dos dois ministros analisados que importa identificar é o da educação. O Marquês de Pombal foi um grande reformista no que toca à educação, durante o seu mandato observaram-se importantes alterações na Universidade de Coimbra, a fundação da Aula de Comércio e do Colégio Real dos Nobres e a criação do primeiro ensino gratuito para todos. Quanto a Bernardo Tanucci no que compete à educação pode registar-se a cedência deste Ministro à ideia de implementar um sistema de ensino público.¹⁶¹ Foi ele o maior responsável pela criação, em 1752, da “Academia delle Belle Arti”¹⁶² estando também envolvido na discussão acerca da permanência ou não da cadeira de Direito Canónico, na Universidade de Nápoles, “que tinha como programa o ensino das Decretais ou seja do direito pontifício codificado por Gregório IX, Clemente V e João XXII.”¹⁶³ A figura de Genovesi aparece como opositor à continuação das Decretais e Tanucci apoiava esta posição mandando fazer consulta acerca da importância da explicação de Decretais nos estudos

¹⁵⁶ *Real Camera di S. Chiara*, “Guida generale degli Archivi di Stato di Napoli,”.pp.44.

¹⁵⁷ SERÃO, 1982, op.cit.pp.122.

¹⁵⁸ MAXWELL, 2001, op.cit.pp.102.

¹⁵⁹ IMBRUGLIA, 2000, op.cit.pp.15.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp.36.

¹⁶¹ ASTARITA, Tommaso, *Between Salt Water and Holy Water: A History of Southern Italy*, London, Norton & Co, 2006, pp.210.

¹⁶² DAVIS, 2006, op.cit. pp. 30.

¹⁶³ CRUZEIRO, Maria Manuela Rocha, *António Genovesi e o Movimento Iluminista no Sul de Itália*, Coimbra, Separata de Biblos, pp.498.

públicos, como se pode comprovar pelo ofício de José de Sá Pereira datado de 6 de Dezembro de 1768.¹⁶⁴

Em termos de políticas económicas, Pombal estava ciente da importância das colónias portuguesas, para a fortificação do comércio e da economia nacional, esta era uma área sobre a qual entendia e isso é demonstrado através da criação da Junta de Comercio, em 1755, “um organismo consultivo para a coordenação da actividade comercial”¹⁶⁵ Nestas matérias económicas Portugal tornou-se, graças à política de Pombal, um país mais fechado ao estrangeiro, “centrando-se mais em revalorizar a importância e a posição dos sectores produtivos (a indústria e a agricultura), no conjunto dos diversos sectores económicos.”¹⁶⁶ Em Nápoles as barreiras à reforma económica provinham também da força da nobreza feudal neste ramo, embora Tanucci quisesse implementar as teorias económicas de Genovesi a elite aristocrática coordenava “todo o sistema de regulamentos e monopólios que pareciam obstruir todas as formas de produção e intercâmbio comercial no reino.”¹⁶⁷ Apesar das dificuldades, Tanucci ainda foi responsável pela criação da “Giunta del Comércio” que visava a promoção do comércio interno e externo e desenvolver as manufacturas e a agricultura do reino.¹⁶⁸

Depois de se observar as atitudes de Pombal e Tanucci relativamente aos seus comportamentos políticos conclui-se que em variadíssimos casos seguiram a mesma linha de pensamento. Os resultados das suas políticas podia diferir na forma de aplicação dessas políticas e na maneira como eram recebidos pela sociedade os seus actos reformistas.

Neste trabalho não se consegue, no entanto, assegurar com total certeza a forma utilizada na tomada de conhecimento de Bernardo Tanucci em relação à política pombalina e vice-versa. A única fonte que este trabalho assegura é a passagem de informação pela via diplomática, transmitida pelos ofícios dos Ministros Plenipotenciários aos respectivos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Estes ofícios permitiram que se descobrisse que Tanucci pode ter estabelecido uma correspondência directa com o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha, dispensando desta forma o uso da figura dos Plenipotenciários portugueses para a transmissão de certos assuntos.

Uma outra hipótese que se pode pôr é a tomada de conhecimento do que se passava em Nápoles e em Lisboa pela via Espanhola, ou seja, é possível que os Ministros espanhóis, que mantinham contactos frequentes tanto com Nápoles como com Portugal pudessem transmitir a um e a outro país as notícias que de cada um deles provinham. Neste contexto aparece a possibilidade de Ricardo Wall, ministro de Carlos III de Espanha, ser um dos transmissores de informações entre Nápoles e Portugal. Bernardo Tanucci correspondia-se com Wall e numa carta de 26 de Agosto de 1760, o ministro de Nápoles chega mesmo a mencionar o seu desagrado em relação aos métodos utilizados

¹⁶⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 06/12/1768.

¹⁶⁵ SERÃO, 1982, op.cit.pp.100.

¹⁶⁶ SERRÃO, José Vicente, “O Quadro Económico”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.69.

¹⁶⁷ DAVIS, 1998., op.cit.pp.36.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp.36.

em Portugal na expulsão dos jesuítas.¹⁶⁹ Tendo em conta a posição de Ricardo Wall como Ministro de Estado de Carlos III (até 1763) é natural que estivesse bem actualizado em relação ao que se ia passando em Portugal, por exemplo, Nuno Gonçalo Monteiro faz alusão ao contacto entre este ministro e o embaixador português, José da Silva Pessanha.¹⁷⁰ O mesmo autor afirma que Ricardo Wall tinha simpatia por Portugal e apoiava a aproximação entre os dois países da Península Ibérica.¹⁷¹

Não se descarta também a possibilidade de uma troca de informações entre os dois reinos através da correspondência mantida entre figuras ilustres de ambos, como é o caso de Leonor da Fonseca Pimentel, a napolitana filha de portugueses, que durante a sua vida manteve ligações com Portugal chegando mesmo a trocar correspondência com algumas figuras importantes da sociedade portuguesa como Cenáculo, que teve grande proximidade com a figura do Marquês de Pombal¹⁷² a quem Leonor Pimentel dedicou o seu trabalho literário, intitulado “Il Trionfo Della Virtú” de 1777.¹⁷³

Por conseguinte há ainda muito que descobrir sobre as ligações entre Tanucci e Pombal, o que só poderia ser desenvolvido com um estudo mais prolongado e mais aprofundado, visto que este se limitou a dar mais atenção às fontes de carácter diplomático. Fica-se porém com a certeza de que a possibilidade de contacto directo entre Tanucci e Pombal é um pouco remota, não tendo ainda sido encontrada qualquer fonte que venha comprovar a sua existência.

¹⁶⁹ PASTOR, Ludwig Freiherr Von, *The history of the popes, from the close of the middle ages*, Vol. XXXVII, London, Routledge and Kegan Paul, 1952, pp.33.

¹⁷⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, op.cit.pp.190 e 191.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, pp.190.

¹⁷² FARIA, António Portugal de, *Portugal e Itália*, Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1898, pp.420.

¹⁷³ Idem, *ibidem*, pp.434.

Capítulo IV

As missões diplomáticas

Apontando-se este estudo essencialmente para as missões diplomáticas dos Ministros Plenipotenciários José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira, em Nápoles, importa ter em conta o período entre 1753 e 1777 correspondente à legação destes três Ministros no reino das Duas Sicílias, que coincide com o tempo de governo de Sebastião José de Carvalho e Melo em Portugal e de Bernardo Tanucci em Nápoles. Neste capítulo vai procurar-se descrever e interpretar o essencial da actividade diplomática portuguesa junto da corte napolitana, a partir da documentação recolhida e identificada no anexo documental.

Iniciando uma breve alusão à importância que na época em análise tinha a figura do diplomata, posso começar por dizer que de acordo com o que escreveu M.S. Anderson o diplomata do século XVIII devia ser “modesto, controlado e discreto. Tinha de ser sagaz e fazer bons julgamentos, ser paciente e ao mesmo tempo firme na manutenção dos interesses do governante que representa. Tinha de ser um orador fluente e persuasivo.”¹⁷⁴

No século XVIII a Secretaria dos Negócios Estrangeiros era a principal entidade de gestão dos assuntos de política externa.¹⁷⁵ A partir de 1736 passou a ser esta Secretaria de Estado a entidade responsável pela selecção dos representantes diplomáticos da corte portuguesa pelo mundo, delineando os objectivos e estratégia de cada missão.

Normalmente as missões diplomáticas de maior relevância eram entregues aos embaixadores ordinários, e na maioria da vezes eram missões de carácter permanente ficando a cargo dos embaixadores extraordinários as missões temporárias, geralmente em representação do rei ou para resolução de negócios entre os reinos. Com uma importância secundária aparecem as missões dos Ministros Plenipotenciários e dos Enviados, em que os primeiros se dedicavam mais à representação do país aquando de alguma negociação internacional e os segundos às de tipologia mais técnica ou sigilosa. Existia ainda uma hierarquia mais baixa no serviço diplomático a que eram presentes os Residentes, os Ministros “sem carácter”, os Encarregados de Negócios e os Agentes.¹⁷⁶

Segundo Isabel Cluny pode falar-se em dois tipos de nomeações para as missões diplomáticas, a nomeação de negociação e a de representação. A diplomacia de negociação exigia diplomatas com conhecimentos e formação em Direito, que normalmente não eram “oriundos da nobreza titular e dedicavam a vida, ou parte dela, a missões de negociação no estrangeiro.”¹⁷⁷ No caso da nomeação de representação, a escolha recaía maioritariamente em membros da nobreza titular ou nos

¹⁷⁴ ANDERSON, Matthew Smith, *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919*, London, Pearson Education, 1993, pp.45.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*, pp.41.

¹⁷⁶ CARDIM, Pedro, Felismino David, Monteiro Nuno Gonçalo, “A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp.287 a 288.

¹⁷⁷ CLUNY, Isabel, “Diplomatas de Negociação e de Representação em Portugal no Século XVIII”, in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Zília Osório de Castro (Coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp.55.

segundos filhos das grandes casas, que representavam o país e o Rei em missões temporárias, “que não envolviam negociações jurídicas delicadas e, em geral, os diplomatas regressavam ao país pouco tempo depois”¹⁷⁸

Os indivíduos pertencentes à primeira nobreza ocupavam na maioria das vezes os mais altos cargos da diplomacia portuguesa, porém durante o período pombalino esta tendência apesar de continuar liderante, assinalou um certo decréscimo comparativamente ao governo passado e ao posterior reinado mariano. No tempo de Pombal aumentam, portanto, as missões diplomáticas entregues a personagens fora do círculo da primeira nobreza. Carvalho e Melo e Aires de Sá e Melo são dois exemplos de ascensão à carreira diplomática fora da primeira nobreza. Durante o período em estudo registou-se também uma redução das exigências relativamente à formação académica dos diplomatas,¹⁷⁹ “a partir do pombalismo o peso dos diplomatas com uma licenciatura diminuiu bastante.”¹⁸⁰

Deve ter-se em atenção o carácter definido para estes três emissários em estudo, que sendo nomeados Ministros Plenipotenciários da corte portuguesa em Nápoles, ocupavam um estatuto secundário no conjunto de seis títulos possíveis numa carreira diplomática, ou seja, os diplomatas considerados de mais alto nível eram normalmente chamados de embaixadores ordinários ou extraordinários e estavam destinados a servir nas cortes, que mais interessavam à política externa portuguesa, como era o caso da Espanha, França e Inglaterra. Quanto aos ministros plenipotenciários eram geralmente enviados para cortes em que Portugal entendia não ser necessário um diplomata com grande estatuto nem tão oneroso, como era o caso da corte napolitana.¹⁸¹ Mesmo uma grande potência, como a Inglaterra, optava por indicar para certas cortes Ministros Plenipotenciários ao invés de Embaixadores, um bom exemplo é demonstrado por Peter Barber quando faz referência, num dos seus trabalhos, a Sir William Hamilton, o Enviado Especial Ministro Plenipotenciário, que Londres indicou para servir na corte de Nápoles entre 1764 e 1800.¹⁸² Quase sempre as missões dos Ministros Plenipotenciários tinham uma duração média máxima de um ano, mas nos três casos em análise existe uma clara fuga a essa tendência, pois os três diplomatas permaneceram em Nápoles muito além de um ano, especialmente, José de Sá Pereira, que esteve à frente da legação portuguesa em Nápoles 44 anos.¹⁸³

Na documentação pesquisada, a maior parte da correspondência remetida da legação de Portugal em Nápoles pelos três diplomatas em destaque são ofícios remetidos para o responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no entanto, podem encontrar-se também algumas cartas, que ou eram endereçadas tal como os ofícios para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ou para o Secretário de Estado do Reino, Carvalho e Melo, como exemplifica a carta de

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, pp.56.

¹⁷⁹ CARDIM, Pedro, Felismino David, Monteiro Nuno Gonçalo, 2005, op.cit.pp.315, 316, 327.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, pp.325.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 307 e 308.

¹⁸² BARBER, Peter, *Diplomacy. The World of the Honest Spy*, London, The British Library, 1979, pp.69.

¹⁸³ Idem, *ibidem*, pp.314.

20 de Abril de 1762 dirigida por Aires de Sá e Melo ao referido Ministro e Conde de Oeiras.¹⁸⁴ Estes Ministros enviavam geralmente para Lisboa ofícios semanais, sendo raras as vezes que quebravam esta regularidade, o ofício de 22 de Março de 1757 é um exemplo de uma destas excepções, em que Pessanha se justifica ao Secretário de Estado, D. Luís da Cunha, o motivo que o levou a deixar de escrever durante algum tempo.¹⁸⁵

A correspondência diplomática, no século XVIII, era normalmente entregue aos serviços de correio local. “ As mensagens mais urgentes e confidenciais eram enviadas por um transportador nacional.”¹⁸⁶ Nas cartas ou documentos com um carácter mais sigiloso os diplomatas optavam, muitas vezes, por escrever em código ou utilizar tinta invisível, pois havia probabilidade da correspondência ser interceptada durante o seu percurso até ao destino, o que explica o facto de serem encontrados, por vezes, diversas copias do mesmo ofício, que permitiam ao diplomata assegurar a chegada da sua correspondência à corte.¹⁸⁷

Quando se analisa a figura de um diplomata verifica-se, que geralmente são personagens “com importância para a tomada de decisão política, especialmente ao nível do fornecimento de informações e da avaliação da situação internacional.”¹⁸⁸ Os casos das missões portuguesas em Nápoles, que aqui se vão estudar, são um bom exemplo de uma transferência de notícias não só sobre os acontecimentos mais relevantes do reino napolitano como também de muitas ocorrências que chegavam de vários pontos do continente europeu e que os Ministros Plenipotenciários prontamente mencionavam na correspondência para Portugal.

Normalmente as fontes principais referentes às missões diplomáticas são as já referidas cartas e ofícios e as instruções, que podem ter um carácter mais público ou mais sigiloso, onde são expressos os principais motivos de cada missão e as principais vontades do Estado de origem em relação ao Estado receptor. É nestas instruções que se “encontram numerosos retratos de personalidades políticas com que o embaixador terá de contactar quando ocupar o seu posto, pedem-se e dão-se também informações sobre determinadas pessoas e, sobretudo sobre o processo negocial e político.”¹⁸⁹ As instruções referentes aos três enviados diplomáticos investigados neste projecto não foram porem encontradas junto à restante documentação recolhida da Legação de Portugal em Nápoles, ficando a dúvida acerca da sua existência e do seu paradeiro.

Falando-se especificamente de cada um dos Ministros destacados para a corte de Nápoles evidencia-se primeiramente neste trabalho a estadia de Pessanha, que terá começado em 1753 terminando em Setembro de 1759. A legação liderada por Pessanha ocorre portanto durante os primeiros anos do reinado de D. José I, em que o destinatário dos ofícios que remetia para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros foi inicialmente Carvalho e Melo, que até 1756

¹⁸⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, Carta de Aires de Sá e Melo para o Conde de Oeiras de 20/04/1762.

¹⁸⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 22/03/1757.

¹⁸⁶ BARBER, Peter, op.cit.pp.100.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, pp.100.

¹⁸⁸ FARIA Ana Maria Homem Leal, *O Tempo dos Diplomatas. Estudo sobre o Processo de Formação da Diplomacia Moderna e o Seu Contributo na Tomada de Decisão Política*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2003/2004, pp.51.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, pp.52.

permaneceu responsável por esta Secretaria. Para Substituir Pombal como responsável pelos Negócios Estrangeiros surge D. Luís da Cunha Manuel, que durante dezanove anos recebe os ofícios emitidos pelos Ministros em Nápoles. Todavia, por coincidência, em 1775 D. Luís da Cunha é substituído no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, por um dos diplomatas das missões aqui investigadas, Aires de Sá em Melo, que havia estado em Nápoles entre Dezembro de 1760 e Novembro de 1763.

Pessanha é o representante português junto a Carlos VII das Duas Sicílias até à partida deste monarca para Madrid como novo ocupante do trono espanhol estando esta mudança real relacionada com o fim da missão deste ministro em Nápoles e com a sua promoção a embaixador na corte madrilena junto ao mesmo rei.

Quanto a Sá e Melo assiste na sua passagem pela Legação de Nápoles aos primeiros anos do governo da regência estabelecida para o reino das Duas Sicílias em que Tanucci é a grande figura de comando. Em 1763 também Sá e Melo é enviado para a corte espanhola com o cargo de embaixador o que motiva o fim da sua missão em Nápoles.

No caso de José de Sá Pereira lidera a legação de Nápoles a partir de Março de 1765, não obstante presencia os últimos anos do governo de regência e a aquisição da liderança dos assuntos de Estado pelo jovem rei Fernando IV das Duas Sicílias, em 1767, assistindo também no ano de 1776 à queda de Tanucci e consequente saída deste Ministro da esfera de influência real.

Com as mesmas funções e grau diplomático que os representantes portugueses tiveram em Nápoles, a napolitana teve em Lisboa, durante o reinado de D. José I, os Plenipotenciários D. Carlos de Guevara, que abandonou as suas funções em Portugal no mês de Setembro de 1757¹⁹⁰, o Conde de Pignatelli que passou de Madrid para Lisboa em substituição de Guevara, permanecendo em Portugal até 6 de Setembro de 1763¹⁹¹ e mais tarde o Marquês de Macedónia que veio representar as Duas Sicílias a partir de 12 de Fevereiro de 1767.¹⁹² Entre as estadias de Guevara e Pignatelli esteve responsável pela legação de Nápoles em Lisboa, como Ministro interino, Giuseppe Maturi.¹⁹³

194

¹⁹⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 06/09/1757

¹⁹¹ BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 151 e 152.

¹⁹² MAIORINI, M.G., *Bernardo Tanucci, Epistolario*, volume. IX, 1760-1761, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, pp. 306.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, pp.25.

¹⁹⁴ A documentação relativa à Legação de Nápoles em Lisboa durante o período Pombalino encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo com a referencia de: ANTT, Lisboa, MNE, Caixa 503.

4.1 José da Silva Pessanha (1753-1759)

A missão do ministro plenipotenciário D. José da Silva Pessanha em Nápoles começou entre o mês de Setembro e Outubro de 1753, tendo sido o primeiro destinatário em análise neste estudo, dos três representantes diplomáticos que o reino de Portugal destacou para Nápoles no período que vai desde meados da década de 50 até 1777.

Sobre D. José da Silva Pessanha sabe-se que nasceu a 11 de Abril de 1717, filho ilegítimo de D. Antónia Luísa da Silva e de D. Miguel da Silva Pessanha, um fidalgo da casa real, que através de um requerimento feito ao rei D. João V, tornou seu válido herdeiro José da Silva Pessanha em 1719.¹⁹⁵ Ainda jovem, José da Silva Pessanha juntou-se à Ordem de Cristo e foi armado cavaleiro no ano de 1729. O pai morreu em 1735, deixando-lhe todos os seus bens. Começou a sobressair na corte portuguesa, em 1743, aquando da sua nomeação para Moço Fidalgo da Casa Real conseguindo um ano mais tarde a mercê de Fidalgo Escudeiro.¹⁹⁶ Silva Pessanha casou com uma napolitana, que terá conhecido na época da sua missão diplomática no reino das Duas Sicílias, D. Leonor Spinelli, dama nobre, filha do Príncipe de Cariati, Sebastião Spinelli e de D. Rosa Maria Caraccioli. Sabe-se também que deixou um único herdeiro, o seu filho Miguel da Silva Pessanha.¹⁹⁷

Pessanha estreou a sua carreira diplomática como enviado especial ministro plenipotenciário em Haia, partindo de Portugal a 22 de Junho de 1751, para aquela que seria a primeira das missões como representante diplomático da nossa corte. Silva Pessanha desempenhou, ao que parece, um bom trabalho em Haia, visto que já durante a sua estadia na legação de Nápoles, os soberanos holandeses lhe enviaram um presente como lembrança dos seus préstimos.¹⁹⁸

Na época que permaneceu como enviado nas Províncias Unidas notou-se claramente o grande interesse deste homem pela cultura, sabendo-se actualmente que adquiriu, ao longo da vida, uma vastíssima colecção bibliográfica. Pessanha chegou mesmo a expedir de Haia para Portugal alguns livros de Voltaire endereçados ao conde de Oeiras e ao próprio rei. A sua colecção literária acolhia variadas temáticas, no entanto, grande parte da bibliografia estendia-se a assuntos que lhe podiam interessar profissionalmente, sendo indicadas para a boa informação e formação de um diplomata, os livros de história eram os de maior predominância. Pessanha tinha um gosto muito virado para o lado cultural e clássico, que com a sua estadia em Nápoles deve ter sido reforçado.¹⁹⁹

Em Janeiro de 1753, o rei português talvez indiciado pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Carvalho e Melo começou a fazer planos para a saída de José da Silva Pessanha de Haia, perspectivando-se a sua ida para Nápoles com o mesmo carácter que havia exercido nesta sua primeira legação. Um despacho do Conde de Oeiras para Martinho de Mello e Castro datado de 29 de Janeiro de 1753 retrata bem os planos acerca da mudança de Pessanha para

¹⁹⁵ DOMINGOS, Manuela D, *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do Coleccionador à Biblioteca Pública*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998, pp.21 e 22.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, pp.21 e 23.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp.30.

¹⁹⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 17/10/1758.

¹⁹⁹ DOMINGOS, 1998, op.cit.pp.24, 25 e 37.

o reino de Nápoles, “El Rey N. Sr. Tem nomeado em segredo a D. Joseph da Silva Pessanha para seu Ministro na corte de Nápoles...”.²⁰⁰

O Ministro Plenipotenciário passou ainda por Viena, antes de se estabelecer em Nápoles, datando o início oficial desta nova missão de Setembro ou Outubro de 1753. Na documentação arquivística existente, a correspondência de Pessanha dirigida ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, que era por essa altura Carvalho e Melo, só teve início a 30 de Dezembro de 1755. Mas isso não significa que não tenham sido enviados ofícios da legação de Portugal em Nápoles em datas anteriores. Crê-se na possibilidade de a correspondência anterior a Dezembro de 1755 poder ter ficado perdida entre os destroços do terramoto daquele ano, como afirma Manuela D. Domingos.²⁰¹

Neste primeiro ofício Pessanha tratou especialmente de dar conta do seu pesar, em relação à catástrofe que atingira Lisboa no primeiro de Novembro de 1755, referindo também alguma agitação que este acontecimento provocou nos negociantes napolitanos que tinham investimentos na capital portuguesa, “Começa já a produzir muito maus efeitos no ânimo, tanto dos negociantes desta praça como no de todos os mais de Itália, que tinham em Lisboa seus interesses”.²⁰²

Em Junho de 1756, Pessanha passou a enviar os seus ofícios para D. Luís da Cunha Manuel, o novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que veio substituir o Conde de Oeiras nos trabalhos relativos a esta secretaria de Estado²⁰³, a partir do dia 6 de Maio de 1756. Carvalho e Melo abandonou, por completo a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra apenas a 31 de Agosto, ocupando a partir de então, o seu novo e mais alto posto na Secretaria de Estado do Reino. De Nápoles, Pessanha continuou a tentar manter uma correspondência assídua com Carvalho e Melo, através de cartas pessoais, como a de 28 de Dezembro de 1756, com o intuito de desejar boas festas e falar dos negócios que deixara em Lisboa, a cargo do seu procurador António Rebelo, cujas capacidades administrativas são nesta carta postas em causa pelo diplomata.²⁰⁴ Na mesma data enviou também carta a D. Luís da Cunha pedindo-lhe que obtenha uma autorização real para que a sua pessoa se pudesse ausentar de Nápoles durante 3 meses, pois pretendia ir a Roma, justificando que não havia por aquela altura grandes negócios que o prendessem em Nápoles.²⁰⁵ A autorização deve-lhe ter sido concedida, pois só se volta a encontrar ofícios deste plenipotenciário a partir de 16 de Março de 1756.²⁰⁶

Entre o que já se sabe acerca da pessoa deste ministro plenipotenciário, pode acrescentar-se que pelo menos durante o período em que esteve em Nápoles era muitas vezes acometido por um incómodo, a que chamava catarro de cabeça, e em alguns ofícios, pode notar-se que justifica com o facto de ter estado doente o atraso ou a falta de despachos para Portugal.²⁰⁷ Não se pode afirmar

²⁰⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 816, ofício de 29/01/1753.

²⁰¹ DOMINGOS, 1998, op.cit.pp.27.

²⁰² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 30/12/1755.

²⁰³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 22/06/1756.

²⁰⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/12/1756.

²⁰⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, carta de 28/12/1756.

²⁰⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 16/03/1756.

²⁰⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 24/01/1758.

que tivesse algum problema de saúde grave, no entanto pode dizer-se que era certamente susceptível de ser assaltado por febres ou catarros, chegando a mencionar o seu recolhimento temporário para uma casa de campo, por conselho médico. Explicou ainda, que em Novembro de 1758, não só ele, mas também uma das infantas reais, Maria Luísa, haviam sofrido com uma epidemia de catarro que se espalhou por Nápoles.²⁰⁸

Nos seus ofícios, Pessanha preocupou-se sempre em relatar a rotina e o estado de saúde da família real das Duas Sicílias, assim como as constantes andanças daquela corte entre Nápoles, Caserta, Bovino, Portici e Procida. Normalmente este diplomata português e todos os outros que representavam as legações dos respectivos países eram recebidos pelos soberanos aos domingos, dirigindo-se muitas vezes para as reais casas de Caserta e Portici, caso a família real se ausentasse de Nápoles para uma temporada num destes locais.

Apesar da grande mobilidade da corte entre uns palácios e outros, nota-se através dos despachos de Pessanha, que esta real família apesar de se ausentar por diversas vezes da Capital cumpria religiosamente o costume de vir passar a semana santa em Nápoles.

A corte organizava frequentemente caçadas, na sua maioria em Portici ou Bovino e divertiam-se com a pesca e com passeios nos jardins dos palácios reais.

No mês de Abril de 1756 chegaram às mãos de Pessanha novidades de Lisboa, que foram remetidas pelo próprio Conde de Oeiras, nas quais mencionava novos abalos na terra, posteriores aos de 1 de Novembro de 1755, tendo este ocorrido a 12 de Abril, no entanto apesar da sua violência, este não causou grandes estragos devido à sua curta duração.²⁰⁹ Oeiras deu esclarecimentos mais detalhados sobre o grande tremor de terra de 1 de Novembro a José da Silva Pessanha, explicando as medidas que haviam sido tomadas após esta catástrofe, com o propósito de que Pessanha tranquilizasse em Nápoles todos aqueles que pudessem ter alguma preocupação por conta dos seus interesses em Lisboa.²¹⁰

Numa altura em que as cortes borbónicas, de França e Espanha e os seus aliados austríacos tinham os seus objectivos bem delineados com os Habsburgo da Áustria a querer a província alemã da Silésia que estava sobre o domínio prussiano, os espanhóis a procurar manter a sua influência no Mediterrâneo e a França planear superar a Grã-Bretanha lutando, pela sua supremacia no comércio mundial, baseado nas riquezas das colónias americanas, asiáticas e africanas, Portugal via dificultadas as suas hipóteses de se manter um Estado neutro, na guerra que se começava a desenhar e o mesmo acontecia com Nápoles.²¹¹

Depois do início da década de 50, começou a Revolução Diplomática, como lhe chamou Jorge Borges de Macedo, os sistemas de aliança que caracterizavam a concordância entre velhos aliados do continente europeu começou a desfazer-se com a eclosão da Guerra dos Sete Anos.²¹²

²⁰⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 14/11/1758.

²⁰⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 27/04/1756.

²¹⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 25/05/1756.

²¹¹ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006, pp. 304 e 305.

²¹² Idem, *ibidem*, pp. 304.

É durante o ano de 1756, que chegam da legação de Nápoles as primeiras referências à Guerra dos Sete Anos. Num ofício de 14 de Abril, Carvalho e Melo é informado que em Nápoles já se falava das ameaças de guerra feitas pela França aos ingleses e do surgimento de rumores de uma possível mediação espanhola entre esta duas cortes em confronto.²¹³

Pessanha concluiu, que a situação geográfica de Nápoles dificultava e atrasava a chegada de notícias vindas de outros Estados europeus e evidenciou as melhores condições que Lisboa tinha em relação a esta matéria, e assim sendo, muitas das informações acerca dos conflitos na Europa já são conhecidas em Portugal à data da chegada dos seus ofícios a terras lusas. Já com a Guerra dos Sete Anos em “andamento”, ministro plenipotenciário volta a demonstrar que não é mensageiro de notícias em primeira mão, relativamente aos acontecimentos desenrolados por esta guerra, dizendo a Carvalho e Melo, que acerca de uma anunciada luta na ilha de Minorca (Baleares), no mês de Maio, os ingleses haviam sido vencidos, “mas da sua derrota pode vossa excelência dar-me melhores e mais seguras novas”,²¹⁴ escreve Pessanha ao Secretário de Estado. Minorca estava desde o Tratado de Utrecht sob domínio Britânico como mais uma das suas colónias e via-se agora ameaçada pelos invasores franceses.

Os franceses desembarcam na ilha de Minorca, em Maio de 1756, com a intenção de se apoderarem daquele território, Pessanha afirmou, que a 21 de Maio já tinham estes o domínio da maior parte da ilha, exceptuando apenas o forte de S. Filipe. O embaixador, francês residente na corte de Nápoles, mostrava grande satisfação pelos sucessos em Minorca. Porém em Setembro, o enviado de Inglaterra recebeu em Nápoles a notícia de que se achavam nos mares de Minorca tropas britânicas em vinte naus de linha e 8 fragatas.

Fala-se da oficialização da Guerra dos Sete Anos no ofício de 6 de Julho de 1756, revelando-se que havia sido apresentado ao rei das Duas Sicílias, pela mão do embaixador francês, uma cópia do acto de declaração de guerra da França à Inglaterra.²¹⁵

Nápoles adoptou uma posição neutral nesta guerra, permitindo a livre entrada nos portos das Duas Sicílias, tanto de navios ingleses como de franceses, oferecendo este reino a ambas as nações todo o socorro que carecessem. Apesar do comportamento neutro do reino de Nápoles perante este conflito na Europa, Pessanha deu a conhecer que a família real e em especial a rainha Maria Amália, filha de Augustus III da Polónia revelava alguma preocupação em relação às consequências que poderiam recair sobre os Estados hereditários dos reis seus pais, chegando mesmo a enviar como presente à soberana sua mãe alguma quantia monetária, para despesas que pudessem sobrevir.

Em Nápoles, as únicas lutas que eram feitas no âmbito da guerra desencadeavam-se ao nível da diplomacia, ou seja, apenas os ministros estrangeiros dos Estados em Guerra tentavam beneficiar de alguns apoios por parte da corte napolitana, Pessanha explica um caso, ocorrido em Fevereiro de 1757, em que o embaixador inglês naquela corte pede ao governo napolitano que mande desarmar uma embarcação francesa que tinha comprado armamento naquele porto, de forma clandestina,

²¹³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 14/04/1756.

²¹⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 18/05/1756.

²¹⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 06/07/1756.

replicando no ofício de 8 de Fevereiro de 1757, que “a corte não obstante a neutralidade em que deseja conservar-se, poderá ser que não veja com indiferença os interesses de Londres”.²¹⁶

Ainda em 1756 se começou a falar em encontros entre as tropas austríacas e as prussianas, no entanto, inicialmente não se gerou qualquer confronto entre ambas, situação que não iria durar muito tempo. Abril de 1757 marcou o início da guerra entre Frederico II da Prússia com a Áustria de Maria Teresa, na chamada batalha de Praga.

Todas as novidades que chegavam relativas ao sucesso das tropas austríacas nos confrontos na Boémia eram, segundo Pessanha, recebidas com enorme alegria por S.M. Sicilianas. O confronto terminou com a vitória da Áustria comandada pelo Marechal Daun, que conseguiu expulsar os prussianos da Boémia, contudo a guerra foi continuando em variados pontos do território europeu.

Nápoles optou pela neutralidade, porém não proibia os oficiais do reino de irem servir voluntariamente na guerra, ao lado de Daun. No ofício de 8 de Agosto de 1758, Pessanha refere seis oficiais que pediram permissão para servir junto das tropas austríacas.²¹⁷ Em Abril de 1759, os despachos vindos de Nápoles davam conta da retirada dos prussianos da Polónia, mas quanto ao decorrer da guerra nas colónias da América existiam por aquela altura dúvidas sobre qual das potências, inglesa ou francesa, se encontrava em melhor situação no decorrer dos confrontos.

Um outro problema, que constantemente abalou o território napolitano e que foi muitas vezes referido nos ofícios, foi a actividade vulcânica do Vesúvio, que Pessanha noticiou, pela primeira vez, a 21 de Dezembro de 1756, comentando mais tarde a 30 de Dezembro do ano seguinte, uma outra erupção que cobriu grande parte dos campos das proximidades deste vulcão.²¹⁸ De facto, Nápoles no século XVIII estava longe de ser o local mais seguro para se viver, apesar da guerra dos Sete Anos não ter tocado o reino, as catástrofes naturais provocada pelo vulcão ou pelos terramotos davam conta do fim de muitas vidas, tal como as pragas, as execuções e os assassinios frequentes, tornando Nápoles um dos reinos de menor esperança média de vida da época.²¹⁹

No dia 16 de Fevereiro de 1757, o ministro Tanucci chamou a Caserta todos os ministros estrangeiros para lhes participar o nascimento do novo infante das Duas Sicílias, na tarde daquele dia. Este era o quinto filho homem, dos monarcas de Nápoles, a quem chamaram Francisco Saverio.²²⁰ Em Junho do mesmo ano, celebra-se, em Caserta o aniversário do príncipe Filipe, provável herdeiro ao trono do rei seu pai, não fosse as mostras que dava de grandes moléstias na sua saúde física e mental, que com os anos foram sendo, cada vez mais evidentes, sendo que naquele dia não apareceu para receber os ministros estrangeiros, entre os quais Pessanha, devido a tais enfermidades.²²¹ Ao contrário do príncipe Filipe, o seu irmão D. Fernando, que mais tarde, como se sabe, virá a ser o soberano das Duas Sicílias já aparecia em público apesar da tenra idade.²²² Mais tarde, já no final de

²¹⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 08/02/1757.

²¹⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 08/08/1758.

²¹⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 21/12/1756 e de 30/12/1757.

²¹⁹ FERRYBRIDGE, Henry Nelson, *Naples and Sicily Under The Bourbons Sketches*, Nabu Press, 2010, pp. 22, 24 e 25.

²²⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 17/02/1757.

²²¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 14/06/1757.

²²² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 14/06/1757.

1758, o enviado português dá conta que se começa a notar no infante D. Francisco sinais da mesma debilidade psíquica do seu irmão, o primeiro infante.²²³

Quanto a assuntos comerciais estabelecidos entre Portugal e Nápoles neste período, verificam-se através de Silva Pessanha algumas saídas de embarcações napolitanas rumo ao porto de Lisboa. Na realidade, o comércio externo português na década de cinquenta teve registos de grande aumento, mas os seus principais contactos comerciais faziam-se principalmente com Inglaterra, seguindo-se a Holanda e depois os países nórdicos, o comércio com o Mediterrâneo era por esta altura bem mais reduzido se comparado com o conjunto de países atrás mencionados.²²⁴

Neste tempo de conflito, como se pode ver pelo ofício de 26 de Julho de 1757,²²⁵ o rei não prescindiu de alguma cautela, ordenando que algumas naus de guerra napolitanas acompanhassem até aos portos de Cádiz, Lisboa e Londres outras naus mercantes, na prevenção de possíveis ataques durante o percurso. Em Setembro do mesmo ano, voltou a registar-se uma escolta feita por duas naus napolitanas a navios mercantes carregados de trigo, que tinham como destino os portos de Marselha, Barcelona, Alicante, Cartagena, Cádiz e Lisboa.²²⁶

Pessanha refere-se especialmente às embarcações de trigo de Nápoles, destinadas ao mercado português, podendo observar-se que os comerciantes optavam ou não, por fazer sair daquele porto os seus carregamentos, consoante as informações sobre variação dos preços que nesses destinos tinha tal mercadoria.²²⁷

Outro impeditivo à chegada dos produtos mercantes napolitanos a território português eram as frequentes doenças epidémicas, que no século XVIII apareciam, por vezes, em qualquer parte. Por exemplo em Novembro de 1757, Pessanha recebeu notícias vindas de Espanha, que falavam de uma forte epidemia que se espalhara em Portugal, o que causou receios aos mercadores napolitanos ficando estes reticentes se haveriam ou não de enviar navios de trigo e cevada a Lisboa.²²⁸

Havia ainda o problema da pirataria, que constantemente atormentava os comerciantes, que se deparavam com ataques às suas embarcações destinadas aos mercados exteriores. Os navios carregados de mercadoria saídos de Nápoles eram por vezes tomados por tunisinos, no Mediterrâneo, como pode exemplificar o ofício de 10 de Maio de 1757.²²⁹

Na altura em que José da Silva Pessanha foi plenipotenciário no reino de Nápoles, aquela corte tinha com as mesmas funções na de Lisboa, Carlos de Guevara, que em Setembro de 1757, segundo o que o Marquês de Tanucci disse ao diplomata português, pedia ao seu soberano licença real para se ausentar por alguns meses de Portugal e voltar à sua pátria, alegando motivos de saúde.²³⁰ O próprio rei das Duas Sicílias falou pessoalmente com Pessanha sobre Guevara e sobre uma possível substituição deste por um outro ministro para a corte de Lisboa, ao que o ministro português garantiu,

²²³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/11/1758.

²²⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, pp.232.

²²⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 26/07/1757.

²²⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 27/09/1757.

²²⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 23/08/1757.

²²⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 15/11/1757.

²²⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 10/05/1757.

²³⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 06/09/1757.

que qualquer que fosse o enviado de Nápoles a Portugal seria bem recebido na corte portuguesa, como se pode confirmar pelo ofício de 20 de Setembro de 1757.²³¹

Em Outubro, Tanucci voltou a comunicar ao enviado português as últimas notícias sobre a jornada de Carlos de Guevara até Nápoles, expressando as poucas esperanças que existiam em relação à melhoria da sua saúde e temendo até, que este não conseguisse chegar ao fim da sua viagem. Sobre uma possível nomeação de um sucessor de Guevara para Lisboa, Pessanha escreveu “S. Majestade cuidava em lhe nomear sucessor, o qual não poderia declarar antes ou de ver este ministro, ou de ser presente à sua demissão. Sei mais que 4 sujeitos, todos capacíssimos têm feito várias diligências para serem destinados para este ministério, e havendo-me falado algum deles para que eu apoiasse a sua pretensão com o secretário de Estado Marquês de Tanucci, lhe respondi que tal não podia fazer porque nem devia tomar parte em matéria semelhante, nem entrava na dúvida de que na minha corte seria igualmente bem recebido todo o ministro que S. M. Siciliana nomeasse para nela residir”.²³² Apesar das dúvidas em relação à sua chegada, Carlos de Guevara entra em Pizza em Novembro de 1757 e em Nápoles em Abril do ano seguinte, onde visita o diplomata português, informando-o de que possivelmente estará em condições de retornar a Lisboa, segundo prognóstico dos seus médicos. No entanto, os governantes daquele reino continuavam a mostrar-se inclinados a nomear alguém para suceder a Guevara, não desejando pôr em risco a saúde deste embaixador.²³³

A luta contra os jesuítas que se distinguiu em Portugal e por toda a Europa católica, no século XVIII foi pela primeira vez focada por Silva Pessanha, no seu ofício de 22 de Novembro de 1757, em que este lamenta não ter podido responder ao rei de Nápoles, por não lhe chegarem cartas do seu reino sobre o desenrolar do caso dos jesuítas em Portugal, sobre o qual este o havia interrogado.²³⁴ Uma queixa, algumas vezes feita por este embaixador era a já referida falta de notícias da sua Nação, até mesmo da sua própria casa em Portugal chegando a dizer directamente a D. Luís da Cunha, pelos ofícios que envia à secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que ele nunca respondia às suas cartas, pedindo-lhe ainda que de quando em quando relembresse a Carvalho e Melo da existência da sua pessoa.²³⁵ Esta falta de correspondência impedia, a certa altura Pessanha, que por um período de oito meses não recebeu qualquer despacho de Portugal, de ir fazer a corte à família real em Caserta.²³⁶

Mais uma vez, em Fevereiro de 1758, foi pela voz do rei das Duas Sicílias que Pessanha ficou conhecedor de alguns factos ocorridos em Portugal, que a sua pessoa desconhecia, como escreve no despacho de 7 de Fevereiro dizendo, que “ a 5 do corrente estive em Caserta, e El Rei me fez a honra de dizer que tinha recebido cartas de Portugal, com a gostosa noticia de que os reis N.N.S.S. passavam com perfeita saúde. Disse-me mais que tinha recebido duas Leis, que ai se publicara: uma para evitar os contrabandos, e outra em que se proibiam certas licenças, que o senado costumava dar para que se pusesse vender pelas ruas fora das lojas. E que também lhe mandaram uma espécie

²³¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 20/09/1757.

²³² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 08/11/1757.

²³³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 08/11/1757.

²³⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 22/11/1757.

²³⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 13/06/1757 e de 29/08/1757.

²³⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 03/01/1758.

de manifesto de mau procedimento dos jesuítas na América”.²³⁷ Este último manifesto sobre o mau procedimento dos jesuítas na América, de que o rei de Nápoles deu parte a Pessanha, foi traduzido para italiano, no entanto não há notícia pelos ofícios do ministro plenipotenciário, de que tenham sido impressos.²³⁸

Com o falecimento do Papa Bento XIV, a 3 de Maio de 1758, que havia concedido a D. João V o título de Majestade Fidelíssima, Pessanha deu a conhecer a tristeza que tal novidade causou no soberano das Duas Sicílias, não só por ser um rei católico, mas também por ter mantido com o falecido uma verdadeira amizade. Nápoles não quis tomar parte na nova eleição a que se deveria proceder no conclave papal.

Contrariamente ao que acontecia com o rei, o seu ministro Tanucci não era grande adepto da cúria romana e tão pouco dos jesuítas, no entanto também desprezava as ideias jansenistas. A sua afronta para com Roma não minimizava a sua forte crença religiosa católica, mas essa mesma fé não o impedia de ser um verdadeiro incentivador do absolutismo monárquico, à semelhança do que acontecia em Portugal com a pessoa de Carvalho e Melo. Tanucci repudiava especialmente o poder excessivo que o clero tinha no reino, pensava que estes eram um entrave aos seus ideais reformistas, não concordava com o facto de esta classe ter uma jurisdição própria e estar livre de pagar impostos considerando-os ainda um dos responsáveis pelas dificuldades económicas do Estado, e por tal sentiu necessidade de fazer uma redução no número de clérigos das Duas Sicílias.²³⁹ A 11 de Julho, Pessanha remeteu para Portugal um ofício com a novidade da eleição do novo Papa, cumprida a 6 do mesmo mês, tendo sido escolhido o veneziano Carlo della Torre Rezzonico, bispo de Pádua, a partir de então denominado Clemente XIII.

O ministro plenipotenciário avisava, a 18 de Julho, que o Papa eleito já no exercício das suas novas funções, opta por fazer uma reforma nalguns abusos que se vinham verificando na cúria romana, “não só entre a prelatura e grande parte do clero, mas ainda entre os mesmos cardeais. E que se entendia que S. Santidade faria exercitar, no tempo do seu governo uma rigorosa disciplina eclesiástica, acompanhada do seu apostólico exemplo”.²⁴⁰

Voltando à questão dos jesuítas, e tendo em conta aquilo que era a visão e expressão de Pessanha e do reino de Nápoles, relativamente às ocorrências ligadas a estes eclesiásticos, importa localizar o ofício do nosso diplomata de 25 de Julho de 1758, o qual ele dedica quase inteiramente a este assunto e por onde se pode concluir, que apenas por esta altura recebia por parte de D. Luís da Cunha informações acerca dos padres jesuítas, sendo-lhe possível responder com mais clareza às questões que lhe eram colocadas a respeito das decisões do Governo português para acabar com os maus procedimentos dos jesuítas nos seu territórios da América do Sul e, desta forma, poder ele próprio fazer propaganda na corte de Nápoles, contra as desordens provocadas pelos jesuítas. Pessanha prometia ainda remeter para Lisboa, o mais rápido que lhe fosse permitido, qualquer novidade que aparecesse em Nápoles a respeito deste assunto, e afirmava que o soberano daquele

²³⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 07/02/1757.

²³⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778 ofício de 21 /02/1758.

²³⁹ ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, pp.33.

²⁴⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 18/06/1757.

reino não corria o risco de ser influenciado por artimanhas jesuíticas, caracterizando-o como tendo “um juízo claro e uma recta justiça para distinguir o falso do verdadeiro”.²⁴¹ Em 1758 começavam a chegar a Nápoles os primeiros indícios sobre a fraca saúde de Fernando VI, rei de Espanha, e nos primeiros meses do ano seguinte, Pessanha falava na hipótese do rei de Nápoles passar como sucessor ao trono espanhol.

Sobre este assunto da sucessão da coroa espanhola, diplomata apresenta no ofício de 28 de Fevereiro de 1759, uma descrição dos planos que se faziam na corte de Nápoles caso o rei tivesse de partir para Madrid. São referidas três causas que inevitavelmente levariam à partida do rei, primeiramente a morte do rei católico, uma segunda refere que mesmo que o rei espanhol viesse a livrar-se do perigo mortal poderia ficar com sequelas a nível psicológico, que o impediriam de reinar e a última prende-se na própria vontade, que precedentemente à sua doença, Fernando VI tinha de ceder o seu governo ao irmão, soberano das Duas Sicílias.²⁴²

Com a proclamação de Carlos como rei de Espanha, no dia 11 de Setembro de 1759, a sua separação do reino das Duas Sicílias era inevitável, devido ao que ficara estabelecido no segundo tratado de Viena em 1731, que impedia este rei de unir a coroa de Nápoles e Sicília à de Espanha.²⁴³ Todavia a grande incógnita, que residia na partida do futuro Carlos III para Espanha, era o destino do governo do reino de Nápoles e da Sicília, por qual dos seus filhos ia o rei abdicar da coroa?

Toda esta dúvida advinha da incapacidade do príncipe herdeiro D. Filipe para governar, pois como redige Pessanha para Portugal, “já se acha na idade de 11 para 12 anos, e ainda é bastante robusto, parece que não tem raciocínio por causa dos ataques epilépticos que tem padecido desde que nasceu ou por defeito da natureza. Não diz mais que as poucas palavras que ouve repetir muitas vezes. Não tem memória para aprender a doutrina cristã”.²⁴⁴

Por fim a escolha acabaria por recair sobre o terceiro infante, que ficaria em Nápoles como D. Fernando IV de Nápoles, III da Sicília e I das Duas Sicílias, enquanto o seu irmão e segundo infante D. Carlos acompanharia seu pai a Madrid com a finalidade de um dia o vir a suceder na coroa de Espanha.

A notícia da morte do rei de Espanha ocorrida a 10 de Agosto de 1759, só chegou a Nápoles dia 22 do mesmo mês. Pessanha informa nessa altura para Portugal, acerca da criação de uma Junta habilitada para apurar se o príncipe D. Filipe se encontrava ou não capaz de um dia vir a reger a coroa espanhola, tendo em conta as suas moléstias. Caso esta Junta comprovasse a inabilidade deste príncipe para qualquer actividade de governo, deveria ser decretado como sucessor do reino de Espanha, o seu irmão e segundo infante D. Carlos e como rei das Duas Sicílias o infante D. Fernando.²⁴⁵ Esta junta, que no fim determinou a incapacidade governativa do primeiro infante era composta pelos mais importantes magistrados e oficiais do reino, tendo o príncipe sido observado por seis médicos, que o examinaram e observaram durante duas semanas. A menoridade do terceiro infante, com apenas oito anos, obrigou porém à criação de um Conselho de Regência liderada por

²⁴¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 25/07/1758.

²⁴² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/02/1759.

²⁴³ ACTON, 1998, op.cit. pp.15 e 106.

²⁴⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/02/1759.

²⁴⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/08/1759.

Bernardo Tanucci, que governaria Nápoles e a Sicília até à maioridade do jovem rei.²⁴⁶ Pessanha declara, que acompanhará Carlos III, com autorização da corte portuguesa, para que não faltasse nunca um ministro de Portugal junto deste rei.²⁴⁷ A viagem para Madrid começou em Setembro de 1759 por mar, seguindo com os soberanos apenas as entidades que seriam consideradas imprescindíveis, às mesmas reais pessoas.

Carlos III havia governado as Duas Sicílias durante um período de vinte e cinco anos, a sua partida para Espanha não o impediu de se manter frequentemente em contacto com Bernardo Tanucci, o ministro que praticamente o tinha ensinado a governar e que era a cabeça da regência do reino do seu jovem filho, aparecendo como o mais leal dos protectores das políticas, que Carlos III gostava que permanecessem em Nápoles. As reformas, que em diante iriam implementar no seu novo reino espanhol seriam praticamente uma réplica das que havia feito em Nápoles sob a influência de Tanucci.

A missão de José da Silva Pessanha em Nápoles durou até Setembro de 1759, sendo o último ofício relativo a esta legação de dia 18 de Setembro desse ano.²⁴⁸ Nomeado pela corte portuguesa, embaixador em Espanha, Silva Pessanha deixou Nápoles na mesma altura que Carlos III. Em Abril de 1760, o representante diplomático português que até então se encontrava em Madrid, D. António de Saldanha partiu daquele reino ficando Pessanha no seu lugar.²⁴⁹

As boas relações que o embaixador português estabeleceu com a família real em Nápoles podem ter justificado, em parte, a escolha deste para continuar a acompanhá-la, servindo na legação portuguesa em Madrid. O visconde de Santarém, faz menção num dos seus escritos a um despacho do duque de Choiseul para o embaixador conde de Merle (encontrado no arquivo do Ministério dos Negócios estrangeiros de França) em que fala da boa relação que o diplomata português mantinha com os novos soberanos de Espanha e que terá sido um dos principais motivos para a sua promoção para a embaixada na corte espanhola, com as seguintes palavras “havendo o ministro de Portugal em Nápoles do apelido Silva tido a ventura de fazer-se aceite a El Rei e à Rainha de Espanha, havia toda a probabilidade que a corte de Lisboa o acreditaria junto àquele soberano em Madrid.”²⁵⁰ Em Espanha, Pessanha trabalhou em questões, como a proposta portuguesa de dois casamentos reais entre a corte Espanhola e a Portuguesa, que tentou em vão negociar e dedicou-se, também, à propaganda contra os jesuítas junto da realeza espanhola. Uma prova da afinidade entre Pessanha e os soberanos de Nápoles encontra-se no ofício de 7 de Agosto de 1759, em que o embaixador é de entre os muitos ministros estrangeiros, que residiam na corte napolitana, o único convidado para

²⁴⁶ Davis John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006, pp.23.

²⁴⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/08/1759.

²⁴⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 18/09/1759.

²⁴⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, pp. 182.

²⁵⁰ Santarém Visconde de, 1850, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VI, Paris, J. P. Aillaud, pp. 191.

acompanhar a família real numa jornada até à ilha de Procida e ali gozar, com estes monarcas do divertimento da caça.²⁵¹

Antes de Carlos III chegar a Espanha, este país tinha-se mantido fora da Guerra dos Sete Anos, no entanto, a sua posição neutra foi abalada, aquando dos ataques ingleses aos territórios coloniais espanhóis das Antilhas, no ano de 1760.²⁵² Pessanha esteve, portanto, em Madrid num período conturbado das relações entre Portugal e Espanha, desencadeado pela Guerra dos Sete Anos, em que os portugueses se viram envolvidos, não por vontade própria, mas pela sua recusa em assinar o novo Pacto de Família de 1761 em tomar o partido dos Bourbons numa luta contra os seus velhos aliados ingleses, forçando os espanhóis e franceses a lançarem um ultimato sobre Portugal. Os Bourbons queriam a todo o custo que a Inglaterra fosse comercialmente afectada, o que aconteceria se os portos portugueses, tanto na metrópole como nas colónias, também lhes fossem interditos. Não obstante a recusa lusa, levou a um agravar do clima de tensão entre os dois países da Península, acabando Portugal por ser invadido pelas tropas do país vizinho.²⁵³ Tais acontecimentos levaram Silva Pessanha a abandonar Madrid em Maio de 1762, passando algum tempo na sua casa de Elvas e retornando a Lisboa em data indefinida.²⁵⁴

Nos últimos anos da sua vida passados em Lisboa, Pessanha não voltou a ter qualquer cargo como diplomata, começando a perder a sua preponderância no reino até cair em alguma desventura, certamente por divergências com o Conde de Oeiras, que o dispensou de qualquer serviço na corte.²⁵⁵ Um indício de que Silva Pessanha não estava mais nas boas graças de Carvalho e Melo surge em 1765, quando o válido ministro se depara com uma grave doença que ameaçou a sua vida, começavam a surgir no reino rumores à volta dos nomes de Martinho de Melo e Castro e José da Silva Pessanha para suceder a Carvalho e Melo, “mas o Conde de Oeiras terá dito que o único que se reputava capaz para o efeito era o Primeiro.”²⁵⁶

Pessanha vem a falecer no dia 1 de Fevereiro de 1775²⁵⁷ em Lisboa, dois anos depois da morte da sua esposa, sendo sepultado no Convento das Religiosas Abertas da Cidade.

Ao seu filho e único herdeiro de apenas 12 anos, à altura da sua morte enviam-no para o Colégio Real dos Nobres, recebendo plenos poderes sobre os bens que herdara do pai, em Outubro de 1782, antes porém de atingir a maioridade.²⁵⁸

²⁵¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 07/08/1759.

²⁵² Idem, *ibidem*, pp.190.

²⁵³ Idem, *ibidem*, pp.193, 194.

²⁵⁴ DOMINGOS, 1998, op.cit.pp.30.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp.32.

²⁵⁶ MONTEIRO, 2008, op.cit. pp.271.

²⁵⁷ BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp.156.

²⁵⁸ DOMINGOS, 1998, op.cit.pp.33.

4.2 Aires de Sá e Melo (1760-1764)

Para substituir José da Silva Pessanha na legação de Portugal em Nápoles foi nomeado Aires de Sá e Melo, que partiu de Portugal com o cargo de ministro plenipotenciário, a 30 de Setembro de 1760.

Aires de Sá e Melo era oriundo de uma família da nobreza portuguesa, filho de Lourenço de Sá e Melo e da terceira esposa deste, Maria Inês de Sá Pereira. Pensa-se que terá nascido no ano de 1715, em Anadia, tendo sido baptizado com o mesmo nome do seu avô paterno. Viveu em Coimbra, terra onde se realizou o seu primeiro casamento, no dia 27 de Março de 1735, com Sebastiana Inês de Melo de Sousa e Cáceres, mãe das suas duas primeiras filhas, Maria de Sá e Sebastiana de Sá, que se tornaram freiras, no convento de Jesus, em Aveiro.²⁵⁹

Um ano antes do seu primeiro matrimónio, pelo alvará de 16 de Junho de 1734, oficializou-se a sua nomeação como fidalgo escudeiro, acrescentada à que já tinha de moço fidalgo e em Maio de 1739 recebeu a carta familiar.²⁶⁰ Ainda em Coimbra, tornou-se sócio da Academia Litúrgica de Ritos e História Eclesiástica, formada em 1748 e sediada no Mosteiro de Santa Cruz daquela cidade, onde pôde adquirir melhores conhecimentos e uma visão mais moderna acerca da igreja e da sua história.²⁶¹

Certamente, por morte da sua primeira esposa, foi-lhe possível tornar a casar a 2 de Agosto de 1752, com Maria Antónia de Sá Pereira de Meneses, irmã do Ministro Plenipotenciário, José de Sá Pereira, o mesmo que irá substituir Sá e Melo na legação portuguesa em Nápoles, a partir de 1764. Com a segunda mulher, Aires de Sá teve dois filhos, Maria das Neves de Sá e o único filho rapaz, João Rodrigues de Sá e Melo, que veio a ser, por nomeação de D. Maria I, agraciado com o título de primeiro Visconde de Anadia, “atendendo aos muitos e valiosos serviços de seu pai”, ao qual seguiu as passadas, ao exercer as funções de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e de diplomata em Berlim.²⁶²

Em Maio de 1756, segundo o que diz José Subtil, foi criado o posto de Secretário de Estado Adjunto do Reino e Aires de Sá era chamado a ocupar este novo cargo tornando-se no braço direito de Carvalho e Melo. A 20 de Março de 1760 com a formação do quarto governo de D. José I regista-se a permanência de Sá e Melo como adjunto de Pombal, sendo que em Setembro desse mesmo ano Aires de Sá parte em missão para a legação de Portugal em Nápoles. Curiosamente, quando a 12 de Julho de 1770 se voltaram a reformar as Secretarias de Estado do reino Aires de Sá e Melo, que naquela data estaria ainda em Madrid como embaixador, volta a ser mencionado, por este autor, como Ministro-adjunto de Pombal.²⁶³ ²⁶⁴ No caminho de Nápoles, Aires de Sá e Melo parou durante

²⁵⁹ http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=28623

²⁶⁰ ARAUJO, Afonso Domingos de, Valdez Rui Dique Travassos, *O Livro de Ouro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933, pp.99.

²⁶¹ ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1965, pp. 286.

²⁶² ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, pp. 278.

²⁶³ SUBTIL, José, *Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006, pp. 89 a 92.

algum tempo em Madrid e de lá enviou para Lisboa os primeiros ofícios, relativos à sua nova função de ministro plenipotenciário, datado de 18 de Outubro de 1760, onde fez uma descrição da sua viagem até Espanha, comunicando a D. Luís da Cunha, que fez a corte a Carlos III e à rainha-mãe.²⁶⁵

Em Outubro de 1760, Aires de Sá e Melo entregou, em Madrid, um despacho ao embaixador José da Silva Pessanha, que informa sobre as intenções que a corte portuguesa tinha, de dois casamentos entre a realeza portuguesa e espanhola, um do recentemente viúvo Carlos III, que perdera a sua rainha em Setembro desse ano, com a terceira filha de D. José I, D. Maria Francisca Doroteia, e o outro da quarta infanta portuguesa, D. Maria Francisca Benedita com o futuro Carlos IV de Espanha. Ficava nas mãos de Pessanha tentar negociar estes enlaces, tarefa que se revelou difícil, no entanto, Pessanha aludiu à necessidade de preservação da paz entre as duas nações e à possibilidade de união ibérica, na tentativa de ver bem sucedida a proposta portuguesa. Como se sabe hoje, o trabalho de Pessanha, para cumprir com o desejo da sua corte de casar os soberanos de Espanha com as infantas de Portugal, fracassou. Carlos III revelou ao embaixador luso, que ainda sentia muito a morte da sua rainha e que já não se encontrava em idade de voltar a casar, quanto ao príncipe herdeiro, casava-se anos mais tarde com Maria Luísa de Parma.²⁶⁶

Depois da passagem pela capital espanhola Aires de Sá retomou o seu caminho rumo à Legação de Nápoles. O período que permaneceu como Ministro Plenipotenciário, no reino das Duas Sicílias, ficou especialmente marcado por questões ligadas à luta contra os jesuítas, ao corte de relações entre Portugal e a Santa Sé e à Guerra dos Sete Anos, que conseqüentemente originou a chamada Guerra Fantástica, no território português. Outras ocorrências documentadas por Aires de Sá e Melo durante a sua permanência em Nápoles dizem respeito à grande fome que se alastrou por todo o reino, e embora o Ministro Plenipotenciário tenha partido de Nápoles antes da crise atingir o seu auge em 1764, pôde ainda durante a sua estadia relatar nos seus ofícios, acerca dos primeiros indícios desta tragédia. O enviado português deu ainda a conhecer algumas das características da corte napolitana. Em Nápoles já se esperava o novo representante de Portugal naquela corte, Tanucci escreve a 21 de Outubro de 1760, acerca de uma carta que recebera de Giuseppe Maturi, Secretário na Legação napolitana em Lisboa (ficara como representante interino desde que Guevara partira de Portugal até à chegada de Michele Pignateli em 1761). Na dita carta, Maturi, atendia ao pedido de Cravalho e Melo para que este recomendasse Aires de Sá ao Marquês de Tanucci.²⁶⁷

A chegada de Aires de Sá a Nápoles data de 25 de Dezembro de 1760, tendo partido de Madrid a 17 de Novembro do ano anterior, passando ainda por Cartagena. Dois dias depois da sua chegada a

²⁶⁴ Surge neste contexto uma questão que só com uma investigação adicional (futura) pode ser esclarecida, que é, Será que Sá e Melo pode ter permanecido oficialmente no cargo de Ministro-adjunto de Pombal, mesmo sem o desempenhar efectivamente, a partir de Outubro de 1760, data em que parte para Nápoles como Ministro Plenipotenciário, e ainda em 1770 durante a sua embaixada em Madrid? Tendo ainda em conta o facto de terem sido nomeados, em 1759 Mendonça Furtado e em 1769 José Seabra da Silva, para o mesmo cargo de Ministro-adjunto de Pombal.

²⁶⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 18/10/1760

²⁶⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José na Sombra de Pombal*, Circulo de Leitores, 2006, pp. 152, 153 e 154.

²⁶⁷ MAIORINI, M.G., *Bernardo Tanucci, Epistolario, volume. IX. 1760-1761*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, pp.25.

Nápoles, pediu por carta, uma audiência com o Marquês de Tanucci, que aceitou recebe-lo no dia seguinte. Quanto à primeira audiência com o jovem rei das Duas Sicílias, D. Fernando, só veio a ter lugar no último dia do mês de Dezembro.²⁶⁸ No dia 30 de Dezembro de 1760 Bernardo Tanucci falou da chegada de Aires de Sá e Melo, numa carta para o rei de Espanha, revelando que já recebera das mãos do enviado português as credenciais do mesmo, remetendo ainda na mesma data uma outra carta, por sua vez dirigida ao Duque de Losada em que voltou a falar de Aires de Sá e Melo revelando que este não dominava nenhuma outra língua para além da portuguesa e que lhe havia dito num fraco francês que não sabia nenhuma palavra da linguagem falada naquele reino tendo também pouco conhecimento de espanhol, ao que Tanucci respondeu que mesmo sem palavras os espíritos de ambos se entenderiam e que a amizade das duas cortes era forte no coração do soberano daquele reino, não havendo necessidade de se persuadirem um ao outro sobre tal amizade. Menciona-se ainda na mesma carta que as credenciais entregues por Sá e Melo não diferiam muito das que o antigo ministro Pessanha havia apresentado, exceptuando, que as deste último tinham mais palavras de elogio.²⁶⁹

Uma das componentes mais importantes da missão de Aires de Sá e Melo em Nápoles teve a ver com a ofensiva anti- jesuítica que o governo de Lisboa então promovia. Muitos dos seus despachos para Portugal referiam-se a esse assunto.

Aires de Sá deu a conhecer, em Julho de 1761, a ordem de desterro dos jesuítas na Sardenha e nos Estados italianos pertencentes à casa de Áustria. No mês seguinte, o rei proíbia, em Nápoles, a leitura do livro “La Verità Difesa”, escrito por Gennaro Sanchez de Luna, favorável à causa jesuítica e o seu autor recebeu ordem de desterro, tendo o Marquês de Tanucci prometido uma cópia, dessa mesma ordem de desterro, ao embaixador português.²⁷⁰

Com este livro, deu-se a primeira tentativa de Tanucci para expulsar totalmente do reino todos os jesuítas, no entanto, embora alguns tenham sido forçados a deixar Nápoles indo procurar auxílio a Roma, o ministro não teve poder suficiente para conseguir fazê-lo, sem o aval do restante Conselho Real, adiando-se, por mais uns anos, a expulsão dos padres jesuítas naquele reino.²⁷¹ Na mesma altura, “também se avisa de Roma que a corte de França se vai iluminando a respeito dos jesuítas e do Ministério do Papa.”²⁷²

É bem verdade, que os jesuítas recorriam muitas vezes à escrita como meio de defesa, porém, os seus opositores usavam as mesmas armas. Um facto polémico, sobre a escrita e impressão de material anti-jesuítico, foi o caso de Niccolò Pagliarini que, em Roma, se atreveu, mesmo que secretamente, a imprimir propaganda contra os padres jesuítas, a mando do embaixador português naquele Estado, D. Francisco de Almada e Mendonça, também ele primo de Carvalho e Melo e

²⁶⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 05/01/1761.

²⁶⁹ MAIORINI, 1985, op.cit.pp.241 e 247.

²⁷⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/07/1761.

²⁷¹ MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome 1748-1830 An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978, pp. 120.

²⁷² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 04/08/1761.

seguidor das suas ideias. O impressor acabou por ser descoberto, detido e, mais tarde, obrigado a fugir de Roma para Portugal, onde foi recebido de “braços abertos”.²⁷³

Aires de Sá foi uma peça fundamental na ajuda que se deu a Pagliarini antes deste embarcar para Lisboa, visto que o fugitivo passou por Nápoles, onde tanto o enviado português, como o ministro Tanucci o apoiaram, indo contra a vontade do Papa Clemente XIII, mas com total protecção por parte de Pombal. Sabe-se que Aires de Sá e Melo esteve envolvido nos planos de fuga de Pagliarini, desde que sai de Roma até à sua partida para Portugal e partilhou esses planos com Tanucci.²⁷⁴ Houve, portanto, uma inegável cooperação entre os dois principais ministros, Tanucci de Nápoles e Carvalho e Melo de Portugal, no contexto do caso de Pagliarini e “no que respeita aos seus inimigos comuns os seus interesses estavam muito próximos, sendo o inimigo comum a cúria romana e o seu apoio consistente aos jesuítas.”²⁷⁵ Apesar de Tanucci não ter sido um dos fervorosos entusiastas de Carvalho e Melo, prestou bastante atenção ao que se passou em Portugal principalmente no que respeitava à guerra aberta entre a cúria romana e o ministro português. A primeira vez que Sá e Melo fez referência ao impressor, foi no ofício de 18 de Agosto de 1761, quando remete juntamente com este despacho, uma cópia do escrito que havia feito o livreiro em defesa própria.²⁷⁶ O Conde de Oeiras dirigiu para Nápoles a proposta de tanto o impressor como a sua família virem para Lisboa, o mais rápido que lhes fosse possível, e se assim o entendessem, onde lhes seria oferecido um título nobre e todas as condições para uma boa vida. Portugal iria presentear Pagliarini com uma pensão monetária, mesmo que este decidisse ficar em Nápoles, no entanto, a referida família resolveu vir para Lisboa, onde em 1763 montou um negócio de impressão e tradução de documentos.²⁷⁷

Numa carta de Aires de Sá e Melo para o Conde de Oeiras datada de 27 de Julho de 1762 vem referenciada a envolvência de um dos irmãos do Ministro Plenipotenciário no caso de Pagliarini, notando-se que Aires de Sá fez nesta carta alusão a uma conversa que o dito irmão terá tido com Carvalho e Melo sobre o impressor fugido de Roma, “Por uma carta de meu irmão sei que ele falou a V. excelência do Sr. Pagliarini.”²⁷⁸ Esta carta levanta a possibilidade de Pombal ter tomado conhecimento e tratado de assuntos relativos às relações entre Portugal e Nápoles por vias alternativas à documentação oficial remetida da Legação de Portugal em Nápoles para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Verifica-se que Aires de Sá talvez pudesse usar a correio que trocava com o irmão como um meio mais discreto de fazer chegar a Pombal certas informações.

Pagliarini não foi o único “rejeitado” pela Santa Sé que esteve em contacto com o ministro plenipotenciário português na corte de Nápoles, Luís António Verney foi outro nome que importa referenciar, pois entre 1762 e 1765 manteve uma correspondência assídua com Aires de Sá e Melo, sabendo-se que terão sido amigos chegados. Verney conheceu o embaixador português na época em que se afastou de Roma, devido ao corte de relações de Portugal com a Santa Sé, tendo estado

²⁷³ MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp.210.

²⁷⁴ MILLER, 1978, op.cit.pp.132 e 133.

²⁷⁵ Idem, *ibidem*, pp.133.

²⁷⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 18/08/1761.

²⁷⁷ MILLER, 1978, op.cit.pp.133.

²⁷⁸ Biblioteca Nacional de Lisboa, *Colecção Pombalina*, cód. 640, fls. 131.

em Nápoles, onde certamente lhe foi possível privar com Sá e Melo. Provavelmente, Aires de Sá e Melo foi uma das “pontes” mais constantes entre Pombal e Verney, sustentou os interesses do segundo, ao recorrer ao poder do primeiro, “Aires de Sá terá sido o primeiro a indicar Verney como pessoa de Confiança e sabida dos enredos de Roma.”²⁷⁹

Mesmo após a saída de Sá e Melo para Madrid, a correspondência entre este e Verney continuou, desde logo o embaixador o incentivou a passar-lhe qualquer nova reflexão que pudesse ser de interesse do Estado português. Verney foi, como se sabe, além de muitas outras coisas um anti jesuíta convicto e certamente que essa ideia agradava a Carvalho e Melo. Foi oferecido a Verney um emprego como Secretário da Legação portuguesa junto da Santa Sé em 1768, contudo não sustentou este cargo por mais de três anos, por ter sido considerado desleal para com a corte portuguesa, que levou a cabo a sua demissão e o proibiu de retornar a Portugal. Pombal antes da demissão de Verney já se havia mostrado relutante a alguns dos pedidos que o escritor lhe solicitava, no que respeitava à promoção dos seus escritos.²⁸⁰

Relativamente a mais publicações causadas pela luta entre Portugal e os religiosos jesuítas, Aires de Sá e Melo, em Fevereiro de 1763 deu conta de se terem imprimido em Veneza mais escritos, que atacavam a corte portuguesa, mas neste caso a inquisição daquele Estado tomou medidas, ordenando ao impressor, que queimasse todos os exemplares na presença dos inquisidores.²⁸¹

A propaganda anti jesuítica continuava pela Europa e em Setembro de 1761, o ministro português em Nápoles focou a intenção do rei francês de expulsar estes padres dos seus domínios e revelou que os opositores a esta medida se encontravam, na sua maioria, entre os membros da nobreza,²⁸² no entanto, os jesuítas acabaram por ser afastados de França, só em Novembro de 1764. A posição da França em relação aos padres da Companhia de Jesus foi decisiva para a evolução da propaganda anti jesuíta na Europa. O ministro Choiseul era a cara mais conhecida da antipatia para com os jesuítas, sendo muito influenciado pelas ideias jansenistas e apoiante das acusações que tornaram os padres jesuítas, os principais responsáveis pelo atentado ao rei francês em 1757.²⁸³

No caso espanhol, Portugal contou com o trabalho do embaixador Pessanha na propagação da luta contra a Companhia, que desempenhou o seu papel na apologia das ideias de Pombal para uma difusão do sentimento anti jesuíta. Pessanha tinha consigo em Madrid provas persuasivas de que as acusações feitas ao jesuíta Malagrida teriam sido válidas.²⁸⁴

Por seu turno, o núncio papal em Madrid recebeu ordens sigilosas de Roma para invocar junto a Carlos III alusões contrárias às de Portugal, alegando perante este rei que Portugal intencionava admitir a religião protestante no seu território.

Foi de Espanha, a 16 de Outubro de 1761, que chegou às mãos de Aires de Sá a notícia da morte do jesuíta Malagrida e, no mês seguinte, pelo seu despacho de 11 de Novembro, este referiu a D. Luís da Cunha que seria vantajoso fazer uma tradução para italiano da sentença proferida ao padre

²⁷⁹ ANDRADE, 1965, op.cit.pp. 318.

²⁸⁰ Idem, *ibidem*, pp.317.

²⁸¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 15/02/1763.

²⁸² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 01/09/1761.

²⁸³ MONTEIRO, 2006,op.cit.pp.205.

²⁸⁴ MILLER,1978, op.cit.pp.124.

Malagrida, ou como lhe chamou neste ofício, "daquele monstro" afirmando de forma irónica que "só deste modo será o público bem informado das virtudes do grande santo da Companhia, que os jesuítas exaltaram com tanto empenho por toda a Itália." ²⁸⁵

Malagrida estava entre as pessoas acusadas de planejar a tentativa de regicídio contra D. José I em 1758 e, anos antes, também ele escrevera em defesa dos jesuítas num panfleto, que acima de tudo serviu para tentar difamar as políticas de despotismo iluminado implementadas por Pombal, e considerou-as a principal causa do cataclismo de 1 de Novembro de 1755 alegando que tudo não passou de castigo divino, o seu texto foi intitulado "Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto". A suspeita do envolvimento deste jesuíta, de origem italiana, no atentado contra o rei levou-o a ser acusado e denunciado à Inquisição, (por essa altura era chefiada por Paulo de Carvalho, irmão de Pombal) autoridade que havia de condenar Malagrida à fogueira, em 1761. Este caso é noticiado por toda a Europa, levando Carvalho e Melo a sentir necessidade de transmitir de alguma forma que, não por tirania mas por justiça, haviam posto termo à vida de Gabriel Malagrida, por isso, mandou publicar a sentença de condenação do jesuíta em francês, como forma de se justificar perante os reinos europeus. ²⁸⁶

A política pombalina usou como motivo fulcral da propaganda contra os jesuítas o argumento de que nada podia pôr em causa o poder real, e estes padres faziam-no. No tempo de Pombal perseguiu-se, para além dos jesuítas, algumas famílias da nobreza portuguesa, como os Távora, os Aveiro e mesmo outras ordens religiosas. ²⁸⁷

No mês de Dezembro de 1761, algumas cartas escritas de Roma para Nápoles davam a conhecer o descontentamento do Papa em relação ao rompimento das relações com Portugal, em Junho de 1759, mostrando-se disposto a resolver de forma pacífica as diferenças, não só com Portugal mas também com Espanha e Nápoles, com quem também começava a ter algumas divergências. Segundo Sá e Melo nesta altura ainda se pensou que Roma pudesse também, em pouco tempo, virar as costas aos jesuítas. ²⁸⁸

Quando, no início de 1762, o diplomata português soube da declaração de guerra feita entre as cortes de Madrid e de Londres, ficou em dúvida relativamente à posição que Portugal tomaria neste confronto. Como se sabe hoje, Portugal optou pelo lado inglês neste episódio da Guerra dos Sete Anos e acabou por ser invadido, por forças espanholas. Por seu lado, Aires de Sá não pareceu acreditar nas notícias que lhe chegavam acerca destes acontecimentos, preferiu, como mostrou no ofício que redige a 19 de Janeiro de 1762, acreditar nas vozes que por aquela altura afirmavam, que os jesuítas tinham influência na propagação destas notícias dizendo, que "não considera outros autores mais adequados para semelhantes novelas". Residia em Nápoles, a incerteza em relação à veracidade destes acontecimentos, ainda assim, Tanucci assegura ao ministro português, que aquele reino tomaria uma posição neutra caso tudo fosse confirmado. ²⁸⁹

²⁸⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 11/11/1761.

²⁸⁶ MAXWELL, 2001, op.cit.pp.105 e 107.

²⁸⁷ MACEDO, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, pp.25.

²⁸⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 15/12/1761.

²⁸⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 19/01/1762.

Através do embaixador inglês em Nápoles, Aires de Sá e Melo teve a comprovação de que um possível ataque espanhol ao território português poderia estar para breve e foi informado sobre o pedido de auxílio militar de Portugal à Grã-Bretanha.²⁹⁰

No mês de Março de 1762, o diplomata falou de rumores que surgiram da guerra entre Espanha e Inglaterra, nos quais se afirmava que duas embarcações napolitanas haviam sido capturadas no contexto deste conflito. Aires de Sá e Melo anuncia que tomou conhecimento da invasão espanhola a Portugal, a 20 de Abril de 1762, quando diz que “quase todas as cartas de Espanha trazem neste correio, que S.M. Católica ordenara às suas tropas, que entrassem em Portugal deixando ao arbítrio de El Rei N. Senhor recebê-las como amigos ou como inimigos, pois até agora não tinha vindo de Lisboa resposta clara, e decisiva às proposições feitas de Madrid.”²⁹¹

Como muitas vezes fazia, no domingo 18 de Abril, Aires de Sá dirigiu-se até Caserta para ver o rei e nessa ocasião foi convidado a jantar em casa do Marquês de Tanucci, que no decorrer do momento lhe admitiu a dúvida que tinha em relação à continuação da amizade entre Portugal e Nápoles, devido aos recentes eventos de tensão entre Espanha e Portugal. Tanucci confessa, que pessoalmente se achava embaraçado com a atitude de Carlos III e que se tivesse oportunidade de estar pessoalmente com Carvalho e Melo o tentaria persuadir, que o interesse de Portugal consistia na união com Espanha e não com os ingleses, no entanto o ministro Tanucci compreendia a sujeição em que Portugal se encontrava em relação aos ingleses.²⁹²

Em Maio, Tanucci, que para além de ser a principal figura da regência do reino de Nápoles era também o Secretário de Estado dos negócios estrangeiros, pediu a Aires de Sá que o informasse da melhor maneira de enviar correspondência para D. Luis da Cunha, pois perante a corrente guerra era impossível que a correspondência saída de Nápoles chegasse a Portugal por Espanha, ao que o português aconselhou a via de Londres como a melhor opção.²⁹³ Por este ofício, podemos concluir que havia uma troca de correspondência entre os Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros dos dois reinos, supondo-se assim, que muitas questões seriam tratadas directamente entre Luís da Cunha e Tanucci, não havendo a intermediação nem conhecimento de Aires de Sá, visto que não faz outras referências, nos seus ofícios, relativas a esta questão.

Ainda em Maio, chegavam a Nápoles quatro portugueses, cavaleiros da Ordem da Cruz de Malta, com a intenção de prestarem serviço na guerra, partindo a 7 de Junho para Portugal.²⁹⁴ As opiniões em Nápoles dividiam-se no que respeita à conduta de portugueses e espanhóis, e os partidários de Espanha, segundo Aires de Sá, justificavam a sua posição dizendo que os portugueses haviam quebrado o que ficara estabelecido no Tratado de Utrecht com a França, que se realizara em 11 de Abril de 1713, estabelecendo que as duas cortes deveriam permanecer a partir de então numa paz perpétua entre si.²⁹⁵

²⁹⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 02/02/1762.

²⁹¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 20/04/1762.

²⁹² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, Carta de Aires de Sá e Melo para o Conde de Oeiras de 20/04/1762.

²⁹³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 25/05/1762.

²⁹⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 25/05/1762.

²⁹⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 10/08/1762.

Pombal, ao ver o avanço das tropas francesas e espanholas no território nacional, apelou à ajuda militar inglesa que, contestada por uns e apoiada por outros, acabou por surgir, verificando-se mais uma vez a grande dependência que Portugal tinha da defesa militar britânica e o precário sistema de defesa do país. Este confronto durou até Novembro de 1762, com os portugueses e os seus aliados a conseguirem afastar as tropas inimigas, sendo a grande face do sucesso desta campanha, o chamado Conde de Lippe.²⁹⁶

Não se deve esquecer, que os confrontos da Guerra dos Sete Anos não se limitaram apenas ao continente europeu, a América do Sul foi também um dos “palcos” desta guerra. Em 1762 os espanhóis não ficaram apenas pelo ataque ao território de Portugal continental invadiram ainda a colónia de Sacramento em Dezembro desse ano, alcançando facilmente o seu objectivo devido à fragilidade militar da parte portuguesa naquela região.²⁹⁷ Se por um lado Portugal perdeu a colónia de Sacramento, por outro os seus aliados britânicos triunfavam nas suas investidas nas Américas conseguindo tomar Havana aos espanhóis, também em 1762.²⁹⁸

Em 9 de Novembro, o diplomata português avisava, pelo seu despacho, das suspeitas de que Carlos III intenta solicitar tropas napolitanas para Espanha.²⁹⁹ As notícias recebidas por Aires de Sá, acerca do fim da Guerra Fantástica, chegaram-lhe em Dezembro, quando o ministro inglês em Nápoles, Sir James Gray foi dar parte ao Marquês de Tanucci de estarem ratificados os preliminares para a paz,³⁰⁰ por sua vez o enviado português mantinha-se reticente à forma como deveria agir perante os seus colegas diplomatas, de França e Espanha, por não haver ainda recebido confirmações consistentes sobre o suposto tratado de paz.³⁰¹

Com as hostilidades entre as cortes de Espanha e França contra a de Portugal encerradas em Dezembro, o ambiente de receio entre os diplomatas destas três cortes em Nápoles também começou a desaparecer como se pode comprovar pelo ofício de 4 de Janeiro de 1763, em que Sá e Melo informou da visita que havia feito ao embaixador espanhol e da que havia recebido do embaixador de França, que convidou o português para participar num jantar em sua casa, com os restantes ministros estrangeiros incluindo o embaixador britânico.

A 15 de Fevereiro de 1763, com a assinatura do tratado de Hubertsburgo pela Áustria, pela Prússia e pela Saxónia, ficou decretado o final da Guerra dos Sete Anos, este tratado veio completar o de Paris, assinado a 10 de Fevereiro, que contou com a participação portuguesa, onde ficou oficializado o fim da guerra marítima e colonial.³⁰²

O tratado de 15 de Fevereiro só no mês seguinte se torna público na corte de Nápoles como se pode verificar pelo ofício de 8 de Março de 1763, remetido por Aires de Sá.³⁰³

²⁹⁶ MAXWELL, 2001 op.cit.pp.139.

²⁹⁷ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de, *Forças Militares no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, E-Papers, 2009, pp.124 e 125.

²⁹⁸ MAXWELL, 2001 op.cit.pp.140.

²⁹⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 09/11/1762.

³⁰⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 14/12/1762.

³⁰¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 28/12/1762.

³⁰² BLACK, Jremy, *From Louis XIV to Napoleon: the fate of a great power*, London, UCL Press, 1999, pp.114.

³⁰³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 08/03/1763.

A relação de Sá e Melo com a corte napolitana parece ter sido bastante amistosa destacando-se especialmente o Marquês de Tanucci, que em muitas ocasiões privava com o português. O jovem rei das Duas Sicílias convidava, frequentemente à sua presença, o corpo diplomático presente em Nápoles, como exemplifica o ofício de Aires de Sá em 29 de Dezembro de 1761, onde contava do convite do soberano de Nápoles aos ministros estrangeiros, para irem à sua corte ver o presépio de Natal. Na época de Natal era costume haver uma eleição entre o povo de Nápoles, para que o escolhido presenteasse o rei.³⁰⁴ Fernando IV de Nápoles era, pelo que o embaixador português alegava, uma criança bem-humorada e de boa saúde, andando o conselho de regência sempre a segui-lo, para onde quer que fosse.³⁰⁵

Com onze anos em 1762, o soberano das Duas Sicílias crescia de uma forma invulgar para um futuro governante, passando a maior parte do seu tempo em longas caminhadas, a praticar desporto e luta, não tomando o gosto por uma posição de responsabilidade. Os responsáveis pela educação e criação do jovem monarca permitiram que fosse crescendo com um espírito livre, porém Tanucci era o grande mentor de confiança de Carlos III e pôde moldar à sua maneira a instrução da criança, havendo quem afirme que o seu objectivo era tornar o rei menos activo possível, no que respeitasse a administração do reino, dizendo-se que “ encarregou o tutor do rei para lhe ensinar o menos possível”.³⁰⁶ Apesar da grande distância geográfica, Carlos III de Espanha não deixava de se preocupar com o filho que deixara em Nápoles, instruindo-o muitas vezes através de Tanucci e enviando-lhe frequentemente presentes, como por exemplo espingardas ou gaiolas com aves, que este monarca fez questão de mostrar aos ministros estrangeiros, como conta Sá e Melo.³⁰⁷

O Conselho de Regência era a grande fonte de poder político em Nápoles, as questões mais relevantes eram por ele discutidas, assim como as medidas implementadas, agia de acordo com as leis do reino e se necessário castigava quem ia contra as referidas leis. Um exemplo da acção da Regência de Nápoles foi a ordem de prisão que a mesma deliberou, em Setembro de 1762, contra o príncipe de S. Severo ou Raimondo di Sangro, por participação em jogos, que a lei desta corte proibia. Porém, já em 1763, chegou de Madrid o perdão de Carlos III, para todos aqueles que haviam sido desterrados por envolvimento nos jogos proibidos, o que possibilitou desta forma o retorno do príncipe de S. Severo ao reino.³⁰⁸

Verifica-se que, como acontecia em Portugal com alguns familiares de Carvalho e Melo, também em Nápoles eram, por vezes, nomeados para cargos de destaque em representação do seu reino pessoas ligadas aos principais ministros dos respectivos Estados, como exemplifica a escolha de um cunhado do ministro Tanucci, o Conde de Catonte, para ocupar o cargo de enviado daquela corte à de Haia, partindo de Nápoles, no mês de Outubro de 1762.³⁰⁹

Ainda durante a embaixada de Aires de Sá e Melo começaram a aparecer os primeiros sinais da grande fome, que se vai abater sobre Nápoles a partir de 1764. Este ministro plenipotenciário

³⁰⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 29/12/1761.

³⁰⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 30/11/1762.

³⁰⁶ VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009, pp. 100.

³⁰⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofício de 29/03/1762.

³⁰⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofícios de 21/09/1762 e 21/06/1762.

³⁰⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, ofícios de 06/06/1762 e de 28/09/1762.

comenta, em Agosto de 1763, que as colheitas de trigo daquele ano não eram abundantes em nenhuma parte daquele reino sendo especialmente escassas nos campos mais próximos da cidade de Nápoles, no mês seguinte, o preço do trigo e da cevada subiu devido à escassez de oferta destes produtos.³¹⁰ Por muitos considerada a pior fome do século XVIII, esta que atacou não só Nápoles mas toda a Itália trouxe uma taxa de mortalidade que se elevou drasticamente em apenas dois anos. Os casos de maior gravidade encontravam-se nas zonas rurais, no entanto nem as grandes cidades conseguiram evitar um grande número de mortes, registando-se mais de 26000 mortos só na cidade de Nápoles.³¹¹

“Os efeitos foram especialmente dramáticos em Nápoles, onde se tornou claro desde a primavera de 1763, que a próxima colheita ia provavelmente falhar quase completamente”.³¹² A grande fome de 1763-1764 e as epidemias por ela causadas foram um dos motivos que levou a um maior empenho reformista no reino, tendo sido um dos acontecimentos mais marcantes do trabalho de Tanucci, enquanto principal responsável pela regência do reino, que apesar do seu notório esforço para reverter a situação, pouco conseguiu fazer. Com esta calamidade social vieram à tona alguns casos de corrupção que vigoravam em todo o reino, associados à influência da igreja e ao feudalismo provinciano, mas principalmente ficaram expostas as grandes fragilidades das instituições regidas pelo poder estatal.

A assolação que em 1764 se abateu sobre Nápoles levou a corte a afastar-se daquela cidade, movendo-se o rei e o seu conselho de regência, que se encontravam na capital no momento em que a situação começava a atingir o seu estado mais crítico, para Caserta só voltando a Nápoles para a Semana Santa. O desespero por alimentos levava a uma perda dos normais comportamentos civilizados, “o pão apenas podia ser obtido com uma pistola apontada; não podia ser comprado de modo pacífico.”³¹³

Por esta altura a missão de Aires de Sá e Melo aproximava-se do seu termo. D. Luís da Cunha avisava, em Julho de 1763, Sá e Melo que D. José I o havia nomeado novo embaixador para a Corte de Madrid, ao que este pelo seu despacho de dia 26 do mesmo mês responde de forma positiva às novas funções que lhe são incumbidas prometendo unir todos os seus esforços para satisfazer o seu soberano. No mesmo ofício declarava que teria informado o Marquês de Tanucci da sua saída de Nápoles para a Corte de Madrid, indicando-lhe no mesmo momento que o seu sucessor na legação portuguesa daquela corte seria José de Sá Pereira, seu primo e Cunhado. Aires de Sá e Melo teve de esperar por uma autorização do governo napolitano para poder embarcar para Génova e dali continuar até Madrid. No ofício de 15 de Novembro de 1763, aparece o anúncio do embaixador, relativo à vinda da autorização do rei das Duas Sicílias assinada por Tanucci, para que pudesse partir de Nápoles. Sá e Melo português teve uma audiência de despedida na corte napolitana onde recebeu

³¹⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 09/08/1763.

³¹¹ IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 106.

³¹² DAVIS, John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006, pp. 35.

³¹³ ACTON Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, pp. 114.

como presente uma jóia e um retrato daquele soberano. Aires de Sá e Melo embarcou no porto de Nápoles no dia 26 de Novembro de 1763 e chegou a Génova no dia 27 do seguinte mês.

Sá e Melo ficou com o carácter de embaixador, na legação de Portugal em Madrid, exercendo esse cargo a partir de Dezembro de 1764. Um dos episódios que marcou a sua estadia em Madrid foi a expulsão dos jesuítas naquele reino, em 2 de Abril de 1767, ocorrência que pôde de alguma forma ter influenciado, pois era naquela corte o embaixador mais querido.³¹⁴

Em 1774 terminavam as funções do embaixador em Espanha e nessa altura Aires de Sá e Melo era chamado a ocupar o lugar de Ministro de Estado Adjunto, que havia pertencido ao exilado José Seabra da Silva, demitido a 17 de Janeiro de 1774.³¹⁵ A oficialização de Aires de Sá como Ministro-adjunto de Pombal data de 15 de Fevereiro de 1775.³¹⁶ O novo cargo de Sá e Melo durou pouco mais de um ano, pois no dia 2 de Setembro de 1775 assumiu, com o carácter de interino a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sucedendo ao recentemente falecido D. Luís da Cunha Manuel.³¹⁷ A sua nomeação para este cargo revela mais uma vez a confiança que Carvalho e Melo depositava nele tendo o válido Ministro total envolvimento na decisão de chamar Sá e Melo para esta Secretaria de Estado.³¹⁸

Como exemplo demonstrativo da confiança de Pombal na pessoa de Sá e Melo ficaram os acontecimentos que se seguiram à morte, em 1769, de Francisco Xavier de Mendonça e Furtado, irmão de Carvalho e Melo e Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos. O falecido Secretário de Estado foi então substituído por Martinho de Melo e Castro na Secretaria que deixou vaga, porém existem dúvidas acerca da opinião de Pombal em relação à escolha de Melo e Castro para tal cargo. Ao que parece Sebastião José de Carvalho e Melo tinha em mente outra pessoa para suceder ao cargo, essa pessoa era Aires de Sá e Melo, mas contrariamente a este desejo a escolha final acabou por recair em Martinho de Melo e Castro por vontade pessoal do rei D. José I.³¹⁹

No executivo do primeiro mês do governo Mariano, ainda permaneceram com os mesmos serviços do reinado anterior quatro Ministros, eram eles Carvalho e Melo, o Cardeal da Cunha, Aires de Sá e Melo e Martinho de Melo e Castro. Apesar de permanecer ao serviço real, Carvalho e Melo foi destituído de grande parte dos seus poderes governativos, e naquele primeiro mês do novo reinado, D. Maria encarregou Aires de Sá e Melo dos principais assuntos administrativos do reino até 14 de Março, data de formação de um novo governo.³²⁰ Aires de Sá ficou à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra até à sua morte, a 10 de Maio de 1786, sendo um dos ministros que se manteve no governo, após a queda de Pombal, no quadro da “viradeira”. Na

³¹⁴ ANDRADE, 1965, op.cit.pp.498

³¹⁵ SUBTIL José, “O Processo Político (1621-1807)”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.417

³¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José na Sombra de Pombal*, Circulo de Leitores, 2008, pp.321

³¹⁷ *Ministros e Secretários de Estado Desde a Criação do Ministério em 1736*, in Anuário Diplomático Português, Volume LXXV, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2007.

³¹⁸ MONTEIRO, 2008, op.cit.pp.321.

³¹⁹ Idem, *ibidem*, pp.272 e 274.

³²⁰ SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, pp.231.

realidade, apesar do reinado de D. Maria I ter trazido algumas mudanças de carácter político no país, as acções de Aires de Sá e Melo na sua Secretaria de Estado não divergiram muito das do tempo de Pombal, a sua pessoa foi descrita como “ tímido, pacífico e indolente, conservou a mesma insignificância no governo de D. Maria”.³²¹

Pode dizer-se que esteve sempre na sombra de ministros mais interactivos e vigorosos, primeiro Pombal, guiando os assuntos dos negócios estrangeiros segundo as vontades deste e mais tarde Martinho Melo e Castro, que apesar de ser Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, tomava a liberdade de interceder nas matérias relacionadas com o ministério da Guerra. Esta ideia pouco favorável à atitude política de Aires de Sá e Melo é reforçada por Luís de Oliveira Ramos, que cita as palavras do Visconde de Santarém, dizendo sobre Aires de Sá, que “tinha um carácter franco, um juízo recto e muita probidade, mas como não possuía as mesmas luzes do Marquês de Pombal, posto que este dele muito se servia, dava a entender que ele não tinha nem boca nem energia.”³²² e por Montalvão Machado, que se refere a Aires de Sá como uma “antítese de Melo e Castro, não se molestando e até agradecendo, que outros, como Pombal e Martinho de Melo, resolvessem os assuntos mais importantes da sua própria pasta.”³²³ Outro aspecto que vem ajudar a caracterizar o carácter pacífico e benevolente de Aires de Sá foi a sua imensa fé religiosa dedicando a essa fé grande parte do seu tempo.³²⁴

Quando em 1786 o fraco estado de saúde de Aires de Sá o impediu de exercer as suas funções na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Martinho de Melo e Castro acabou por ser nomeado como seu substituto.³²⁵ Aires de Sá foi o Ministro que mais manteve viva a fidelidade a Pombal após a demissão deste chegando mesmo a ser advertido pela rainha, D. Maria I, por esta considerar excessiva a lamentação do Ministro em relação à queda de Carvalho e Melo.³²⁶

³²¹ LABOURDETTE, Jean François, *História de Portugal*, Porto, Dom Quixote, 2001, pp. 457.

³²² RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2010, pp.74.

³²³ MACHADO, J.T. Montalvão, *Quem Livrou Pombal da Pena de Morte*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979, pp. 206.

³²⁴ BEIRÃO, Caetano, *D. Maria I 1777-1792*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934, pp.91.

³²⁵ RAMOS, 2010, op.cit.pp.77.

³²⁶ MACHADO, 1979, op.cit.pp.207.

4.3 José de Sá Pereira (1764-1808)

A terceira e última das três missões diplomáticas em estudo foi desempenhada por José de Sá Pereira. Nasceu a 11 de Dezembro de 1731. Os seus pais foram Manuel de Sá Pereira e D. Maria Plácido de Meneses.³²⁷

José de Sá Pereira foi instruído no colégio de S. Pedro na Universidade de Coimbra³²⁸, e a 12 de Novembro de 1805 recebeu o título de primeiro Visconde de Alverca concedido por D. João VI.³²⁹ Começou ainda jovem a sua carreira diplomática como enviado extraordinário Ministro Plenipotenciário na Holanda em 1750 e mais tarde, em 1762 voltou como Ministro Plenipotenciário.³³⁰ Porém, antes de ter sido nomeado para voltar à Holanda em 1762, descobre-se por uma carta, de 20 de Fevereiro de 1762, escrita pelo Conde de Oeiras para Martinho de Melo e Castro, enviado na corte de Londres, que Sá Pereira esteve algum tempo na Inglaterra. Na dita carta revelava-se o interesse de Oeiras por este diplomata, pois escreveu a Melo e Castro as seguintes palavras, “ Sua majestade ordena que V.S. o receba nessa casa da sua residência e que nela o instrua, de sorte, que dilatando-se aí, debaixo de quaisquer pretextos não passe a Holanda antes de estar mais desembaraçado em falar a língua francesa, e de ter vencido as preocupações indispensáveis em quem nunca saiu de Condeixa senão para Coimbra, e foi educado em uma universidade, onde as teimas, os sofismas e os maus livros fazem grande figura. A sua índole e clareza de juízo, espero que dêem menos trabalhos a V. S., e que lhe façam a sua companhia tão grata como eu desejo que o seja, interessando-me por ele as razões de parentesco e de amizade que sempre tive com a sua casa.”³³¹

Em 1764 foi transferido com as mesmas funções que teve na Holanda para a legação de Portugal em Nápoles onde permaneceu por quarenta e quatro anos.³³² A 2 de Fevereiro de 1799, casou-se José de Sá Pereira com Maria Joana de Sá Menezes e em 1801 nasceu a sua primeira filha, Maria Luísa de Sá Pereira de Menezes de Melo Sottomayor, que foi a terceira Condessa de Anadia, seguindo-se em 1804 o nascimento da segunda filha, Maria José de Sá Pereira de Menezes e por último, em 1808 nasceu Maria Joana de Sá Pereira de Menezes.³³³ Em Dezembro de 1809, já de volta a Portugal, depois da longa estadia no reino das Duas Sicílias, Sá Pereira recebeu o título de segundo Conde de Anadia e vem a falecer três anos depois, a 3 de Março de 1813.³³⁴

³²⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, pp. 278.

³²⁸ BIKER, Júlio Firmino Judice, *O Marquês de Pombal, Alguns Documentos Inéditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1882, pp. 27

³²⁹ ARAUJO, Afonso Domingos de, Valdez Rui Dique Travassos, *O Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933, pp.102.

³³⁰ CARDIM, Pedro, Felismino David, Monteiro Nuno Gonçalo, “A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp.301.

³³¹ BIKER, 1882, op.cit.pp. 27 e 28.

³³² TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo e, Pereira Manuel de Castro, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal: Acompanhada das Noticias Biográficas de Alguns Indivíduos das Mesmas Famílias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, pp.18.

³³³ ZUQUETE, 1960, op.cit.pp.278.

³³⁴ Idem, *ibidem*, pp.278.

Durante a sua estadia em Nápoles Sá Pereira ia registando nos seus despachos (entre 1764 e 1777) alguns factos referentes a questões como a expulsão dos jesuítas das Duas Sicílias, o desenvolvimento da gestão política do reino acompanhando o período do governo da Regência liderada por Tanucci, os primeiros anos de prática governativa do rei Fernando IV e posteriormente a queda em desgraça de Bernardo Tanucci em 1776. É dada a conhecer a ausência de Sá Pereira, junto da corte de Nápoles, durante o período que vai de Agosto de 1772 a Janeiro de 1776 por este se ter transferido temporariamente para a Áustria deixando a cargo do seu encarregado de correspondência, Miguel Lopes da Fonseca, a redacção dos ofícios daquela legação.

O Ministro Plenipotenciário não esqueceu também de mencionar alguns dos acontecimentos mais significativos como, o regresso do Ministro Squillace a Nápoles, o casamento do Rei das Duas Sicílias, a passagem do português D. João de Bragança e do Imperador José II por Nápoles em 1769 e algumas providências que se tomaram em relação ao comércio e produção de trigo naquele reino.

Quanto ao início da missão de Sá Pereira em Nápoles, sabemos pelo próprio que deixou Lisboa com destino ao reino das Duas Sicílias, a 12 de Novembro de 1764, data que coincide com a saída de Aires de Sá e Melo de Nápoles, dirigindo-se para Madrid, onde José de Sá Pereira fez a sua primeira paragem, a 29 do mesmo mês, durante a jornada para Nápoles.³³⁵ No dia 4 de Dezembro, Sá Pereira teve a oportunidade de assistir ao jantar do rei Católico e de ser apresentado a este monarca, pelo embaixador Aires de Sá.³³⁶

Ainda em Espanha, Sá Pereira é convidado a jantar na casa do ministro inglês naquela corte, juntamente com todo o corpo diplomático presente em Madrid, onde revelou que só depois de passar o aniversário do rei das Duas Sicílias, a 12 de Janeiro, pensaria em continuar o seu caminho para Nápoles, pois não podendo festejar lá o aniversário do soberano, pretendia assistir às comemorações desse dia na corte de Carlos III. Nesse jantar entre diplomatas, Sá Pereira recebeu ainda o convite do anfitrião inglês para se embarcar numa Nau de guerra britânica, que ia para Nápoles.³³⁷

O diplomata pede a permissão do rei de Portugal para poder embarcar na Nau inglesa, recebendo a autorização que chegou de Portugal, em Janeiro de 1765. A 22 de Fevereiro, teve uma audiência de despedida na corte espanhola, partindo de Madrid para Cartagena, a 3 de Março.³³⁸ Depois deste período de três meses em Espanha, José de Sá Pereira partiu definitivamente para Nápoles, numa embarcação de nome Velasco, a 21 de Março de 1765. O dia 31 de Março marcou a sua chegada ao reino das Duas Sicílias.³³⁹

As primeiras acções do Ministro Plenipotenciário nestes domínios remetem-se à participação da sua chegada ao Marquês Bernardo Tanucci, que por se encontrar na altura com um ataque de gota, mandou que as credenciais de Sá Pereira fossem entregues ao seu pajem. A primeira audiência do diplomata na corte napolitana data de 7 de Abril de 1765 e, no seu contacto inicial com o monarca

³³⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 30/11/1764.

³³⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 14/12/1764.

³³⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 21/12/1764.

³³⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 01/03/1765.

³³⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 02/04/1765.

das Duas Sicílias alegou que a sua principal função naquele reino seria tratar de promover cada vez mais as boas relações entre a corte portuguesa e aquela, apresentando ainda as suas credenciais.³⁴⁰

Sá Pereira passou em Nápoles muitos anos e pelo menos no que se refere ao período em estudo, pode verificar-se que a relação deste Ministro com a corte napolitana foi, tal como havia acontecido com os seus dois predecessores, amistosa e pacífica. O português era várias vezes convidado, juntamente com os restantes ministros estrangeiros, para assistir ao jantar de S. Majestade Siciliana. Também foi por diversas ocasiões jantar a casa do Marquês de Tanucci.³⁴¹ As preferências de Sá Pereira em relação ao seu destino quando se ausentava de Nápoles, para descansar ou restabelecer de algum problema de saúde, recaíam quase sempre num local chamado Plano de Sorrento,³⁴² uma pequena cidade costeira situada na zona sul do golfo de Nápoles.³⁴³

Em Agosto de 1765, José de Sá Pereira remeteu para o Secretário de Estado D. Luís da Cunha informações sobre a chegada a Roma de um jesuíta, Frei Manuel Evangelista, disfarçado de secular e com o nome falso de José Ribeiro de Mendonça, que ali “tomou por sistema mostrar-se grande parcial dos chamados jesuítas, e inventar milagres do Malagrida” e difamar o governo português. Sabe-se, que o tal Evangelista recebeu do governador de Roma a informação sobre o desejo do Papa de uma reconciliação com a corte portuguesa.³⁴⁴ No mesmo mês de Agosto, chegavam a Nápoles rumores de que os jesuítas, em Roma, haviam distribuído cartas que difamavam o rei de França e os seus tribunais, Sá Pereira disse mesmo “ouço não ser sem fundamento o receio de uma iminente ruptura entre a corte de Paris e de Roma.”³⁴⁵

Três meses mais tarde dava a notícia do aparecimento das teses teológicas³⁴⁶ que o Padre António Pereira de Figueiredo havia escrito em Lisboa, sobre a jurisdição régia da corte portuguesa, causando grande descontentamento à cúria romana, sendo por outro lado bastante aplaudidas em Nápoles, como referia o ministro plenipotenciário no ofício de 5 de Novembro de 1765.³⁴⁷

No ano de 1766, o Papa voltou a conceder aos jesuítas as faculdades nas suas missões ultramarinas, por um período de mais vinte anos,³⁴⁸ mostrando-se que Roma continuava a ser benevolente com estes eclesiásticos. Porém, alguns meses mais tarde, já em Abril de 1767, chegou a Nápoles a notícia da expulsão dos jesuítas de todos os domínios de Espanha e a justificação de Carlos III ao Papa, dos motivos que o levaram a banir estes eclesiásticos do seu reino.³⁴⁹ Segundo Sá Pereira, Roma começava a entrar em dúvida se daria ou não guarida nos seus territórios aos

³⁴⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 09/04/1765.

³⁴¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 16/04/1765.

³⁴² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 17/09/1770.

³⁴³ LANCASTER, Jordan, *In the Shadow of Vesuvius: A Cultural History of Naples, London, Tauris Parke Paperbacks, 2008, pp. 1.*

³⁴⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 06/08/1765.

³⁴⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 21/08/1765.

³⁴⁶ Tentativa Teológica.

³⁴⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 05/11/1765.

³⁴⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 16/12/1766.

³⁴⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 21/04/1767.

jesuítas expulsos de Espanha, acabando por lhes negar a entrada, quando estes tentaram desembarcar naquele Estado, a 13 de Maio de 1767.³⁵⁰

Em Nápoles, com a notícia da saída dos padres jesuítas dos domínios de Carlos III, começavam a aumentar os receios de alguns credores, que haviam feito empréstimos monetários aos jesuítas daquela capital. Estes credores poderiam ver desaparecer os seus empréstimos, caso se verificasse nas Duas Sicílias o mesmo procedimento contra os jesuítas, que por seu lado, pediam autorização ao governo napolitano para vender algumas propriedades e assim poderem pagar aos credores que contestavam os seus créditos, ao que Tanucci replicava, que tal licença devia ser-lhes concedida, pela Cúria Romana.³⁵¹

A 23 de Junho de 1767, José de Sá Pereira escreveu um despacho em que anuncia que Tanucci remeteu para Espanha um plano de expulsão dos jesuítas das Duas Sicílias.³⁵² Durante os meses de Julho e Agosto daquele ano, verifica-se que, aos poucos, os jesuítas iam começando a perder influência em Nápoles, primeiro o governo mandou encerrar uma irmandade de escribas de um tribunal que estes padres dirigiam,³⁵³ no mês seguinte foram proibidos de dar o sacramento aos presos de Nápoles e o governo começou também uma procura de novos professores para as escolas dirigidas por jesuítas.³⁵⁴ Ainda em Agosto, o ministro Tanucci ordenou que não se permitisse a entrada de jesuítas espanhóis nas províncias das Duas Sicílias.³⁵⁵

As embarcações destinadas a transportar os jesuítas expulsos das Duas Sicílias começaram a ser preparadas em Outubro de 1767 e em Novembro todas as casas de jesuítas eram vigiadas por soldados.³⁵⁶ Sá Pereira escreve, a 17 de Novembro, que por ordem do governo de Nápoles saíram daquele porto todas as embarcações destinadas a transportar jesuítas de ambas as Sicílias.³⁵⁷ Os padres expulsos foram em grande número para Roma, enquanto nas fronteiras do reino das Duas Sicílias eram colocados soldados, que impediam alguma tentativa de retorno àquele reino, por parte dos jesuítas.³⁵⁸

O empenho de todos os que estiveram empregados no processo de expulsão dos jesuítas de Nápoles e da Sicília foi recompensado com o pagamento de gratificações.³⁵⁹ A partir do momento em que estes padres são expulsos das Duas Sicílias, qualquer tipo de contacto ou correspondência secreta, que se mantivesse com eles, estava sujeita a penalizações, como prisão ou desterro.³⁶⁰

Tanucci foi considerado um dos grandes incitadores à expulsão dos jesuítas em Nápoles, mas a sua influência neste assunto atravessou fronteiras, mesmo antes de implementar, no reino que comandava, as medidas para o afastamento destes clérigos, foi uma das figuras que ajudou a

³⁵⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 19/05/1767.

³⁵¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 28/04/1767.

³⁵² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 23/06/1767.

³⁵³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 21/07/1767.

³⁵⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 04/08/1767.

³⁵⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 01/09/1767.

³⁵⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 27/10/1767 e de 10/11/1767.

³⁵⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 17/11/1767.

³⁵⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 01/12/1767.

³⁵⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 13/12/1768.

³⁶⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 09/05/1769.

convencer o rei de Espanha a levar tal expulsão avante. Tirando algumas acusações específicas feitas aos jesuítas em cada reino, a maior parte das queixas contra estes padres, em todos os Estados europeus que os desterraram, foram em geral semelhantes.³⁶¹

Com os jesuítas fora de Portugal, França, Espanha, Nápoles e Parma, os soberanos destes reinos desejavam a ordem papal para uma total extinção da Companhia de Jesus. A 6 de Junho de 1769, José de Sá Pereira deu conta da nomeação do novo Papa Clemente XIV.³⁶² Foi durante o pontificado deste Papa, que os jesuítas foram expulsos dos Estados Eclesiásticos através da Bula Dominus ac Redemptor Noster Jesus Christus de 21 de Julho de 1773. Países como a Rússia e a Alemanha receberam um número consistente de jesuítas exilados recusando-se a cooperar com as decisões de Roma.³⁶³

No que se refere aos assuntos relativos às colheitas e negócio de trigo no reino, José de Sá Pereira transmitia de quando em quando algumas novidades, que sobre estes assuntos se iam evidenciando. Não esquecendo que este embaixador chegou a Nápoles um ano depois da grande fome de 1764, pode destacar-se o despacho de 23 de Julho de 1765, em que dá parte da colheita de trigo, que naquela altura se mostrava melhor do que no ano anterior, porém devido ao drama do passado, revelou que fora mandada vir da Sicília uma grande quantidade deste provimento para que não houvesse risco da sua falta na cidade de Nápoles.³⁶⁴ Em Outubro do mesmo ano, houve quem dirigisse ao governo um pedido para não se fazer naquele reino uma livre extracção do trigo para fora dos seus domínios. O governo pediu na mesma altura um empréstimo bancário para investir no negócio do trigo.³⁶⁵ Apesar de em 1765 as coisas terem permanecido estáveis em relação às colheitas de trigo, este procedimento não se repetiu no ano seguinte, obrigando o governo de Nápoles a ponderar a importação do trigo de Inglaterra e Espanha. O ministro português escreve que “ mais miserável porém foi a colheita em Roma onde falta com o trigo o dinheiro para compra-lo” e revela ainda que os napolitanos enviaram algum do seu trigo para o Estado romano para evitar a fome naquele sítio.³⁶⁶

Sá Pereira fala também do problema do contrabando em Nápoles, como o que se verificou em Maio de 1766, quando o capitão e os marinheiros de um navio vindo de Veneza foram apanhados e presos naquela cidade por suspeita de contrabando de tabaco.³⁶⁷ Também na mesma altura, deu-se a fuga de uma embarcação francesa, que estava detida como contrabandista no porto napolitano, levando o Marquês de Tanucci a envolver-se neste caso, intimando o embaixador francês naquele reino a prestar as explicações devidas.³⁶⁸

³⁶¹ GARCÍA, Juan Antonio Alejandro, Sánchez María Jesús Torquemada, *La expulsión de los Jesuitas del Reino de Nápoles: algo más que una obsesión*, Cuadernos de Historia del Derecho, 2000, pp.4 e 7.

³⁶² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 06/06/1769.

³⁶³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, pp. 67.

³⁶⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 23/07/1765.

³⁶⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofícios de 08/10/1765 e de 22/10/1765.

³⁶⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofícios de 12/08/1766 e de 26/08/1766.

³⁶⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 27/05/1766.

³⁶⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 10/06/1766.

Só em 1766 Portugal se conseguiu reaproximar novamente da corte madrilena, e concedeu nesta altura auxílio àquela corte, que viu crescer no seu seio uma amotinação contra os ministros italianos com ideais reformistas que Carlos III trouxera de Nápoles para Madrid, ficando esta conhecida como revolta de Squillace, por ter sido o ministro italiano Leopoldo de Gregório ou Marquês de Squillace a figura que se destacou nas reformas de modernização do Estado espanhol, que deram origem a estes tumultos. As medidas reformistas do italiano baseavam-se em questões de segurança pública e no comércio e os primeiros descontentamentos apareceram devido à subida do preço dos bens de primeira necessidade.³⁶⁹ Dois desses ministros de Nápoles que Carlos III recrutou para o seu serviço em Espanha, Grimaldi e Squillace, começaram a ganhar preponderância no reino espanhol, em 1763, ao receber, o primeiro, a Secretaria de Estado do reino e o segundo a Secretaria de Estado das Finanças e da Guerra. Três anos mais tarde, em Março de 1766, as revoltas contra as acções destes dois ministros estrangeiros em Madrid descontrolaram os ânimos na cidade espanhola, pondo em risco toda a família real, surgindo desta forma a decisão de desterrar Squillace.³⁷⁰

Squillace sai de Madrid para Cartagena, escoltado por dois oficiais e seis guardas, para ali embarcar para Nápoles a 24 de Abril de 1766.³⁷¹ Depois de doze dias de viagem chegou a Nápoles e a 13 de Maio, José de Sá Pereira noticia essa chegada informando para Portugal, que este ministro mal pisara o reino das Duas Sicílias foi logo chamado à corte para uma audiência com o rei, que lhe oferece uma pensão vitalícia de 27 mil ducados napolitanos.³⁷² Após esta passagem por Nápoles, Squillace foi residir na Sicília “e de lá não parou de clamar pela reabilitação da sua honra”³⁷³ e de facto, através de Sá Pereira confirmava-se a vontade de Squillace de voltar à corte madrilena.³⁷⁴

Sobre a corte napolitana e o seu governo entre 1765 e 1777, Sá Pereira que acompanhou de perto os últimos anos da Regência deixada por Carlos III e os primeiros anos de governo de Fernando IV, pôde expor nos seus ofícios os acontecimentos mais significativos. A 1 de Julho de 1765, o jovem soberano das Duas Sicílias assistiu pela primeira vez ao Conselho de Regência, podendo desta forma começar a ser instruído nos negócios do reino. Primeiramente participaria apenas dos Conselhos referentes a questões militares e à gestão da economia da sua casa real, sendo-lhe permitido, como revelou Sá Pereira “em uns e outros dar o seu voto não decisivo mas consultivo”. O próprio rei de Espanha ordenara a estreia do filho nestas reuniões administrativas dos representantes da regência.³⁷⁵ Em Setembro de 1766 veio de Espanha nova ordem do rei Católico para que Fernando IV assistisse também aos Conselhos de Regência relativos a assuntos eclesiásticos e de

³⁶⁹ GOODMAN, Elise, *Art and Culture in the Eighteenth Century: New Dimensions and Multiple Perspectives*, London, Rosemont Publishing & Printing Corp, 2001, pp. 82.

³⁷⁰ Idem, *ibidem*, pp.82.

³⁷¹ RIO, D. Antonio Ferrer Del, *Historia del Reinado de Carlos III en España*, Madrid, Imprenta de los Señores Matute y Compagni, 1856, pp. 38 e 39.

³⁷² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 13/05/1766.

³⁷³ RIO, 1856, op.cit.pp.40.

³⁷⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 24/02/1767.

³⁷⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 02/07/1765.

fazenda. A partir de então faltava apenas assistir aos Conselhos de Regência que tratavam da repartição de graça e da Justiça.³⁷⁶

A 13 de Janeiro de 1767 soleniza-se o primeiro acto de autoridade régia do rei das Duas Sicílias ganhando autonomia no governo, que desde 1759 estava sujeito ao modo de Regência.³⁷⁷ No final do ano, a 13 de Dezembro, houve uma gala em Persano, com o fim de celebrar a maioridade do rei e ao mesmo tempo a sua tomada da livre administração do reino passando a ser o líder do Conselho de Estado.³⁷⁸ Quando Fernando IV assumiu por direito o pleno governo do Reino, começava-se a fazer os preparativos para o seu casamento com a arquiduquesa Maria Josefa, irmã do imperador José II e filha da imperatriz Maria Teresa de Áustria, que lhe havia sido prometida, quando este monarca tinha aproximadamente treze anos. Inicialmente os planos seriam de casar este soberano com a arquiduquesa austríaca, Joana, mas esta acabou por morrer com varíola dando lugar a um novo compromisso. Maria Josefa era apenas três meses mais nova que Fernando IV, considerada muito inteligente e com boa saúde. Começaram então os preparativos para o encontro matrimonial entre o rei das Duas Sicílias e a sua futura rainha.³⁷⁹

No dia 10 de Março de 1767, José de Sá Pereira escreveu acerca deste assunto, que “o Marquês de Tanucci logo que a 5 do corrente recebeu em Caserta as cartas de Espanha foi imediatamente dar parte a S.M Siciliana de que já se podia falar sem mistério nos seus desposórios com a sereníssima arquiduquesa Maria Josefa.”³⁸⁰ No reino não paravam os preparativos para a recepção da futura rainha, o palácio real na cidade de Nápoles passou por uma reforma e o Conselho de Estado reuniu-se para tomar decisões relativas às festas que se seguiriam à chegada de Maria Josefa.³⁸¹

José de Sá Pereira teve, em Junho de 1767, oportunidade de visitar os novos aposentos da futura rainha, decorados, segundo ele, com toda a riqueza.³⁸² Com ordem de Tanucci, foi construído no sítio da Portela uma grande Barraca para receber a arquiduquesa, noiva do seu soberano.³⁸³ Porém, em Outubro, chegou de Viena um expresso com a notícia de que Maria Josefa se encontrava com bexigas acabando por falecer no dia 15 desse mesmo mês, que coincidia com a data marcada para a realização do matrimónio régio.³⁸⁴ Quando Fernando IV enviou uma carta de condolências à imperatriz Maria Teresa “implora por uma das irmãs de Josefa”. A imperatriz ordenou que se enviasse a Madrid os retratos de duas das suas filhas, Maria Amália e Maria Carolina, para que uma fosse escolhida para rainha das Duas Sicílias. Maria Amália, a mais velha, tinha mais cinco anos que o soberano de Nápoles e Maria Carolina, sobre quem recaiu a escolha, era um ano mais nova que este monarca.³⁸⁵

³⁷⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 23/09/1766.

³⁷⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 13/01/1767.

³⁷⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 13/12/1767.

³⁷⁹ ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, pp.127.

³⁸⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 10/03/1764.

³⁸¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofícios de 12/05/1767 e de 26/05/1767.

³⁸² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 2/06/1767.

³⁸³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 04/08/1767.

³⁸⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofícios de 20/10/1767 e de 27/10/1767.

³⁸⁵ ACTON, 1998, op.cit.pp.130.

O enviado português em Nápoles descobriu, num jantar entre os ministros estrangeiros em casa do Marquês Tanucci, que a nova futura rainha partia de Viena para aquele reino, a 9 de Abril de 1768.³⁸⁶ Por escolha do rei foi enviado, como ministro plenipotenciário, ao encontro de Maria Carolina, em Roma, o príncipe de S. Nicandro.³⁸⁷ As festas do casamento real iniciaram-se a 24 de Abril, segundo uma carta de Tanucci para Sá Pereira, que este referiu no ofício de 26 de Abril de 1768.³⁸⁸ O encontro entre os esposos reais deu-se a 12 de Maio em Portela e dali viajaram até Caserta,³⁸⁹ enquanto Sá Pereira e os restantes ministros estrangeiros só a 22 de Maio foram apresentados à nova rainha.³⁹⁰

Por aquela altura, José II já era imperador da Áustria e sendo a rainha das Duas Sicílias sua irmã, era difícil que as novidades acerca deste soberano não chegassem com frequência a Nápoles. Em Março de 1769, José de Sá Pereira informava que fazendo o imperador uma jornada pela Itália era provável que viesse também a Nápoles, para grande satisfação da rainha Maria Carolina, no entanto fez questão de que a sua viagem fosse o mais discreta possível, visto que quando a 30 de Março chegou a Portici, preferiu ir hospedar-se na casa de campo do seu embaixador naquela corte. Depois de fazer uma visita privada aos monarcas do reino, José II assistiu a um baile feito em sua honra, onde lhe foram apresentados os ministros estrangeiros da corte. A sua partida de Nápoles data de 8 de Março de 1769.³⁹¹

As boas relações entre Portugal e o reino das Duas Sicílias podem ser demonstrada pelo acolhimento especial que teve na corte napolitana o Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, aquando da sua passagem por aquele reino. Este nobre português era neto de D. Pedro II e primo de D. José I, mas durante o reinado de D. José foi forçado a abandonar Portugal, viajando assim pela Europa e pela Ásia, para aprofundar os seus estudos. Durante a Guerra dos Sete Anos, teve uma participação voluntária no exército austríaco apoiando o lado dos príncipes Bourbons e não o lado de Portugal. Só durante o reinado de D. Maria I se assistiu ao regresso de D. João a Portugal, onde se viria a notabilizar principalmente pelo seu papel de fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779.³⁹² Sá Pereira passou a informação da chegada de D. João de Bragança a Nápoles em Julho de 1769 e foi o próprio diplomata quem fez as apresentações entre este membro da família real portuguesa e os soberanos das Duas Sicílias.³⁹³ O Duque português teve as mais honradas boas vindas por parte da corte napolitana e, durante todo o período em que este permaneceu no reino, foi frequentemente convidado à companhia dos seus soberanos, participando em bailes na corte e em acampamentos reais.³⁹⁴ No despacho de 24 de Outubro de 1769, Sá Pereira fala da partida de D.

³⁸⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 02 /02/1768.

³⁸⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 29/03/1768.

³⁸⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 26/04/1768.

³⁸⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 10/05/1768.

³⁹⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 24/05/1762.

³⁹¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 28/03/1769, de 04/04/1769 e de 11/04/1769.

³⁹² O Jardim Litterário Seminário de Instrução e Recreio, *D. João Carlos de Bragança 2º Duque de Lafões*, Volume VI, Lisboa, Typographia de Maria Feliciano das Neves, 1850, pp. 373.

³⁹³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 18/07/1769.

³⁹⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 01/08/1769, de 15/08/1769 e de 17/10/1769.

João de Bragança de Nápoles, referindo que seguidamente este fidalgo passaria por Roma, Florença, Parma e Viena.³⁹⁵

Durante o período que vai de Agosto de 1772 a Janeiro de 1776, não se encontram ofícios remetidos de Nápoles em nome de José de Sá Pereira devido à sua ausência daquela corte, por ter sido enviado numa missão diplomática à corte de Viena. Os despachos remetidos para Portugal da sua legação em Nápoles foram, na falta do ministro Plenipotenciário, enviados pelo encarregado da correspondência, Miguel Lopes da Fonseca, que na totalidade escreveu vinte e um ofícios para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Por seu lado, Sá Pereira também foi expedindo alguns ofícios durante a viagem.

Tendo em conta as datas que marcaram a ausência do diplomata, pode verificar-se pelo ofício de 7 de Setembro de 1773, que foi Miguel Lopes da Fonseca quem se encarregou de avisar para Lisboa, que àquela data “ a Bula da abolição dos chamados padres da Companhia ainda aqui não teve régio exequatur “. ³⁹⁶ O primeiro despacho deste enviado da correspondência, que possivelmente terá sido encarregue por Sá Pereira de notificar os principais acontecimentos da corte napolitana e remetê-los para Portugal durante a sua ausência, foi redigido a 11 de Agosto de 1772. Na realidade, os ofícios de Fonseca não se expandem muito para além de uma descrição da rotina da família real napolitana e de algumas notícias relativas àquele reino, como um tumulto popular, que se deu em Palermo, no Verão de 1773 e continuou até ao mês de Dezembro. Tais alvoroços obrigaram ao envio de algumas embarcações de guerra de Nápoles para aquela região.³⁹⁷

Da Áustria, Sá Pereira deu a conhecer o desejo do imperador José II, irmão da Rainha das Duas Sicílias, de ir a Nápoles durante uma jornada por Itália, com intenção de ver a soberana sua irmã.³⁹⁸ A audiência de despedida de José de Sá Pereira da corte imperial decorreu a 17 de Setembro de 1775, recebendo da imperatriz rainha um anel de diamantes.³⁹⁹ Três dias depois, parte de Viena rumo a Turim, onde chega a 4 de Setembro, como consta no seu único ofício enviado daquela paragem. Nesse ofício informou ainda que, antes de retornar a Nápoles, passaria ainda por Génova, Florença e Roma.⁴⁰⁰

A chegada de Sá Pereira a Nápoles deu-se na noite de 2 para 3 de Janeiro de 1776, como indicou num dos dois ofícios que escreveu a 9 de Janeiro daquele ano, sendo um endereçado a Carvalho e Melo e outro a Aires de Sá, que por aquela altura já assumira por completo a direcção da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, revelou também que participara por escrito ao Marquês de Tanucci as razões que o levaram imprevisivelmente a alongar a sua estadia na corte de Viena.⁴⁰¹

Em Outubro de 1776, José de Sá Pereira revelou a inesperada aposentação do Marquês de Tanucci dos seus serviços governativos, sendo nomeado como substituto de todas as suas funções o

³⁹⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 24/10/1769.

³⁹⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 07/09/1773.

³⁹⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 07/12/1773.

³⁹⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 29/04/1775.

³⁹⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 20/09/1775.

⁴⁰⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofício de 14/10/1775.

⁴⁰¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, ofícios de 09/01/1776.

Marquês de Sambuca, escolhido através de uma eleição no Conselho de Estado. A decisão de dispensar Bernardo Tanucci foi inteiramente tomada pela corte Napolitana, no entanto, o rei de Espanha, que tanto usufruiu dos serviços deste ministro, acabou por aprovar a mudança do ministério. Com o seu afastamento, Tanucci passou a receber uma pensão vitalícia de três mil ducados.

Foi principalmente por vontade da rainha, Maria Carolina, que se dispensaram os serviços de Tanucci, mas há quem diga que o próprio ministro se prejudicou a si mesmo quando numa noite em conferencia privada com o rei o aconselhou a afastar a rainha do Conselho de Estado, porém este soberano não escondeu da esposa as intenções de Tanucci e no dia seguinte, numa sessão do Conselho, Maria Carolina fez acusações de traição à coroa, que recaiam no poderoso ministro, não demorando muito até à manhã em que Bernardo Tanucci estando ainda na cama, acordou para receber a notícia do seu afastamento.⁴⁰² Muitos foram os motivos que levaram à queda do principal ministro do reino, um deles terá vindo das queixas que a corte de França fez por considerar que Tanucci dava pouca importância aos embaixadores franceses que passavam por Nápoles.⁴⁰³

Na realidade, desde há algum tempo que Tanucci via a sua influência nos assuntos da corte a abrandar. Os seus opositores, que eram na sua maioria parte da nobreza napolitana, certamente planearam a sua queda. O centro deste movimento foi o salão dos irmãos Di Gennaro, que eram respectivamente, um poeta e um economista. Neste influente salão, ligado à Maçonaria, organizaram-se os planos de vingança contra Tanucci e a sua política.⁴⁰⁴ A 4 de Junho de 1776, Sá Pereira mencionava num dos seus despachos para Portugal que o rei tinha cada vez mais envolvimento em tudo o que dizia respeito ao governo dos seus Estados.⁴⁰⁵

Por seu lado, Sá Pereira, que pareceu não concordar com a retirada de Tanucci, escreveu para Aires de Sá e Melo, que já ocupava em Lisboa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a dizer que “Tanucci continuava a governar esta monarquia com o mesmo sistema e incansável zelo, que vossa excelência aqui presenciou; não perdendo ocasião de abater por uma parte a demasiada autoridade que se haviam arrogado estes barões os quais em outros tempos eram insuportáveis; e por outros os abusos e entre prezas da corte de Roma, a fim de estabelecer os justos limites entre uma e outra jurisdição e de fazer cada vez mais respeitável o nome deste soberano.”⁴⁰⁶ Nesse mesmo ofício foram denunciadas mais razões que levaram ao afastamento do ministro, uma delas foi o aborrecimento do próprio rei com este seu servidor, pois recebia admoestações por parte de Carlos III, que era avisado por Tanucci de todas as medidas tomadas pelo soberano de Nápoles, e principalmente o facto de Tanucci não aceitar com boa vontade o envolvimento da rainha nas questões de Estado, que desde que nascera o seu primeiro filho homem, em 1775 começara a reivindicar o seu direito de participação no Conselho de Estado, como havia ficado estabelecido no

⁴⁰² VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009, pp.186.

⁴⁰³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 29/10/1776.

⁴⁰⁴ IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 83.

⁴⁰⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 04/06/1776.

⁴⁰⁶ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 05/11/1776.

contracto de casamento, mas que Tanucci se negava a aceitar. Fernando IV enviou a Tanucci uma carta em que expressa amizade por este ministro dizendo-lhe que estará sempre disponível para o ouvir e que em qualquer altura o receberia. Quanto ao Marquês de Sambuca parece ter tido, segundo Sá Pereira, uma rápida aceitação por parte de todos. Sem Tanucci começou a desaparecer naquele reino a influência espanhola, que até então indirectamente fazia valer a sua vontade em relação à política napolitana, dando lugar à preponderância das ideias austríacas através da ambiciosa e interventiva rainha das Duas Sicílias.⁴⁰⁷ Por vontade do rei, que talvez para não abalar por completo o ego do seu ex Primeiro-ministro, surgiu uma ordem para que todos os assuntos referentes ao combate contra a Maçonaria permanecessem sob liderança de Tanucci, que já desde 1775 liderava este processo na Junta de Estado tentando provar a existência de reuniões maçónicas na cidade de Nápoles.⁴⁰⁸ Sobre este assunto, referente à maçonaria ou aos também designados pedreiros livres, José de Sá Pereira dá conta da realização de uma Junta de Estado, em Fevereiro de 1777, que resolveu conceder a liberdade aos tais pedreiros livres, que haviam sido presos ainda no tempo de Tanucci como Primeiro-Ministro,⁴⁰⁹ no entanto, no final de Fevereiro, estes maçons ainda não gozavam da liberdade que lhes havia sido concedida, tendo para isso, que aguardar por uma nova decisão do Conselho de Estado.⁴¹⁰ No mês seguinte, o próprio rei convidou Tanucci à sua presença, em S.Leuce, para lhe comunicar pessoalmente a decisão que se tomou no caso dos pedreiros livres.⁴¹¹

Com o Marquês de Sambuca à frente do Ministério que pertencera a Tanucci foram, feitas algumas alterações, José de Sá Pereira indica uma, em que explica que, “durante o Ministério do Marquês de Tanucci a ele recorriam todas as pessoas que têm qualquer emprego subalterno no Paço ou que a ele pretendiam ser admitidas. Daqui por diante devem uns e outros pretendentes recorrer imediatamente aos respectivos chefes das Corte.”⁴¹² Neste mesmo despacho afirmou ainda que a posição do novo Ministério no que respeita as relações com a Santa Sé permanecia inalterada. A 24 de Dezembro de 1776, Sá Pereira voltou a falar dos novos trabalhos governamentais dizendo que, “o presente Ministério trabalha assiduamente em examinar e corrigir muitos abusos e consideráveis desordens, que se achavam aqui infelizmente introduzidas por consenso, ou negligência do precedente.”⁴¹³

A influência austríaca, que recaiu sobre Nápoles reflectia-se através das boas relações entre a Imperatriz Maria Teresa e a família do Primeiro-Ministro das Duas Sicílias, Marquês de Sambuca, sendo tal amizade provada pelos presentes, que a imperatriz enviava a Nápoles para serem entregues pela rainha Maria Carolina ao Marquês e Marquesa de Sambuca.⁴¹⁴

⁴⁰⁷ SALVATORELLI, Luigi, *Sommario della Storia d'Italia*, Torino, Einaudi, 1974, pp. 386.

⁴⁰⁸ BENIMELI, José A. Ferrer, *La Masoneria Española en el Siglo XVIII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1986, pp.248.

⁴⁰⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 11/02/1777.

⁴¹⁰ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 18/02/1777.

⁴¹¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 04/03/1777.

⁴¹² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 19/11/1776.

⁴¹³ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 24/12/1776.

⁴¹⁴ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 21/01/1777.

Apesar da morte de D. José I ter ocorrido no mês de Fevereiro de 1777, Sá Pereira só recebeu esta notícia sobre o rei de Portugal em Março, através de cartas de Madrid. A corte napolitana decretou, pelo rei português, um luto de três meses.⁴¹⁵ No mês que se seguiu, o diplomata português teve de apresentar ao rei das Duas Sicílias a sua nova credencial, feita por D. Maria I.

Uma figura da casa real napolitana, que Sá Pereira não deixou de lembrar nos seus despachos foi o infante D. Filipe, irmão do rei, que havia permanecido no reino com Fernando IV, após a partida dos seus pais para Madrid em 1759. D. Filipe não aparecia com muita frequência em público, a Regência decidia quais as melhores alturas para expor o príncipe, na maior parte das vezes optavam por mostrá-lo quando a corte se deslocava para Portici ou quando regressavam daquele sitio para Nápoles.⁴¹⁶ Num despacho de 9 de Maio de 1769, José de Sá Pereira referia que a rainha Maria Carolina visitava este príncipe com distúrbios mentais, tal como o camareiro mor do rei, que o fazia diariamente.⁴¹⁷ O rei de Espanha deu no mês seguinte autorização para que D. Filipe pudesse ser conduzido ao passeio público duas vezes por semana, dizendo o ministro português, que “a efeito da imbecilidade em que lastimosamente se conserva, vai ali menos para ver, que para ser visto.”⁴¹⁸

Depois que o Marquês Tanucci deixou todas as funções governativas do reino, conservou porém a direcção da casa de D. Filipe.⁴¹⁹ Os ministros estrangeiros também tinham por vezes oportunidade de ver este príncipe insano, quando era permitido que se lhe fizesse nos seus aposentos uma espécie de beija-mão, em que este se limitava a levantar a mão sobre os seus assistentes.⁴²⁰

A saúde mental deste príncipe, como se sabe, nunca foi boa, no entanto, a causa que levou à sua morte, em 19 de Setembro de 1777, foi um contágio de bexigas. O falecido foi embalsamado e velado durante três dias numa das salas do Paço Real e segundo o que terá mencionado Sá Pereira a corte napolitana ponderou em não fazer qualquer luto pela morte deste príncipe,⁴²¹ no entanto, pelo menos durante um período de pouco mais de um mês, sabe-se que a corte tomou luto, até ter chegado de Espanha um aviso sobre o alívio do luto naquela corte, que levou a de Nápoles a suspender o seu por completo.⁴²²

Dos três diplomatas aqui estudados Sá Pereira foi o que teve a estadia mais extensa em Nápoles passando naquele reino boa parte da sua vida. Devido aos longos anos que este Ministro Plenipotenciário permaneceu no reino das Duas Sicílias é natural o seu contacto com muitas figuras importantes da sociedade napolitana da época, uma das quais foi a luso descendente Leonor da Fonseca Pimentel, bibliotecária da Rainha Maria Carolina e apoiante das lutas que em Nápoles se faziam contra as invasões eclesiásticas, escritora da obra “Trionfo della Virtù”, que dedicou ao

⁴¹⁵ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 25/03/1777.

⁴¹⁶ ACTON, 1998, op.cit.pp.118.

⁴¹⁷ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 09/05/1769.

⁴¹⁸ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 27/06/1769.

⁴¹⁹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 10/06/1777.

⁴²⁰ ACTON, 1998, op.cit.pp. 186.

⁴²¹ ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofício de 23/10/1777.

⁴²² ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, ofícios de 04/11/1777 .

Marquês de Pombal, e mais tarde apoiante dos ideais de liberdade, que marcaram o fim do Século XVIII, levando-a a ser acusada de conspiração contra a coroa de Nápoles e condenada à morte.⁴²³

Há necessidade de fazer referência a esta mulher porque para além de, como já disse, ter estabelecido alguma ligação com Sá Pereira expressou em Nápoles o seu apoio à “tradição pombalina, divulgando em italiano, a Análise da Profissão de Fé, pelo padre António Pereira Figueiredo.”⁴²⁴ Leonor Pimentel surgiu assim como uma possível transmissora de informações entre Portugal e Nápoles pois sabe-se que também se correspondia com Manuel do Cenáculo, figura com grande proximidade a Pombal.⁴²⁵

⁴²³ FARIA, António Portugal de, *Portugal e Itália*, Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1898, pp.419, 422 e 434.

⁴²⁴ Idem, *ibidem*, pp.419.

⁴²⁵ Idem, *ibidem*, pp.422.

Conclusão

Como havia dito inicialmente, este trabalho baseou-se na análise das missões diplomáticas dos Ministros Plenipotenciários José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira na legação de Portugal em Nápoles entre 1753 e 1777 com o objectivo de dar a conhecer, através da documentação diplomática, as relações entre Portugal e as Duas Sicílias, num período em que, em cada um destes reinos vigorava, junto aos respectivos soberanos, os governos dos ministros Bernardo Tanucci e Sebastião José de Carvalho e Melo.

Foi indispensável fazer o levantamento sistemático da correspondência enviada para Lisboa pelos representantes diplomáticos portugueses na corte napolitana durante o período em questão (1755-1777). Esse trabalho, que nunca havia sido realizado, constitui a contribuição mais original desta dissertação e os seus resultados constam do capítulo central, bem como do extenso anexo documental, onde estão identificados todos os despachos e cartas, encontrados, que foram enviados pela legação de Nápoles para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em Lisboa.

Antes disso, porém, considerei importante fazer uma apresentação sumária da realidade política, social e diplomática que caracterizava os dois reinos no período em causa, através dos três primeiros capítulos, que serviram de base para uma melhor compreensão do capítulo 4.

Assim, como se verificou com o primeiro capítulo, foi possível apresentar e descrever alguns dos aspectos mais marcantes da sociedade portuguesa durante o reinado de D. José I auxiliado pelos serviços do seu poderoso Ministro Carvalho e Melo. Foi dado especial destaque à figura de Pombal tomando-se conhecimento de alguns aspectos biográficos deste Ministro e aludindo-se às três fases da sua vida, antes durante e após o seu governo, na qual a segunda que correspondeu à época áurea da sua política é a mais vinculada neste trabalho.

Tentei expor claramente de que forma Pombal consegue chegar ao cargo de principal Ministro do reino e em que circunstâncias o seu poder se ia tornando cada vez maior, dando origem ao “fenómeno político” hoje designado por Pombalismo. Se tiver conseguido expressar uma ideia, embora resumida, acerca do que foi o Pombalismo e do que tal significou para as reformas que se verificaram em Portugal durante o reinado de D. José I, então posso assegurar que este trabalho transmite o mínimo essencial para entender o que política e socialmente se passava em Portugal no reinado de D. José I.

Seria estranho fazer um capítulo dedicado a Portugal durante a época do pombalismo sem falar do processo de expulsão dos Jesuítas do reino português (1759) e da propaganda internacional que foi desencadeada após esta primeira expulsão, para que o mesmo se reproduzisse semelhantemente noutras partes do continente europeu. Tentei também fazer passar uma ideia acerca da luta de Pombal contra a nobreza de corte, que até à sua chegada ao poder gozava de altos privilégios e de uma influência que o Ministro considerou, tal como a igreja, outro impedimento à total realização das suas políticas regalistas de fortificação do aparelho estatal e do poder régio.

Também é necessário deixar um retrato da política externa pombalina, que para além de se ter dedicado à já falada propaganda anti-jesuítica se baseava também noutros aspectos importantes para o país, como a aliança luso-britânica e os assuntos relativos às colónias portuguesas, em

especial ao Brasil. Neste contexto de política externa ficam também englobados os desenvolvimentos resultantes da Guerra dos Sete Anos, que vieram destabilizar as relações entre Portugal e os reinos de Espanha e França, a partir de 1761.

Este capítulo transparece o apoio de D. José I às políticas de Pombal mas também revela quais as principais vozes que se levantaram contra este Ministro, especialmente a partir do momento em que a saúde do rei começa a dar indícios de que o fim da sua vida estava próximo. Foi a partir de 1776 que começou o princípio do fim da vida política de Pombal, com a regência da rainha D. Mariana Vitoria até à morte do rei. O afastamento definitivo de Carvalho e Melo, como foi referido neste primeiro capítulo, dá-se já em 1777 e a ele se seguiu a chamada Viradeira consequente da subida ao trono de D. Maria I. Do período inicial deste novo reinado tentou-se destacar qual foi a herança deixada por Pombal e quais as principais mudanças políticas desencadeadas pelo fim da era pombalina.

No capítulo 2, “Nápoles no Tempo de Tanucci”, depois de uma breve descrição geográfica do reino das Duas Sicílias passa-se a explicar a passagem deste reino para as mãos dos Bourbons espanhóis (1734) após alguns anos sob o domínio dos Habsburgo austríacos. Manifesta-se em seguida algumas das mudanças internas levadas a cabo por esta nova dinastia liderada pelo monarca Carlos VII e gerida pelos seus Ministros entre os quais Santo Stefano, principal Ministro do reino à data de chegada da nova corte a Nápoles e Bernardo Tanucci na altura responsável pela pasta da Justiça.

Foi neste capítulo que se melhor enquadraram os aspectos mais biográficos sobre a pessoa de Tanucci, descrevendo-se sinteticamente a vida deste ministro antes da sua chegada aos cargos governativos e um pouco mais detalhadamente o seu processo de ascensão desde a Secretaria de Estado da Justiça até à liderança do Conselho de Regência em 1759. O objectivo central deste capítulo, para além de fornecer um conhecimento geral sobre o reino de Nápoles durante o governo de Tanucci, foi evidenciar os principais projectos de reforma deste Ministro, os seus sucessos, os seus fracassos e a sua luta contra os principais opositores do seu regime, a igreja e a poderosa nobreza.

Dá-se a conhecer a origem das ideias iluministas nas Duas Sicílias, que teve como grande protagonista do ponto de vista teórico António Genovesi, que vem introduzir novos pensamentos políticos, sociais e económicos, que reivindicavam a alteração da estrutura do Estado, sendo considerados por ele e pelos seus seguidores como os mais adequados à prosperidade da Nação.

Quando em 1759, Carlos III chega a Madrid, começa a existir uma forte troca de influências entre Espanha e Nápoles, que este trabalho tentou evidenciar, visto que muitas das acções de Bernardo Tanucci só foram postas em prática depois de um aval, embora dado como aconselhamento da corte espanhola, notando-se que o contrário também sucedia, Carlos III continuava a receber aconselhamento através de correspondência do seu fiel aliado Tanucci.

É nesta fase do trabalho que melhor se desenvolvem os acontecimentos, que derivaram da grande fome que atinge Nápoles em 1764, que como muitas outras questões foi reforçada, mais à frente, pelo que contam os Ministros Plenipotenciários portugueses nos seus ofícios para Lisboa.

Achei necessário fazer uma breve alusão à política externa deste reino durante o período de domínio de Tanucci relatando a sua relação com algumas cortes estrangeiras e a sua atitude no que respeita a diplomacia napolitana.

Em 1767 termina o período de Regência, no entanto não foram evidenciadas alterações de carácter administrativo, os Ministros da regência mantiveram os seus cargos no Conselho de Estado que se criou, a única mudança foi a participação do rei na liderança desse mesmo Conselho. Através desta nova posição do monarca Fernando IV perante o governo de Nápoles, foi possível fazer uma ponte entre este assunto de carácter administrativo e a famosa questão da expulsão dos Jesuítas, visto que, a primeira acção do rei à frente do Conselho de Estado foi a assinatura da ordem de expulsão dos padres Jesuítas do reino das Duas Sicílias.

Neste capítulo tenta-se expôr o melhor possível as motivações que levaram à exclusão dos Jesuítas naquele reino, e as justificações encontradas por Tanucci para explicar tal acção naqueles territórios. A partir deste momento, tornou-se então implícito a este trabalho a participação napolitana junto às outras cortes bourbonicas, na luta contra Roma para a obtenção, por parte daquele Estado eclesiástico, da total destruição da Companhia de Jesus.

A última parte deste capítulo dedicou-se à entrada da influência austríaca na corte de Nápoles através da figura da rainha Maria Carolina e conseqüentemente à repentina queda do Ministro Tanucci que como foi dito assinou a sua sentença quando se opôs à participação da rainha no Conselho de Estado em 1776.

No capítulo 3, reflecti sobre algumas pistas possíveis que talvez possam explicar a aproximação das políticas de Tanucci e Pombal. Foi neste capítulo, que teve lugar a comparação entre os dois ministros. Esta fase do trabalho tenta desvendar o meio de ligação entre estes dois homens que governaram praticamente durante o mesmo período de tempo e debaixo de muitas ideologias comuns, ou no mínimo tenta pôr em evidência várias hipóteses que possam explicar se realmente Tanucci e Pombal se influenciaram mutuamente e de que formas as políticas de um chegavam ao conhecimento do outro.

Passou-se principalmente a observar a vida de Tanucci e Pombal e o percurso político de ambos, e fazer uma análise das semelhanças e diferenças entre os dois. Primeiramente teve de fazer-se um apanhado dos principais passos destes dois políticos antes da sua chegada ao poder e só depois examinar mais detalhadamente as principais características da política interna e externa de cada um de forma a descobrir onde as semelhanças entre eles foram mais ou menos evidentes.

Tentei ter em conta as principais reformas levadas a cabo em Portugal e Nápoles pelos seus respectivos Ministros governantes e dar a conhecer quais os principais obstáculos a essas reformas e quais os campos onde elas foram bem sucedidas. No que respeita aos assuntos de política externa tentei destacar as posições dos dois Ministros nas questões relativas à expulsão dos Jesuítas e ao fim da Companhia de Jesus, à Guerra dos Sete Anos e à relação destes dois personagens com outros países como a Espanha, a França, a Inglaterra e a Áustria. Quanto à política interna a comparação entre os dois estendeu-se especialmente para as acções políticas ao nível da Justiça, da educação e da economia, dando também atenção ao tratamento dado por Tanucci e Pombal à igreja e à nobreza, duas classes consideradas adversárias dos dois políticos.

O último e mais relevante dos capítulos foca as missões portuguesas em Nápoles ocupada sucessivamente por José da Silva Pessanha (1753-1759), por Aires de Sá e Melo (1760-1764) e por José de Sá Pereira (1764-1808). O papel dos Ministros Plenipotenciários torna-se relevante, na

medida em que estes vão descrevendo detalhadamente, através dos seus despachos, grande parte dos acontecimentos mais marcantes da época em estudo permitindo que seja possível fazer uma comparação entre Nápoles e Portugal mas principalmente por disponibilizarem mais um meio que permite conhecer a História das Duas Sicílias entre 1755 e 1777.

A investigação realizada, e principalmente consubstanciada no longo capítulo 4, veio trazer nova luz quer sobre a concertação, e algumas divergências que existiram entre os dois países em várias matéria da política internacional, quer sobre vários aspectos das relações bilaterais. Também é importante transparecer um pouco a forma como era exercida a diplomacia na época em estudo, por tal falou-se neste trabalho acerca dos principais canais diplomáticos, dos diferentes perfis que podiam ser concedidos aos agentes diplomáticos, do porquê de certas nações terem maior importância no que respeita ao tipo de enviados diplomáticos e que tipo de pessoa enveredava normalmente pela carreira diplomática. O principal é tentar fazer entender porque é que os três embaixadores em estudo são nomeados com o carácter de Ministros Plenipotenciários e não como embaixadores para a corte napolitana.

Durante a missão de José da Silva Pessanha delinee o melhor que me foi possível a biografia deste diplomata, que hoje é conhecido especialmente pela sua embaixada na corte de Madrid e pela vasta colecção bibliográfica que juntou ao longo da sua vida, a sua estadia em Nápoles embora já conhecida nunca foi até então muito explorada. É também referida a sua passagem pela legação de Haia que antecedeu à sua nomeação para Nápoles.

Da missão de Pessanha em Nápoles nasce a sua proximidade ao monarca Carlos VII, que mais tarde continua com a passagem destes dois homens para Espanha. Como se verificou neste ponto do capítulo 4, as informações transmitidas por Pessanha que mais se destacaram, no que aos objectivos deste projecto diz respeito, estão ligadas essencialmente ao quotidiano da corte napolitana especialmente da família real, às primeiras notícias da Guerra dos Sete Anos, a assuntos relativos à legação de Nápoles em Lisboa, à nomeação do novo Papa em 1758 desencadeada pela morte de Bento XIV, ao início do ódio aos Jesuítas em Portugal e numa última parte a descrição do ambiente vivido em Nápoles com a chegada das notícias da fraca saúde de Fernando VI de Espanha, que veio a originar a saída de Carlos VII para Madrid.

Sobre a Guerra dos Sete Anos verificou-se que as referencias mais inéditas que Pessanha deu a conhecer foi a posição neutral de Nápoles, e a transmissão das reacções daquela corte às notícias da guerra, verificando-se a grande preocupação dos soberanos em relação ao bem-estar da Polónia, país de origem da rainha de Carlos VII, um dos Estados envolvidos neste confronto. O embaixador transmite ainda alguns detalhes sobre a luta franco britânica na ilha de Minorca. Pessanha alegou que muitos dos seus despachos levavam notícias que chegavam às suas mãos já tardiamente devido à situação geográfica de Nápoles, e supõe que muitas delas já seriam do conhecimento da corte portuguesa.

Embora este trabalho não se alongue muito no que respeita aos assuntos da Legação de Nápoles em Lisboa parte das informações que sobre ela se desvendam estão incorporadas nos ofícios de Pessanha, que vai relatando tudo o que a corte de Nápoles lhe dá a conhecer acerca da saída do

Ministro das Duas Sicílias, Carlos de Guevara, de Portugal, dos motivos da sua saída e da sua sucessão no cargo de Ministro Plenipotenciário em Lisboa.

Sobre os Jesuítas, como ficou comprovado pelos ofícios de Pessanha, verifica-se que este embaixador fazia publicidade das medidas portuguesas contra estes padres na corte de Nápoles mas confere-se que, pelas suas constantes queixas de falta de notícias sobre Portugal, existia outra via que não ele, a informar sobre este assunto a corte de Nápoles, visto em algumas ocasiões ser Tanucci ou o próprio rei a informar Pessanha sobre as ocorrências em eminência no seu país.

Da partida deste Ministro plenipotenciário de Nápoles ficou a saber-se que esta foi provocada pela herança de Carlos de Bourbon ao trono espanhol e pelo desejo da corte portuguesa de manter junto a este soberano a pessoa de Pessanha. Com a escolha do sucessor de Carlos VII em Nápoles e com sua partida para Madrid, Portugal vê-se obrigado a nomear novo diplomata em substituição de Silva Pessanha, inicia-se assim o processo que leva a Nápoles o Secretário Adjunto de Pombal, também ele com o carácter de Plenipotenciário, Aires de Sá e Melo.

A correspondência de Aires de Sá mostra-nos que durante este período as questões centrais noticiadas a partir de Nápoles são relativas à continuação e ao final da Guerra dos Sete Anos, à Guerra Fantástica, ao corte de relações entre Portugal e Roma, à luta contra os Jesuítas e à grande fome de 1764. Também ficou expressa a vida e história política e diplomática de Aires de Sá, que dos Três Ministros aqui tratados foi o que teve maior ligação à figura de Pombal e o que se mostrou mais afecto à pessoa do Valido Ministro.

É na missão de Sá e Melo que se começa a verificar o início de um ambiente mais hostil em relação aos Jesuítas das Duas Sicílias revelando-se o desejo de Tanucci de um dia poder vir a expulsar totalmente daqueles domínios os padres da Companhia de Jesus. Durante esta missão, Nápoles une-se a Portugal numa disputa contra Roma a favor da defesa de Niccolò Pagliarini, em que se mostra o envolvimento conjunto de Tanucci, Pombal e Aires de Sá na ajuda a este impressor fugido do Estado Eclesiástico.

Da posição de Nápoles em relação à Guerra Fantástica, Sá e Melo revela, como se viu, que lhe foi assegurada a neutralidade daquele reino a respeito do ataque espanhol e francês ao território português. Foi neste ponto e no contexto da Guerra Fantástica que surge a revelação de que Bernardo Tanucci se correspondia directamente com o Secretário de Estado D. Luís da Cunha e geralmente essa correspondência chegava a Lisboa via Espanha, tarefa que a Guerra Fantástica veio dificultar.

Aires de Sá e Melo foi dos três diplomatas na Legação de Nápoles o que presenciou os primeiros indícios da catástrofe que se abateu naquele reino, lembrada hoje como Fome de 1764, no entanto pelas datas que indicam a sua saída de Nápoles no mesmo ano, verifica-se que nos meses em que a situação esteve mais crítica e em que o número de mortes pela fome e pelas doenças que dela advinham começava a crescer, não houve nenhum representante diplomático português naquela corte, pois José de Sá Pereira chega às Duas Sicílias já em 1765.

Finalmente, a missão de José de Sá Pereira, que foi a mais longa das três em destaque, é aqui analisada até ao ano de 1777. Nesta fase do capítulo 3, como havia feito com os outros dois Ministros Plenipotenciários, tentei fazer a sua biografia de forma a possibilitar um melhor conhecimento acerca

desta personagem, mas como antes o ponto prioritário foi o estudo da correspondência enviada da Legação de Nápoles para Portugal.

O período de Sá Pereira nas Duas Sicílias coincide com o agravar da situação dos Jesuítas em Nápoles tendo acompanhado a reacção napolitana à expulsão destes padres de Espanha e quase em seguida à sua retirada de todos os Domínios das Duas Sicílias em 1767. Tal como se verificou no caso português após o afastamento dos Jesuítas de Nápoles o objectivo seguinte era a destruição total da Companhia de Jesus. Este Ministro Plenipotenciário participou nos seus despachos as principais acções levadas a cabo pelo governo napolitano no esforço internacional que foi feito para persuadir Roma a repelir a Companhia o que veio a acontecer, como se verificou, em 1773.

As medidas adoptadas para assegurar que a desgraça de 1764 se voltasse a repercutir em Nápoles são também um dos assuntos tratados nos despachos de Sá Pereira, concluindo-se que após a fome de 1764 os investimentos e os cuidados com o negócio de trigo naquele reino aumentaram.

Este Ministro português assiste aos últimos anos de domínio do Conselho de Regência e conseqüentemente às primeiras acções de liderança de Fernando IV, após atingir a maioridade. Em 1768 testemunha a chegada da rainha Maria Carolina a Nápoles, ou seja, o início do fim da influência espanhola nas Duas Sicílias, que embora só se tenha manifestado com toda a força após a queda de Tanucci.

Sá Pereira noticia a visita do imperador José II, irmão da rainha, a Nápoles em 1769. No mesmo ano de 1769 dá conta da estadia em Nápoles da famosa figura do Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, que passa por Nápoles numa das suas numerosas jornadas pelo mundo.

Verificou-se entre Agosto de 1772 e Janeiro 1776 a ausência de Sá Pereira em Nápoles como consequência de uma missão diplomática na corte de Viena. Nesta fase veio à tona outra personagem, que servia na Legação portuguesa em Nápoles, Miguel Lopes da Fonseca, o encarregado da correspondência, que devia ser pessoa da confiança de Sá Pereira pois ficou incumbido de escrever os despachos, normalmente enviados da parte do Ministro Plenipotenciário para o Secretário dos Negócios Estrangeiros em Portugal. Por seu lado Sá Pereira vai enviando de Viena alguns ofícios para Lisboa.

Quando José de Sá Pereira retorna a Nápoles pode verificar-se que os seus ofícios passam a ser remetidos para Aires de Sá e Melo, novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em substituição de D. Luís da Cunha Manuel. É para Aires de Sá que é enviado o despacho que noticia a demissão repentina de Bernardo Tanucci e da eleição do seu sucessor, o Marquês de Sambuca. Ficou-se a saber que Sá Pereira lamentava o afastamento de Bernardo Tanucci e lembrou através dos seus ofícios os bons serviços do Ministro em nome do reino de Nápoles, apesar disto não deixa de revelar as principais motivações que levaram o rei de Nápoles a dispensar o velho Ministro. Desde que Tanucci se afasta até 1777, Sá Pereira vai identificando as medidas impostas pelo novo ministro Sambuca e as boas relações entre este e a casa real austríaca.

No seu conjunto, a actividade diplomática ao longo de todo este período revela que estes Ministros Plenipotenciários não eram a única fonte de informação que Portugal tinha acerca dos acontecimentos ligados a Nápoles e que tão pouco eram os primeiros a ser informados sobre o que se ia passando em Portugal. Descobriu-se também que Tanucci talvez se possa ter correspondido

directamente com D. Luís da Cunha Manuel, se não o fez pelo menos tentou na época da Guerra Fantástica em 1762. A via espanhola é outra das formas que podem explicar a troca de informações entre os dois reinos pois muitas personalidades políticas estavam em constante contacto com ambos os países, como foi o caso do ministro Ricardo Wall.

Para finalizar, penso que este trabalho cumpre o seu propósito primordial, que é a transmissão dos principais aspectos relativos à estadia de Pessanha, Aires de Sá e Sá Pereira na legação de Portugal em Nápoles, durante o rico período histórico que em Portugal ficou marcado pelo ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo e em Nápoles pelo de Bernardo Tanucci.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Documentação da Legação Portuguesa em Nápoles.

ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778.

ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779.

ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 760.

Biblioteca Nacional de Lisboa, *Colecção Pombalina*, cód. 640, fls. 131.

Fontes Impressas

BIKER, Júlio Firmino Judice, *O Marquês de Pombal, Alguns Documentos Inéditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1882.

MAIORINI, M.G., *Bernardo Tanucci, Epistolario*, volume. IX, 1760-1761, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

SANTARÉM, Visconde de, 1850, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VI, Paris, J. P. Aillaud.

Bibliografia

ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998.

ADDISON, Joseph, *Charles the Third of Spain*, Oxford, BiblioBazaar, 2008.

ANDERSON, Matthew Smith, *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919*, London, Pearson Education, 1993.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1965.

ARAUJO, Afonso Domingos de, Valdez Rui Dique Travassos, *O Livro de Ouro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933.

ASTARITA, Tommaso, *Between Salt Water and Holy Water: A History of Southern Italy*, London, Norton & Co, 2006.

AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, Lisboa, Clássica Editora, 1909.

BARBER, Peter, *Diplomacy. The World of the Honest Spy*, London, The British Library, 1979.

BEIRÃO, Caetano, *D. Maria I 1777-1792*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

BENIMELI, José A. Ferrer, *La Masoneria Española en el Siglo XVIII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1986.

BLACK, Jremy, *From Louis XIV to Napoleon: the fate of a great power*, London, UCL Press, 1999.

BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

CARDIM, Pedro, Felismino David, Monteiro Nuno Gonçalo, "A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória" in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005.

CARVALHO, Rómulo de, "Recurso a Pessoal Estrangeiro no Tempo de Pombal", in *Revista de História das Ideias*, Volume 4, Tomo I, 1982.

- CECHIELLO, Gaetano, “La Estrategia Antiromana de Bernardo Tanucci Ante Los Accontecimientos de 1768”, in *Revista de Historia Moderna*, nº18, Universidad de Alicante, 2000.
- CHADWICK, Owen, *The Popes and European Revolutions*, Oxford, Oxford University Press, 1981.
- CLUNY, Isabel, “Diplomatas de Negociação e de Representação em Portugal no Século XVIII”, in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Zília Osório de Castro (Coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- COELHO, José Maria Latino, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Grande Edição Popular, 1905.
- COLLETTA, Pietro, Horner Susan, *A Century of Despotism in Naples and Sicily*, Bibliolife, 2009.
- COLLETTA, Pietro, *History of the kingdom of Naples, 1734-1825*, Edinburgh, T. Constable and CO, 1856.
- CRUZEIRO, Maria Manuela Rocha, *António Genovesi e o Movimento Iluminista no Sul de Itália*, Coimbra, Separata de Biblos.
- DAVIS, John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006.
- DOMINGOS, Manuela D, *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do Coleccionador à Biblioteca Pública*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998.
- FARIA Ana Maria Homem Leal, *O Tempo dos Diplomatas. Estudo sobre o Processo de Formação da Diplomacia Moderna e o Seu Contributo na Tomada de Decisão Política*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2003/2004.
- FARIA, António Portugal de, *Portugal e Itália*, Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1898.
- FERRYBRIDGE, Henry Nelson, *Naples and Sicily Under the Bourbons Sketches*, Nabu Press, 2010.
- FRASER, Antonia, *Marie Antoinette: The Journey*, New York, Anchor Books, 2001.
- FRIGO, Diana, *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic Practice 1450-1800*, Cambridge University Press, 2000.
- GARCÍA, Juan Antonio Alejandro, Sánchez María Jesús Torquemada, “La expulsión de los Jesuitas del Reino de Nápoles: algo más que una obsesión”, in *Cuadernos de Historia del Derecho*, nº7, 2000.
- GOODMAN, Elise, *Art and Culture in the Eighteenth Century: New Dimensions and Multiple Perspectives*, London, Rosemont Publishing & Printing Corp, 2001.
- GOUVEIA, António Camões, “A Igreja”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- HESAPANHA, António Manuel, XAVIER, Ângela Barreto, “A Representação da Sociedade e do Poder”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- HOCHEDLINGER, Michael, *Austria's Wars of Emergence 1683-1797*, London, Pearson Education Limited, 2003.
- IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- KAMEN, Henry, *Who's who in Europe, 1450-1750*, London, Routledge, 2000.
- LABOURDETTE, Jean François, *História de Portugal*, Porto, Dom Quixote, 2001.

- LANCASTER, Jordan, *In the Shadow of Vesuvius: A Cultural History of Naples*, London, Tauris Parke Paperbacks, 2008.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.
- MACHADO, J.T. Montalvão, *Quem Livrou Pombal da Pena de Morte*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979.
- MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de, *Forças Militares no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, E-Papers, 2009.
- MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome 1748-1830 An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978.
- MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Circulo de Leitores, 2008.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha*, in e-JPH, Vol. 5, number 2, Winter 2007.
- PAQUETTE, Gabriel B., *Empire, "Enlightenment and Regalism: New Directions in Eighteenth Century Spanish History"*, in *European History Quarterly*, Cambridge, SAGE Publications, 2005.
- PAQUETTE, Gabriel B., *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies in the Long Eighteenth Century*, Londres, Ashgate, 2009.
- PASTOR, Ludwig Freiherr Von, *The history of the popes, from the close of the middle ages*, Vol. XXXVII, London, Routledge and Kegan Paul, 1952.
- PROCTER, George, *The history of Italy: from the fall of the Western empire to the Commencement of the Wars of The French Revolution*, Vol. II, London, G.B. Whittaker, 1825.
- RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2010.
- RENDA, Francesco, *Bernardo Tanucci e i beni dei gesuiti in Sicilia*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1974.
- RIO, D. Antonio Ferrer Del, *Historia del Reinado de Carlos III en España*, Madrid, Imprenta de los Señores Matute y Compagni, 1856.
- ROBERTSON, John, *The Case for The Enlightenment: Scotland and Naples 1680-1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- SALVATORELLI, Luigi, *Sommario della Storia d'Italia*, Torino, Einaudi, 1974.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal, o Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Edição Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.
- SERRÃO, José Vicente, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in José Costa Pereira (coord), Volume II, Alfa, 1986.

SERRÃO, José Vicente, “O Quadro Económico”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

SERRÃO, José Vicente, “Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo”, in *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, ed. Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Domingues, Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Veja, 1986.

SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.

SORIANO, Simão José da Luz, *Historia de Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquês de Pombal*, Vol. I, Lisboa, Typographia Universal, 1867.

STEIN, Stanley J., Stein Barbara H., *Apogee of empire: Spain and New Spain in the age of Charles III, 1759-1789*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2003.

SUBTIL, José, *Evidence for Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?*, in e-JPH, Vol. 5, number 2, Winter 2007.

SUBTIL, José, “O Processo Político (1621-1807)”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

SUBTIL, José, *Terramoto Politico (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006.

SZABO, Franz A.J., *The Seven Years War in Europe: 1756-1763*, Great Britain, Pearson Longman, 2008.

TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo e, Pereira Manuel de Castro, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal: Acompanhada das Noticias Biográficas de Alguns Indivíduos das Mesmas Famílias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838.

VENTURI, Franco, *Church and Reform in Enlightenment Italy*, University of Chicago Press, 1976.

VIDAL, Josep Juan, Ruiz, Enrique Martínez, in “Política Interior y Exterior de los Borbones”, *História de España*, Madrid, Ediciones Istmo, 2001.

VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

Outros

Ministros e Secretários de Estado Desde a Criação do Ministério em 1736, in Anuário Diplomático Português, Volume LXXV, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2007.

O Jardim Litterário Seminário de Instrução e Recreio, *D. João Carlos de Bragança 2º Duque de Lafões*, Volume VI, Lisboa, Typographia de Maria Feliciano das Neves, 1850.

Real Camera di S. Chiara, “Guida generale degli Archivi di Stato di Napoli.”

http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_20.html

http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=28623

Anexo Documental

Catalogo da Documentação da Legação Portuguesa em Nápoles, (ANTT, Lisboa. MNE, Caixas 778, 779 e 780.

Caixa.778	
30.12.1755	<p>Ofício José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Pesar de José da Silva Pessanha acerca do terramoto ocorrido em Lisboa a 1 de Novembro de 1755.</p> <p>Descontentamento, após o terramoto, dos negociantes Italianos que tinham interesses em Lisboa.</p>
16.03.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Informação sobre a boa saúde de Suas Majestades Sicilianas presentes em Bovino até final do mês.</p> <p>Pesar de Suas Majestades Sicilianas pela morte de uma camareira mor.</p> <p>Informação sobre o lançamento ao mar de uma nova Galera e ordem do rei, de Nápoles, para a construção de uma outra.</p> <p>Mar da região infestado de argelinos e tunisinos feitos cativos da corte de Nápoles.</p> <p>Prende-se um homem que havia publicado um tratado contra a nova moeda que se pretende fazer.</p>
14.04.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Família Real no palácio de Nápoles para semana santa.</p> <p>Melhoria do Estado de saúde do príncipe D. Filipe.</p> <p>Cartas de Paris ameaçam Guerra.</p> <p>Rumores sobre a posição de Espanha como mediador entre Londres e Versalhes.</p>
20.04.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Soberanos em Portici, de boa saúde e com o divertimento da pesca.</p> <p>Declaração de Peste em Argel.</p> <p>Informação dada pelo enviado inglês diz que a guerra é inevitável.</p>

27.04.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Fala-se da notícia dada por Marquês de Pombal acerca de novos tremores de terra em Portugal.</p> <p>Notícia sobre um leve terramoto em Veneza.</p> <p>Saída de esquadra francesa de Poulon no dia 1 de Abril.</p> <p>Almirante Byng não saiu de Portsmouth até ao dia 1 de Abril.</p> <p>Expedições de Guerra prejudicam comércio de Itália.</p> <p>Situação geográfica de Nápoles dificulta a brevidade da chegada de notícias sobre o que passa na Europa.</p>
04.05.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Notícias de Veneza sobre os efeitos de um terramoto que lá se dera.</p> <p>Notícias contraditórias sobre esquadras francesas e inglesas.</p>
11.05.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Notícia do desembarque dos Franceses em Minorca.</p> <p>Falta de informação acerca da passagem ou não do estreito por parte das esquadras inglesas.</p>
18.05.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Enviado de Portugal em Nápoles é recebido pela família real no palácio de Portici.</p> <p>Suspeita de gravidez da Rainha.</p> <p>Cartas de Barcelona confirmam a chegada da esquadra francesa a Minorca.</p> <p>Falta de notícias sobre a derrota dos ingleses.</p>
25.05.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Chegada de informações mais precisas sobre o terramoto de 1 de Novembro de 1755, enviadas por Carvalho e Melo com uma descrição do que se tem feito após o sismo podendo desta forma tranquilizar-se os negociantes de Nápoles, com interesses em Lisboa.</p> <p>Carta de Barcelona informa da chegada do almirante Byng a Gibraltar.</p>
01.06.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo.</p> <p>Ida de Pessanha a Portici.</p> <p>Informação sobre a fraca saúde em que se encontrava o príncipe Filipe.</p> <p>Informação de Barcelona sobre o mau estado dos navios ingleses que chegaram a Gibraltar.</p>

08.06.1756	Ofício de José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo. Notícia sobre a continuação dos franceses em Minorca. Publicação da Guerra em Londres.
22.06.1756	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Ordens de Lisboa para Pessanha dirigir todas as relações do seu Ministério ao novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha.
22.06.1756	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Felicitação de José da Silva Pessanha a D. Luís da Cunha por este ter sido nomeado responsável pela secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.
23.06.1756	Carta José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo. Menciona antigas cartas enviadas e a entrega da secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a D. Luís da Cunha.
21.09.1756	Carta José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Remete através do seu procurador António Rebelo de Andrade a conta da despesa da sua secretaria.
28.12.1756	Carta José da Silva Pessanha para Sebastião José de Carvalho e Melo. Queixa sobre o seu estado de saúde. Desejo de Boas Festas. Demissão de Diogo de Mendonça da Secretaria de Estado que ocupava, nomeando-se para seu lugar Tomé Joaquim da Costa. Queixa sobre os seus negócios pessoais.
28.12.1756	Carta José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Fala da sua ida a Roma em Lazer. Solicita uma autorização do Rei (de Portugal) para passar 3 meses em Roma.
29.06.1756	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Partida do residente da República de Veneza em Nápoles e chegada de um novo para assumir o posto.

06.07.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Confirma-se falsas suspeitas da gravidez da rainha siciliana. Apresentação a Sua Majestade Siciliana de uma cópia do acto de declaração de guerra da França à Inglaterra, pelo embaixador francês. Notícia da neutralidade dos Holandeses.</p>
13.07.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Corte em Nápoles. Médicos confirmam a possibilidade da rainha poder vir a dar a luz em Fevereiro. Franceses mandam 7 mil homens a Córsega.</p>
20.07.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Entrega da praça de Minorca aos franceses. Satisfação do embaixador francês em Nápoles pelo sucesso do seu soberano. Inquietação dos homens de negócio ingleses, em Nápoles.</p>
27.07.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícia da partida de Gibraltar do Almirante Hawke. Notícia sem total credibilidade, de que o comercio na América está pouco favorável para os ingleses.</p>
03.08.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Suspeita de que o rei da Prússia formará acampamentos e marchará até à Bohemia.</p>
10.08.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Informação de que a esquadra de Hawke se achava a 20 do passado mês defronte de Minorca.</p>
17.08.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Embaixador informa que está doente. Continuação da boa saúde de Suas Majestades Sicilianas.</p>
24.08.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Continuação da boa saúde de Suas Majestades Sicilianas.</p>

<p>31.08.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícia de melhoria da saúde do infante D. António que experimentara uma pequena febre. Reino de Nápoles e Sicília quer permanecer neutro à Guerra dos Sete Anos e usa de uma igual hospitalidade para com as Nações francesa e inglesa</p>
<p>07.09.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Duvidas sobre o destino da esquadra do Almirante Hawke. Tropas francesas em Córsega.</p>
<p>14.09.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Fala da melhoria do estado de saúde do príncipe Filipe.</p>
<p>21.09.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Caça em Portici. Rei da Prússia declara fazer entrar em Dresda uma tropa de 40000 homens.</p>
<p>28.09.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real em Portici e de Boa saúde. O enviado de Inglaterra recebeu uma carta do Almirante Hawke.</p>
<p>05.10.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícias do Mediterrâneo vindas de Génova e da Alemanha avisam que a esquadra inglesa se conserva na mesma contrariamente aos rumores de existir doenças a bordo. Rei da Polónia acampando entre Pirn e Koningstein. Rainha das Duas Sicílias recebe cartas de Dresda.</p>
<p>12.10.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Noticias vindas de Dresda e Viena afirmam que o rei da Prússia entrara com tropas na Bohemia. A Rússia responde a uma requisição que lhe havia feito a corte de Viena, na qual promete ser a favor da Imperatriz e contra o Rei da Prússia. Nomeação do Príncipe de Conti para comandar as tropas francesas.</p>

<p>19.10.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei da Prússia permanece ainda nas montanhas perto da Bohemia e sabe-se que deixou 25 mil homens defronte do acampamento do rei da Polónia.</p>
<p>26.10.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Ministro Plenipotenciário português faz a corte a Suas Majestades Sicilianas em Portici. Sente-se tremor de terra em Nápoles. Noticias vindas de Viena e da Bohemia dão conta de uma batalha entre as tropas prussianas e as da imperatriz rainha. Corte de Nápoles recebe a feliz notícia do sucesso do exército austríaco nesta batalha. Cartas particulares dão por certa a morte da rainha da Prússia e a declaração de guerra da Rússia contra a Prússia.</p>
<p>02.11.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Previsão da ida da família Real para Caserta. Melhoria do estado de saúde do príncipe Filipe.</p>
<p>09.11.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rainha das Duas Sicílias, atendendo às violências cometidas pelas tropas prussianas, envia à sua mãe um presente de 10 mil Sequins.</p>
<p>16.11.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Embaixador faz corte a Sua Majestade Siciliana.</p>
<p>23.1.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real vai para Caserta, onde a rainha pretende dar a luz. Ouve-se com grande gosto todas as notícias que são vantajosas aos interesses da imperatriz rainha.</p>
<p>30.11.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Soberanos encontram-se de boa saúde em Caserta. Inverno rigoroso em Nápoles provoca atraso na chegada dos correios.</p>

<p>07.12.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Ida do embaixador a Caserta para fazer corte a Suas Majestades e cumprimentar os infantes. Notícia de que tem havido vários encontros entre as tropas prussianas e austríacas.</p>
<p>14.12.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rumores, que não podem ser confirmados pelo diplomata por falta de cartas de Portugal, de que Portugal continuaria a sofrer com vários terremotos tão fortes como o de Novembro de 1755.</p>
<p>21.12.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Erupção do vulcão na Montanha do Vesúvio. Notícias recebidas de Roma davam poucas horas de vida ao Papa.</p>
<p>28.12.1756</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Substituição na Secretaria dos Negócios da Marinha e do Ultra Mar de Diogo de Mendonça Corte Real para Joaquim da Costa Corte Real. Notícias sobre melhoria do estado de saúde do Papa.</p>
<p>04.01.1757</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Queixa do Ministro Plenipotenciário acerca do seu estado de saúde. Notícia vinda de Roma diz que o Papa está fora de perigo.</p>
<p>11.01.1757</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Príncipe Filipe teve acidente convulsivo com alguma gravidade. Papa está completamente restabelecido. Notícia de Viena dá conta do nascimento do novo arquiduque e da morte da imperatriz Maria Amália.</p>
<p>18.01.1757</p>	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Indisposição e mau estar do rei e da continuação das queixas do príncipe Filipe acerca da sua moléstia habitual. Chegada ao porto de Nápoles de duas Naus de Guerra holandesas e três fragatas comandadas pelo almirante Wasnar. Corte toma 4 meses de luto pela morte da Imperatriz Maria Amália.</p>

18.01.1757	<p>Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha envia conta da despesa da sua Secretaria do período que vai Setembro a Dezembro do ano passado.</p>
25.01.1756	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Fala da proximidade do nascimento do novo príncipe das duas Sicílias.</p>
01.02.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Entrada de uma embarcação francesa em Nápoles para se armar. Embarcação francesa ataca uma embarcação de Malta mal saiu do porto de Nápoles. A embarcação francesa volta ao porto de Nápoles devido ao mau tempo. O enviado de Inglaterra ordena ao governo que a embarcação francesa se desarme. Notícias de Roma variam em relação à saúde do Papa.</p>
08.02.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Muitos dos negociantes de Itália tem interesses em Lisboa. O enviado de Inglaterra continua sem resposta sobre o negocio da preza mas corte de Nápoles tende a ceder aos interesses de Londres. Médicos do Papa não lhe dão muitos meses de vida.</p>
15.02.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Enviado inglês ainda não obteve resposta da corte de Nápoles. Navios holandeses partiram de Nápoles. Vulcão do Vesúvio volta a largar um fio de fogo.</p>
17.02.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Ministros estrangeiros chamados a Caserta para serem informados por Tanucci do nascimento do novo príncipe.</p>
22.02.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Festejos pelo nascimento do novo infante.</p>
08.03.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Ministro Plenipotenciário doente. Reis continuam em Caserta mas dentro em breve regressam à real casa de Portici.</p>

22.03.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Embaixador justifica ter deixado de escrever durante algum tempo por falta de saúde para tal.</p>
29.03.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Pessanha recolhido numa casa de campo por aconselhamento médico.</p> <p>Saem do porto de Nápoles navios mercantes carregados de trigo, azeite e vinho.</p>
05.04.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestades Sicilianas vêm para Nápoles.</p> <p>Alguns presos das Gales fugiram para as naus inglesas e holandesas, que vieram ao porto de Nápoles.</p> <p>Rei funda nos estudos públicos nova cadeira de comércio.</p>
12.04.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Família Real passa semana santa em Nápoles.</p> <p>Morte de dois dos mais antigos Generais do reino.</p> <p>De Roma vem notícias de que resta pouco tempo de vida ao Papa.</p>
19.04.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Morte de um inspector da cavalaria.</p> <p>Mouros tomam duas embarcações napolitanas vindas da Sicília.</p> <p>Novas esperanças sobre a melhoria do estado de saúde do Papa.</p>
26.04.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Plenipotenciário pergunta pelo estado em que se encontra o exercito português.</p>
03.05.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Festejou-se em Nápoles o dia de S. Filipe.</p> <p>Adesão da Rússia ao tratado de Paris.</p>
10.05.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Tunisinos tomam uma embarcação, carregada por conta de mercadores Napolitanos, vinda da Sicília.</p> <p>Vulcão da Montanha do Vesúvio volta a entrar em erupção.</p> <p>Confronto entre as tropas prussianas e austríacas, na Bohemia.</p>

17.05.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Família real com boa saúde.</p> <p>Poucas notícias sobre os desenvolvimentos da Guerra dos Sete Anos.</p>
24.05.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ida da família real para Caserta.</p> <p>Novos abalos na terra por causa do vulcão.</p> <p>Descoberta de novas antiguidades nas ruínas de Herculano.</p> <p>Notícia de um segundo confronto, desta vez junto a Praga, entre austríacos e prussianos.</p>
31.05.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícia de um pequeno combate entre franceses e ingleses no Estreito de Gibraltar.</p>
07.06.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chegam a Nápoles 6 embarcações de Malta, cujo cavalheiros daquela religião foram logo apresentados a S. M. Siciliana.</p>
14.06.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Aniversário do príncipe Filipe.</p> <p>D. Fernando aparece já em público com espada.</p>
21.06.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícias de Dresda dizem que ali chegaram mil feridos prussianos e 50 prisioneiros austríacos resultando isto de uma luta ocorrida no dia 26 de Maio junto a Praga.</p>
28.06.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rainha da Polónia vai partir para Varsóvia.</p>
05.07.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Príncipe Filipe novamente doente.</p> <p>Nova batalha com vitória austríaca em Praga.</p>

12.07.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Príncipe Filipe tem passado muito bem de saúde.</p> <p>Notícia da mudança do Ministério de Inglaterra.</p> <p>Notícias sobre a fraca saúde do Papa.</p>
19.07.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>14 Naus de Guerra inglesas prendem 3 embarcações francesas no Mediterrâneo.</p>
26.07.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rei ordena duas naus de guerra acompanharem outras naus mercantes até Cádiz, Lisboa e Londres.</p> <p>Tropas prussianas retiram-se da Bohemia.</p>
02.08.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Grande Batalha entre ingleses e franceses com as suas esquadras que partiram para a América.</p> <p>Afirmção de que em Nápoles se continua a favor da corte de Paris.</p>
09.08.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Infanta D. Maria Luísa sofre indigestão.</p> <p>Secretário D. Carlos de Guevara envia para a corte napolitana notícia sobre a destruição de uma frota Inglesa na América.</p>
16.08.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Terramotos sentidos em Calábria, Sicília, Palermo e Messina.</p> <p>Retirada de todas as tropas prussianas do reino da Bohemia.</p> <p>Moscovitas tomam Pillau.</p>
23.08.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Navios mercantes em Nápoles que estavam para carregar de trigo para Lisboa desistem da viagem.</p>
30.08.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>A corte começa um luto de 15 dias pela morte da rainha viúva de Prússia.</p> <p>Rei da Prússia prepara-se para outra batalha com os austríacos.</p>

06.09.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Corte prepara ida para Portici.</p> <p>Tanucci diz que D. Carlos de Guevara, pediu licença a S. M. Siciliana para poder vir a Nápoles, por motivos de saúde.</p> <p>Estabelecimento da paz entre os holandeses e a Regência de Argel.</p>
13.09.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestade Siciliana diz ao embaixador português que o mau estado de saúde do enviado de Nápoles a Lisboa o obrigou a permitir o seu regresso a Nápoles.</p> <p>Rei pensa em nomear outro Ministro para suceder Guevara em Lisboa.</p> <p>Ministro português garante que qualquer que fosse o enviado de Nápoles a Lisboa seria bem recebido pela corte portuguesa.</p>
20.09.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Saem de Nápoles navios mercantes carregados de Trigo com destino aos portos de Marselha, Barcelona, Alicante, Cartagena, Málaga, Cádiz e Lisboa.</p>
20.09.1757	<p>Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Pedido de envio de retratos de Suas Majestades Portuguesas.</p>
27.09.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Noticias de que Guevara não apresenta melhoras na sua saúde.</p> <p>Rei não tarda a nomear outro ministro para enviar à corte portuguesa.</p> <p>De cartas vindas da Germânia se sabe que o corpo de tropas francesas se uniu às tropas imperiais.</p> <p>Exército da Prússia atacado pelo Duque de Aremberg perto de Dresda.</p> <p>Indícios de que os holandeses tenham formado algum projecto de paz.</p>
01.10.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ministro Plenipotenciário retira-se de Portici para Nápoles com queixas de catarro de cabeça.</p>
04.10.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Carta de Viena informa sobre uma grande batalha entre os russos e os prussianos.</p>
11.10.1757	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha.</p> <p>Assinatura do Tratado de Neutralidade entre as cortes de França e de Hanôver.</p>

18.10.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real está de boa saúde. Início de inverno muito rigoroso.
25.10.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Celebração do aniversário da rainha viúva de Espanha. Tanucci informa Ministro Plenipotenciário da passagem de Guevara por Barcelona.
06.11.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Morte da Rainha da Polónia. Luto de 6 meses. Fim das discórdias entre Veneza e Roma.
08.11.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família real regressa a Nápoles. Quatro sujeitos se oferecem para ocupar o lugar de Carlos de Guevara. Retirada das tropas russas por falta de víveres do território prussiano.
15.11.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícias vindas de Barcelona e Madrid falam das doenças epidémicas em Portugal. Rumores de que Inglaterra proibiu a entrada de navios vindos de Portugal em todos os seus portos. Passagem de duas naus de Guerra Inglesas no porto de Nápoles.
22.11.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana diz a Pessanha que a suposta epidemia que atingira Portugal havia cessado. Notícia vinda de Madrid sobre a morte do infante D. António. Majestade Siciliana pergunta ao Ministro Plenipotenciário acerca dos Jesuítas.
22.11.1757	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha volta a pedir os retratos dos Soberanos Portugueses. Queixa-se da sua pessoa ter caído em esquecimento da Parte do Marquês de Pombal.
29.11.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Chegada de Guevara a Pizza. Sucesso das tropas francesas e imperiais na Saxónia.

20.12.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Partida da Família Real para Caserta. Noticias das divergências entre a Republica de Veneza e a Cúria Romana.
27.12.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Correio de Espanha para o Rei das Duas Sicílias traz novidades de Madrid e de Portugal.
30.12.1757	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Forte erupção vulcânica no Vesúvio cobre grande parte dos campos.
03.01.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real em Caserta. Falta de novidades de Portugal impedem o embaixador de ir fazer a corte aos reis em Caserta.
10.01.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Carlos de Guevara permanece em Pizza. Há 8 meses que o embaixador não recebe despachos de Portugal.
17.01.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Morre Ministro inglês em Madrid, Mr. Keene. Rumores de que o falecido será substituído por Mr. Gray Ministro inglês em Nápoles. Pessanha faz alusão ao acomodamento das diferenças entre a corte de Nápoles e a Cúria Romana.
17.01.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Conta da despesa da Secretaria portuguesa em Nápoles do ano de 1757.
24.01.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Embaixador justifica a brevidade deste ofício com o facto de estar doente.
31.01.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Vulcão do Vesúvio em erupção.
07.02.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha afirma ter recebido notícias de Portugal através do Rei das Duas Sicílias.

	Morte da princesa inglesa D. Carolina Isabel. Notícias de Guevara.
14.02.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Dá conta da continuação da doença da Rainha Católica. Marechal de Richelieu pede a demissão à corte francesa do comando do exercito.
21.02.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Escrito sobre o procedimento dos jesuítas na América traduzido em italiano. Russos ocupam Konisberg.
21.02.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Pedido de favor para entrega de uma carta pessoal.
28.02.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real em Bovino. Comissário de Guerra Austríaco vem a Nápoles para pedir dinheiro para serviço da Rainha da Hungria.
07.03.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Plenipotenciário recebe carta para entregar a S. M. Siciliana.
14.03.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha pergunta se D. Carlos de Guevara entregou a resposta da carta de participação que a corte de Nápoles fez à de Portugal do nascimento do último príncipe. Boas notícias sobre a melhoria do estado de saúde das rainhas católicas. Esquadra francesa no Mediterrâneo espera outra para com a sua ajuda poder destruir uma esquadra inglesa que se encontrava em Gibraltar.
21.03.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. O príncipe Dom Filipe ainda continua a padecer os efeitos da sua antiga queixa.
28.03.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas em Portici. Rei a manda sair Chavecos da coroa, para guardar estas costas do reino. Nau francesa atacada por uma inglesa, no Mediterrâneo.

04.04.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Celebração do aniversário da Rainha das Duas Sicílias. Espera-se a chegada de Guevara a Nápoles. Publica-se em Veneza um Decreto sobre a maneira dos recursos da Sé apostólica.</p>
18.04.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha informa que está doente. D. Carlos de Guevara chega a Nápoles e visita o Ministro português. Crê-se o Rei nomeará outro Ministro para suceder Guevara em Lisboa.</p>
25.04.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha faz corte aos reis em Portici. S.M. Siciliana diz ao ministro português que ainda tem esperança na melhoria de Guevara.</p>
02.05.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Comemorações pelo dia com o nome do príncipe D. Filipe. Rei da Prússia tenta três diversas entradas em Bohemia.</p>
09.05.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícia do falecimento do Papa. A corte de Nápoles não quer tomar parte alguma na nova eleição para o conclave papal.</p>
16.05.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Convenção entre o Rei de Inglaterra e o Rei da Prússia.</p>
23.05.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Poucas esperanças em relação à brevidade da eleição do novo Papa. Entrada do Rei da Prússia na Morávia.</p>
30.05.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Corte em Portici onde se celebra o nome de D. Fernando, o 3º infante, e do Rei Católico.</p>
06.06.1758	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Volta a Nápoles o mordomo-mor do rei, das Duas Sicílias, que esteve em Paris.</p>

	Pessanha confuso em relação à eleição do Papa.
13.06.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha queixa -se da falta de notícias de Portugal incluindo da sua própria casa. Volta a pedir os retratos dos reis portugueses. Queixa-se de nunca ter resposta de D. Luís da Cunha às suas cartas.
13.06.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Comemorações pelo aniversário do príncipe D. Filipe.
27.06.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Previsões sobre a eleição do novo Papa.
04.07.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real vem ao palácio de Nápoles. Noticiada morte do príncipe real da Prússia. Desembarque de tropas britânicas em S. Malô.
11.07.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícia de ser eleito Papa o cardeal Rezzonico. Rumores de que em Lisboa se experimentou novamente um abalo na terra.
18.07.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei das duas Sicílias recebe carta da rainha portuguesa, que confirma novo terramoto em Lisboa. Papa começa a reformar alguns abusos introduzidos na Cúria Romana. As tropas austríacas foram bem sucedidas na Morávia. Notícia da retirada dos franceses do Reno.
25.07.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha acha-se finalmente no claro conhecimento do procedimento das providências tomadas pelo Rei de Portugal contra os jesuítas. Reacções de Roma em relação aos jesuítas portugueses.
01.08.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei de Espanha permite a um grande número de oficiais do seu reino irem servir na presente Guerra ao lado dos austríacos.

	Em Nápoles já se fizeram 6 pedidos para o mesmo efeito.
08.08.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Saída de Nápoles dos 6 oficiais que haviam pedido permissão para servir na Guerra. Notícias de Malta dizem que 2 navios ingleses, atacaram 2 navios franceses.
08.08.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Chegam a Nápoles 3 cavalheiros de Malta, que traziam notícias de Portugal.
15.08.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Noticias sobre o grave estado de saúde da Rainha Católica.
22.08.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Noticias sobre a melhoria do estado de saúde da Rainha Católica.
29.08.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícias de Roma sobre a saúde do Papa.
29.08.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha pede a D. Luís da Cunha para que lembre a sua existência a Sebastião José de Carvalho e Melo.
05.09.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Melhoria do estado de saúde do Papa.
10.09.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha queixa -se da falta de notícias de Portugal.
12.09.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Morte da Rainha de Espanha. Decreto de 6 meses de Luto. Os Ingleses tomaram Louisbourg. Ingleses destroem o principal corpo das tropas francesas que se encontravam na América.
19.09.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Majestades sicilianas vão para Portici. Chegam de Espanha cartas escritas pelo punho do rei Católico.

26.09.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei de Espanha continua no mesmo estado de saúde. Papa continua com febre.
03.10.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei da Polónia envia de Varsóvia presente para a sua filha rainha das Duas Sicílias. Notícia da entrada em Liorne de 7 Naus de guerra inglesas.
03.10.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Fala da continuação da doença de Carlos de Guevara.
10.10.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícia de doença do Rei de Portugal.
17.10.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Confirmação de que o Rei Português não havia sofrido nenhuma consequência da sua moléstia.
17.10.1758	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Dá conta da razão de ter recebido da Holanda, sua anterior legação, um presente pela prestação dos seus bons serviços naquela corte.
24.10.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Falta de notícias de Espanha. Falta de notícias dos exércitos em Campanha.
31.10.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícias de Madrid pouco favoráveis em relação à saúde do Rei espanhol. Notícia da vitória das tropas austríacas sobre as prussianas.
14.11.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Carta de suas Majestades Imperiais dão conta aos reis das Duas Sicílias dos sucessos das tropas austríacas. Pessanha e Infanta Maria Luísa superam de uma epidemia de catarros que os havia atacado.
21.11.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Continuação da doença do Rei de Espanha.

	Continuação da epidemia dos catarros em Nápoles.
28.11.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Infante D. Francisco começa a dar sinais de que padece da mesma debilidade de cabeça que sofre o Príncipe D. Filipe.
05.12.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Continuação de más noticia sobre a saúde do Rei espanhol.
12.12.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real em Persano e com perfeita saúde.
19.12.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Mudança dos confessores dos cardeais e Secretários de Estado no pontificado de Roma.
26.12.1758	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Chegada a Nápoles de uma Nau de guerra inglesa. Indícios que mostram o desejo do rei inglês pela continuação da Guerra.
02.01.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha faz a corte à família real no dia do aniversário do infante D. António, em Caserta. Continuam as preocupações com o estado de saúde do rei de Espanha.
09.01.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Corte continua em Caserta. Não tem chegado notícias de Espanha.
16.01.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Chegam novidades de Espanha sobre a saúde do rei católico.
23.01.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Chega notícia do atentado feito a D. José I. Más notícias sobre a saúde do rei Católico.
30.01.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Franceses mandam um corpo de 15 mil homens para as fronteiras terrestres de Itália.

06.02.1759	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real volta a Nápoles vinda de Caserta.</p> <p>Notícias de Lisboa dadas por sua M. Siciliana dizem que D. José já apareceu em público e se encontra bem depois do atentado. Continuação do mau estado de saúde do Rei espanhol. Morte da princesa de Orange.</p>
13.02.1759	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rainha doente. Rei de Espanha com leve melhoria.</p>
13.02.1759	<p>Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Envia conta da despesa da sua secretaria do ano de 1758.</p>
20.02.1759	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei das Duas Sicílias fica com febre depois de uma caçada. Notícias de Espanha não dão muito tempo de vida ao rei católico.</p>
27.02.1759	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Domingo dia certo em que todos os Ministros estrangeiros vão fazer a corte a S. Majestades. Continuação do mau estado de saúde do rei espanhol.</p>
28.02.1759	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha fala da mudança no Governo Napolitano, no caso de S. M. Siciliana passar ao da Monarquia de Espanha. Rei não quer demonstrar que cuidava em passar a Madrid. Rei inglês oferece esquadra para acompanhar S. M. Siciliana a Madrid. M. Siciliana manda agradecer ao rei inglês mas não aceita a Esquadra. S. M. Siciliana se teme por três causas diversas deixar o reino das Duas Sicílias. Não entra em dúvida que o Rei possa pensar em conservar esta coroa unida à de Espanha. Dificuldades para nomear um dos seus filhos como sucessor ao trono de Nápoles.</p>
06.03.1759	<p>Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Povo pede para o Rei não os abandonar e caso o faça deixe um dos seus filhos para os governar.</p>

13.03.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Corte em Venafro. Continua o desgosto pela doença do rei de Espanha.
15.03.1759	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Indecisões sobre o retorno ou não de D. Carlos de Guevara a Lisboa. Hipótese do Rei de Nápoles poder vir a mudar-se para Espanha.
27.03.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Novidades sobre a saúde do Rei de Espanha. Não se fala na corte de Nápoles nem sobre guerra nem sobre a paz por existirem outros motivos de força maior.
03.04.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Debilidade do Rei de Espanha cada vez maior. Retirada dos prussianos da Polónia. Na América existe a duvida sobre qual das duas potências francesa ou inglesa tem maior vantagem nos seus confrontos. Vesúvio lança fogo.
10.04.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família real vem a Nápoles. Pessanha fala da viagem de S.M. Siciliana para Madrid caso morra o rei de Espanha.
17.04.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real em Portici. Notícias de Roma dizem que o Papa está livre de perigo de uma doença.
29.05.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Continuação da moléstia do rei de Espanha.
05.06.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. M. Siciliana doente. Papa doente.
12.06.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pequeno terramoto sentido em Turim, Milão e Génova. Regulamento sobre entrada dos navios no porto de Nápoles.

19.06.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Celebração dos 12 anos do príncipe D. Filipe.
26.06.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas vêm a Nápoles. Chega a Nápoles a esposa do ministro de Viena em Nápoles.
03.07.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Embaixador com febre.
10.07.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Chegam a Nápoles Naus Venezianas, vindas de Lisboa.
17.07.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Noticias sobre a saúde do rei de Espanha continuam iguais. Pessanha tem tido a honra de fazer a corte a S. Majestades.
24.07.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha informa sobre o casamento do arquiduque José com a princesa de Parma.
31.07.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei Católico continua sem experimentar algum alívio.
31.07.1759	Carta de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Envia conta da despesa da sua secretaria dos primeiros 6 meses de 1759.
07.08.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Família Real encontra-se de boa saúde. Pessanha informa que acompanhará os Reis à ilha de Procida.
14.08.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Rei de Nápoles só deixa as Duas Sicílias em caso de morte do rei espanhol ou se este estiver com uma incapacidade irremediável para governar. Discordâncias entre a corte de Nápoles e as de Paris e Viena.
21.08.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. M. Sicilianas vão a Procida. Correio de Espanha diz o mesmo do precedente acerca da saúde do rei Católico.

	Majestade Siciliana não cede em relação a que escolham por ele os núncios para Roma.
28.08.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Notícia da morte do Rei de Espanha. Rei decide criar uma junta apta para apurar se o príncipe D. Filipe estará ou não apto para governar no futuro. Rei de Nápoles passara a Espanha por mar. Fala-se das hipóteses sobre a sucessão ao trono das Duas Sicílias. Embaixador português revela que seguirá para Madrid com S. M. Sicilianas.
04.09.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Continuação do exame de capacidade ao príncipe Filipe. Preparação da Viagem da família real para Espanha.
11.09.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Chegam a Nápoles alguns clérigos para felicitar S.M. Siciliana.
18.09.1759	Ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha. Pessanha recebe correio de Portugal.
18.10.1760	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid) Sá e Melo diz que deixou Lisboa com rumo final a Nápoles a 30 de Setembro de 1760. Descrição da sua jornada até Madrid. Notícia da morte da Rainha católica. Informa que fez corte ao Rei de Espanha e à Rainha-mãe.
05.01.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo dá conta de ter saído de Madrid no dia 17 de Novembro de 1760. Passagem por Cartagena antes de desembarca finalmente em Nápoles, no dia 25 de Dezembro. Dia 27 de Dezembro pede por carta uma audiência com o Marquês de Tanucci. Dia 31 de Dezembro tem audiência com S.M. Siciliana, D. Fernando.
02.06.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo diz ter recebido correio dos reis de Portugal para os cardeais de Itália. Majestade Siciliana vem de Caserta para Nápoles.

28.07.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana bem-disposta. Gazeta da corte de Nápoles anuncia, ao publico, o desterro de jesuítas bascos, dos Estados do rei de Sardenha, e na Itália dos Estados que pertencem à casa de Áustria.
04.08.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. A gazeta de Nápoles volta a proferir acerca do desterro dos jesuítas. Sua M. Siciliana proíbe a leitura do livro "La Verità difesa." Marquês de Tanucci promete a Sá e Melo uma cópia das ultimas ordens de desterro dos jesuítas. Indícios de que França também se começa a virar contra os jesuítas.
18.08.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo remete para Portugal o escrito que fez o livreiro, Nicolò Pagliarini, em defesa própria.
01.09.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Fala da possibilidade de expulsão dos Jesuítas de França.
15.09.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Notícias de Portugal contam do sucesso do parto da princesa do Brasil. S.M Siciliana recebe em Portici Sá e Melo, que lhe leva a notícia do parto da princesa portuguesa. O Marquês de Tanucci comunica a Sá e Melo que havia lido uma carta que o Papa tinha enviado aos bispos portugueses.
28.09.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Ofício com cópia de uma carta do Papa Clemente XVI para D. José I.
11.10.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Inquisidores de Estado de Veneza são pesos.
27.10.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Chega notícia por Espanha do suplício do Padre jesuíta Malagrida. Duvidas à reacção, que este caso teve em Roma.
03.11.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Passam por Nápoles duas embarcações em direcção a Malta.

	Cessam as perturbações domésticas em Veneza com a nomeação de novos inquisidores, que se mostram pouco afectos aos jesuítas.
11.11.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. S. M. Siciliana volta a Nápoles, vindo de Portici, para um Beija-mão comemorativo do dia do nome de S.M Católica. Não são admitidos, no beija -mão, religiosos alguns que não fossem os pregadores do Paço e dois Priores. Sá e Melo revela a importância que teria traduzir para italiano a sentença que havia recebido do suplício de Malagrida.
17.11.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Ministros estrangeiros vão a Portici para assistir ao jantar do rei.
24.11.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Celebração do nome de S. M. a Rainha Católica. Rumores de que se espalhou a peste em Messina e Calábria.
01.12.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Envia-se neste ofício a lista de empregos conferidos por S. Santidade o Papa.
08.12.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Meia gala no Paço pelo aniversário do terceiro infante de Espanha. Sá e Melo é impedido de ir assistir ao jantar do rei por motivos de saúde.
15.12.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana encontra-se melhor da moléstia de que padeceu durante alguns dias. Notícias de Roma dão conta de uma provável mudança de Ministério naquela corte. Fala da ruptura de relações entre Portugal e Roma. Algumas cartas escritas por portugueses que estão em Roma dão conta que naquela cidade se começava já a falara livremente contra os jesuítas.
29.12.1761	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sua Majestade Siciliana janta em público. Ministros Estrangeiros são convidados à corte para verem o presépio de S. Majestade.

<p>05.01.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Fala dos presentes que se costumam fazer na cidade de Nápoles para oferecer ao rei, no Natal e no mês de Maio. Notícia da declaração de Guerra entre as cortes de Madrid e de Londres. Dúvidas de Sá e Melo em relação à posição de Portugal perante estes acontecimentos, que opõem Espanha e Inglaterra.</p>
<p>19.01.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Suspeita de que os Jesuítas tiveram influência nas discórdias entre ingleses e espanhóis. Tanucci diz a Sá e Melo que é certa a neutralidade de Nápoles em relação a este confronto.</p>
<p>26.01.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Precaução em Nápoles em relação à posição a adoptar no que respeita aos desentendimentos entre espanhóis e ingleses. Majestade Siciliana em Portici.</p>
<p>02.02.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade siciliana janta em público. Ministro inglês em Nápoles avisa Sá e Melo sobre o possível ataque de Espanha a Portugal e o pedido de auxílio militar aos ingleses.</p>
<p>09.02.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo fala de um ofício e de uma carta que lhe chegaram, da parte do Conde de Oeiras, e das respostas que o mesmo Conde espera receber do Marquês de Tanucci acerca do que consta em tal correspondência.</p>
<p>16.02.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo remete para Portugal resposta acerca de duas dependências de que tratavam os seus despachos para o Conde de Oeiras.</p>
<p>23.02.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Reformas militares em Nápoles.</p>
<p>02.03.1762</p>	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Rumores de que por ocasião da guerra entre a Espanha e a Inglaterra já se haviam tomado duas embarcações napolitanas.</p>

	S.M. Siciliana muda a sua residência para Caserta até ao mês de Maio.
08.03.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana em Caserta. Sá e Melo foi assistir ao jantar do rei no passado domingo.
15.03.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. S.M. Siciliana doente na noite de 8 para 9 de Março mas no dia 14 já jantou em público completamente restabelecido.
29.03.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana mostra, aos ministros estrangeiros, gaiolas com aves enviadas pelo rei de Espanha. Forte trovoada em Nápoles.
06.04.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana vem passar a semana santa a Nápoles.
20.04.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Fala sobre a invasão dos espanhóis a Portugal. Dúvidas sobre a cedência ou não, de Portugal às exigências postas pelo Rei de Espanha.
20.04.1762	Carta de Aires de Sá e Melo para o Conde de Oeiras. Sá e Melo vai a Caserta fazer a corte ao Rei e mais tarde janta em casa de Tanucci. Dúvida de Tanucci em relação à posição de Nápoles na Guerra Fantástica. Tanucci afirma que se tivesse possibilidade de estar pessoalmente com o Conde de Oeiras o tentaria persuadir a apoiar o lado espanhol na disputa contra os ingleses.
26.04.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Confirma-se a entrada das tropas espanholas em Portugal.
25.05.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Marquês de Tanucci, pergunta a Sá e Melo qual a melhor forma de envio de correspondência para D. Luís da Cunha. Sá e Melo diz que a solução para enviar correio para Portugal é pela via de Londres. Majestade Siciliana em Caserta.

	<p>Chegam a Nápoles vindos de Malta quatro cavalheiros portugueses, que se querem pôr ao dispor do rei de Portugal na presente Guerra.</p>
01.06.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Volta de S.M. Siciliana à corte de Nápoles com pequena moléstia.</p>
08.06.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Partem de Nápoles quatro cavaleiros de Malta portugueses. Chega a Nápoles alguns exemplares do que se chamou “Manifesto de Espanha.”</p>
15.06.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Fala na detenção do Embaixador de Madrid nos confins de Portugal.</p>
29.06.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Volta a Nápoles o Embaixador francês. Majestade Siciliana recebe pelo correio duas espingardas como presente do seu pai. Chegam a Nápoles duas embarcações que tinham ido levar tropas à Sicília. Chegam a Nápoles duas embarcações que tinham ido levar tropas à Sicília.</p>
06.07.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Nomeação de um enviado da corte de Nápoles à da Holanda. Notícias de França falam de negociações entre as cortes de Paris e de Londres.</p>
27.07.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Vem a Nápoles um núncio do Papa. Meia Gala pelo aniversário do infante de Espanha D. Luís e opera no teatro real de S. Carlos.</p>
03.08.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Rumores de que S. Santidade mandará dois Breves a França em favor dos jesuítas. Negociações entre a França e a Inglaterra por uma paz particular entre as duas cortes.</p>
10.08.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo soube que os que tomam o partido dos castelhanos, em Nápoles, censuram a corte portuguesa, por esta faltar ao que se ajustou no tratado de Utrech com a França.</p>
24.08.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Tanucci avisa ministros estrangeiros, que o rei tomará sete dias de luto pelo príncipe</p>

	<p>Carlos de Broudebourgo. Residente de Veneza em Nápoles tem desentendimento com um guarda de Portão.</p>
31.08.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana continua bem-disposta em Portici.</p>
07.09.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana recebe notícia do nascimento do príncipe de Gales</p>
14.09.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Papa convocara um consultório para anunciar as declarações do Parlamento de Paris contra os Jesuítas.</p>
21.09.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Regência de Nápoles manda prender o príncipe de S. Severo. Majestade Siciliana em Portici.</p>
28.09.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Parte de Nápoles o cunhado do Marquês de Tanucci. Religião de Malta tira da Sicília certa quantidade de Trigo.</p>
12.10.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Carta do rei de Espanha para o seu filho, Rei das Duas Sicílias, sobre a inovação das casas eclesiásticas.</p>
19.10.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Chegam a Nápoles as Duas Galés que estavam em Palermo. Sá e Melo remete para Portugal a relação do terramoto de 5 de Outubro em Aquila e noutros lugares das Duas Sicílias.</p>
09.11.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Ministro inglês em Nápoles diz suspeitar, que o Rei de Espanhol deseja clamar tropas do reino de Nápoles para Espanha.</p>
30.11.1762	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana vem para Nápoles juntamente com todos os Ministros do Conselho de Regência.</p>

07.12.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Governo ordena quarentena de 14 dias de todos os que venham da Sicília. Majestade Siciliana faz Presépio para o Natal.
14.12.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Ministro de Inglaterra em Nápoles foi, por ordem da sua corte, dar parte ao Marquês de Tanucci de estarem ratificados os preliminares de paz.
21.12.1762	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Desembarcam no porto de Nápoles parte do regimento de cavalaria vindo da Sicília depois de 14 dias de quarentena. Majestade Siciliana em Portici
28.12.1762	Incerteza de Sá e Melo sobre o modo como deveria agir perante os outros Ministros, espanhol e francês, por não ter notícias concretas e actuais sobre a ratificação da paz.
Caixa 779	
04.01.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo faz vista ao Ministro espanhol em Nápoles e recebe a visita do Ministro francês. Tanucci fala a Sá e Melo sobre uma embarcação napolitana sequestrada num porto português por uma Nau inglesa.
18.01.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Grande gala pelo aniversário de S. M. Siciliana.
25.01.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Grande gala e opera no Teatro de S. Carlos para comemorar o aniversário do Rei de Espanha. Corte de Nápoles faz luto de três semanas pela morte de uma arquiduquesa austríaca. Ministério do Papa manda algumas instruções secretas à corte de Madrid com alguns breves e cartas sobre Portugal.
25.01.1763	Carta de Aires de Sá e Melo para o Conde de Oeiras. Carta sobre assuntos relativos aos jesuítas.

01.02.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>Cardeal Torrigliani obtém do Papa a protectoria da Ordem Franciscana.</p> <p>Ministros de França e Espanha em Roma avisam as respectivas cortes sobre o sucesso de Torrigliani.</p>
15.02.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>Inquisidores de Estado venezianos avisam da publicação naquele Estado de escritos favoráveis aos jesuítas e contra a corte portuguesa..</p> <p>Inquisidores mandam queimar todas as réplicas do escrito.</p>
01.03.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestade Siciliana padece de pequena febre.</p> <p>O Rei e o Conselho de Regência partem para Caserta.</p>
08.03.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>S. M. Siciliana em Caserta.</p> <p>Notícia de que os tratados de paz entre o Rei da Prússia com a Imperatriz Rainha, e com o Rei da Polónia foram assinados em Hubertsburgo.</p>
15.03.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>Corte em Caserta.</p> <p>Corte toma luto de 12 dias pelo cardeal Baviera.</p>
22.03.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chegam ao porto de Nápoles embarcações com a bandeira Córsega.</p> <p>Governo ordena a saída destas embarcações.</p>
29.03.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>Corte vem passar semana santa a Nápoles.</p> <p>Cardeal Gorrignani pretende ficar com a protectoria dos franciscanos.</p>
05.04.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>S.M. Siciliana e toda a corte voltam para Caserta.</p> <p>Marquês de Tanucci recebe uma sentença enviada pelos franceses contra a publicação de uma obra jesuítica.</p>
12.04.1763	<p>Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ministro inglês em Nápoles, Mr.Gray, parte daquela corte para Marselha.</p>

	Rei celebra semana Santa na cidade de Nápoles.
19.04.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Morte de um membro do Conselho de Regência e conseqüentemente a nomeação do seu sucessor.
26.04.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Condenação em Roma de uma carta pastoral a respeito da doutrina dos jesuítas.
03.05.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Pequena Gala no Palácio de Caserta, pelo nome do príncipe Filipe.
10.05.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Rei vem jantar a Nápoles. Rei vai venerar o milagroso sangue de S. Genaro. Morte da princesa de S. Nicandro. Governo proíbe a entrada de embarcações corsas no porto de Nápoles.
17.05.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. M. Siciliana em Caserta. Chegam cartas de Roma para Pagliarini.
24.05.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Embaixador francês em Nápoles envia um expresso a Roma. Chuvas frequentes no reino podem prejudicar as colheitas. Desentendimentos entre Roma e Veneza.
31.05.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Rei e Conselheiros de Estado e Regência retiram-se de Caserta. Grande Gala em Nápoles.
07.06.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Rei acompanha grande parte da procissão do Corpo de Deus e depois janta em Publico. Veneza quer evitar desentendimentos com a Santa Sé.
14.06.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Ofício que fala sobre o envio das credenciais do Conde Pignatelli, Ministro de Nápoles

	em Lisboa.
21.06.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Perdão de S.M. Católica, para todas as pessoas que estavam desterradas por causa da prática de jogos proibidos.
28.06.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Viram-se em Roma, sobre a porta da Igreja Nacional de S. António, as armas Reais juntamente com as do Papa.
05.07.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Saída pela primeira vez ao mar de S. Majestade Siciliana
12.07.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. República de Veneza faz sair dos seus Estados um jesuíta.
19.07.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Duque de Poli, sobrinho do Papa Inocêncio XIII fez levantar sobre a porta do seu palácio em Roma as armas Reais Portuguesas.
26.07.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo diz ter recebido a notícia sobre a sua nomeação para embaixador na corte de Madrid. Sá e Melo informa Marquês de Tanucci sobre a sua saída da sua Legação em Nápoles indicando que o seu sucessor será José de Sá Pereira.
02.08.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Rei de Espanha escreve ao Rei de Nápoles sobre o casamento da segunda infanta, irmã do rei napolitano, com o Arquiduque Pedro Leopoldo.
09.08.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Frac colheita de trigo, do corrente ano, nas províncias do reino.
10.08.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Plenipotenciário recebe cartas de cardeais italianos destinados aos soberanos portugueses.

16.08.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Tanucci pretende que se façam regulamentos mais exactos para melhor controlo das embarcações que chegam ao porto de Nápoles. Conversa entre Tanucci e o embaixador francês sobre embarcações napolitanas no porto de Marselha.
23.08.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Embarcações francesas no porto de Nápoles.
30.08.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Plenipotenciário remete para Lisboa uma ordem que o governo de Nápoles aplicou sobre a quarentena que devem fazer algumas embarcações que cheguem a Nápoles.
06.09.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Aumento do preço do trigo e do Azeite em Roma.
13.09.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Escassez de Trigo e Cevada tanto em Roma como em Nápoles obrigam a um aumento do preço destes bens.
20.09.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. M. Siciliana em Portici onde se diverte com a caça.
27.09.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Continuação da residência do rei em Portici. Corte Imperial avisa o seu Ministro em Nápoles sobre a escolha do seu sucessor.
04.10.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Tanucci é informado sobre os ajustes do matrimónio entre a infanta de Espanha e o Arquiduque austríaco.
08.10.1763	Carta de Aires de Sá e Melo para o Conde de Oeiras. Carta sobre assuntos relativos aos jesuítas.
11.10.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Chegada de um Ministro de Argel a Veneza para se acordar a paz entre uma corte e outra. Rei espanhol mandara avisar o ministro de Veneza em Madrid de que se este acordo

	se realizasse, Espanha suspendia as suas relações comerciais com Veneza.
18.10.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Ministro de Veneza em Nápoles comunica Sá e Melo sobre a instrução que o Senado do seu Estado enviara para Madrid como explicação da paz com Argel.
25.10.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Notícia do feliz parto da princesa portuguesa. Notícia da morte do Rei da Polónia.
01.11.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Aires de Sá pede uma autorização a Tanucci para ser Conduzido a Espanha por numa embarcação napolitana. Aires de Sá envia para Lisboa cópia dessa autorização traduzida para português.
08.11.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Sá e Melo espera ordem do governo de Nápoles para se dirigir para a embarcação que o levará a Génova no seu caminho para Madrid.
15.11.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Autorização de S.M. Siciliana assinada pelo Marquês de Tanucci para o embarque de Sá e Melo. Audiência de despedida de Ayres de Sá e Melo com S.M. Siciliana.
22.11.1763	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. Aires de Sá dá conta dos presentes que recebeu de S.M. Siciliana, na audiência da sua despedida aquela corte.
02.01.1764	Ofício de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha. (Remetido de Génova) Sá e Melo fala da data em que embarcou no porto de Nápoles da data da sua chegada a Génova.
30.11.1764	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid) José de Sá Pereira informa que saiu de Lisboa no dia 14 de Novembro chegando a Madrid no dia 29. Em Madrid aguarda autorização para fazer corte a S.M. Católicas.

14.12.1764	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid)</p> <p>Sá Pereira tem a 4 de Dezembro pela primeira vez oportunidade de assistir ao jantar de S.M. Católica.</p> <p>A 23 de Dezembro é apresentado aos príncipes reais.</p>
21.12.1764	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid)</p> <p>José de Sá Pereira é apresentado à restante família real.</p> <p>Jantar com todo o corpo diplomático em casa do embaixador inglês.</p> <p>Embaixador inglês oferece Nau de Guerra inglesa, que vai para Nápoles, como transporte a Sá Pereira.</p> <p>Sá Pereira fala da sua estadia em Londres.</p>
25.12.1764	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid)</p> <p>José de Sá Pereira pede autorização do Rei português para o seu embarque para Nápoles na Nau de Guerra inglesa.</p>
04.01.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid)</p> <p>Ministro Plenipotenciário continua em Madrid à espera da autorização real para partir na Nau inglesa que o levará até Nápoles.</p>
10.01.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid)</p> <p>Sá Pereira recebe a carta que lhe traz a autorização para partir na Nau inglesa para Nápoles.</p>
01.03.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Madrid)</p> <p>A 22 de Fevereiro, Sá Pereira despede-se da família real espanhola.</p> <p>Previsão da partida de Madrid para 3 de Março e embarque em Cartagena dia 15 de Março.</p>
16.03.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Cartagena)</p> <p>Chegada a Cartagena a 12 de Março.</p> <p>Descrição das Naus que se encontram no porto de Cartagena.</p>
02.04.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. (Remetido de Nápoles)</p> <p>Fala da viagem na Nau inglesa chamada Velasco.</p> <p>Dia 31 de Março a Nau chega ao Porto de Nápoles.</p> <p>Sá Pereira manda participar a sua chegada ao Marquês de Tanucci.</p>

	Notícias de Roma dizem que S. Santidade teve no dia 27 de Março uma congregação particular sobre a Bulla Vnigenitus.
09.04.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Marquês de Tanucci não pode receber Sá Pereira na data prevista. Tanucci manda que se entregue ao seu pajem a credencial do embaixador português. A 7 de Abril, Sá Pereira, apresenta-se a S.M Siciliana. Referencia a uma carta de Bolonha, sobre um desentendimento entre jesuítas portugueses e italianos.
16.04.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira dá conta de ter ido, com os restantes Ministros estrangeiros, ver jantar S. Majestade em Caserta. Jantar de Ministros em casa de Tanucci a 14 de Abril. Embaixador de França queixa-se ao Papa sobre Breves.
23.04.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Notícia da morte da mulher do príncipe de Campo Real membro da regência da corte de Nápoles. Duas embarcações Napolitanas capturadas por Tunisinos e argelinos.
30.04.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Morte de um Cardeal francês.
07.05.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Pequeno confronto entre embarcações napolitanas e venezianas no Golfo de Veneza. Rei de Espanha aprova o plano de reforma da tropa se S. M. Siciliana.
14.05.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. S. M. Siciliana vem para Nápoles. Com cartas de Roma chegam também cópias da nova Bulla. Fala dos jesuítas expulsos de terras francesas, que se retiraram para algumas províncias de Itália.
21.05.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Papa com febre.

28.05.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Melhoria do estado de saúde do papa. Geral dos jesuítas doente. Carta particular de Parma refere, que daquela cidade partira para Lisboa um Jesuíta português vestido de secular.</p>
04.06.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Fala dos descontentamentos do povo de Roma. Fala sobre as relações cortadas entre Portugal e a Santa Sé.</p>
11.06.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Fala da entrega de um criminoso napolitano, apanhado em Marselha, que foi entregue aos napolitanos por observância ao Pacto de Família.</p>
18.06.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Príncipe Aliano nomeado embaixador de Nápoles em Parma. Secretaria de Guerra manda tirar das suas caixas 12 milhões de ducados. Negócios entre Conde de Kaunitz e Tanucci.</p>
25.06.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Morte do Senador de Roma. Papa nomeia para o cargo de Senador um dos seus sobrinhos.</p>
02.07.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>S.M. Siciliana assiste pela primeira vez ao Conselho da Regência.</p>
09.06.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>S.M. Siciliana continua a assistir ao Conselho de Regência.</p>
16.07.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ofícios entre o Marquês de Tanucci e o Conde de Kaunitz. Papa beneficia sobrinho com cargo de Senador de Roma.</p>
23.07.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícia de que uma fragata napolitana visitou uma embarcação veneziana no Adriático e se amparara dela. A Republica de Veneza manda ao seu residente em Nápoles ordens para se queixar e pedir satisfações a esta corte por aquele procedimento.</p>

	Corte de Nápoles previne-se para não haver falta de trigo no presente ano.
30.07.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Notícia da morte de D. Filipe Duque de Parma. Marquês de Tanucci responde ao residente de Veneza.
06.08.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Fala sobre o aparecimento, em Roma, de um jesuíta português disfarçado de secular.
13.08.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Vice Rei da Sicília pede ao governo de Nápoles o envio de algumas embarcações para uma melhor protecção daquela ilha. S. Majestade Siciliana principiou os banhos de água fresca.
20.08.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Saída de uma embarcação Napolitana com destino incógnito. Espera-se a chegada ao porto de Nápoles de um navio contrabandista francês carregado de trigo da Sicília. Junta neste ofício uma cópia da Pragmática proibitiva do dicionário Filosófico de Voltaire.
21.08.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Papa adoece mas consegue restabelecer-se em pouco tempo. O cardeal, sobrinho do Papa, pede a S. Santidade a nomeação de alguns cardeais. Rumores sobre o corte de relações entre Paris e Roma. Jesuítas de Roma distribuem cartas que desacreditam o rei francês e caracterizam como injustos os seus tribunais.
03.09.1765	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Notícia da morte do imperador Inspruk. Papa restabelece-se bem. Papa esperava uma congregação de alguns cardeais em matéria respeitante à corte de Portugal. Espalham-se em Roma muitas cópias da Bulla Apostolieum feitas pela corte portuguesa. Geral aplauso da corte de Nápoles a estas Bullas.

10.09.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícia de Madrid sobre a morte da Rainha-mãe.</p> <p>S.M. Siciliana deixa de sair durante três dias devido a incómodo num pé.</p> <p>Sá Pereira envia para Lisboa uma cópia de um ofício do Conde de Kaunitz para o Marquês de Tanucci.</p>
17.09.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Fala da imunidade diplomática em Nápoles.</p> <p>Jesuíta português, em Roma, faz crítica às grandes figuras da corte portuguesa.</p> <p>Papa proíbe a publicação de um papel escrito em defesa dos jesuítas portugueses.</p> <p>Papa sofre de falta de ar.</p>
24.09.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa e o cardeal seu sobrinho vão para Castel Gandolfo na Campanha.</p> <p>Majestade Siciliana em Portici.</p>
01.10.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Grãs duques da Toscana vão para Florença.</p> <p>Um Frade jesuíta fugido de Coimbra para Roma escreve também um papel em defesa da ordem.</p> <p>Sá Pereira envia uma cópia da Deliberação do Senado de Veneza sobre a decadência das imprensas naquele Estado.</p>
08.10.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega a Nápoles o príncipe de Gravina.</p> <p>Intimou-se a um padre jesuíta uma ordem de desterro de todos os domínios da Republica de Veneza.</p>
15.10.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Conselho de Regência não se decide sobre a livre extracção do Trigo.</p> <p>S.M. Siciliana mostra em público o resultado das suas lições de manejo.</p>
22.10.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Governo de Nápoles pede empréstimos a bancos destinados a aplacar no negócio do trigo.</p> <p>Sá Pereira envia cópia de um ofício feito por Tanucci para o Conde de Kaunitz.</p>
29.10.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p>

	<p>Nova nau napolitana sai para o mar a fazer a sua primeira prova.</p> <p>Extermínio de um jesuíta em Veneza.</p> <p>Objectivos de se fazer um tratado de comércio entre a corte de Nápoles e a corte dinamarquesa.</p>
05.11.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestade Siciliana retira-se para Nápoles.</p> <p>Leu-se em Roma as teses Teológicas feitas pelo Padre Pereira.</p> <p>Espera-se em Nápoles cópias dessas teses.</p>
12.11.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa apresenta melhoria de uma indisposição.</p> <p>Previsão de uma Promoção geral de cardeais para breve.</p>
19.11.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa nomeia padre para uma igreja de Génova.</p> <p>Papa doente.</p> <p>Sá Pereira vai para Portici.</p>
26.11.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Volta ao porto de Nápoles uma Fragata que havia saído para fazer a primeira prova.</p> <p>Papa está melhor de saúde.</p> <p>Sá Pereira envia junto com este ofício as cartas para suas Majestades portuguesas.</p>
03.12.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Governador de Portici volta a Nápoles.</p> <p>Rei francês escreve ao Papa.</p> <p>Majestade Siciliana torna a Nápoles.</p>
19.12.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa passa mal com uma aflição no peito.</p> <p>Inquisidores de Veneza avisados da chegada de um grupo de jesuítas àquela República</p> <p>Inquisidores de Veneza mandam que as embarcações com os jesuítas retrocedam dos domínios daquela República.</p>
17.12.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa faz um protesto verbal contra os tratados feitos pelas cortes de Viena, França, Espanha e Turim a respeito da sucessão de Parma.</p>

24.12.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa experimenta grande incómodo na sua saúde.</p> <p>Sá Pereira envia, neste ofício, uma cópia da carta de participação do Grão Duque de Toscana ao Papa.</p> <p>S.M. Siciliana partirá para Persano.</p>
31.12.1765	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>M. Siciliana caça em Persano.</p> <p>Não há novidades sobre a saúde do Papa.</p> <p>Sá Pereira remete via mar as cartas de Boas Festas para as S. Majestades portuguesas por parte do Cardeal Serzalli.</p>
07.01.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira confirma a recepção de um ofício de D. Luís da Cunha, que informa da melhoria da saúde do Conde de Oeiras.</p> <p>Morre em Roma Jacob Stuard filho de Jacob II de Inglaterra.</p> <p>Embarcação Napolitana pirateada por barbarescos em Corfú.</p> <p>Majestade Siciliana em Persano.</p> <p>Sá Pereira envia lista da despesa da sua secretaria.</p>
14.01.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Festejos do aniversário de S. M. Siciliana.</p> <p>Irmão da Marquesa de Tanucci passa do seu ministério, junto dos Estados Gerais de Aia para Copenhaga com as mesmas funções.</p>
21.01.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Pragas de Bexigas em Nápoles levam rei até Portici.</p> <p>Recepção a sua Majestade sem beija-mão por receio de existir entre os presentes, alguém contagiado.</p> <p>Sá Pereira envia, neste ofício, uma cópia do discurso do Papa sobre a sucessão de Parma.</p> <p>Papa ordena ao Geral dos Jesuítas mais cautela nas críticas que faz.</p>
28.01.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Demissão do Duque Corsini do cargo de Capitão da Guarda do Papa.</p> <p>Ministro inglês em Florença faz ameaças de Guerra àquele Grã Ducado.</p> <p>Príncipe Stuard chega a Roma.</p>

04.02.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa decide não reconhecer o príncipe de Gales, como Rei de Inglaterra.</p> <p>Governo de Nápoles permite a extracção de azeite, do reino, que tinha sido suspensa pela má colheita anterior.</p>
11.02.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ordem para serem revistados todos os Navios franceses que entrassem no porto de Nápoles.</p> <p>Governo de Roma não fica nada satisfeito com o estabelecimento da residência do pretendido príncipe de Gales naquele Estado.</p> <p>Papa padece com alguma moléstia.</p>
18.02.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Continuação da questão da revista aos navios Franceses nos portos de Nápoles.</p> <p>Majestade Siciliana em Portici até à semana santa.</p>
25.02.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Tanucci demonstra a Sá Pereira o seu contentamento pelo restabelecimento da saúde do Conde de Oeiras.</p> <p>Eleições das cortes europeias para os núncios de Roma.</p> <p>Desentendimento entre a Republica de Veneza e Tripoli.</p> <p>Sá Pereira envia neste ofício um Edito publicado em Mântua.</p>
04.03.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícias de Roma sobre a eleição dos Núncios.</p> <p>Corte em Portici.</p>
11.03.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Vem a Portici o Marquês Capponi, da câmara do Grã Duque de Toscana, para receber de S.M. Siciliana a carta de tomada de posse daquele Estado.</p>
18.03.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Veneza rejeita Bulla expedida por Roma a um dos seus Bispos.</p> <p>Em Roma queimam-se umas anotações estampadas em Veneza contra a Constituição Apostolicum.</p> <p>A Imperatriz Maria Teresa revoga o édito publicado em Mântua.</p>
25.03.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p>

	<p>Corte vem a Nápoles para passar a semana santa.</p> <p>Negociantes em Trieste oferecem, ao governo de Nápoles, trezentos mil Ducados anuais pelo jogo das sortes.</p>
01.04.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>M. Siciliana retira-se de Nápoles para a Vila de Portici.</p> <p>Novo édito publicado em Mântua.</p>
08.04.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Motim popular na província de Salerno.</p> <p>Presidente faz apelo ao governo de Nápoles para que mande homens que o ajudem a impor a ordem.</p> <p>Sá Pereira sobe até ao cume de um monte para ver a erupção do Vesúvio.</p>
15.04.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Vulcão do Vesúvio rebenta com grande força.</p> <p>Os Reitores dos dois colégios jesuítas, inglês e escocês, em Roma foram privados dos seus empregos e desterrados.</p>
22.04.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Geral dos jesuítas sofre grave repreensão do Papa.</p> <p>Papa fazl Buffalini secretário de Estado.</p>
29.04.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Tumulto em Salerno cessa.</p> <p>Duque de Parma insiste em renovar Breve de Paulo III contra a vontade de Roma.</p> <p>Erupção do Vesúvio continua a prejudicar a terra.</p>
06.05.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Roma acomoda-se com a resolução do Imperador sobre benefícios da igreja.</p> <p>Papa intercede a favor do bispo de Penna.</p>
13.05.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chegada a Nápoles do Marquês de Squillace.</p> <p>Rei dá pensão vitalícia a Squillace.</p> <p>Fala sobre um possível tratado de comércio entre França e Nápoles.</p> <p>Duas Galeras de Malta atacadas.</p> <p>Rei da Polónia ofendido por Roma lhe ter negado a lista relativa aos Núncios.</p>

20.05.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Publicação, em Veneza, de um édito sobre os bens imóveis dos eclesiásticos adquiridos depois de 1603.</p> <p>Notícia de Roma diz que não haverá promoção antes do Outono.</p>
27.05.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Beatificação de Simão de Roxas em Roma.</p> <p>Papa passa mal durante a cerimónia de beatificação.</p> <p>Capitão e Marinheiros de um navio veneziano presos em Nápoles por suspeita de contrabando de tabaco.</p>
03.06.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Marquês de Tanucci toma decisões, em relação, ao capitão e marinheiros venezianos presos em Nápoles.</p> <p>Parlamento da Sicília é ordenado a conceder a S.M. Siciliana 100000 ducados de subsidio.</p> <p>Fragata napolitana vai a Palermo.</p>
10.06.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Demora na libertação dos presos venezianos.</p> <p>Fuga de uma fragata francesa presa, no porto de Nápoles, por contrabando.</p> <p>Tanucci pede explicações sobre esta fuga ao embaixador francês.</p> <p>Morte em Roma de um grande patriarcal dos jesuítas.</p>
17.06.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Fala sobre o ofício do embaixador de França a Tanucci acerca da restituição da embarcação.</p> <p>Sete Jesuítas da Sardenha são desterrados.</p>
24.06.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Tomada de posse do novo Senador de Roma.</p> <p>Sátira contra o governo de Roma.</p>
01.07.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Fala sobre um Frei espanhol preso na cadeia de Nunciatura.</p> <p>Núncio chega a Nápoles.</p> <p>Governo de Roma continua inquieto em relação às sátiras contra si.</p>

08.07.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Núncio tem audiência formal e janta em casa de Tanucci. Núncio convida Sá Pereira para ir jantar a sua casa. Sá Pereira recusa convite do Núncio. Veneza manda duas Esquadras para pedir, em Tripoli, satisfação de alguns insultos à sua bandeira.</p>
15.07.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Tanucci fala da possibilidade de uma ordem geral, para todas as nações, para se revistarem embarcações que cheguem a Nápoles tal como havia feito aos franceses. Majestade britânica fez declarar que é contra tal resolução.</p>
22.07.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Nomeações de cardeais em Roma. Ministro da Toscana pede ao Papa um limite do poder jesuítico em todas as igrejas.</p>
29.07.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Morte da Rainha-mãe de Espanha. Luto decretado. Corte de Roma disposta a condescender sobre a restrição da imunidade eclesiástica na Toscana. Sá Pereira envia lista das despesas da sua secretaria.</p>
05.08.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. M. Siciliana acaba a novena de reclusão por morte da Rainha-mãe. Rei espanhol escreve, ao cardeal York, sobre a morte da Rainha-mãe. Sá Pereira envia cópia da lista das despesas da secretaria.</p>
12.08.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana sofre fluxão nas gengivas. Governo de Nápoles manda vir de Inglaterra mais trigo devido a fraca colheita. Fraca colheita de Trigo em Roma. Nápoles manda, para Roma, algum trigo para prevenir a fome. Governo de Roma diminui o peso de cada pão provocando revolta no povo.</p>
19.08.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Possível suspensão do trigo que se ia mandar vir de Inglaterra.</p>

	<p>Miséria no Estado Eclesiástico. Revoluções populares em Roma. Sá Pereira envia para Lisboa dois jumentos e duas jumentas por conta do rei português.</p>
26.08.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Ordem de Lisboa para Sá Pereira tomar luto pela Rainha Católica. Papa manda suspender a abertura dos teatros para o Carnaval. Descobre-se em Nápoles bastante trigo. Penúria também em Malta.</p>
02.09.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Corte de Lisboa manda participar em Nápoles a morte do Infante D. Manuel. Sá Pereira pede, a Tanucci, para entregar esta notícia pessoalmente a S. M. Siciliana. Marquês de La Sambuca vem a Nápoles. S.M, Católica manda para Nápoles e para Roma dinheiro destinado a regular as despesas destes reinos.</p>
09.09.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Marquês de Tanucci e Majestade Siciliana concedem audiência ao Ministro Plenipotenciário português. Corte viaja até Procida. Renovação do Tratado de paz entre Veneza e Tripoli.</p>
16.09.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Partida da corte para Procida.</p>
23.09.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Ofício de Lisboa revela os motivos pelos quais o rei português não participou ao Papa a morte do infante D. Manuel. M. Siciliana vem para Nápoles. Sá Pereira janta em casa de Tanucci. Instrução do Rei de Espanha para que S.M. Siciliana assista aos conselhos de Regência relativos a matérias eclesiásticas e de fazenda. Novas promoções eclesiásticas em Roma.</p>
30.09.1766	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Aparecimento, em Nápoles, da lista de promoções de cardeais de Roma. Decreto de 10 dias de Luto em Nápoles pela morte do infante português.</p>

07.10.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira envia cópia da Nova nota da lista de promoção dos Núncios.
14.10.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Nunciaturas de Veneza, Polónia e Florença ainda publicamente desprovidas de causa. Chega a Florença novo embaixador da Dinamarca naquele reino.
21.10.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe as respostas sobre a morte de D. Manuel para enviar a Lisboa por parte de Malta e Veneza.
28.10.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. M. Siciliana de boa saúde em Portici. Chegada a Nápoles do Príncipe de Mequelburgo.
04.11.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Príncipe de Mequelburgo recebido na corte. Gala, em Nápoles, por ser dia do nome do rei de Espanha. Sá Pereira envia cópia de memória sobre o novo revisor de livros de Pádua. Chega a Nápoles o príncipe de Brunswic.
11.11.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Papa sofre novos ataques à sua saúde. Geral dos jesuítas apresenta a S. Santidade uma suplica em que pedia que fosse renovada e ampliada uma Bula de Urbano IV.
18.11.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestade manda agradecer ao Grã Duque da Toscana o envio de três embarcações cheias de trigo vindo de Espanha. Apresentação a S. Majestade das credenciais do novo embaixador da Dinamarca. Senado de Veneza passa novo decreto contra os jesuítas. Majestade Siciliana vai todos os dias à caça.
02.12.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Chega a Florença o enviado do Imperador. Sá Pereira envia cartas de Boas festas para os reis portugueses, da parte de várias

	entidades.
09.12.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Chega da Holanda carregamento de Grão para Roma. Chega a Roma convite de um impressor veneziano para se associarem todos os que queiram à reimpressão de “Febronio” em Italiano. Rei de Nápoles com problemas nas gengivas.
16.12.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Papa volta a conceder aos jesuítas as faculdades nas missões do Ultra Mar por um período de 20 anos.
23.12.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Volta-se a falar dos privilégios que continuarão a ter os jesuítas nos Estados do Ultra Mar por ordem do Papa.
30.12.1766	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Consultório do Papa. Majestade Siciliana em Persano.
13.01.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Primeiro acto da independente autoridade régia de S.M. Siciliana. Entra em Roma um abundante provimento de grão. Sá Pereira envia a D. Luís da Cunha cópia das despesas da sua secretaria.
27.01.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana em Caserta. Sá Pereira envia cópias de todos os respectivos ofícios trocados entre o Marquês de Tanucci e o enviado da Dinamarca.
03.02.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Ofício de Lisboa fala do bom caminho da gravidez da princesa portuguesa. Notícia do parto da Grã Duquesa da Toscana.
10.02.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Enviado de Florença entrega a S.M Siciliana a carta participativa do parto da Grã Duquesa da Toscana. Jesuítas traduzem em Roma a “Tentativa Teológica”.

	Majestade Siciliana vem a Nápoles.
17.02.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe notícias de Portugal sobre a boa saúde de toda a família real. Falecimento do Cardeal Veranere em Pádua.
24.02.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. S. M. Siciliana promove alguns homens de câmara. Nação Corsa quer manter a liberdade que os genoveses lhes negam. Marquês de Squillace quer voltar para Espanha.
03.03.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana vai para Bovino. Papa nomeia bispos para todos os bispados que estão vagos. Ministro de Inglaterra em Nápoles recebe novas credenciais de Ministro plenipotenciário.
10.03.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Marquês de Tanucci dá parte, a S. Majestade Siciliana, de que já se podia falar sem mistério nos seus desposórios com a Arquiduquesa Maria Josefa.
17.03.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana em Bovino. Oficiais de duas fragatas do Papa passam por Nápoles. Jesuítas portugueses apresentam um memorial contra o seu Geral. Corte de Paris satisfeita coma conduta do seu embaixador em Roma.
24.03.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Cónsules estrangeiros recebem, da câmara real de S. Clara, aviso vocal para apresentarem, naquele tribunal, as respectivas patentes a fim de se lhes reformar o exequatur.
31.03.1767	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Enviado de Inglaterra recebe ordem, do seu reino, para se queixar da ordem dada aos cónsules estrangeiros pela Câmara Real de S. Clara. Duque de Gravina parte para Florença.

07.04.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega ofício de Lisboa.</p> <p>Majestade Siciliana vai de Bovino para Caserta.</p> <p>Sá Pereira janta na casa de Tanucci em Caserta.</p>
14.04.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega ofício de Lisboa.</p> <p>Fala da irregularidade do câmbio entre a moeda portuguesa e a napolitana.</p> <p>Geral dos Jesuítas condescende à súplica feita por alguns dos expulsos de Portugal.</p>
21.04.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira remete, para Lisboa, uma cópia da Memória que fez o Ministro britânico para Tanucci, acerca dos cônsules.</p> <p>Expulsão dos jesuítas de todos os domínios de S.M. Católica.</p> <p>Rei espanhol envia ao Papa uma carta explicativa com os motivos que levaram à expulsão dos jesuítas dos seus Estados.</p> <p>Majestade Siciliana em Portici.</p>
28.04.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira consegue uma cópia da carta do rei de Espanha para o Papa.</p> <p>Em Roma surgem duvidas sobre se devem ou não ser recebidos os jesuítas espanhóis.</p> <p>Credores dos jesuítas de Nápoles receiam perda dos seus respectivos créditos, caso estes, eclesiásticos, venham a ser expulsos.</p> <p>Credores pedem aos jesuítas solução dos seus respectivos capitais.</p> <p>Jesuítas pedem ao governo de Nápoles licença para vender algumas propriedades.</p>
05.05.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Dividas dos jesuítas de Nápoles.</p> <p>Governo de Nápoles manda avisar em Roma que não serão recebidos neste reino jesuítas que não sejam naturais do mesmo.</p>
12.05.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Jesuítas de Nápoles obtêm licença, de Roma, para a venda dos seus bens.</p> <p>O Conde de Kunitz será feito embaixador em Nápoles quando regressar de Viena.</p> <p>Chega a Nápoles o embaixador francês.</p> <p>Obras no palácio real de Nápoles, para a chegada da futura Rainha.</p>

19.05.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Malteses apoderam-se de uma embarcação turca e a corte napolitana vai ser mediadora na resolução desta matéria.</p> <p>Chegam a Roma 14 embarcações com jesuítas espanhóis.</p> <p>Roma resolveu não permitir o desembarque dos jesuítas no seu território.</p> <p>Príncipe Estuardo apresentado ao Papa.</p>
26.05.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega ofício de Lisboa.</p> <p>Disposições militares para impedir a entrada dos jesuítas expulsos de Espanha em Roma.</p> <p>Por ordem de Espanha, os jesuítas expulsos, devem ser dirigidos para Córsega.</p> <p>Chefe do governo jesuítico, em Nápoles, foi chamado pelo Marquês de Tanucci, para uma conferência.</p> <p>Conselho de Estado Napolitano reúne-se para decidir acerca das festas que se farão na chegada da futura rainha.</p>
02.06.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestade Siciliana recebe beija-mão nos novos aposentos da futura rainha.</p> <p>Sá Pereira descreve a riqueza da decoração dos quartos dos reis de Nápoles.</p> <p>Duvida sobre o desembarque ou não dos jesuítas espanhóis na Córsega.</p> <p>Sá Pereira envia, neste ofício, cópia do aviso do Marquês Tanucci sobre as futuras festas.</p>
09.06.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícia do parto bem sucedido da princesa portuguesa.</p> <p>Chegam mais jesuítas espanhóis ao porto de Civitavequia.</p>
16.06.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>S.M. Siciliana vai para Capodimonte.</p> <p>Terramoto em Roma.</p> <p>Geral dos jesuítas tem dúvidas em admitir ao quarto voto os jesuítas portugueses.</p> <p>Jesuítas portugueses pedem que lhes seja restituída a soma do dinheiro que remeteram de Portugal.</p> <p>Genoveses rendem-se na Córsega.</p>
23.06.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chegam mais jesuítas de Espanha ao porto de Civitavecchia.</p>

	<p>Rumores de que o Marquês de Tanucci mandou a S.M. Católica o Plano para a extinção dos jesuítas em Nápoles.</p> <p>Príncipe da Palestina em Roma.</p> <p>Jesuítas Roma vão, secretamente, expedindo consideráveis remessas de dinheiro para Inglaterra e Holanda.</p>
30.06.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Um padre em Roma lamenta-se de não ter mais como sustentar os jesuítas portugueses.</p> <p>Ofício de Lisboa traz uma cópia da primeira carta do rei de Portugal para o Papa acerca da Expulsão dos jesuítas.</p> <p>Sá Pereira envia para Lisboa um transladado da resposta do Papa.</p> <p>Majestade restabeleceu-se de uma inflamação num dos olhos.</p>
04.07.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira envia a resposta de Veneza à carta de participação do nascimento do último infante de Portugal.</p>
07.07.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira deseja a saúde do novo infante português.</p> <p>Invasão de um colégio jesuíta em Mântua.</p> <p>Jesuítas de Ferrara com receio de insultos populares.</p> <p>Rumor de que em Inglaterra o governo mandara confiscar todo o dinheiro que lá tinham os jesuítas.</p> <p>Sá Pereira remete a lista de despesa da secretaria dos últimos 6 meses.</p>
14.07.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Cartas de Roma dizem que desembarcaram na Bastía jesuítas espanhóis.</p>
21.07.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa faz diversas canonizações.</p> <p>Governo de Nápoles manda abolir uma irmandade de escrivães de um tribunal dirigido por jesuítas.</p>
28.07.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Terramoto em Calábria.</p> <p>Sá Pereira envia carta de felicitação, de Malta, pelo nascimento do novo infante português.</p>

04.08.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Jesuítas substituídos pelos dominicanos no ministrar dos sacramentos aos presos de Nápoles.</p> <p>Restituição em Nápoles da religião Dominicana.</p> <p>Governo de Nápoles procura professores para as escolas dirigidas pelos jesuítas.</p> <p>Tanucci manda construir no sítio da Portela uma grande Barraca para receber a futura Rainha.</p>
11.08.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Prevenção contra uma possível peste.</p> <p>Avisa-se o Papa da passagem por Roma da futura rainha das Duas Sicílias.</p>
18.08.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Jesuítas espanhóis vão para Roma disfarçados de seculares.</p> <p>Chega a Bolonha um matemático jesuíta.</p>
25.08.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega a Nápoles uma fragata inglesa chamada Montreal.</p> <p>Rumores de que o Imperador virá acompanhar a futura rainha de Nápoles até Roma.</p> <p>Papa admite quarto voto a quinze dos jesuítas portugueses.</p>
01.09.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Vinda do Imperador a Roma com a sua filha é já posta em dúvida.</p> <p>Marquês de Tanucci dá ordem para que não se permita o ingresso de jesuítas espanhóis nas províncias do reino.</p> <p>Organizam-se espectáculos para a chegada da rainha.</p>
08.09.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>O geral dos jesuítas consegue uma autorização do Papa para vender prata.</p> <p>Cartas de Veneza dizem que corre naquela Republica com grande aceitação a “Tentativa Teológica” do Padre Pereira traduzida em Italiano.</p>
15.09.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chegam a Roma 32 jesuítas expulsos de Portugal.</p> <p>Termina a disputa entre Génova e a Republica romana sobre a nomeação de bispos.</p> <p>Luto pela morte da princesa de Sabóia.</p>
22.09.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p>

	Corte parte da ilha de Procida para Portici.
29.09.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Estampa-se em Nápoles uma obra intitulada “Inquietitudini de Jesuiti.”</p> <p>Sá Pereira envia um exemplar do édito da Imperatriz Rainha, publicado em Milão, sobre as chamadas “Mãos Mortas”.</p> <p>Formação de uma junta, em Nápoles, que objectiva reduzir a ambição dos eclesiásticos.</p> <p>Notícia da morte do Duque de York no Mónaco.</p>
08.10.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Projecto de casamento entre seiscentas moças solteiras, filhas de lavradores, com homens da mesma profissão.</p> <p>Majestade Siciliana manda fazer um fogo de artifício defronte do palácio de Portici.</p>
13.10.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ordens para saírem, de Nápoles, duas fragatas e naus de guerra para irem carregar de grão alguns portos da Sicília.</p> <p>Preparativos para as festas da chegada da futura rainha.</p> <p>Dá-se como certa a vinda do Imperador a Nápoles.</p>
20.10.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícia de que a futura rainha, de Nápoles, se encontra com bexigas.</p> <p>Forte erupção do Vesúvio.</p> <p>Chega a Nápoles o Conde de Kaunitz.</p>
27.10.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Descrição sobre o desenvolvimento erupção do Vesúvio.</p> <p>Preparam-se embarcações para a expulsão de jesuítas.</p> <p>Notícia da morte da Arquiduquesa que seria futura rainha de Nápoles.</p> <p>Luto de 3 meses pela noiva de S.M. Siciliana.</p>
03.11.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Continuação da preparo das embarcações, que se destinam à expulsão dos jesuítas das Duas Sicílias.</p>
10.11.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Jesuítas das Duas Sicílias vendem os seus bens e enviam o dinheiro para Roma.</p>

	<p>Jesuítas portugueses pedem a Roma autorização para poderem receber esmolas mas missas que celebram.</p> <p>Chega a Nápoles um papel manuscrito de um édito sobre a reforma religiosa em França.</p> <p>Ordens para se colocar soldados em todas as casas de jesuítas do reino.</p>
17.11.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Por ordem do governo saíram do porto de Nápoles todas as embarcações destinadas a transportar jesuítas de ambas as Sicílias.</p> <p>Imperador é esperado em Roma onde tentará persuadir o Papa a erradicar a Companhia de Jesus.</p> <p>Suspeitas de que S. Santidade irá ceder a estas súplicas.</p>
24.11.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Jesuítas bloqueados em Nápoles.</p> <p>Jesuítas já embarcados para saírem de ambas as Sicílias.</p> <p>Corte napolitana pretende introduzir os jesuítas no Estado Eclesiástico.</p>
01.12.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Jesuítas de Nápoles partem para Terracina e para Roma.</p> <p>Reino coloca soldados, em todas as suas fronteiras, para impedir o regresso dos jesuítas expulsos.</p> <p>Sá Pereira remete para Lisboa cartas de Boas Festas para os Reis de Portugal.</p>
06.12.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Gala em Persano para celebrar a maioridade de S.M. Siciliana e conseqüentemente a sua tomada de livre administração d reino.</p> <p>Sá Pereira envia lista das despesas, da secretaria, dos seis precedentes meses.</p>
15.12.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>S. M. Siciliana passa a liderar o Conselho de Estado.</p> <p>Criados do ministro da Dinamarca, em Nápoles, presos.</p> <p>Sai despacho sobre as negociações da repartição de graça e justiça.</p> <p>Aparecem em Roma alguns exemplares da “Tentativa Teológica.”</p> <p>Papa nomeia cardeal o seu sobrinho.</p>
22.12.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Papa recebe sugestão para alojar jesuítas que foram portugueses em pequenos</p>

	<p>conventos, de outras religiões.</p> <p>Papa resolve dividir os jesuítas expulsos pelos bispados.</p>
29.12.1767	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Incerteza sobre a distribuição dos jesuítas expulsos das Duas Sicílias.</p> <p>Notícias de Espanha falam de um possível casamento entre S.M. Siciliana com uma Arquiduquesa.</p> <p>Proibição, em Nápoles, de se fazer qualquer comunicação com os jesuítas expulsos.</p>
05.01.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Morre confessor de S. M. Siciliana.</p> <p>Sá Pereira envia lista das despesas da sua secretaria dos últimos meses.</p> <p>Majestade Siciliana em Persano.</p>
08.01.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira envia cartas de Boas festas para Família Real portuguesa e para o cardeal Patriarca.</p>
12.01.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Esquadra que transportava jesuítas sofre grave tormenta.</p> <p>Jesuítas espanhóis que estão na Córsega querem abrir, ali, escolas públicas.</p> <p>Terramoto em Messina.</p>
19.01.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Junta em Nápoles faz algumas propostas acabar com os pobres e vagabundos na cidade.</p>
26.01.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Jesuítas do Val de Mazara enviados para Roma.</p> <p>Grande mortandade em Tripoli.</p> <p>Majestade Siciliana em Caserta.</p>
02.02.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega notícia de Viena de que a 9 de Abril partirá de Viena a futura rainha de Nápoles.</p>
09.02.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Padre Manuel Evangelista é obrigado a sair de Roma.</p>

16.02.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Voltam a Nápoles todas as embarcações que haviam transportado jesuítas. Cartas de Espanha dizem qual o eleito para confessor de S.M. Siciliana. Gestão dos bens da Companhia de Jesus. Notícia de Florença sobre o parto da Grã-Duquesa.</p>
23.02.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Embaixador de Viena em Nápoles recebe o retrato da futura rainha. Jesuítas expulsos dos Estados do Duque de Parma chegam a Bolonha. Colégio, em Nápoles, que era administrado por jesuítas tem novos directores.</p>
01.03.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>S.M. Siciliana em Venáfro.</p>
08.03.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestade Siciliana vai de Venafro para Caserta.</p>
15.03.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>S.M. Siciliana nomeia 19 novas damas de corte. Embaraços de Parma com a corte de Roma.</p>
22.03.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Continuação dos movimentos militares, ainda inactivos, entre Roma e Parma.</p>
29.03.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Corte Vem para Nápoles. Rei nomeia o Príncipe de S. Nicandro Plenipotenciário, para ir esperar a futura Rainha.</p>
05.04.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Duvidas sobre a passagem ou não, por Roma, da futura rainha vinda de Viena. Embaixador de França tem longa conferência com Tanucci. As três casas de Bourbon pedem uma conferência com o Papa.</p>
12.04.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Nomeação das damas destinadas a ir esperar a futura Rainha. Papa recusa audiência com as três casas de Bourbon sendo decidido que apenas a Espanha seria presente a uma audiência.</p>

	Papa envia para Bolonha presentes destinados à futura Rainha de Nápoles. Rei irá ao encontro da rainha a Portela.
19.04.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Ministro de França em Roma tem audiência com o Papa. Ministro espanhol volta a ter nova audiência com o Papa. S.M Siciliana forma novo Colégio para formação da Nobreza.
26.04.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Carta do Marquês Tanucci, para Sá Pereira, avisa dos festejos dos desposórios de S. Majestade.
03.05.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rei de Nápoles faz Ratificação do Acto de Renuncia feito em Viena pela sua Rainha.
10.05.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rei de Nápoles vai encontrar-se com a rainha em Portela e dali passam a Caserta. Saem de Malta um pequeno número de jesuítas.
17.05.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rainha das Duas Sicilias decide na sua jornada passar por Roma. Rainha é entregue ao Rei. Beija-mão a S. Majestades é negado aos Ministros estrangeiros.
24.05.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. São apresentados pelo Rei à Rainha todos os Ministros estrangeiros.
31.05.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Um embaixador extraordinário enviado de Malta pretendia cumprimentar S. Majestades e pretendia gozar aqui das mesmas honras especiais. Rainha padece com febre.
07.06.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Bailes na corte. Rainha dança com o rei e em seguida com os Ministros estrangeiros.
14.06.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício de Lisboa e é instruído sobre a intenção da corte de Roma em reconciliar-se com Portugal.

	Luto pela morte do príncipe de Lamballe.
21.06.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Viagem a Portici adiada por mau estar da Rainha. Rainha não assiste ao baile de mascaras do embaixador de Viena. Baile, no dia 19, dado pelo embaixador espanhol.
28.06.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas vieram a Nápoles. Tratado assinado entre o Marquês de Tanucci em nome de S.M. Siciliana e pelo Conde de Rosemberg por parte do Grã Duque da Toscana.
05.07.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Bailes na corte, um dado pelo embaixador de Viena e outro pelo príncipe de S. Nicandro. Referencia a um tratado entre França e Génova.
12.07.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Duvidas sobre a real existência do Tratado entre Nápoles e Florença. Termina o luto pela princesa Luísa de Inglaterra e começa outro pela rainha de França. Sá Pereira envia lista de despesas da secretaria.
19.07.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rei volta a assistir aos Conselhos de Estado e a comer em público, com a rainha, aos Domingos.
25.07.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe de Portugal carta de D. José I em resposta à da participação do matrimónio dos soberanos de Nápoles, para que seja entregue a estes. Notícia de nova gravidez da princesa de Portugal. Fala-se na reforma das ordens religiosas em Nápoles.
02.08.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Governo autoriza todas as embarcações napolitanas a atacar qualquer embarcação, que encontrarem sem a patente do comandante francês.
09.08.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício de Lisboa.

	<p>Sá Pereira dá guarida à mais de um ano a um musico chamado João Baptista. Rainha faz também banhos frescos como o Rei.</p>
16.08.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Seca em Nápoles prejudica os campos e faz subir os preços dos alimentos. Celebração do aniversário da Rainha.</p>
23.08.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Fala de uma Fragata francesa que transporta três oficiais, que se dedicam a criação de uma carta dos mares. Majestade Siciliana assiste ao jogo da Péla em Nápoles.</p>
30.08.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas em Pocoli. Galés de Malta carregam-se em Nápoles com pedras para calçada. Papa manda núncios entregar breves aos monarcas de Espanha, França e Nápoles.</p>
06.09.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Galés de Malta apanham fortíssimos ventos ao saírem de Nápoles, que as obriga a voltar ao porto.</p>
13.09.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Galés de Malta em Nápoles até dia 12 de Setembro. Majestades partem de Pocoli para Procida.</p>
18.09.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício de Portugal. Sá Pereira parte para Salerno para participar de uma das mais notáveis feiras do reino.</p>
27.09.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Corte em Portici . Rainha diverte-se a passear nos jardins daquela vizinhança.</p>
04.10.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Chegam a Nápoles um ajudante de engenheiro e a sua família com intenção de embarcar-se para Lisboa. Rumores de que em Nápoles se fazem consultas sobre a extinção de todos os pequenos mosteiros.</p>

11.10.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. È feito um exercício militar em Portici para divertimento de S. Majestades.
18.10.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Repetem-se novamente os exercícios militares para diversão de S. Majestades. Rei promove um coronel a brigadeiro.
25.10.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Expedição militar sai de Nápoles, para Aquila com o pretexto de defender a zona de um possível ataque das tropas do Papa.
01.11.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Tropa que partiu para Aquila forma um cordão para impedir a passagem de víveres para o Estado Eclesiástico. Ajudante de Engenheiro, que queria ir para Lisboa, não foi sincero nas suas intenções.
08.11.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Caça em Portici do qual só participam os reis e o embaixador de Viena. Encontram-se prontas mais tropas napolitanas para ocupar Castro e Ronciglione.
15.11.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Marquês de Tanucci faz pequena reforma, em sua casa, despedindo dela algumas pessoas.
22.11.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Fiscal da Junta dos abusos dá ordem a todos os prelados do reino, para não admitirem que se pregue ou façam outros exercícios espirituais dentro do reino a qualquer eclesiástico, que seja estrangeiro.
29.11.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas fazem caçadas no Lagos de Agnano e Patria.
06.12.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Marquês de Tanucci manda fazer consulta acerca da importância da explicação de Decretais nos estudos públicos.
13.12.1768	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício de Portugal que confirma a falsidade das palavras do ajudante

	<p>de engenheiro destinado a Lisboa.</p> <p>A filha única do Marquês de Tanucci, contratada a casar com um parente seu em Pira.</p> <p>Pagamento de gratificações àqueles que foram empregados na expulsão dos jesuítas do reino de Nápoles.</p>
20.12.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rainha oferece um relógio à filha do Marquês de Tanucci pelo seu matrimónio.</p> <p>Sá Pereira envia cartas de Boas Festa para Lisboa.</p>
27.12.1768	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>S. Majestade faz algumas promoções de cargos na corte.</p>
Caixa 780	
02.01.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestade Siciliana em Bovino.</p> <p>Pouca abundância de caça.</p> <p>Chegam a Nápoles duas fragatas de guerra, holandesa, que haviam passado pelo porto de Lisboa.</p> <p>Sá Pereira manda lista de despesas da secretaria do último semestre.</p>
10.01.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Tanucci manda compor uma obra para ser impressa.</p> <p>Aparece em Nápoles outra obra sensível à cúria Romana.</p> <p>Majestades Sicilianas em Nápoles</p>
17.01.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícia da supressão de alguns pequenos conventos em Calábria.</p>
24.01.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira recebe carta de Lisboa com a notícia do feliz parto da princesa portuguesa.</p> <p>Corte em Caserta.</p> <p>Gastam-se consideráveis a despesa em festejos em Caserta.</p>
31.01.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira entrega, a S. Majestade, a participação do nascimento da nova infanta portuguesa.</p> <p>Tanucci reserva camarote no teatro de Caserta para todos os ministros estrangeiros.</p>

07.02.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Correio de Espanha traz a notícia da morte repentina do Papa.
14.02.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Príncipe de S. Nicandro recebe a sua demissão. Nomeado novo mordomo-mor do Rei o príncipe de Belmonte Ventimiglia. Embarcações saem do porto de Nápoles para Gaêta transportando procuradores jesuítas e outros dos mesmos padres, que ficarão internos no tempo da expulsão. Marquês de Tanucci pretende abolir os Foros privilegiados no reino imitando o exemplo espanhol.
21.02.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Assalto a um Banco de Nápoles. Corte parte para Venafro.
28.02.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Marquês de Tanucci oferece a superintendência de Persano ao Marquês Paolucci.
07.03.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Corte volta a Caserta. Sá Pereira envia, para Lisboa, a cópia da resposta do rei de Nápoles à carta de participação da morte do Papa.
14.03.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Cardeais começam a partir para Roma. Noticias vindas de Lisboa sobre o bom restabelecimento da infanta D. Maria Doroteia.
21.03.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Proibição de Missionários estrangeiros em Nápoles. Imperador chega a Roma.
28.03.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Imperador não quer a mínima cerimónia quando chegar Nápoles. As tropas que guardavam as fronteiras do reino são mandadas recolher para os respectivos quartéis.
04.04.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.

	<p>Imperador chega a Portici.</p> <p>Imperador faz visita privada ao palácio real.</p> <p>Baile no palácio de Nápoles onde os ministros estrangeiros são apresentados ao Imperador.</p> <p>Imperador pergunta a Sá Pereira se o cardeal patriarca português vinha ao conclave.</p>
11.04.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Partida do Imperador.</p>
18.04.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira envia para Lisboa cópia de uma obra sobre as igrejas do padroado real.</p> <p>Conde de Kaunitz parte para Roma como Embaixador.</p> <p>Imperador manda oferecer a S. Majestade Siciliana cães de caça.</p>
25.04.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Freiras de S. Clara pretendiam ser exceptuadas da geral proibição contra confessores estrangeiros.</p>
02.05.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestades Sicilianas divertem-se em Caserta, na caça ao veado.</p>
09.05.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Freiras de Santa Clara não querem aceitar as ordens dadas acerca dos confessores estrangeiros.</p> <p>Um prior de uma torre que antigamente era dos jesuítas é preso e expulso do reino por se descobrir que mantinha correspondência secreta com os ditos padres.</p> <p>Rainha tem ido visitar o príncipe D. Filipe.</p>
16.05.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Freiras de S. Clara resolvem eleger novos confessores.</p> <p>Nasce, em Florença, o primeiro filho dos Grãos Duques.</p> <p>Majestades planeiam ir ver o reino da Sicília e permanecer lá durante um ano.</p> <p>Sá Pereira envia, para Lisboa, uma instrução publicada em Nápoles sobre a alienação dos bens, que foram dos jesuítas.</p>
23.05.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega a Nápoles a notícia do novo Papa.</p> <p>Navegações de guerra napolitanas vão em auxílio das de Malta contra os argelinos.</p>

30.05.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ministro de Malta em Nápoles.</p> <p>Marquês de Tanucci suspende durante duas semanas a audiência, que costuma dar em todas as quintas feiras.</p>
06-06.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega para o Núncio de Nápoles a notícia formal do novo Papa.</p>
13.06.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Núncio tem audiência com S. Majestades para dar parte do novo Papa, Clemente XIV.</p> <p>Morte repentina em viagem do General das armas do reino da Sicília.</p> <p>Sá Pereira envia para Portugal cópia da carta do Papa para S.M. Siciliana.</p>
20.06.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Na principal casa de jesuítas de Nápoles foi criada uma congregação dividida em duas partes, uma dedicada à congregação dos missionários da catedral da cidade e a outra à comunidade dos “padres pios operários”.</p>
27.06.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rumores de que sairá nova lei de amortização, a qual abrangerá todo o género de comunidades e de lugares pios.</p> <p>Autorização do Rei para que o Príncipe Filipe passeie no passeio público duas vezes por semana.</p>
04.07.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Fala da redução do número de comunidades religiosas em Nápoles.</p> <p>Sá Pereira envia cópia da resposta de S. Majestade Siciliana à participação do novo Papa.</p>
11.07.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira diz não ter novidade relevante que escrever no seu ofício.</p>
18.07.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega a Nápoles o Duque D. João de Bragança.</p> <p>Sá Pereira apresenta o Duque português aos reis.</p> <p>Sá Pereira envia lista das despesas de secretaria do último semestre.</p>

25.07.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício de Lisboa. Rainha padece de inchaço numa face.
01.08.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Prova de uma nova lancha, durante o passeio por mar de S. Majestades. Baile na dita lancha para o qual foi convidado o Duque D. João de Bragança.
08.08.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira diz não ter novidade relevante para escrever no seu ofício.
15.08.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Corte vai para Portici por Mar. Sá Pereira remete para Portugal copia de despachos que saíram em Nápoles.
22.08.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício de Lisboa.
29.08.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira envia para Portugal cópia das instruções dadas a todos os comandantes dos portos marítimos das Duas Sicílias. Descobertos os responsáveis pelo assalto a um Banco de Nápoles em Fevereiro. Rainha doente.
05.09.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Problemas no porto de Marselha.
12.09.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Renovação de Leis relativamente a lugares pios. Majestades Sicilianas em Procida na companhia do Duque D. João de Bragança e do embaixador de Viena.
19.09.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Câmara Real de santa Clara examina regras da Chancelaria romana. Ventos fortes impedem a vinda da corte da ilha de Procida para Nápoles. Príncipe de Campofiorito é nomeado governador das armas da Sicília.

26.09.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Corte de Estocolmo manda ordem para o seu cônsul em Nápoles para que este tome as providências necessárias para impedir que nenhum sueco se aliste a servir em qualquer embarcação.
03.10.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Príncipe de Campofiorito parte de Nápoles. Câmara de Santa clara consulta a regra nona da Chancelaria romana. Majestades Sicilianas em Portici
08.10.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Nova conferência na Câmara de S. Clara. Príncipe da Riccia pede a demissão do seu cargo.
10.10.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas preparam em Portici grande acampamento de exercícios militares para sua diversão.
17.10.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Acampamento real com a presença de D. João de Bragança. Nova conferência sobre as regras da Chancelaria romana.
24.10.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Duque D. João de Bragança parte de Nápoles. Foi nomeado um novo superior para a torre do Prego. Todos os súbditos deste mosteiro vieram queixar-se desta escolha ao Marquês de Tanucci.
30.10.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira vai uns dias para Plano de Sorrento. Fala da boa saude de S. M.Sicilianas.
07.11.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Novos exercícios militares em Portici.
14.11.1769	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Embaixador de Viena apresenta a S.M. Sicilianas o embaixador de Florença em Roma.

	<p>Embaixador de Viena se dispõe a partir para a sua corte.</p> <p>Marquês de Tanucci mostra-se pouco satisfeito com as diligências dos ministros da casa de Bourbon em Roma.</p>
21.11.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rei sente pequena perturbação na cabeça.</p>
28.11.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Saíram de Nápoles por mar 24 granadeiros sendo o seu destino secreto.</p>
05.12.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestades vêm a Nápoles voltando em seguida para Portici.</p>
12.12.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>É preso o prior do convento de S. Domingos de Nápoles.</p>
19.12.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Bexigas em Persano impede a ida da corte para esse lugar.</p> <p>Chegam a Nápoles os ladrões do banco de Nápoles, presos em Palermo.</p>
26.12.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestade Sicilianas em Bovino.</p> <p>Publicação de um Régio Édito.</p> <p>Sá Pereira remete para Portugal uma cópia da última determinação de S. Majestade sobre os Espólios dos Bispos do reino.</p>
02.01.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Escassez de caça em Bovino.</p> <p>Chegam a Nápoles 2 fragatas de guerra holandesas que havia passado por Lisboa.</p> <p>Sá Pereira envia lista das despesas da secretaria no último semestre.</p>
09.01.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícias de Espanha falam de um atentado a D. José I em Vila Viçosa.</p>
16.01.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestades Sicilianas em Nápoles.</p> <p>Fortes ventos causaram muitos naufrágios no Mediterrâneo.</p>
23.01.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p>

	<p>Corte parte para Caserta. Bailes de mascara, nos teatros da corte, pelo carnaval.</p>
30.01.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Chega ofício de Lisboa. Ministros estrangeiros convidados para as festas de Caserta.</p>
06.02.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Continuação das festas de carnaval em Caserta.</p>
13.02.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Notícia sobre a morte da pequena Arquiduquesa Teresa Isabel. Luto de 4 semanas.</p>
19.02.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Julgamento do Provincial.</p>
27.02.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Terminam os divertimentos de carnaval em Caserta.</p>
06.03.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Notícias de Portugal sobre a nomeação de novos ministros para as cortes do Norte.</p>
13.03.1769	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Morte de um Capitão Geral em Nápoles. Sá Pereira envia, para Lisboa, cópias de cartas da Czarina russa para o Grã Mestre de Malta e suas respostas. Embarcação russas vistas a entrar em Malta.</p>
20.03.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestade Siciliana indisposto. Enforcado e queimado soldado, por assassinar o tesoureiro do palácio real.</p>
27.03.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Penúria de carvão em Nápoles tão grande como a de pão em 1764.</p>
03.04.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Morrem o estribeiro mor da rainha e o comandante da esquadra dos Chabeques. S. Majestades divertem-se com uma espécie de batalha naval em Caserta.</p>

10.04.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chegam cartas de Lisboa.</p> <p>Notícia de que em Portugal há um novo Bispado.</p> <p>Desembarcam pacificamente em Malta algumas tropas russas.</p> <p>Majestades Sicilianas em Nápoles.</p>
17.04.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>São presos três frades, dos subúrbios de Nápoles, devido a terem em sua posse peças roubadas.</p> <p>Dois dos frades são soltos por se concluir que eram apenas cúmplices.</p>
24.04.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Príncipe de Capofiorito vem de Espanha para suceder Capitão General Sangro.</p>
01.05.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>São transportados para os presídios de Toscana um grande número de delinquentes.</p> <p>Russos bem sucedidos em Moréa na tentativa de expulsão do governo otomano daquela península.</p>
09.05.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega a Nápoles o Príncipe Xavier de Saxónia.</p> <p>Majestade Católica aconselha S. M Siciliana a dar todas as semanas uma audiência pública.</p>
14.05.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Baile em honra do aniversário da Imperatriz Rainha.</p>
22.05.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Embarcação holandesa infectado de peste.</p> <p>Ordens para não se deixar entrar, caso apareça, no porto de Nápoles a embarcação holandesa infectada.</p> <p>Baile na embaixada de França em Nápoles.</p>
29.05.1770	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Confessores estrangeiros das freiras de S. Clara continuam naquele ministério.</p> <p>Saem novas ordens que permitem os ditos confessores estrangeiros debaixo de algumas condições.</p>

	Majestades Sicilianas partem para Portici.
05.06.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Festejos pelo dia de S. Fernando. Abertura do Teatro com nova ópera. Majestades Sicilianas em Nápoles.
12.06.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira envia cópia dos despachos que foram ultimamente dirigidos ao tribunal de saúde.
19.06.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Notícia do falecimento de um Duque.
26.06.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Parte de Nápoles o ministro de Viena. Esquadra francesa em Tunis.
03.07.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira remete para Lisboa cópias de 3 despachos dirigidos à Real Câmara de Santa Clara e, também, as despesas da secretaria dos últimos seis meses.
10.07.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Prende-se na nunciatura um homem que se tinha disfarçado de frade. Nomeação de novo ministro de Nápoles para Viena.
17.07.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe carta de Portugal. Proíbe-se em Nápoles Librés falsificados.
24.07.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Morte de quatro homens da corte. Majestades Sicilianas em Portici. Ordem de Tanucci para que os ministros estrangeiros não deixassem os seus criados andar com librés que se confundissem com as dos oficiais do reino.
31.07.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Nomeações para os cargos ocupados pelos membros da corte falecidos.

07.08.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Famílias gregas dão prejuízo a Nápoles por contraírem através do comércio grandes somas de dinheiro.
14.08.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Família Real em Portici. Aniversário da Rainha. Notícia da destruição da armada turca pelos russos.
21.08.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. São dirigidos à câmara de Santa Clara despachos sobre a proibição de estabelecer capelas com o rendimento de bens imóveis.
28.08.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Confessor do rei promovido ao emprego de Capelão mor.
04.09.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sai despacho com ordens para os ministros estrangeiros.
11.09.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Concede-se à Sicília ordem para livre extracção do grão.
17.09.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira vai para Plano de Sorrento a fim de se restabelecer de uma moléstia.
24.09.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rei faz cerimónia na Capela de S. Januário. Majestades Sicilianas partem para Procida
01.10.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas vão de Procida para Portici.
09.10.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Nau de guerra de Espanha vai até um porto do Estado eclesiástico. Alguns presos de Nápoles transferidos para Toscana para trabalhar nas obras públicas.

15.10.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Exercícios Militares para divertimento da corte em Portici.
22.10.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício de Lisboa de 22 de Setembro. Exercícios militares em Portici são adiados devido ao mau tempo.
29.10.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Exercícios Militares para divertimento, da corte, em Portici.
06.11.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe ofício, de Lisboa, que revela gravidez da princesa portuguesa. Conde de Oeiras condecorado com o título de Marquês de Pombal.
13.11.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Novos exercícios militares em Portici. Nomeação de ministro de Nápoles para a corte dinamarquesa.
20.11.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Proibição da publicação da Gazeta de Florença no reino de Nápoles.
27.11.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Alguns artigos de reforma que ameaçam os cônsules de Nações estrangeiras.
04.12.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira remete para Portugal cartas de Boas Festas. Chega o novo ministro da Dinamarca.
11.12.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Ministro da Dinamarca apresentado à corte.
18.12.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. São examinadas todas as regras de Chancelaria Romana com interesse para Nápoles. Esquadras Russas partem para o Mediterrâneo. Majestades Sicilianas partem para Persano.
25.12.1770	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.

	Fraca caça em Persano.
01.01.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira remete para Portugal cópia da consulta sobre as regras da Chancelaria Romana. Esquadra russa dividida por diversos portos do Mediterrâneo.
08.01.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Papa é informado sobre as regras da Chancelaria Romana. A Rússia declara guerra a Ragura. Sá Pereira envia cópia da lista de despesas da secretaria.
15.01.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas em Nápoles. Sá Pereira envia para Portugal cópia de um decreto que proíbe aos lugares Pios adquirirem bens de raiz.
20.01.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Início dos bailes de mascara no teatro do palácio novo em Caserta.
22.01.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira envia a Portugal despacho sobre a apresentação de estrangeiros a S. M. Sicilianas, que foi enviado a todos os ministros estrangeiros de Nápoles. Majestades Sicilianas vão para Caserta.
05.02.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Russos chegam a Malta com 87 escravos presos.
12.02.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Chegam a Nápoles alguns oficiais de navios russos. Pequenas embarcações turcas foram derrotadas por algumas fragatas russas.
19.02.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Noticia sobre uma composição amigável entre as cortes de Espanha e Inglaterra.
26.02.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe notícias de Portugal sobre a morte da infanta portuguesa, D. Maria

	Francisca Doroteia. Majestades Sicilianas partem para Venafro.
05.05.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira toma luto de 6 meses pela morte da infanta portuguesa. Quatro navios de guerra holandeses no porto de Nápoles. Ministros estrangeiros em Constantinopla pedem guarda dobrada.
12.03.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades Sicilianas em Caserta. Oficiais das quatro naus de guerra holandesa apresentados a S. M. Siciliana.
19.03.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Chegam a Nápoles, vindos de Messina, alguns oficiais da esquadra russa. Majestade sicilianas em Caserta com divertimento nas partidas de laça.
26.03.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Naus holandesas partem de Nápoles. Conde de Orlow passa por Nápoles, na companhia de alguns oficiais russos. Majestades Sicilianas passam Domingo de Pascoa em Nápoles.
02.04.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Ordens para sair do porto de Nápoles oito chabeques e uma Nau de guerra. Rumores sobre a ocorrência de um grande incêndio em Constantinopla. Família Real em Portici.
09.04.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sessão da Junta de Guerra para reparação das fortalezas do reino das Duas Sicílias.
16.04.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Mudança no regimento militar de Nápoles. Chega a Nápoles o enviado da corte de Turim. Marquês de Tanucci padece de um forte catarro.
23.04.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Apresentação o enviado de Turim a S. Majestade. Marquês de Tanucci padece de suave ataque de gota.

07.05.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Marquês de Tanucci continua sem sair de casa por causa do seu incómodo.</p> <p>Fragata de guerra napolitana preparada para sair com destino incógnito.</p> <p>Rumores de uma nova vitória dos russos contra os turcos no Danúbio.</p> <p>Muitos gregos uniram-se aos russos.</p>
12.05.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira recebe notícias de Portugal sobre a melhoria do estado de saúde de D. José I.</p> <p>Sá Pereira avisa que irá passar uns dias a Puglia.</p> <p>Majestades Sicilianas jantam, no mar, numa nova galeota.</p> <p>Majestades Sicilianas foram ver de perto uma nova erupção do Vesúvio.</p>
28.05.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira justifica-se por não ter escrito para Portugal durante a sua digressão até à província de Puglia.</p> <p>Sá Pereira envia para Portugal cópia de três despachos de S.M. Siciliana para um Núncio.</p>
04.06.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira envia para Portugal cópia de um despacho sobre o Bispado de Mileto.</p> <p>A nau e fragata de guerra, que vão levar dois ministros deste reino a Viena e Londres, estão a ser preparadas.</p>
11.06.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Nau e fragata de guerra saem de Nápoles.</p> <p>Rainha padece com uma febre.</p>
18.06.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Corte de Nápoles passa ordens contra as regras da Chancelaria Romana.</p> <p>Majestades Sicilianas em Caserta no divertimento da pesca.</p>
25.06.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Baile em casa do embaixador de França.</p> <p>Fala de uma nova vitória dos russos contra os turcos.</p>
02.07.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p>

	<p>Reino de Nápoles envia para Roma um Breve Pontifício.</p> <p>Confirmação de um terrível fogo em Constantinopla.</p> <p>Continuação da guerra entre Russos e Turcos.</p> <p>Sá Pereira envia lista das despesas da sua secretaria.</p>
09.07.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sai em Nápoles uma nova lei relativa aos matrimónios.</p>
16.07.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Novo regulamento respectivo ao preço do azeite na cidade de Nápoles.</p>
23.07.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira recebe despacho de Portugal.</p> <p>Sá Pereira elogia a promoção de José Seabra da Silva para ajudante do Marquês de Pombal.</p> <p>Chega a Nápoles o ministro de Viena.</p>
30.07.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ordem para ser retirado a um Bispo todas as suas rendas.</p> <p>Ministro de Viena tem primeira audiência com S. Majestade.</p>
06.08.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira remete para Portugal cópia de um Despacho que saiu em Nápoles em Setembro de 1769 sobre a obrigação de todos os que tivessem benefícios ou pensões neste reino serem obrigados a residir nele.</p>
13.07.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Duas fragatas inglesas são enviadas a Constantinopla para socorrerem os seus conterrâneos no caso de alguma rebelião do povo daquela cidade.</p> <p>Russos tentam impedir a passagem de víveres para Constantinopla.</p> <p>Aniversário da Rainha.</p>
20.08.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira envia despacho para Portugal sobre a proibição dos lugares Pios adquirirem bens de raiz.</p> <p>Sá Pereira tem em sua companhia o Comendador Pereira vindo de Malta.</p>
27.08.1771	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p>

	Fuga de um subalterno do tribunal do comércio por temer castigo pelos seus roubos. Chegam a Nápoles duas Fragatas da Toscana.
03.09.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rei convida comandante das fragatas toscanas a assistir antes da sua partida, à festa anual de função de Pie di Grotta.
10.09.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Governo de Nápoles quer reduzir o número de Frades a não poderem exercitar os ministérios dos confessionários fora dos próprios conventos.
16.10.1771	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira informa a sua retirada por uns tempos para Plano de Sorrento. Majestades Sicilianas em Procida. Sai um regulamento para se reformar o luxo nos oficiais militares.
07.01.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Corte vai para Nápoles. Gravidez da Rainha das duas Sicílias. Príncipe de Saxónia em Nápoles. Sá Pereira envia para Portugal a lista das despesas de secretaria.
14.01.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Majestades sicilianas recebem em Nápoles o Duque de Gloucester.
21.01.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Morte de dois velhos generais em Nápoles. Majestades Sicilianas vão para Caserta.
28.01.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira faz corte a S. Majestades em Caserta. Notícia de que no corrente ano não vão haver bailes de carnaval.
04.02.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira recebe cartas de Portugal, que falam sobre o restabelecimento do infante D. Pedro. Príncipe de Campofiorito reclama herança. Bispo de Capua desterrado por ler a “Bula da Seia” na quaresma depois da proibição

	para tal.
11.02.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Objecção do procurador da Religião de Malta ao requerimento do príncipe de Campofiorito sobre a herança do seu tio.
18.02.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Notícia da prisão da rainha da Dinamarca e de toda a sua facção. Notícia da estadia de duas fragatas de guerra e uma nau de linha da Rússia, no porto de Malta.
25.02.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Tanucci informa o plenipotenciário, português, de que a inacção em que ultimamente se encontram os russos e os turcos confirma que ambas as potências desejam a paz.
03.03.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Inspeção dos contratos permitidos aos lugares pios. O procurador da coroa de Nápoles determinou que os rendimentos dos jesuítas expulsos deviam ser do Padroado Régio.
10.03.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereirar recebe cartas, dos reis de Portugal, para serem entregues ao Cardeal Priuli e ao duque de Gravina.
17.03.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Ordem intimada pelo reino de Nápoles para que sejam visitadas as embarcações francesas nos portos, das duas Sicílias, como se vem fazendo às inglesas.
24.03.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Fragatas de guerra holandesas no porto de Nápoles. Governo de Nápoles proíbe a extracção de trigo destes reinos, no entanto o ministro de Viena consegue autorização para extrair 50000 tómulos de trigo.
31.03.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Mudança de alguns ministros no Tribunal da Vicaria.
07.04.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Fragatas holandesas saem do porto de Nápoles para Leorne.

	<p>Sá Pereira remete, para Portugal, cópia do protesto feito pelo Arcebispo de Capua respectiva à proscricção da “Bula da Seia”.</p> <p>Majestades Sicilianas gozam do divertimento de certas operações militares em Caserta.</p>
14.04.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Nau e fragata de guerra, de Malta, no porto de Nápoles.</p> <p>Notícia de um forte furacão na Sicília.</p>
21.04.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>É estabelecida uma junta para examinar pequenos abusos cometidos por alguns oficiais da marinha.</p>
28.04.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestades Sicilianas em Nápoles.</p> <p>Marquês de Tanucci envia, a todos os ministros estrangeiros, bilhete a convida-los ao palácio na ocasião do parto da rainha.</p>
05.05.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega de Viena o enxoval que a imperatriz manda para o príncipe ou princesa que está para nascer.</p> <p>Camareira mor recebe procuração para fazer as vezes de madrinha no baptismo em nome de S. Majestade Imperial.</p>
12.05.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Previsão de que o parto da rainha será dia 17 de Maio.</p>
19.05.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Projecto de formação de três fortalezas em Nápoles.</p> <p>Continua a espera pelo parto da rainha.</p>
26.05.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Fala sobre o Tribunal de Portolano Régio responsável pela limpeza da cidade.</p> <p>Continua a espera pelo parto da rainha.</p>
02.06.1772	<p>Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha.</p> <p>Continua a espera pelo parto da Rainha.</p> <p>Conclusão de que houve um engano no cálculo do tempo de gravidez.</p>

09.06.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rainha dá a luz uma princesa. Conde de Squillace é convidado para o cargo de embaixador espanhol em Veneza.
16.06.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Sá Pereira envia para Lisboa cópia das graças que se fizeram por ocasião do nascimento da princesa das Duas Sicílias. Rainha continua a recuperar do parto.
23.06.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Duas Fragatas de Malta em Nápoles. Rainha continua a boa convalescença pelo parto.
29.06.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Novos gentil homens de Câmara foram introduzidos nos aposentos da Rainha. Fragatas de Malta partem de Nápoles.
07.07.1772	Ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha. Rainha acha-se completamente restabelecida do parto. Chega à corte de Nápoles o embaixador francês.
11.08.1772	Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha. Chega de Espanha grande soma em dinheiro para o Rei de Nápoles. Embaixador extraordinário espanhol vem a Nápoles para o baptismo da princesa em representação do rei católico.
15.09.1772	Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha. Celebrou-se o baptismo da princesa.
29.10.1772	Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha. Envia para Portugal um despacho sobre a abolição, das Decimas eclesiásticas.
22.10.1772	Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha. Família real parte ainda para Persano.

19.01.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rainha de novo grávida. Rei sofre de um incómodo a que chamam Bexigas doidas. Mandam-se de Nápoles para Caserta a real infanta e o príncipe irmão do rei por precaução.</p>
27.07.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Majestades Sicilianas partem de Portici para Nápoles. Rainha deu a luz outra filha hoje.</p>
03.08.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Mais nova infanta dá sinais de ter saúde fargil. Rainha não se restabeleceu por completo do parto.</p>
10.08.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rainha e Infanta mais nova encontram-se fora de qualquer perigo. Rei continua os divertimentos de exercícios militares.</p>
07.09.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Bênção da rainha, depois do parto, na capela Real. Fala sobre a Bula da abolição dos padres da Companhia de Jesus.</p>
05.10.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Cessa tumulto popular em Palermo.</p>
12.10.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Tumultos em Palermo voltam a ter alguma vida. Família Real em Portici.</p>
09.11.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p>

	<p>Termina o real acampamento de Portici.</p> <p>Continuam os problemas com o povo em Palermo.</p>
07.12.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Algumas embarcações de guerra partem para Palermo.</p> <p>Em Palermo, o povo volta a pegar nas armas.</p> <p>Rumores de nova gravidez da rainha.</p> <p>Infanta mais velha com bexigas.</p>
28.12.1773	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Rumores sobre a gravidez da rainha são falsos.</p> <p>Princesa sarou.</p> <p>Retornam as embarcações que foram a Palermo.</p>
01.02.1774	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Celebrou-se o baptismo da segunda infanta.</p> <p>Embaixador francês fez as vezes de padrinho com procuração do seu rei.</p>
13.12.1774	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Ofício a desejar boas festas.</p>
10.01.1775	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Notícia do nascimento de um príncipe em Caserta.</p>
14.02.1775	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Baptismo do novo príncipe.</p> <p>Enviado do rei de Espanha faz as vezes de padrinho.</p> <p>Família Real vem para Nápoles.</p>
01.04.1775	<p>Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Sá Pereira recebe carta de Portugal.</p> <p>Ofício fala do levantamento na Boémia.</p>

	Majestades imperiais de boa saúde.
08.04.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Rebelião na Boémia. Chega a Viena o príncipe de Orlow, de onde ira continuar a sua jornada até Itália.
15.04.1776	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Fim do levantamento em Boémia. A 19 de Abril parte S. Majestade o Imperador para a Croácia indo em seguida para, Dalmácia, Trieste, Veneza e Florença.
22.04.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Imperador partiu para a Croácia. Conselho de Guerra, austríaco, proíbe a todos os soldados o uso de buços postiços.
29.04.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Fala-se da ida do Imperador a Nápoles, depois de sair de Florença, com a intenção de visitar a sua irmã soberana das Duas Sicílias.
07.05.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Imperatriz e arquiduquesas em Schobrun.
12.05.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Duvidas sobre a ida ou não do Imperador a Nápoles.
20.05.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Feliz parto da Arquiduquesa herdeira de Modena.
27.05.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha. Fala da boa saúde de toda a família Imperial.
30.05.1775	Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha. Festas destinadas a aplaudir o nascimento do príncipe hereditário. Rainha novamente grávida

03.06.1775	<p>Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Continuam a chegar a Viena, boas notícias, sobre a jornada do Imperador.</p> <p>Vai para Nápoles o Arquiduque Maximiliano, que se encontrava em Veneza com o Imperador.</p> <p>Rei da Prússia obriga os povos da Polónia Prussiana a prestarem-lhe juramento de fidelidade.</p>
10.06.1775	<p>Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Notícia da morte da Rainha Matilde da Dinamarca.</p> <p>Fala sobre a tira da Moldávia, que une a Transilvânia à Polónia Austríaca.</p>
13.06.1775	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Chega a Nápoles o Duque Maximiliano de Áustria, irmão da rainha.</p>
17.06.1775	<p>Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira recebe cartas de Portugal.</p> <p>Altezas Imperiais vão até Luxemburgo.</p> <p>Dez dias de luto pala morte da rainha da Dinamarca.</p> <p>Teme-se que a rebelião na Boémia possa ainda não ter cessado por completo.</p>
21.06.1775	<p>Ofício de Miguel Lopes da Fonseca (Encarregado da correspondência em Nápoles) para D. Luís da Cunha.</p> <p>Terminam as festas pelo nascimento do príncipe hereditário.</p> <p>Príncipe Maximiliano de Áustria parte para Roma.</p>
24.06.1775	<p>Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Imperador volta a Luxemburgo em Julho.</p>
01.07.1775	<p>Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Imperador chega a Luxemburgo.</p> <p>Devido à continuação de algum sentimento de rebelião em Praga não se vai executar naquele território o grande campo militar.</p> <p>Alusão ao Tratado de Belgrado de 1739.</p> <p>Sá Pereira remete para Portugal as despesas da sua secretaria nos últimos seis meses.</p>
08.07.1775	<p>Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo.</p>

	Preparam-se acampamentos militares na Transilvânia e na Polónia Austríaca, com a presença do Imperador.
15.07.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo. Imperatriz padece de forte fluxão de garganta. Falta de sucessão no eleitorado da Baviera leva a uma negociação mediada pela França tendo pretensões a ele as casas Áustria, Palatina e Saxónia.
22.07.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira recebe correspondência de Portugal. Notícia da inauguração da estátua de D. José I.
29.07.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira recebe correspondência de Portugal.
20.09.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Viena) para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira tem audiência de despedida da corte de Viena. Sá Pereira recebe anel de diamantes da Imperatriz rainha.
14.10.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Turim) para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira parte de Viena. Sá Pereira chega a Turim dia 4 de Setembro. Sá Pereira passará ainda por Génova Florença e Roma antes de retomar a Nápoles.
30.10.1775	Ofício de José de Sá Pereira (Génova) para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira em Génova hospedado em casa do cônsul português.
09.01.1776	Ofício de José de Sá Pereira (Nápoles) para Marquês de Pombal. Sá Pereira participa por escrito ao Marquês de Tanucci as justificações da sua demora imprevista em Viena. Família Real em Caserta.
09.01.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Fala sobre a chegada de Sá Pereira a Nápoles.
16.01.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real em Caserta. Marquês de Tanucci demite-se do emprego de Presidente da Junta de Estado. Sá Pereira remete a lista das despesas da secretaria no último semestre.

23.01.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real em Nápoles. Beija-mão em que participa toda a família real.
30.01.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Mau tempo impede a realização de caçada nas vizinhanças de Caserta.
06.02.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira recebe correspondência de Portugal com a resposta do Rei ao nascimento da última infanta de Nápoles. Rei, Rainha e primeira infanta vão para Caserta.
13.02.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real em Nápoles. Baile na corte. Mordomo-mor do rei é substituído por motivos de saúde.
05.03.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real em Persano. Sá Pereira envia para Portugal a cópia de um despacho.
12.03.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Embaraços entre o corpo diplomático e o cardeal Orsini. Vão sair de Nápoles duas velhas naus de Linha napolitanas em troca de duas novas fragatas de guerra espanholas.
19.03.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Chega a Nápoles o novo Arcebispo desta cidade. Segunda infanta com febre.
26.03.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real em Nápoles. Vasta caça de Gamos em Persano.
02.04.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real em Portici depois do Sábado de Aleluia. Sua alteza imperial a arquiduquesa Cristina vem a Nápoles.

09.04.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família real vai de Nápoles para Portici depois do Sábado de Aleluia.
16.04.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Chegam a Nápoles a Arquiduquesa Cristina, irmã da Rainha de Nápoles, e o Duque Alberto de Saxónia tio do Rei.
23.04.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades Sicilianas vão a Pompeia Rainha padece depois da jornada até Pompeia. Rumores de que Roma não quer que o arcebispo de Nápoles seja Cardeal.
30.04.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Rainha restabelece-se totalmente. Arquiduquesa Cristina parte com o seu marido para Roma.
07.05.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real vai para Portici. Chega a Nápoles o arquitecto, português, José da Costa e Silva em companhia do seu mestre, o Dr. Brunelli.
14.05.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Baile em celebração dos anos da Imperatriz Rainha em Portici. Majestades partem hoje para Castellamar. Junta dos abusos julga, como livres, todos os bens feudais em posse dos extintos jesuítas.
21.05.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades Sicilianas voltam a Portici. Referencia à viagem do Duque D. João de Bragança a Constantinopla e ao Egipto.
28.05.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Corte parte para Caserta para fugir a uma praga de Bexigas.
04.06.1776	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Rei cada vez se aplica mais em tudo o que diz respeito ao governo dos seus Estados. Ministro inglês pede licença de um ano ficando o ministro português encarregue de receber todos os ingleses de distinção que passarem por Nápoles.

	<p>Chega a Nápoles o Embaixador de França. Família Real em Nápoles.</p>
11.06.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Ofício fala sobre a causa dos “Pedreiros Livres”, presos no início de Março.</p>
18.06.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Chega a Nápoles a Duquesa de Chartres. Embaixador de Viena e Ministro de Espanha dão festas e convidam os restantes ministros estrangeiros para a mesa de S. Majestades. Embaixador de França faz dois jantares formais em que faz uma divisão do corpo diplomático. Príncipe restabelece-se de pequena febre.</p>
24.06.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Duquesa de Chartres parte para Roma. Sá Pereira vai para Plano de Sorrento.</p>
02.07.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família real vai para Caserta. Príncipe padece de pequeno incómodo.</p>
09.07.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Exercícios militares na praça interior do Real Palácio em Nápoles, para disciplina dos corpos de cadetes e para divertimento. Foram tomadas, por alguns corsários, no caminho de Sicília para Calábria três embarcações.</p>
16.07.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Apenas uma embarcação foi tomada a caminho de Calábria. Rei vai visitar quatro Galés de Malta que se encontravam em Báia.</p>
23.07.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. S. Majestade nomeia dois novos comandantes para defesa das costas da Sicília e de Calábria e do comércio do reino. Continua pendente a causa dos pedreiros livres.</p>
30.07.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Rei deixa estribeiros fazerem provas de nobreza para entrarem como pajens.</p>

	<p>Príncipe passa por leve incómodo.</p> <p>Sá Pereira envia lista das despesas de secretaria do último semestre.</p>
05.08.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Moléstia do príncipe mais grave do que parecia.</p> <p>Grande fogo-de-artifício e baile em Portici.</p> <p>Estabelece-se uma considerável reforma nas grandes despesas da casa Real.</p>
13.08.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>A reforma nas despesas da casa Real não se estende às das festas, que em vez de diminuir se multiplicam.</p> <p>Exemplificação de um combate com Galeotas em que as três comandadas pelo rei saíram vencedoras.</p> <p>Baile na Real Casa de Campo de Mergelino com parte da nobreza do país e todos os estrangeiros.</p> <p>Festejos pelos anos da Rainha.</p>
20.08.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira envia cópia de um despacho remetido em Roma ao ministro português naquela corte.</p> <p>Roma ordena aos frades de S. Martinho que não continuem a pagar à câmara apostólica os anuais doze mil ducados.</p>
27.08.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Embaixador inglês para Constantinopla passa por Nápoles.</p> <p>Embaixador francês dá grande jantar com todo o corpo diplomático para comemorar o dia de S. Luís, nome do Rei francês.</p>
03.09.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Tribunal de Santa Clara dá sentença favorável aos príncipes de Bourbon numa causa antiga contra o fisco.</p> <p>Baile em Mergelina.</p>
10.09.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Família Real parte a 19 de Setembro para a ilha de Procida.</p> <p>Sá Pereira remete para Portugal cópia de vários despachos.</p>
17.09.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Baile em Mergelina.</p>

23.09.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira envia para Portugal cópia de um despacho sobre o abate nas regalias que tinham os Barões das Duas Sicílias.</p>
30.09.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades Sicilianas vêm para Nápoles da ilha de Procida. Duas primeiras infantas doentes.</p>
08.10.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Jantar Publico de S. Majestades em Portici. Segunda infanta ainda se encontra em recuperação. Publicação de escritura anónima a favor dos pedreiros livres.</p>
15.10.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades jantam em público e dão baile em Portici.</p>
22.10.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades Sicilianas caçam num bosque perto de Caserta. Família Real vai partir para Portici.</p>
29.10.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Publicação em Portici da inesperada aposentação do Marquês de Tanucci substituído em todos os seus empregos pelo Marquês de Sambuca. Rei de Nápoles recebe aprovação do Rei de Espanha para a mudança deste ministério. Substituto de Tanucci escolhido através de eleição no Conselho e Estado.</p>
05.11.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Mudança do Ministério em Nápoles. Tanucci comunica ao Rei Católico as pretensões da rainha de Nápoles de participar no Conselho de Estado. Marquesa de Tanucci é recebida com desprezo na corte. Mudança festejada mais pela nobreza siciliana que pela napolitana. Fala sobre o novo Secretário de Estado. Sá Pereira envia para Portugal cópia da carta do Rei de Nápoles para o Marquês de Tanucci. Rei de Nápoles escreve a Tanucci. Família Real vai para Caserta passar época do Natal.</p>

12.11.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Vão surgindo algumas novidades como consequência do novo ministério.</p> <p>Autorização para se fazer extracção de Trigo em Nápoles.</p>
19.11.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Novas ordens para os subalternos do Paço.</p> <p>Posição do novo ministério em relação à corte de Roma continua a ser a mesma.</p>
26.11.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Rei ordena aos ministros de todos os tribunais que tenham as suas portas abertas a quem lhes queira falar.</p> <p>Primeira infanta com leve incomodo.</p>
03.12.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Troca de Ministério em Roma.</p> <p>Novo secretário de Estado substitui o primeiro-oficial da secretaria de Estado.</p> <p>Família Real vai passar uns dias na casa de Campo de Santo Leuce.</p>
10.12.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Chega a Nápoles um Duque que com o embaixador francês a Caserta.</p>
17.12.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Fala das rendas auferidas pela venda de pão na cidade de Nápoles.</p> <p>Fala da administração dos fornos da cidade.</p> <p>Erupção do Vesúvio larga lava que acaba por destruir muitas quintas e casas.</p> <p>Toda a Real família excepto o rei padeceu em Caserta de leves febres.</p>
24.12.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Real família restabelecida da sua moléstia.</p> <p>Novo ministério examina e corrige muitos abusos e desordens, introduzidas pelo precedente.</p>
31.01.1776	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Antigo administrador dos fornos públicos transporta alguns barris fechados para casa de Tanucci.</p> <p>Barris são levados da casa de Tanucci para um banco pelo novo governo.</p> <p>Erupção do Vesúvio cessa passados mais de 20 dias.</p>

07.01.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira apresenta alguns ingleses à corte em Caserta.</p> <p>Majestades Sicilianas vão para Venafro.</p> <p>Sá Pereira remete as despesas da secretaria no ultimo semestre.</p>
14.01.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Ministro de Nápoles para Petersburgo é também condecorado como título de Gentil-homem de Câmara.</p> <p>Algumas pessoas do povo esperam o Rei em Caserta para implorar-lhe que revogue a ordem de aumento do preço do azeite.</p> <p>Rei cai dentro de um poço durante a caça.</p>
21.01.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Gala e beija-mão para celebrar os anos de S.M. Católica.</p> <p>Sá Pereira falta ao beija-mão.</p> <p>Rainha das Duas Sicilias recebe, da Imperatriz, presentes para o Marquês e Marquesa de Sambuca.</p> <p>Ministro de Nápoles em Copenhaga passa com igual carácter para a de Viena.</p>
28.01.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Antigo administrador dos fornos públicos é preso.</p> <p>Chegam ao porto de Nápoles duas Fragatas de Guerra espanholas.</p> <p>Baile na corte.</p>
04.02.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Baile cancelado.</p> <p>É dispensado, das suas funções, um oficial da primeira Secretaria de Estado.</p>
11.02.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira recebe cartas de Portugal com a participação do nascimento da nova infanta.</p> <p>Despedida do embaixador da Dinamarca, neste reino, nomeado para outro emprego.</p> <p>Junta de estado decide dar a liberdade aos chamados pedreiros livres.</p> <p>Majestades Sicilianas vão para S. Leuce.</p>
18.02.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Presos da causa dos pedreiros livres ainda não gozam da liberdade, que lhes foi concedida, antes que se faça um Conselho de Estado.</p>

25.02.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira entrega ao Rei de Nápoles a carta, de D. José I, a participar o nascimento da mais nova infanta de Portugal.</p> <p>Sá Pereira janta em casa de Sambuca.</p> <p>São presas mais pessoas relacionadas com o antigo administrador dos fornos públicos.</p>
04.03.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Rei manda vir Tanucci a s. Leuce para lhe comunicar particularmente a decisão que se tomou no caso dos pedreiros livres.</p> <p>Morre o mordomo-mor do Rei.</p> <p>Majestades Sicilianas vêm para Nápoles.</p>
11.03.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Majestades Sicilianas em Portici.</p> <p>Fragatas de Guerra espanholas têm autorização deste reino para daqui levarem 7 mil balas.</p>
18.03.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>È erigido um corpo de cadetes formado pelo rei e um corpo de setenta caçadores.</p> <p>Fragatas espanholas levam, de Nápoles, carga de quarenta mil balas.</p> <p>Trabalha-se em Caserta numa estrada de comunicação interna que une o jardim real ao bosque de S. Leuce.</p> <p>Primeira infanta com febre, em Portici.</p>
25.03.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Cartas de Madrid trazem a notícia da morte de D. José I.</p> <p>Corte de Nápoles toma luto de 3 meses pelo rei de Portugal.</p> <p>Sá Pereira vai para Plano de Sorrento.</p> <p>Partem as fragatas espanholas.</p> <p>Cortes de Viena e Rússia pressionam Veneza para que esta tome o seu partido ou o partido dos otomanos, em relação guerra entre estes impérios.</p>
01.04.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Notícia do casamento do Príncipe da Beira com a infanta D. Maria Francisca Benedita.</p> <p>Sá Pereira recebe a credencial da rainha D. Maria I para ser entregue ao monarca das Duas Sicílias.</p>

	Sá Pereira faz luto de 1 ano e seis meses por D. José I.
08.04.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira apresenta, em audiência formal com o rei de Nápoles, a sua nova credencial feita por D. Maria I.</p> <p>Sá Pereira envia para Portugal dois despachos sobre os benefícios do Arcebispo de Nápoles.</p> <p>Príncipe de Francavilla novamente nomeado para o cargo de mordomo-mor.</p> <p>Restauro de torres em toda a circunferência marítima do reino de Nápoles.</p>
15.04.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Foi estabelecido que a cada cem pessoas corresponda um clérigo.</p> <p>Oficiais albaneses são mandados a Constantinopla para recrutar marinheiros que possam servir na marinha espanhola.</p>
22.04.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira remete, para Portugal, duas novas leis, uma sobre o matrimónio e outra sobre extracção do grão.</p> <p>Notícia de que D. Maria I está com Sarampo.</p> <p>Família Real em Portici.</p>
29.04.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Rei ensaia dois corpos de cadetes e voluntários da marinha, para exercícios militares que se farão em público nos bosques de Portici.</p>
06.05.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Ofício fala sobre o preço e extracção de azeite.</p> <p>Embarcação napolitana atacada por piratas e conduzido a Tunis.</p> <p>Madrid pede à corte de Nápoles um determinado número de marinheiros.</p> <p>Trabalha-se num novo acordo com Roma.</p>
13.05.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira envia, para Portugal, despacho sobre os benéficos deste reino resultante da amigável e recíproca condescendência entre a corte de Nápoles e Roma.</p> <p>Junta dos abusos faz acordo para evitar despesas da conservação das igrejas e colégios que haviam sido dos jesuítas.</p> <p>Baile em Portici.</p>

19.05.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>É dirigido à Real Câmara de S Clara o despacho sobre os benefícios do padroado eclesiástico em Nápoles.</p> <p>M. Sicilianas vão alguns dias para Castello a Mare.</p> <p>Sá Pereira vai para Plano de Sorrento.</p>
26.05.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>M. Sicilianas vêm para Nápoles.</p> <p>Preparam-se acampamentos militares no bosque de Portici.</p>
03.06.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Majestades Sicilianas partem para Portici.</p> <p>Começa o acampamento, a comédia francesa, a ópera italiana e bailes.</p>
10.06.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Ordem da corte contra a costumada solene oferenda anual à Santa Sé no dia de S. Pedro.</p> <p>Marquês de Tanucci conserva a direcção da casa do príncipe D. Filipe.</p> <p>Começam os acampamentos e os bailes em Portici.</p> <p>Rainha não dança devido ao avanço da sua gravidez.</p>
17.06.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Ofício fala sobre obras nas estradas do reino.</p> <p>Primeira infanta com febre forte.</p>
24.06.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira entrega, ao rei de Nápoles, carta de aclamação da Rainha de Portugal.</p> <p>Ofício fala de um ataque na ilha de Santa Catarina.</p> <p>Restabelecida a primeira infanta.</p> <p>Família Real vem para Nápoles</p>
01.07.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Reino de Nápoles acaba por dar oferenda na véspera do dia de S. Pedro.</p>
08.07.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Já se encontra, em Roma, uma lista de indivíduos para os benefícios que vagarem no reino de Nápoles.</p> <p>Espanha pede que se envie de Nápoles mais de treze mil balas.</p>

	Sá Pereira remete a lista das despesas de secretaria dos últimos seis meses.
15.07.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira envia correspondência para Portugal pelo correio Domingos José de Andrade.
22.07.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Duque de Mataloni é enviado para o Castelo do Ovo por ter ferido um criado. Sá Pereira envia despacho sobre os benefícios do confessor do Rei. Mandou-se fazer uma lista de todos os criminosos “não atrozes” condenados a servir nas galés. Enviaram-se para Espanha as balas.
29.07.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Governo de Nápoles toma providências para extinção de ladrões de estrada que existem em todo o reino. Chegam a Nápoles a Condessa e o Conde de Tefsé. Fogo-de-artifício em Portici em Louvor de Santo António. Família Real vai para Nápoles.
05.08.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Nomeação de dois novos ministros, um para a Dinamarca e outro para a Rússia. Pouco sucesso na caça aos ladrões de estrada do reino. Suspeitas de muitos roubos e assassínios recaem sobre um comandante dos fuzileiros espanhol que vive em Nápoles. Rainha completa nove meses de gravidez.
12.08.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira começa a duvidar dos cálculos feitos acerca do tempo em que a rainha concebera devido ao prolongamento do seu estado. Chega a Nápoles o português D. António de Vilhena. Três embarcações de comercio napolitanas apanhadas por piratas.
19.08.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Nasce o novo príncipe. Entram no porto de Nápoles as embarcações que capturaram galeota pirata.

25.08.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira em Plano de Sorrento.</p> <p>Embarcações, napolitanas, que capturaram a galeota barbaresca voltam a sair para o mar.</p>
01.09.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira contínua em Plano de Sorrento.</p> <p>É concedido aos oficiais da Secretaria de Estado do Reino um pequeno uniforme igual aos que usam os de Espanha.</p> <p>Rainha continua a sua convalescença.</p>
09.09.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Rainha já restabelecida.</p> <p>Volta a Nápoles o príncipe Camilo de Ruão depois de uma viagem pela Itália.</p>
16.09.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira recebe correspondência de Portugal com incumbências da Rainha para que trate de um negócio matrimonial.</p> <p>Família Real vai para Santo Leuce para fugir ao contágio das bexigas que apanhou o príncipe D. Filipe.</p>
23.09.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Notícia da morte do Príncipe D. Filipe.</p> <p>Príncipe é embalsamado e exposto por 3 dias numa das salas do Paço.</p> <p>Rei manda vir de Florença um, célebre, médico para prevenir do contágio das bexigas.</p> <p>Parte para Viena o embaixador daquela nesta corte.</p> <p>Sá Pereira recebe do Marquês de Sambuca a garantia de que este falará a respeito do pretendido Matrimónio de D. Domingos de Assis Mascarenhas.</p> <p>A corte toma luto de 3 meses pela morte de D. Filipe.</p>
30.09.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira faz a corte a S. Majestades e aproveita para lhe falar pessoalmente das pretensões de casamento entre D. Domingos de Assis Mascarenhas com a herdeira da casa de Santélia.</p>
06.10.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo.</p> <p>Sá Pereira em Plano de Sorrento.</p> <p>Rainha manda que se enxerte como experiencia numa criança o remédio para as</p>

	bexigas.
14.10.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira volta a Nápoles. Baile em Caserta. Duquesa de Mataloni pede ao rei para libertar o seu marido do Castelo do Ovo.
21.10.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real vem para Nápoles. Infantes que estavam de quarentena em Caserta também vêm para Nápoles. Sá Pereira envia para Portugal despachos sobre a reforma de uma Universidade que se fizeram após a expulsão dos jesuítas.
28.10.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira recebe cartas dos reis portugueses para entregar aos de Nápoles com a resposta à participação do nascimento do novo infante. Família Real em S. Leuce. Sá Pereira faz referências às mudanças na universidade. Notícia de uma nova guerra entre os impérios russo e Otomano.
04.11.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Família Real vem para Nápoles. Fala sobre o Núncio Pontifício. Luto por D. Filipe é suspenso.
11.11.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Celebração dos anos do segundo príncipe. Núncio faz o seu ingresso público. Terminam a quarentena das bexigas de S. Altezas em Caserta. Medico recompensado pelo trabalho que teve com S. Altezas.
18.11.1777	Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Baile na casa de Campo de Mergelina. Sá Pereira entrega em mão ao rei de Nápoles cartas dos monarcas portugueses. Sá Pereira remete para Portugal cópia de um despacho sobre o arrendamento dos bens eclesiásticos.

25.11.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades voltam para S. Leuce com a primeira infanta. Baile pelos anos da princesa infanta D. Mariana. Sá Pereira leva ao baile o retornado embaixador inglês que esteve ausente durante um ano e meio.</p>
02.12.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades e primeira infanta divertem-se em S. Leuci com comédia francesa. Restante pequena real família com boa disposição em Nápoles.</p>
09.12.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Sá Pereira remete para Portugal Cópia de um despacho Real para o Capelão mor acerca, de abusos dos bispos Napolitanos. Duque de Mataloni espanca e fere um cocheiro, sendo em seguida enviado pelo rei para o seminário dos chineses. Nascimento da princesa das Astúrias. Sá Pereira vai jantar a casa do Marquês de Sambuca em Caserta</p>
16.12.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Duque de Fogliani pede licença para voltar a Parma. Majestades Sicilianas vêm a Nápoles assistir a uma ópera.</p>
23.12.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Majestades Sicilianas e primeira princesa vêm a Nápoles. Partiu hoje o rei para uma pescaria no lago Fusàro. Majestades voltam para S. Leuce.</p>
30.01.1777	<p>Ofício de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo. Corte planeia ir para a caça em Venafro. Introduz-se em Nápoles como na Sicília a “Bula da Cruzada”. Corte de Nápoles pede aprovação da corte de Roma para extinguir as “Cinco Cartuchas do Reino”.</p>